



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

IVONITA SANTOS ALVES

**NASCI AQUI E CRESCI LÁ: CONFLITOS IDENTITÁRIOS DE JOVENS
BRASILEIROS ADOTADOS POR PAIS ESTRANGEIROS**

Salvador
2014

IVONITA SANTOS ALVES

**NASCI AQUI E CRESCI LÁ: CONFLITOS IDENTITÁRIOS DE JOVENS
BRASILEIROS ADOTADOS POR PAIS ESTRANGEIROS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

Salvador
2014

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Alves, Ivonita Santos

Nasci aqui e cresci lá: conflitos identitários de jovens brasileiros adotados por pais estrangeiros. / Ivonita Santos Alves. – Salvador, 2014.

214 f.: il.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Adoção. 2. Conflitos identitários. 3. Discriminação racial.
I. Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Título.

CDD: 362.734.

IVONITA SANTOS ALVES

NASCI AQUI E CRESCI LÁ: CONFLITOS IDENTITÁRIOS DE JOVENS
BRASILEIROS ADOTADOS POR PAIS ESTRANGEIROS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador (UNIFACS), pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo Machado Boaventura – Orientador _____
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Salvador (UNIFACS)

Maria Nazaré Mota de Lima - Co-Orientadora _____
Doutora em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

José Nilton de Sousa _____
Doutor em Políticas Sociais, Universidade Federal Fluminense (UFF)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Antônia dos Santos Garcia _____
Doutora em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Salvador (UNIFACS)

Salvador, 20 de agosto de 2014.

À minha mãe, por todos os anos de dedicação e trabalho, para garantir o êxito dos seus filhos, e pela bondade e confiança depositada dia a dia na minha vida. (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Quero expressar uma profunda gratidão a muitos outros aqui não citados, pois o espaço não permite falar de todos como gostaria.

Ao Ministério da Educação e ao IFBA, pela oportunidade e apoio na liberação de horas de trabalho voltadas para esse estudo.

À Reitora do IFBA, Prof.^a Aurina Santana, pela concordância e apoio à minha formação intelectual.

À ONG *Hand an Hand*, Aktionskreis Pater Beda e Les Amis de Pirajá, por estar envolvida no movimento histórico do tema da pesquisa e com pessoas adotadas em diversos países.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edivaldo Boaventura, que me acolheu em um momento difícil, com respeito e afeto, ajudando-me na condução e finalização deste trabalho.

À muito especial Prof^a. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima, co-orientadora, que inundou minha vida em ondas de capítulos da tese e me levou em rio corrente de letras, com margem de chegada, trazendo uma história para contar.

Ao Prof. Dr. José Nilton de Sousa que, em suas idas e vindas a Salvador, trouxe o abraço acolhedor de um Cristo Redentor e que, de mãos dadas, como Senhor do Bomfim, iluminou figuras que me orientaram a retomar os rumos dessa pesquisa

Ao Prof. Dr. Laumar Neves de Souza, que fez rebrotar em mim o ânimo e a **represe**

À Prof^a. Dra. Antônia Garcia que, com sua presença sensível e atenta aos detalhes da pesquisa, trouxe até mim seu colega e amigo José Nilton, que integra a banca examinadora da tese.

Ao meu filho Edson, que me inspira e renova a cada instante para os desafios da vida, melhorando meu ser e acolhendo o novo e as diferenças.

Aos meus irmãos Jorge e Carlos, às minhas cunhadas Anália e Sonia, aos meus sobrinhos Joseval, Cíntia, Daniely, Carla e Thiago, pelo carinho e afeto em todos os momentos da minha vida.

A Antiopy Lyroudias, por colaborar com as transcrições dos textos em francês e alemão.

A Maria Detert, por participar das discussões sobre o tema e colaborar na tradução de textos das entrevistas, do alemão para o português.

Ao Pe. Emilio Wagner, por me proporcionar o acesso a outros mundos, por ter confiado em meu crescimento pessoal e contribuído com minha educação dentro e fora do Brasil, e por facilitar o acesso a todas as famílias cujos filhos adotivos são sujeitos desta pesquisa (*in memoriam*).

Às Irmãs Santa Cruz, por fazerem parte do meu crescimento pessoal, colaborando com a pesquisa e presentes em momentos difíceis e importantes na minha trajetória.

À professora Alda Pepe, amiga de muitos anos e de muitos encontros, uma fonte inesgotável de sabedoria e afeto.

Ao meu amigo Edivaldo Conceição, presente a todo instante em minha vida, refletindo e dialogando com saberes, sem perder de vista o afeto, discutindo ideias e desconstruindo imagens, construindo sonhos e contribuindo com o meu processo de aprendizagem.

À Promotora Pública Dr^a. Hortênsia Gomes Pinho, pelos momentos de interlocução acerca de questões jurídicas relacionadas à adoção.

À Dr^a. Marise Tanajura, advogada e amiga, pela colaboração na área jurídica, sobretudo em termos de inovações no campo da adoção.

Ao meu amigo Adalberto (*in memoriam*), sempre atento nas discussões da temática.

A Katia Borges, atenta à temática adoção, com publicações que contribuíram com a reflexão sobre o tema, na Bahia e em rede.

Aos meus colegas da Associação Cidade da Criança – Mauro, Ronaldo, Andreia e Wellington –, e a toda a equipe, sempre presente e solidária, dentro e fora do trabalho na ONG.

Agradeço aos jovens brasileiros que por força da adoção vivem na Europa, por abrirem seus corações e falarem de si, expondo sentimentos e emoções vividos na infância até os dias de hoje.

Agradeço à família Philippart em nome de todos os pais adotivos que me acolheram em seus lares, compartilharam suas experiências pessoais e familiares nos processos de adoção.

Meus olhos brasileiros se fecham
saudosos.

Minha boca procura a 'Canção do Exílio'.

Como era mesmo a 'Canção do Exílio'?

Eu tão esquecido de minha terra...

Ai terra que tem palmeiras

Onde canta o sabiá!

Carlos Drummond de Andrade

"Europa, França e Bahia"

RESUMO

A tese aborda a questão dos conflitos identitários de jovens brasileiros adotados por famílias europeias em cinco diferentes países da Europa, no período de 1980 a 2000. Quando foram adotados, eram crianças, negras e pobres, abandonadas pelas famílias e pelo Estado brasileiro. Justifica-se um estudo dessa natureza pelo fato de agregar informações acerca dessa temática, com foco no pós-adoção, e de fazer emergir o ponto de vista dos sujeitos adotados quando crianças, atualmente jovens negros com vivências e interação em famílias adotivas brancas e grupos sociais em que se autopercebem como únicos negros naqueles espaços de convivência. Apesar de, majoritariamente, estarem se sentido integrados nos países onde vivem, estudam e/ou trabalham, eles demandam conhecer os motivos de sua adoção, quem são seus pais biológicos e desejam voltar ou, em alguns casos, voltaram a morar no Brasil. Teoricamente, o estudo dialoga com referências, sobretudo, das ciências sociais e dos estudos culturais, visando compreender conflitos identitários implicados na adoção internacional, quando envolve relações inter-raciais e interculturais. Resultante da aplicação de questionários e entrevistas junto aos jovens, pais adotivos e amigos, assim como observação e recursos da memória da pesquisadora, a pesquisa analisa dados numéricos, relatos e história de vida dos jovens adotados e explica por que e como ocorrem três conflitos identificados na trajetória do estudo: relação dos jovens com o seu processo de adoção e com pais adotivos; sentimento de pertença e busca de suas origens e vivências de discriminação racial. Os resultados indicam que a adoção possibilita inserção social no país e na família adotiva, porém persistem questionamentos dos jovens quanto aos motivos por que foram adotados e forte desejo de conhecer os pais biológicos e o país onde nasceram. Indica também que a discriminação racial é recorrente nos grupos de que participam, principalmente na escola.

Palavras-chave: Adoção. Conflitos identitários. Discriminação racial.

ABSTRACT

This doctoral thesis approaches the identity conflict issue amongst Brazilian juveniles that were adopted by European families in five different countries in Europe from 1980 to 2000. When adopted, they were poor black children completely abandoned by their families and by the Brazilian Nation-State. This study advances studies on that subject-matter by giving a special focus on post adoption and by letting emerge a specific point of view: adopted individuals that are currently black juveniles with interaction and life experience within white adoptive families and social groups in which occurs an auto perception as being the only black individuals on such interaction environment. Although the majority of those individuals have the feeling of been integrated into the countries in which they live in, study and/or work, there is still a demand from their side for knowing the reasons of their adoptions, to know who their biological parents were and if they wish to return or returned in fact to Brazil. As for the theoretical background, the study dialogues, mostly, with references from the social sciences and cultural studies on the attempt of understanding identity conflicts implied on international adoption when considering inter-racial and inter-cultural relationships. The present study analyses numerical data and life history reports from adopted juveniles collected by means of survey research, interviews with juveniles, adoptive parents and friends, as well as, observations and resources from the researcher's memory. It explains why and how three identity conflicts occur along the study, such as: the juvenile's relationship with his adoption process and with his adoptive parents; the pertaining feeling and the seeking of his origins and racial discrimination experiences. Results indicate that adoption turns out possible to have a social insertion on the adoptive family and country, but the questionings on the reasons of why they were adopted persisted, as well as, the strong desire of meeting their biological parents and their homeland country. The study also indicates that racial discrimination is commonly faced on groups to which they make part of, specially the school.

Key words: Adoption. Identity conflicts. Racial discrimination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da distribuição da relação dos adotados com os pais adotivos – 2012	136
Figura 2 – Gráfico com o conhecimento dos adotados sobre os motivos da adoção	137
Figura 3 – Gráfico sobre a existência de problemas de discriminação dos jovens adotados por serem negros	139
Figura 4 – Gráfico sobre a faixa etária dos sujeitos pesquisados ao serem adotados	141
Figura 5 – Gráfico sobre a faixa etária dos jovens pesquisados – 2012	142
Figura 6 – Gráfico sobre o grau de escolaridade dos adotados – 2012	143
Figura 7 – Gráfico sobre o desejo de morar no Brasil	146
Figura 10 – Gráfico da relação entre o desejo do adotado de morar no Brasil e seu desejo em conhecer os pais biológicos	154
Figura 11 – Gráfico sobre algum constrangimento já sofrido pelo adotado	156
Figura 12 – Gráfico com o questionamento se o adotado se sente integrado no país em que mora	157
Figura 13 – Gráfico com as respostas dos adotados sobre o seu sentimento de aceitação na instituição escola	159
Figura 14 – Gráfico com a participação dos adotados em grupos nas cidades onde moram	161
Figura 15 – Gráfico com as considerações positivas de estar em outro país que não é o Brasil	164
Figura 16 – Gráfico com as considerações negativas de estar em outro país que não é o Brasil	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis por relação	135
Quadro 2 – Variáveis e relação com pais adotivos	145
Figura 8 – Gráfico sobre o domínio da língua portuguesa pelos jovens e adultos adotados	148
Quadro 3 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e variáveis	155
Quadro 4 – Relação entre a discriminação por ser negro e variáveis	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Público pesquisado e instrumentos aplicados	81
Tabela 2 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por gênero	82
Tabela 3 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por país de destino	82
Tabela 4 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por idade ao ser adotado	82
Tabela 5 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por idade – 2012	83
Tabela 6 – Relação entre o conhecimento sobre os motivos que promoveram a adoção e o atual relacionamento com os pais adotivos	138
Tabela 7 – Relação entre os problemas de discriminação por ser negro e a relação atual com os pais adotivos	140
Tabela 8 – Relação atual com os pais adotivos e faixa etária ao ser adotado	141
Tabela 9 – Relação atual com os pais adotivos e faixa etária dos jovens – 2012	143
Tabela 10 – Grau de escolaridade do adotado por faixa etária – 2012	144
Tabela 11 – Relação atual com os pais adotivos versus o grau de escolaridade – 2012	145
Tabela 12 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e o grau de escolaridade do adotado – 2012	146
Tabela 13 – Desejo do adotado em morar no Brasil, de acordo com seu grau de escolaridade, versus a relação atual com os pais adotivos – 2012	148
Tabela 14 – Desejo do adotado em morar no Brasil	149
Tabela 15 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e a discriminação por ser negro	152
Tabela 16 – Autodeclaração sobre a cor/raça/etnia do adotado	153
Tabela 17 – Cor/raça do adotado, de acordo com a análise do pesquisador	153
Tabela 18 – Relação entre o desejo do adotado de morar no Brasil e a sua faixa etária – 2012	153
Tabela 19 – Relação entre o desejo do adotado de conhecer seus pais biológicos e o desejo de morar no Brasil	155
Tabela 20 – Relação entre os problemas de discriminação por ser negro e a faixa etária do adotado – 2012	156
Tabela 21 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e a ocorrência de algum constrangimento	157
Tabela 22 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e se o adotado se sente integrado no país em que mora	158
Tabela 23 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o grau de escolaridade do adotado – 2012	158

Tabela 24 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o seu sentimento de aceitação na instituição escola 160

Tabela 25 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o adotado pertencer a algum grupo na sua cidade 162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação Cidade da Criança
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC/2002	Código Civil de 2002
CEJAI/BA	Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, Bahia
CESA	Centro Educacional Santo Antônio
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIA	Centro Industrial de Aratu
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Código de Processo Civil
DEM-SP	Democratas São Paulo
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAESER	Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais
ONG	Organização Não Governamental
OSID	Obras Sociais Irmã Dulce
PL	Projeto de Lei
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFACS	Universidade Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 ADOÇÃO DE CRIANÇAS: HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO	26
2.1 ADOÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA	27
2.1.1 Adoção como continuação da vida	27
2.1.3 A criança como sujeito de direitos	29
2.1.4 Adoção em diferentes lugares e diferentes religiões	30
2.2 ADOÇÃO NO BRASIL	32
2.2.1 Abandono de crianças e adolescentes	36
2.2.2 Negação de direitos e ação do Estado	38
2.3 ADOÇÃO INTERNACIONAL	42
2.3.1 Pesquisas sobre adoção no Brasil e nos Estados Unidos	47
3 ANCORAGENS E CONCEITOS EM TORNO DE IDENTIDADES	54
3.1 IDENTIDADES, CORPO E PERTENCIMENTO	56
3.2 CORPO E IDENTIDADE CULTURAL	60
3.3 CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL	63
3.4 INTOLERÂNCIAS, RACISMOS E DISCRIMINAÇÃO	63
3.5 UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA	66
3.6 A MULHER NO PAPEL DE MÃE	69
4 TRAVESSIAS E PERCURSOS DA PESQUISA	74
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	76
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
4.2.1 Instrumentos utilizados	80
4.2.2 Sujeitos pesquisados	81
4.2.3 Procedimentos de coleta e de análise	83
4.3 CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA	87
4.3.1 Perfil de idade	88

4.3.2 Antes da adoção	89
4.3.3 A chegada no país de adoção	90
4.3.4 Situação atual	93
4.3.5 Integração e participação social	95
4.3.6 Perspectivas de futuro	96
5 HISTÓRIAS DE VIDA DOS JOVENS: ENTRE DESEJOS EFRUSTRAÇÕES	98
5.1 OS QUE DESEJAM VOLTAR PARA O BRASIL	99
5.1.1 Cegonha: em busca de um lugar	99
5.1.2 Curió St: o menino sorridente	103
5.1.3 Pica-Pau: onde fica minha casa?	104
5.1.4 Saracura: das ruas tropicais para as frias e temperadas	105
5.1.5 Papagaio: nem brasileiro nem alemão	107
5.1.6 Uirapuru: um dia vou encontrar minha família	109
5.1.7 João de Barro, policial negro de Luxemburgo	111
5.1.8 Gaivota: diplomata, para trabalhar no Brasil	113
5.1.9 Coruja: onde anda você?	114
5.1.10 EMA: sonha retornar ao Brasil	116
5.1.11 Águia: um coração brasileiro	116
5.1.12 Garrinchinha: morar na Alemanha e também no Brasil	118
5.1.13 Sabiá: uma nova história de vida	119
5.1.14 Beija-Flor: uma jovem mãe	120
5.1.15 Arara: qual o nome que minha mãe me deu	121
5.1.16 Bem te vi: mãe e filho na Suíça	122
5.2 OS QUE VOLTARAM A MORAR NO BRASIL	123
5.2.1 Falcão: poliglota vendedor de amendoim	124
5.2.2 Rouxinol: alemão cem por cento brasileiro	125
5.3 OS QUE NÃO REVELARAM O DESEJO DE VOLTAR	127

5.3.1 Canário Belga: em busca do passado	127
5.3.2 Andorinha: escola internacional, meio de integração	128
5.3.3 Cardeal: brasileiro quase europeu	129
5.3.4 Pavão: com um carro novo tudo resolve	130
5.3.5 Garça: o tempo não para	130
5.3.6 Juriti: minha irmã é negra e eu sou branco	131
5.3.7 Rolinha: uma tristeza no olhar	132
5.3.8 Periquito: acolhimento na Europa	133
6 ANALISANDO CATEGORIAS E VARIÁVEIS DA PESQUISA	135
6.1 RELAÇÃO COM OS PAIS ADOTIVOS	136
6.2 DESEJO DE MORAR NO BRASIL	146
6.3 DISCRIMINAÇÃO POR SER NEGRO/A	155
7 CONFLITOS IDENTITÁRIOS NA FALA DE JOVENS ADOTADOS	166
7.1 RELAÇÃO COM A ADOÇÃO E COM OS PAIS ADOTIVOS	166
7.2 SENTIMENTO DE PERTENÇA E BUSCA DAS SUAS ORIGENS	172
7.3 VIVÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	176
7.4 CONFLITOS IDENTITÁRIOS E SUAS CONFIGURAÇÕES	181
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE A – Questionário para os jovens adotados (língua francesa)	195
APÊNDICE B – Questionário para os jovens adotados (língua alemã)	198
APÊNDICE C – Questionário para os jovens adotados (língua portuguesa)	201
APÊNDICE D – Questionário para os pais adotivos (língua francesa)	204
APÊNDICE E – Questionário para os pais adotivos (língua alemã)	205
APÊNDICE F – Questionário para os pais adotivos (língua portuguesa)	207
APÊNDICE G – Questionário para os pais biológicos (língua portuguesa)	208
APÊNDICE H – Roteiro da entrevista aos jovens	210

APÊNDICE I – Roteiro da entrevista aos pais estrangeiros (língua portuguesa)	211
APÊNDICE J – Roteiro da entrevista ao juiz	212
ANEXO A – Matérias de jornal sobre adoção internacional em Luxemburgo	213

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade em processo de construção, que se modela em proporções socialmente tão diferenciadas, com privilégios para uma minoria, limitando e segregando o acesso a direitos sociais básicos, a bens culturais e a tradições, instituem-se perversas formas de exclusão, dentre elas, as étnico-raciais, de classe, de gênero.

Nesse contexto, cabe refletir: como as mulheres pobres e negras podem dimensionar seus lares, suas famílias, tendo que, solitariamente, assumir um papel econômico-social, se as possibilidades de autonomia e sustento não são garantidas? E o que temos dentro de nós mesmos se, ainda crianças, somos separados de nossa família, nossa terra, para viver em outra família e em um país estrangeiro? O que resta de nossas memórias, apagadas, quando nos falta uma esperança que remeta ao princípio da nossa existência, sonhos e desejos?

A problemática estudada nesta tese dialoga com essas questões e consiste em entender conflitos identitários vivenciados por jovens brasileiros negros e pobres adotados quando crianças por pais europeus. Vivendo em lares chefiados por mulheres, sem condições de prover toda a família, geralmente sozinhas e em condições de pobreza extrema, a adoção se apresentou como possibilidade de solução, para eles e para sua família biológica.

Foram, então, adotados por famílias diferentes das suas, em termos socioeconômicos, étnico-raciais e culturais. Esta pesquisa, quando foi iniciada, buscava compreender por que esses jovens falavam e investiam tanto na ideia de retorno ao Brasil, de conhecer sua família biológica, de voltar a morar no país. Outros jovens brasileiros, pobres e negros, como eles, não gostariam de estar no seu lugar, viver na Europa, falar bem várias línguas, ter condições de consumir, viajar, viver em segurança? Por que, então, o desejo de voltar?

Deste modo, a presente investigação procura responder essas questões, procurando analisar o processo de adoção, especialmente adoção internacional no contexto de famílias inter-raciais, descreve e analisa peculiaridades das histórias de vida de 29 sujeitos adotados nesta situação, aos quais foram aplicados questionários e entrevistas nos países onde residem, com o intuito de tentar explicar em que contexto se deu o processo de adoção desses sujeitos nos anos 1980, quais

seus sentimentos em relação à família adotiva e ao processo de adoção, como vivem e se relacionam no país onde moram.

O objetivo geral da tese busca compreender os conflitos identitários de jovens afro-brasileiros nascidos na periferia da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e outras cidades do Brasil, e que vivem em países europeus, mediante adoção por parte de famílias de classe média. Para operacionalizar o estudo, torna-se necessário o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- a) mapear as circunstâncias em que os/as jovens são adotados por europeus;
- b) identificar as condições sociais dos jovens na infância, adolescência e juventude;
- c) identificar as diferentes motivações que levam os/as jovens adotados a manifestarem o desejo de retornar ou não retornar ao Brasil.
- d) refletir acerca dos processos de acolhimento, adaptação, inserção sócio-educacional e acompanhamento psicossocial encontrados por esses jovens, seja no país residente, seja no caso de retorno ao seu país de origem.

Neste sentido, a tese focaliza suas experiências, expressas em histórias de vida, quando se desvinculam de uma cultura para aderir a outra, gerando êxitos e fracassos nos países onde passam a viver, por força da adoção internacional.

Para isso, são analisadas três categorias: a) relação com a adoção e com os pais adotivos; b) sentimento de pertença e busca das suas origens; c) vivências de discriminação étnico-racial -, a partir de variáveis levantadas nas respostas aos instrumentos aplicados.

A tese de doutorado aqui apresentada, intitulada “Nasci aqui, cresci lá” é atravessada pelos conhecimentos adquiridos em minha trajetória de vida. Uma trajetória acadêmica no Brasil – Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Salvador (UNIFACS) – e na França – *Centre de Recherche Philosophique*. Nas vivências enquanto gestora de uma Organização Não Governamental (ONG), de onde provém a maioria dos jovens pesquisados, venho atuando com trabalhos sociais que combatem um modelo de sociedade que não oportuniza a famílias negras e pobres o direito de criar, proteger seu filhos e preservar vínculos afetivos, violando direitos e transferindo responsabilidade a outros países de educar os filhos do Brasil.

Por outro lado, o fenômeno da adoção é, cada vez mais, tema recorrente na mídia nacional. Na medida em que novelas, filmes e reportagens tratam do tema, em uma sequência de eventos sobre o tráfico de crianças em âmbito nacional e internacional, revela-se ao grande público o descuido e os desamparos, concentrados em abrigos de crianças, resultantes da ineficiência e/ou ausência do Estado, o que denuncia um descaso em relação às populações negras e pobres do país.

Ao lado disso, no intuito de ajudar crianças negras e pobres de países subdesenvolvidos, pais estrangeiros investem na adoção de crianças nesses países, vista como salvação e garantia de futuro para crianças abandonadas e/ou em risco social. Se, aparentemente, a adoção internacional representa uma benção para as crianças negras e pobres, esta pesquisa procura investigar os problemas gerados na vida dos adotados, a partir da convivência dos jovens em contextos inter-raciais e interculturais no país que os adotou.

Sair do Brasil, ainda criança, como adotado, e passar a viver em um país da Europa, significa lidar com a interrupção de vínculos com sua família biológica e com o país em que se nasceu, mudando relações sociais, jeitos, gestos, comportamentos, atitudes. Com o passar do tempo, esse processo, ao invés de diluir, permanece, fica mais complexo, gerando conflitos de diversas ordens, para os jovens e para suas famílias.

Trata-se de questões culturais, linguísticas, psicológicas, sociais, que vêm à tona e/ou ficam na memória, misturando-se a sentimentos de gratidão em relação ao “benfeitor”, obrigação de reconhecimento, dores, angústias, alegrias, choques, desequilíbrios diversos, conforme será mostrado nesta tese de doutorado.

Descortinar esse fenômeno não me garante nem me credencia a esgotar as discussões a respeito de problemáticas como essas que serão discutidas, mas me permite dialogar com mais profundidade com os conflitos revelados pelos sujeitos, a partir de referências teóricas e metodológicas, ao longo do estudo.

Atravessar o oceano, nesse caso, fez de cada jovem, andarilho incansável à procura de um suposto “paraíso perdido”. Fatos como a marca do abandono, a dor, a saudade de pessoas e lugares no Brasil, que alguns nem conhecem, mas imaginam como devem ser, fizeram com que, nos últimos 13 anos, 26 jovens brasileiros, adotados por famílias brancas de classe média e alta residentes na

Europa, retornassem ao Brasil para procurar informações sobre o país e sobre suas famílias biológicas.

O estudo aborda questões relacionadas à adoção internacional, com viés intercultural e inter-racial, realizada entre os anos de 1980 a 2000, de crianças negras e pobres, originadas da Região Metropolitana de Salvador e outras cidades do Nordeste, sudeste e sul do Brasil. Atualmente, são jovens e adultos que residem em várias cidades da Europa e, frequentemente, manifestam desejo de visitar, e até voltar a viver no Brasil.

Além das primeiras visitas ao Brasil, feitas por jovens, em situação de turismo e acompanhados das famílias adotivas, dezenove jovens adotados por pais europeus estiveram na Associação Cidade da Criança (ACC)¹, sete deles permanecendo por seis a 12 meses, experimentando um tempo de convívio, de moradia, ação voluntária, aprendizado da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, aproximação cultural e busca de identificação com um jeito e um modo de ser dos brasileiros; nove estiveram em temporadas mais curtas ou em visita e três, até o momento, não retornaram ao Brasil.

Fazer esta pesquisa significa mais uma oportunidade de participar da vida desses jovens, refletir sobre angústias, sofrimentos, problemas pessoais e administrativos; significa, também, poder contribuir nas discussões sobre o tema, trazer à tona informações acerca de situações conflitivas vividas por eles. Neste sentido, é um desafio estudar um tema tão delicado, porém legítimo, centrado nas experiências de quem vivencia o processo de adoção, a fim de compreender questões decorrentes de relações inter-raciais e interculturais que interferem nas condições de vida e nos direitos da criança e do adolescente adotados.

O meu interesse pelo tema é despertado em virtude de minha experiência como gestora, nos últimos 13 anos, de projetos sociais voltados para atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza, visando a garantia de seus direitos, na ACC. Nesta, pude acompanhar a trajetória do PE², presidente da organização e mobilizador de um projeto de adoção internacional, envolvendo crianças da Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, RMS e, em especial, Simões

¹ A Cidade da Criança é um ex-orfanato de crianças órfãs e abandonadas, sendo, atualmente, uma ONG na qual atuo como Presidente, voltada para ações sociais envolvendo crianças, adolescentes, jovens e mulheres, situada em Simões Filho/Bahia, cidade de onde alguns dos adotados em questão se originam.

² PE: pseudônimo de uma autoridade religiosa com atuação em Simões Filho.

Filho. Por sua intervenção, o município de Simões Filho recebeu muitos recursos de Luxemburgo para a manutenção da ACC.

PE, de origem luxemburguesa, criou e coordenou, em seu país, uma associação de famílias que receberam muitas crianças do Brasil. Seus amigos europeus acreditaram na possibilidade de que, pela adoção no exterior, seria possível melhorar a vida de crianças que viviam em situação de extrema pobreza no Brasil.

Além dessas experiências profissionais, tenho experiências de adoção, acolhi no meu coração o fruto biológico de outra mulher, adotando-o como meu filho; sinto, portanto, as inquietudes e as nuances da convivência no dia a dia com um jovem adotado, o processo de aprendizado que se constrói nesta relação, com o decorrer do tempo. Adaptamo-nos um ao outro, aprendemos a nos amar e nos conhecer, a ser parceiros e cúmplices; juntos, buscamos a nossa felicidade.

É importante ressaltar que eu e meu filho compartilhamos experiências culturais semelhantes, temos o mesmo pertencimento racial, temos muitas coisas parecidas por sermos do mesmo país, acostumados ao clima, falando a mesma língua. Apesar disso, a luta de todos os dias é decifrar os nossos códigos. Também por isso, me instiga vir a conhecer melhor as dificuldades de outras vivências de adoção, adentrando, assim, um pouco mais nesse universo, imbuída do objetivo de compreender os conflitos identitários por que passam jovens negros e pobres em situação de afastamento involuntário de seu país de origem, passando a viver e se relacionar em contextos inter-raciais e interculturais.

Em levantamento sobre a existência de estudos no Brasil abordando o tema, constatei a escassez de pesquisas nessa temática, do ponto de vista sociológico ou antropológico, sendo que a grande maioria das pesquisas sobre adoção discute aspectos jurídicos e psicológicos. Neste sentido, no período de 2001 a 2012, localizei 24 trabalhos no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, [2012]), sendo sete teses de doutorado e 17 dissertações de mestrado. As teses são quatro na área de Psicologia; uma em Serviço Social; uma em Direito; uma em Geografia. Das dissertações, 11 são na área de Direito; quatro em Psicologia; uma em Educação; uma em Ciências Sociais. Desse modo, do total de 24, 12 são da área de Direito e 12 distribuem-se em outras áreas.

Os estudos localizados trazem diversas abordagens, mas nenhum deles focaliza o ponto de vista de jovens adotados, suas identidades, tampouco o período pós-adoção, como faço nesta tese.

Em relação ao texto da tese, está organizado em oito seções, incluindo esta introdução e as considerações finais, primeira e oitava seções, respectivamente. A segunda seção aborda o conceito da adoção do ponto de vista histórico, a evolução das leis de adoção no mundo, a relação de poder paterno na formação da família, a religião como base da lei de adoção e a adoção internacional. A ideia é contextualizar as várias feições que a adoção assume atualmente. Os avanços relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – e à nova Lei da adoção no país são tratados também nesta seção.

Na terceira seção, discuto alguns conceitos, a exemplo de identidades, memória, pertencimento, família, racismo, com base, principalmente, nos Estudos Culturais, enquanto embasamento teórico importante no sentido de compreender aspectos diversos relacionados às questões trazidas pelos jovens em seus relatos e que denotam conflitos identitários vivenciados no pós-adoção.

Na quarta seção, apresento a metodologia escolhida, caracterizando o estudo e descrevendo os procedimentos que utilizei na realização da pesquisa. Dessa maneira, justifico minha opção por desenvolver uma pesquisa qualitativa, descritiva e etnográfica. Caracterizo, ainda, os sujeitos pesquisados e descrevo os procedimentos de coleta e de análise das informações obtidas na pesquisa de campo.

Na quinta seção, construo a história de vida de cada jovem pesquisado, a partir das informações obtidas por meio de questionários, entrevistas, conversas informais, assim como minhas lembranças de situações e/ou fatos envolvendo esses sujeitos. Suas relações com a família biológica e adotiva, vivências no Brasil e no país onde moram, suas experiências antes e após a adoção, sonhos, conquistas, desejos são o foco da abordagem.

Na sexta seção, apresento as análises das informações obtidas na pesquisa de campo e dispostas em um banco de dados, organizadas a partir de relações estabelecidas entre as seguintes categorias: a) relação com pais adotivos; b) desejo de morar no Brasil; c) discriminação por ser negro.

Na sétima seção, analiso as diversas informações que emergiram na pesquisa, focalizo as identidades dos adotados, suas falas, imagens e representações enquanto sujeitos que se relacionam com duas culturas diferentes e discuto os principais conflitos que revelam no processo da pesquisa.

2 ADOÇÃO DE CRIANÇAS: HISTÓRIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

A adoção de crianças, adolescentes ou adultos é praticada há milhares de anos, em todos os continentes, de diversas formas. Tem como base, de um lado, a necessidade de amparar crianças sem proteção e, por outro lado, o desejo de ter filhos, por parte dos que adotam. Ao longo da história, diferentes valores foram atribuídos à adoção.

A abordagem histórica, aqui realizada, visa mostrar como ações e fatos relevantes envolveram famílias e crianças no contexto da adoção, seja no Brasil, seja em outros países.

A adoção, do ponto de vista jurídico, é um modo não natural de escolher e acolher um filho em uma família. É um vínculo que substitui uma filiação natural, de origem biológica, conhecida também como filiação civil. Os processos de adoção de crianças ocorrem, no Brasil, desde 1828.

Para conceituar adoção, Monaco (2002) diz que uma criança, ao nascer, terá em princípio uma personalidade jurídica, que se inicia junto aos seus pais biológicos, o que pressupõe direito e deveres. Ele diz também que pode haver ligação entre pais e filhos que não sejam por laços biológicos; nesses casos, cria-se o parentesco civil, quando os vínculos são estabelecidos, através do ato jurídico da adoção.

A história da adoção mostra que, inicialmente, ela era concebida como um instituto destinado a salvaguardar a existência da família, pois esta era indispensável nas civilizações antigas. Para Granato (2010, p. 159):

A adoção vem a ser o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.

Vejamos como Liberati (2003apud CÁPUA, 2009, p.84-85) conceitua adoção:

Podemos definir adoção como inserção num ambiente familiar, segundo as normas legais em vigor, de uma criança cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou, não sendo esse o caso, não podem ou não querem assumir o desempenho das suas funções parentais, ou são, pela autoridade competente, considerados indignos para tal.

Discutindo, ainda, o tema, profissionais da área da medicina, pediatria e psiquiatria diferem dos autores citados e o abordam em uma vertente social. Nesta,

o sujeito é visto para além da discussão jurídica, priorizando a relação na família e no contexto social e cultural. Vejamos:

Adoção é um modo de ‘fazer família’ para casais que querem ter acesso a status de pais, em particular quando são estéreis, mas não somente [...] é também um modo de entrar em uma família. Inscrição de um ser humano em uma nova filiação diferente de sua filiação natural, carnal, biológica (TRÉVENNEC, 2008, p.9).

De acordo com este autor, a adoção faz parte da organização social e de sua regulação, segundo a ordem social, a cultura e a religião que a caracterizam. Ela cria um lugar de parentes, com base não só no direito.

2.1 ADOÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA

2.1.2 Adoção como continuação da vida

A adoção pode ser uma escolha, uma necessidade ou uma obrigação e, na antiguidade, surge como meio de continuidade da vida, através do chamado culto doméstico. Denomina-se culto doméstico uma prática religiosa muito comum na antiguidade, de cultuar os antepassados, nas casas de família, para dar continuidade à vida. O culto era conduzido pelo pai e, na sua ausência, por um filho homem. Assim, em civilizações antigas, a família garante a continuação da vida após a morte, através de celebrações fúnebres – o culto doméstico –conduzidas pelo homem da família. Sendo assim, torna-se necessário haver, em cada família, um filho homem.

O culto doméstico tinha como objetivos: escolher um sucessor (geralmente o filho natural ou adotado adulto) e permitir a ascensão de um indivíduo a um status superior.

No antigo império egípcio, jovens já eram escolhidos para a “Escola da Vida”, para serem adotados pelo faraó, podendo sucedê-lo no trono. No oriente, o rei da Babilônia (Hamurabi) elabora a primeira codificação jurídica, denominada Código de Hamurabi, e traduz uma visão da sociedade da época, com duzentos e oitenta e dois dispositivos, sendo nove deles sobre a adoção. Na Índia, as leis de Manu “já previam, para os hindus, que aquele a quem a natureza não deu filhos, pode adotar um, para que as cerimônias fúnebres não cessem.” (GRANATO, 2010, p. 37).

Para Granato (2010), na Grécia e na Roma antiga, a família atendia aos anseios da ordem religiosa doméstica. A família precisava de um filho do sexo

masculino para preservar a linhagem e o respeito ao culto, garantir a continuidade da família. E foi no direito romano que o instituto da adoção passou a ter um ordenamento jurídico, no qual o chefe de família sem herdeiros podia adotar um menino, dar-lhe o seu nome e direito à herança.

A família antiga seria, pois, uma associação religiosa, mais que associação natural. Também veremos como a mulher só será de fato levada em conta quando a cerimônia sagrada do casamento a tiver iniciado no culto ou quando se emancipa; o filho adotado, ao contrário, se torna verdadeiro filho para a família, quando embora não tenha laços de sangue, passa a ter na comunhão do culto algo melhor que isso; o legatário que se recusar a dotar o culto dessa família não fará jus à sucessão; enfim, como o parentesco e o direito à herança são regulamentados não pelo nascimento, mas de acordo com os direitos de participação no culto, conforme o estabeleceu a religião. (COULANGES, 2007, p.45).

A adoção se tornou conhecida na crença de que os mortos protegiam os vivos; um não podia passar sem o outro, permanecendo unidos por todas as gerações; era a única esperança de perpetuação da religião, como afirma Coulanges (2007, p. 58):

A adoção era, pois, zelar pela continuidade da religião doméstica, pela salvação do lar, pela continuidade das oferendas fúnebres, pelo repouso dos antepassados. A adoção justificava-se apenas pela necessidade de prevenir a extinção de um culto, e só se permitia a quem não tinha filho.

Como afirma Granato (2010, p. 36), a Bíblia apresenta históricos da existência de adoções entre os hebreus. Pelos livros bíblicos se podem examinar algumas dessas noções do instituto³: Moisés foi adotado por Térmulus, filha de faraó, quando retirado das águas do Nilo, conforme o Velho Testamento (Êxodo, II, 10); no ano 500 a.C. Mardoqueu adotou Ester (Ester, II, 7, Ruth, IV,16). A mulher estéril poderia adotar os filhos da serva que ela havia conduzido ao tálamo⁴ do seu marido. Sara adotou os filhos de sua serva Agar. (Gênesis XVI).

³ "Instituto jurídico" é um termo genérico que se usa em Direito para dizer que determinada situação, medida, condição ou fato é algo que é tão especial (no sentido de consolidado pelo uso e pela tradição durante longos séculos) para a vida em sociedade, que deve ser tratado como um "instituto jurídico" que merece um tratamento diferenciado.

⁴ Termo adotado para designar o leito conjugal, a cama nupcial.

2.1.2 A adoção cai em desuso

Com o desenvolvimento da cultura cristã na Idade Média, ocorreram mudanças das crenças religiosas, resultando na perda de importância da adoção na sociedade. Segundo Granato (2010), a adoção na Idade Média caiu em desuso, pois contrariava os senhores feudais e seus interesses, por influência do direito canônico⁵. Assim, na Idade Média, sob a influência do Cristianismo, que concebia novos ensinamentos, perde-se o medo de morrer sem deixar descendentes masculinos para a prática dos ritos fúnebres.

A Igreja Católica criou, nessa época, a Roda dos Enjeitados, estes, rejeitados por serem fruto de adultérios ou ilegítimos, resultando em bebês abandonados, reprovados socialmente. Assim, a adoção perde importância e passa a ser reprovada pela Igreja, pois isso daria uma legalidade aos nascimentos clandestinos e ao abandono de crianças.

Na modernidade, diversas nações europeias passam a encontrar, dominar e explorar várias regiões da América, da África e da Ásia, criando uma nova percepção do mundo: encurtar distâncias, desvendar a natureza.

Nesse período da colonização da América do Norte e da revolução industrial, do ponto de vista jurídico, a adoção não existia na Inglaterra; crianças eram cedidas pelos pais biológicos para se integrarem a outras famílias para serem aprendizes.

Nesse mesmo período, órfãos realizam o trabalho infantil, ou seja, crianças eram levadas da Inglaterra para a América do Norte para servir às famílias que as adotavam. Autores informam que, em 1627, cerca de 1.500 crianças órfãs foram transferidas da Inglaterra para os Estados Unidos da América para trabalho em famílias de colonos (WEBER, 2006 apud CÁPUIA, 2009).

2.1.3 A criança como sujeito de direitos

Na efervescência europeia de grandes acontecimentos históricos, que marcaram a superação do feudalismo pelo capitalismo, se deu a origem do processo revolucionário na França. Destacam-se, nesse período, importantes realizações na

⁵Conjunto de normas jurídicas, de origem divina ou humana, reconhecidas ou promulgadas pela autoridade competente da Igreja Católica, que determinam a organização e atuação da própria Igreja e de seus fiéis, em relação aos fins que lhe são próprios.

área do direito com a elaboração de novos Códigos jurídicos, como o Código Civil, conhecido como Código Napoleônico (concluído em 1804). O Código Napoleônico consagrava as aspirações da burguesia, como a liberdade individual, a igualdade de todos perante a lei, o respeito à propriedade privada e o matrimônio civil separado do religioso (COTRIM, 2002).

Nesse contexto de mudanças sociais e jurídicas, Napoleão legalizou a adoção, após a Revolução Francesa, com o Código de Napoleão. A adoção passou a receber o significado que tem atualmente, sendo referência nos Códigos Civis em boa parte dos países ocidentais.

Observa-se que o Código de Napoleão atendia somente às necessidades dos adotantes. Com a Revolução Francesa, alguns passos foram dados em relação ao seu ideal de igualdade, ainda que transitório, de harmonizar a prole, diminuindo as desigualdades entre os filhos naturais e ilegítimos ou bastardos.

As discussões acerca das leis ou Códigos mencionados influenciaram a legislação do Código Napoleônico, que estabelecia quatro espécies de adoção:

Adoção ordinária: permitia que se pudesse adotar pessoas com mais de cinquenta anos, sem filhos e com a diferença de mais de quinze anos do adotado; previa a alteração do nome e a determinação de ser o filho adotivo herdeiro do adotante. Adoção remuneratória: prevista na hipótese de ter sido o adotante salvo por alguém; poderia, então, adotar essa pessoa. Adoção testamentária: permitida ao tutor, após cinco anos de tutela. Adoção oficiosa, que era uma espécie de 'adoção provisória', em favor dos menores. (GRANATO, 2010, p.41-42).

A legitimação da adoção foi introduzida pela legislação francesa pelo Decreto de 29 de julho de 1939, em que o adotando se desligava da família natural para a família adotiva, quando era órfão ou abandonado pelos pais e se tivesse menos de cinco anos de idade. Com o Código Napoleônico, não só o adotante, mas o adotado passa a ser sujeito de direitos, diminuindo a desigualdade entre filhos naturais e filhos adotivos.

2.1.4 Adoção em diferentes lugares e diferentes religiões

Existem sociedades em que o sistema de adoção de crianças é visto de maneira mais natural. Na Ásia, nas Ilhas Tongo e do Pacífico Sul, cada pessoa é cuidadora de criança até a velhice e, em caso de criança órfã, ela é imediatamente adotada. Na Polinésia francesa, a adoção é uma regra da sociedade; é clara, sem

problemas, e os pais podem escolher na comunidade quem poderá adotar seu filho; existe uma convivência harmoniosa.

Em muitos países do continente africano existe uma compreensão da vida como cíclica. Seus hábitos, costumes e crenças são peculiares. O conceito de “filho”, assim como o de “órfão”, tem, em alguns casos, outra construção social. Na perspectiva ocidental, considera-se como órfã a criança cujos pais tenham morrido. Já em algumas sociedades africanas, de acordo com Ntauma (2007), o conceito de órfão assume outras dimensões, mostrando através dos estudos sociolinguísticos em Moçambique a inexistência das palavras “tio” ou “tia”, concluindo que estes assumem as mesmas responsabilidades de pai e mãe. Ela apresenta estudos realizados na comunidade Akan, em Gana, onde cada criança tem muitos pais e mães, apontando para a inexistência de órfãos biológicos.

Religiões asiáticas aceitam certa forma de adoção em caso de a pessoa não ter descendentes, para não perder a possibilidade de realizar o culto de honra aos mortos.

Para o Cristianismo tradicional, medieval, adotar seria legitimar filhos ilegítimos, ou seja, aqueles gerados fora do casamento; seria deixar bens para a Igreja de pessoas que não tinham descendentes, fato pelo qual no período da Idade Média a adoção foi praticamente banida das legislações. A partir do século XX, a Igreja amoldou-se a essa nova filiação. Do ponto de vista religioso católico, a adoção não apresenta nenhum obstáculo; no certificado de batismo não se coloca filiação, porém fica registrada a adoção, para evitar matrimônios consanguíneos. Na religião Protestante não existe uma posição especial sobre a adoção, pois a mesma entende a importância da descendência e a maldição da esterilidade. Os protestantes creem que uma criança é um dom de Deus, e acreditam que Deus é quem adota o homem, portanto a adoção é um ato de amor mútuo (CÁPUA, 2009).

No Kardecismo, a adoção passa a ser compreendida como uma necessidade de um lar por uma criança, portanto, muito importante, necessária e desejável, resultado de acertos anteriores de vidas anteriores, o princípio da reencarnação.

Na religião muçulmana, o Alcorão, livro sagrado do Islã, é considerado como a própria palavra de Deus. A adoção não é permitida pela lei de Deus. Segundo ensinamento no livro sagrado e, segundo a lei islâmica, um muçumano não pode dar um sobrenome a um filho adotivo, já que não tem direito à herança de sua

família. Na Argélia e Marrocos é proibida a adoção. A Tunísia autoriza, mas sempre com a proibição de receber o sobrenome (CÁPUA, 2009).

Estudos citados recentemente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2006 apud NTAUMA, 2008) apontam para uma degradação dos mecanismos “tradicionais” de proteção à criança órfã e vulnerável, principalmente com o surgimento da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

2.2 ADOÇÃO NO BRASIL

O abandono de crianças no Brasil, de acordo com Marcílio (1998 apud CÁPUA, 2009), foi introduzido pelos brancos europeus, pois os índios não abandonavam seus filhos. Como consequência da colonização pelos portugueses, ocorre a introdução de modelos de assistência à infância abandonada seguindo modelos dos tempos medievais.

Desse modo, registra-se crianças indesejadas pelos pais, em épocas passadas, eram abandonadas em lugares da cidade, uma forma encontrada para se livrarem delas. Trata-se, então, de crianças “enjeitadas”, que entravam na Roda dos Expostos.

A Roda dos Expostos, mecanismo de Institucionalização de práticas de abandono de crianças, surge na Idade Média, em Roma, criada pelo Papa Inocêncio III, em 1203. Em seguida, foi disseminada por toda a Europa, chegando a Portugal no século XVI.

Dessa forma, a adoção entrou para o direito, no país, com as características que tinha no direito português, que resistia ao direito romano. A primeira lei que se referia à adoção foi de 1828 e transferia a competência de expedir carta de perfilhamento, da Mesa do desembargo do Paço para os juízes de primeira instância (GRANATO, 2010). Ou seja, o abandono de crianças no Brasil, fruto dos modelos europeus, remonta há tempos coloniais, passando a ser praticado em todos os estados brasileiros.

Somente podiam adotar os maiores de 50 anos, sem filhos legítimos ou legitimados [...]; a adoção por duas pessoas só era possível se fossem casadas; exigia-se o consentimento da pessoa que tivesse a guarda do adotando; a convenção entre as partes e a ingratidão cometida pelo adotado contra o adotante eram causas de dissolução da adoção; a forma exigida para adoção era de escritura pública, não sujeita a condição ou a

termo; um parentesco existiria somente entre adotante e adotado, salvo quanto ao parentesco natural, exceto o pátrio poder, que se transferia ao pai adotivo. (MARCILIO, 1998 apud CÁPUA, 2009, p. 76).

Estas práticas mudaram com o tempo, de modo que, em 1927, foi criado o Código de Menores brasileiro, o primeiro da América latina, editado com exclusividade para controle da infância e da adolescência abandonada e “delinquente”. O Código não contribuiu na solução do problema de abandono de crianças, e reforçou medidas de institucionalização de crianças como forma de proteção à infância.

Finalmente, em 1941, foi oficializada a adoção no Brasil, sendo criada, na Bahia⁶, a primeira Agência de Colocação Familiar, que serviu de modelo para outros estados no período. Com o passar do tempo a lei foi fechando os olhos para a proteção da criança e permitindo a sua colocação em famílias que a tratava como serviçal. Muitos abrigos, orfanatos passaram a ser locais procurados por famílias, com objetivo de retirar crianças e levá-las para suas próprias casas (MÉDICOS ILUSTRES DA BAHIA E DE SERGIPE, 2011).

Pouco a pouco pequenas mudanças ocorriam, com a redução na idade mínima para o adotante, de 50 para 30 anos, e a diminuição da diferença de idade entre o adotado e o adotante, de 18 para 16 anos. Outra inovação refere-se à permissão explícita do adotado para sua adoção, em caso de incapacidade para ser representante legal e à herança com consentimento do adotado.

Em 1957, um número maior de pessoas foi habilitado para adotar. Contudo, visando preservar os direitos dos filhos pré-existentes, se excluía a sucessão hereditária do filho adotivo.

Situando o tempo e o processo nas modificações e avanços nas leis para melhorar as condições vivenciadas pelas crianças adotadas, mais tarde foi editada a Lei n. 4.655, de 2 de julho de 1965, que dispôs sobre a legitimidade adotiva.

⁶ A primeira Agência de Colocação Familiar, sediada na Bahia, foi idealizada por Dr. Álvaro Pontes Bahia, assistente do Prof. Martagão Gesteira. Ao concluir o curso de Medicina, em 1913, ele se voltou para as políticas públicas de proteção à infância, para a pediatria e a puericultura. Naquela época, Salvador era uma cidade provinciana, com aproximadamente quatrocentos mil habitantes. O índice de mortalidade infantil era altíssimo: de cem crianças nascidas, quarenta morriam antes de completar doze meses de vida. Essa situação calamitosa chamou a atenção de Dr. Álvaro Bahia, que resolveu criar uma “Liga”, cuja finalidade era “lutar contra o obituário infantil na Bahia”. Sua ideia se espalhou em todo o país e, até, nos Estados Unidos.

Segundo esse diploma legal, a legitimação adotiva só podia ser deferida quando o menor fosse abandonado até sete anos de idade, órfão não reclamado ou qualquer parente por mais de um ano, ou cujos pais tivessem sido destituídos do pátrio poder ou, ainda, no caso de filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitada de prover a sua criação (GRANATO, 2010). O adotado ficava com os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorresse com o filho legítimo (CÁPUA, 2009).

Somente em 10 de outubro de 1979, com a Lei n. 6.697, foi instituído o novo Código de Menores, apresentando mudanças mais significativas na questão, com autorização de um juiz legitimando as adoções, como adoções simples e adoções plenas. Assim, novos procedimentos passaram a ser utilizados para adoção, os quais passaram a ser feitos nos cartórios, entre as partes. Com relação à adoção simples, era realizada e prevista para o menor que tinha situação irregular, no art. 27: “A adoção simples de menor em situação irregular reger-se-á pela lei civil, observando o disposto neste Código”. Assim, a lei remetia ao Código Civil de 2002 (CC/2002) para observância do procedimento. Atualmente, a situação é inversa, com o ECA, que revoga o antigo Código de Menores (BRASIL, 1990).

Mudanças sociais e na política nacional, nos anos 80, provocam também mudanças nas questões jurídicas no mundo, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que gerou movimentos significativos em relação à proteção da criança. Em nosso país, esses movimentos levam à instituição do ECA e direitos iguais para filhos biológicos e filhos adotivos, como frisa Cápua (2009, p. 80):

É nesse cenário novo, com grandes mudanças político-sociais no Brasil, que foi promulgada a Lei 8.069, de 13.07.1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e surgem leis muito avançadas no cenário mundial. Em relação à adoção, mister se faz dizer que o tratamento dessa questão no ECA adveio do art.227 da CF\88, denominada ‘Constituição Cidadã’ [...]. Doravante, é inegável, portanto, a importância do ECA, por estabelecer a igualdade de tratamento entre os filhos biológicos e os filhos adotivos.

Então, após a Constituição de 1988 (CF/88), um novo contexto se apresenta para as crianças e os adolescentes no que tange à adoção. O art. 6º trata dos direitos sociais, fazendo referência à maternidade e à infância. Já o art. 227, § 5º e 6º, se refere à assistência do Poder Público, estabelecendo que o Estado deverá fiscalizar as condições das crianças e dos adolescentes quando da adoção, nos casos de família substituta, ajudando a proteger de situações graves, como os de casos de tráfico infantil e juvenil (BRASIL, 1988).

É importante destacar alguns dispositivos das leis instituídas no Brasil nos anos 90, os quais asseguram direitos à criança e ao adolescente com impacto direto na adoção, quando passa a ser garantida.

Atualmente as leis sobre adoção são específicas, e assim constam do ECA: só a pessoa maior de 18 anos pode adotar(art. 1.618); a adoção por ambos os cônjuges ou companheiros poderá ser formalizada, desde que um deles tenha completado dezoito anos de idade, comprovada a estabilidade da família(Parágrafo único); o adotante há de ser pelo menos dezesseis anos mais velho que o adotado (art.1619) (BRASIL, 1990).

Pela primeira vez na história da Constituição do Brasil, a criança e o adolescente passam a ser tratados como um tema público de importância, e se tornou prioridade a proteção de pessoas em desenvolvimento, sendo um dever do Estado, da família e da sociedade, ancorado no princípio da dignidade da pessoa humana. Portanto, o processo evolutivo de assistência à criança, no Brasil, ocorre a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e da nova Lei de Adoção.

O ECA faz uma distinção entre criança e adolescente, no art. 2º: “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquele entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 1990).

Em 2003, houve uma tentativa de tratar a adoção em lei própria, por meio do Projeto de Lei (PL) n. 1.756, com o nome de Lei Nacional da Adoção. Ela dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes; sem sucesso, a nova lei se manifestou apenas em algumas alterações no ECA.

O ECA estabelece que a intervenção estatal, em observância ao disposto no *caput* do art. 226 da CF/88, será prioritariamente voltada à orientação, apoio e promoção social da família natural, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada (BRASIL, 1990, 1988). Na impossibilidade de permanência na família natural, a criança e o adolescente serão colocados sob adoção, tutela ou guarda, observadas as regras e princípios contidos no Estatuto e na CF/88 (GRANATO, 2010).

Em 2009, o Presidente da República sancionou a nova Lei de Adoção n. 12.010, ampliando direitos previstos no ECA, no Código Civil e na Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT) (GRANATO, 2009). A nova Lei busca dar aprimoramento ao instituto da adoção e tem três novos pilares: impedir o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar e comunitário, realizando um trabalho preventivo com os familiares, diminuindo as possibilidades da adoção; desburocratizar o processo da adoção; e diminuir e evitar o prolongamento da permanência da criança e do adolescente em abrigos, fixando o tempo em, no máximo, dois anos.

Esse tempo estipulado de permanência é determinante para que a criança ou o adolescente possa retornar à família biológica e, a cada seis meses de permanência em abrigo, o processo é revisto pelo juiz.

Em caso de adoção por estrangeiro, só é permitido se não houver brasileiros habilitados nos cadastros. Será dada preferência ao brasileiro, em seguida brasileiros residentes no exterior. Quanto a crianças indígenas e quilombolas serão adotadas, preferencialmente, por membros da própria comunidade. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe multidisciplinar, decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, e será incluída em programas de orientação e auxílio.

É importante ressaltar que essas ações voltadas ao atendimento das famílias necessitam de uma política municipal mais ampla, de modo a garantir o direito fundamental à convivência familiar e sua sobrevivência. Desse modo, a nova lei da adoção permite um olhar mais integrativo, que contempla a família o cuidado, a proteção às crianças e adolescentes.

2.2.1 Abandono de crianças e adolescentes

A utilização da expressão “criança abandonada” é relativamente recente na língua portuguesa. O vocábulo abandono tem origem etimológica no francês *bandon* (poder, autoridade), de onde deriva a expressão *laisser à bandon* (deixar em poder de), que posteriormente originou o verbo *abandonner*, em português, abandonar.

O ato de abandonar crianças é antigo e possuiu, ao longo da história, diversas formas, adjetivações e motivações. Entre as formas, ou tipos, podem-se citar o abandono afetivo, o abandono material e o abandono no sentido estrito, que é o físico. Dentre as adjetivações estão o “abandono infanticídio” e o “abandono piedoso”. (OSÓRIO; CANDIDO, 2009).

Marcílio (2010) estudou a história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil – nos séculos XVIII a XX. A pesquisa nasceu de uma preocupação com milhões de crianças brasileiras que sofrem, ainda hoje, privação e abandono, contribuindo para o entendimento de um fenômeno triste na história do país.

É de grande relevância entender que não existiria adoção se não houvesse abandono. É partindo desse princípio que os estudos sobre o abandono têm sido feitos nos últimos anos.

Impossível falar de abandono de crianças sem fazer referência à “Roda dos Expostos” ou “Roda dos Enjeitados”, já mencionada anteriormente. A Roda deixava anônimo o doador ou a doadora. Assim, na sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro da instituição, permitindo que a criança fosse depositada na parte externa, da seguinte forma: o expositor girava a Roda, puxava uma cordinha com uma sineta, para sinalizar ao vigia que uma criança havia sido abandonada, saindo logo em seguida.

A Roda dos Expostos foi uma das formas de acolher as crianças que foram abandonadas por mulheres que, por diversos motivos, não podiam permanecer com seus filhos e tinham que se livrar da criança. Apesar do momento e época serem diferentes, atualmente, em muitos casos, os motivos do abandono ainda são os mesmos.

Nem todas as crianças entregues à “Roda dos Expostos” permaneciam internadas, pois muitas eram criadas por “famílias criadeiras” ou “negras de aluguel”. Mas, segundo Orlandi (1988 apud CÁPUA, 2009), entre 1861 e 1874, deram entrada na “Roda” 8.086 crianças, das quais 3.545 morreram.

Essa situação, que guarda semelhanças com a que se observa atualmente, era gerada por grupos políticos, por religiosos e familiares que tratavam perversamente crianças advindas de relações não aceitas socialmente,

principalmente segundo a moral da Igreja e as relações escravocratas da colônia portuguesa com o Brasil.

Se ontem as crianças eram denominadas enjeitadas, hoje são meninos na rua, pedintes, pivetes, trombadinhas. As nomenclaturas para se referir às crianças abandonadas eram, e são, quase sempre, pejorativas, desrespeitosas e excludentes, típicas do descaso com uma parte da população oriunda das camadas mais desassistidas do país, daí as diversas situações de risco em que vivem muitas crianças brasileiras. Elas se encontram geralmente em abrigos, cujo regime ainda está associado a esse passado assistencialista que se estabeleceu no Brasil, com a colonização e as determinações do rei e da Igreja para as suas colônias.

Como historicamente o Estado não assume o seu papel de protetor da sociedade, que zela, respeita e garante direitos, muitas instituições que cuidam de crianças são vinculadas à Igreja, a organizações não governamentais. O Estado continua a não se ocupar do papel de gestor público e cuidador dos problemas sociais.

Esse quadro referente aos problemas sociais mostra que as situações de abandono de crianças e adolescentes no Brasil é um tema complexo e que traz como desafio encontrar soluções para uma atuação mais competente dos órgãos públicos, a fim de melhorar as condições de vida da família brasileira e minimizar as graves consequências do abandono de crianças e adolescentes no país.

Recentemente, a Presidente da República, Dilma Rousseff, lançou um projeto denominado Brasil Carinhoso, com objetivo de cuidar das mães e das crianças, de forma protetora. É possível que o projeto seja uma das soluções para minimizar as consequências de políticas e leis injustas, mudando, quem sabe, os índices de “abandono” no país, problema social de grande dimensão.

2.2.2 Negação de direitos e ação do Estado

O Estado pode ser compreendido como uma comunidade de pessoas que está em um território e fronteiras que se organiza enquanto poder político com objetivos de garantir segurança, justiça e bem-estar social, econômico e cultural, através de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Estado deve gerir a administração e promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social, garantindo a paz e a equidade, dentre outras necessidades coletivas.

Se a sociedade tivesse um sistema de proteção eficiente, em especial das crianças e adolescentes, com os cuidados garantidos, a situação de atenção a esses sujeitos poderia ser outra. No que tange à discussão sobre adoção no Brasil e adoção internacional, isso se torna muito importante.

Em publicação recente, Moraes e Naves (2014) tratam de várias questões em relação ao tema da adoção no Brasil, apontando a situação em que se encontram crianças e adolescentes que são afastadas dos seus familiares, encaminhadas para abrigos ou em situação de risco social, refletindo claramente o baixo grau de civilização da sociedade brasileira, ou de sua responsabilidade familiar, apesar de possuir em seu ordenamento jurídico o ECA, que trata do tema como prioridade.

As referências utilizadas pela revista acima mencionada, apontam dados coletados pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), de setembro de 2009 a novembro de 2010, informando que, nesse período, cerca de 37.000 crianças e adolescentes viviam em abrigos por todo o país. Desse total, 9% estavam aptos para adoção, mas apenas 2% em processo de adoção, em contato com os adotantes.

Segundo os números informados naquele artigo, dos 27.000 adultos pretendentes à adoção, em torno de 37% só aceitam crianças brancas, com idade abaixo de três anos e do sexo feminino. Dos 75% adotados com mais de cinco anos que vivem em abrigo, 52% são meninos e apenas 41% são brancos. Esses números retratam um descompasso entre o desejo de adotar e o público de crianças e adolescentes considerados aptos à adoção.

O sistema político-assistencial brasileiro, por seu turno, participa dessa exclusão, pois além de apoiar veladamente esse ideário etnocêntrico do pretendente à adoção nacional, exime-se da sua responsabilidade social no tocante à prática do abandono.

O Estado brasileiro esbarra, convenientemente, no plano religioso, evitando discussão sobre temas importantes e políticas públicas relativas à gravidez indesejada, descriminalização do aborto, proteção à maternidade carente e planejamento familiar, acalmando os ânimos mais acirrados com a concessão, também conveniente, de bolsas e abonos às famílias de baixa renda.

Por outro lado, ao relegar a maior parte da ação assistencial das famílias pobres às instituições religiosas, ironicamente, comete-se o pecado de não

satisfazer a demanda por leis mais avançadas que nascem de discussões políticas corajosas e de estudos científicos, baseados em dados estatísticos confiáveis, como os revelados pelos números informados pela Fiocruz (MORAES; NAVES, 2014).

A ausência de políticas públicas mais sérias, reforçada pela falta de interesse do Estado brasileiro em acompanhar as poucas ações governamentais nesse sentido, revela números cada vez maiores de crianças e adolescentes brasileiros em estado de abandono social.

Segundo o ECA, o acolhimento institucional nos abrigos deveria ser uma medida “provisória e excepcional” de “proteção especial”, mas a situação nas instituições em geral, identificada pelo estudo de Pinheiro e outros (2008), demonstra que a atenção esperada no cumprimento das rotinas, para que se cumpra o papel que lhes atribui a legislação não acontece, ou é rara e insuficiente.

De acordo com Motta (2011), em 29 de agosto do ano de 2011, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, juristas e autoridades públicas se reuniram em São Paulo para discutir a questão no seminário intitulado “Além da Adoção”, trazendo como preocupação o desafio de acolher crianças e adolescentes de maneira provisória e, definitivamente, separados de sua família.

O tema, debatido pelos palestrantes no referido seminário, revela complicações quando as questões psicológicas, sociais, culturais, legais, políticas e institucionais se revelam indispensáveis à compreensão do problema.

A situação demanda uma compreensão muito maior, a de ouvir as próprias crianças e os adolescentes, respeitando suas escolhas e o que diz respeito à sua própria vida. É importante a participação de todos os envolvidos: pais adotivos, adotados, comunidade, Ministério Público, Judiciário, trabalhadores de abrigos e de ONG's, por exemplo.

Motta (2011) também se refere aos problemas de adoção dentro do país e de crianças brasileiras adotadas que hoje se encontram no exterior. Correia (2011) apresenta dados também importantes para a análise de algumas questões que ora são vistas como formas de encontrar soluções destinadas a mudar as vidas dessas crianças e adolescentes.

As informações das autoras acima revelam problemas da adoção no Brasil, sobretudo no cumprimento das leis, denunciando a precariedade em relação aos instrumentos jurídicos no país e à quase ausência do governo na vigilância do

funcionamento dos abrigos, fiscalização dos poderes públicos e inaptidão para encontrar famílias de acolhimento e famílias para adoção, com a finalidade de promover o bem-estar das crianças e dos adolescentes postos sob sua guarda.

Uma entre outras preocupações apresentadas nas duas reportagens é o problema da preferência étnica e de faixa etária da maioria das famílias aptas à adoção. Elas demonstram claramente seu interesse por crianças brancas, do sexo feminino e com menos de três anos, quando os dados apresentados pelos dois veículos de imprensa comprovam que a maioria das crianças disponibilizadas para adoção é negra e está acima dessa idade.

De acordo com Neide (2011), na tentativa de reverter a atual situação de abandono de crianças em idade mais avançada, o deputado Jorge Tadeu Mudalem – do Democratas de São Paulo (DEM-SP) –, por meio da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal (DF), apresentou o PL n. 1.432, de 2011, objetivando criar incentivos fiscais para estimular a adoção tardia e, também, dar preferência e agilidade nos processos.

O CC/2002 brasileiro vigente admite até mesmo a adoção de adultos, no seu art. 1.619, mas não se tem notícia da promoção de qualquer política por parte do Estado nesse sentido (BRASIL, 2002).

Para o Desembargador Salomão Resedá, com sua experiência como juiz de Direito por mais de 20 anos, titular da Vara da Infância e Juventude de Salvador, no Estado da Bahia, essa não é uma ideia que poderá ter efeitos tão práticos, pois nos casos em que não existe exigência de cor, idade e sexo, a adoção acontece em até dois meses (NEIDE, 2011).

A não realização das políticas públicas por parte dos organismos governamentais, tanto no Brasil quanto em outros países em desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos, repercute em altíssimos índices de abandono de crianças e adolescentes, resultando em sua exclusão social e consequente aumento da sua mortalidade e inserção criminal.

Exemplos mais contundentes dessa exclusão são visíveis nas ruas, nos abrigos, nas creches, nas casas de acolhimento de menores infratores, nas cadeias públicas e nas páginas policiais. Em alguns casos, até mesmo nos lares de acolhimento, onde podem ocorrer práticas de exclusão nas relações entre as

pessoas, no ambiente familiar e social do adotado, independente da condição social do adotante.

A adoção nem sempre atinge a finalidade de incluir socialmente o adotado, tornando-se um desafio para o sistema estatal buscar condições capazes de garantir qualidade de vida a indivíduos postos sob sua guarda, razão por que é preciso priorizar o interesse do bem-estar das crianças e adolescentes, criando programas que contemplem verdadeiramente metas focada nos graves problemas, nas dores e sofrimento das classes populares, das crianças pobres e abandonadas nas ruas e nos abrigos do país, à espera de um lar.

Cabe ao Estado brasileiro, portanto, não somente criar leis ou acolher leis internacionais, como também tomar decisões voltadas à proteção de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social e a garantia de seus direitos, assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sem dúvida, se crianças e adolescentes são vistos e considerados como o futuro da sociedade da qual fazemos parte, e se o país acolhe em seu ordenamento jurídico convenções internacionais, o assunto deve ser tratado com a devida e necessária atenção pelo Estado Brasileiro, através da criação de políticas capazes de promover o acolhimento e o respeito aos direitos, conforme determinam essas leis.

2.3 ADOÇÃO INTERNACIONAL

A adoção internacional, também conhecida por adoção transnacional, é aquela que ocorre quando o adotante tem seu domicílio em um país e o adotado tem residência habitual em outro (GRANATO, 2010).

Nesta subseção, faço uma breve abordagem das questões relacionadas à adoção internacional, focalizando aspectos que se relacionam ao antes e depois da adoção, considerando algumas situações sociais, nem sempre vantajosas, vividas por crianças e adolescentes brasileiros, com enfoque nos baianos adotados no Brasil e na Europa.

Correia (2011, p. A9) informa que “[...] atualmente, do total de 177 pessoas habilitadas para adoção na Bahia, apenas 33 (18,65%) estão dispostas a adotar maiores de 03 anos de idade, enquanto 144 (81,35%) querem apenas recém-nascidos ou crianças de até 3 anos de idade.”

É a partir dos anos 70 do século XX que a adoção internacional se desenvolve de maneira intensa, até vir a se tornar tema de enorme importância e foco de atenções das mídias, na atualidade, quando grandes estrelas internacionais, buscando demonstrar responsabilidade social e humanitária, solidariedade, ou até chamar atenção para si ou para o problema, adotam crianças de países considerados do Terceiro Mundo.

O mesmo ocorre quando se formam verdadeiros amontoados de crianças órfãs, em êxodo nas fronteiras entre países em pós-guerras étnicas ou tribais, ou, ainda, quando há desastres naturais de grandes proporções, concitando a humanidade a assumir uma posição protetora da infância, como símbolo de sua condição vital no planeta.

Nesse contexto, é importante salientar questões que envolvem a devolução ao país de origem de crianças adotadas em países estrangeiros, tempos depois da adoção, e suas consequências nem sempre amenas, como as que informaram Falcão (2013), em reportagem sobre o estranhamento que um fato como esse provocou nas relações diplomáticas entre Rússia e Estados Unidos, a ponto de levar esses países a suspenderem adoções por tempo indeterminado.

Essas informações tratam de um fenômeno complexo do ponto de vista dos diálogos internacionais, sobretudo quando se tem em vista a vida das crianças e adolescentes que passam pelo processo de adoção internacional que, nem de longe, é um processo tão somente de natureza jurídica ou familiar.

O que torna complexo o instituto da adoção internacional não é um breve momento de convivência pré-adoção e deferimento da adoção definitiva ao estrangeiro por um juiz de direito ou por representante do sistema jurídico do país do adotado. Criando por esse meio uma nova família para o adotado, o sistema jurídico também lhe confere a nacionalidade do adotante, submete-o, a partir de então, a novas regras jurídicas e a novas relações de convivência.

As autoras Nabinger (1997 apud PEITER, 2011) e Crine (2004 apud PEITER, 2011) partem do princípio segundo o qual a adoção internacional porta dificuldades a mais, quando comparada à nacional. Levando em conta as distâncias geográficas, linguísticas, étnicas e culturais, afirmam que o caráter de “dessemelhança” acumula-se, e o sentimento de estranheza pode entrar em cena de uma forma mais acentuada, podendo, inclusive, perturbar a inserção da criança no lugar da filiação.

A adoção internacional leva, necessariamente, o adotado a adquirir uma identidade estrangeira, um novo idioma, novos hábitos e costumes, e, muitas vezes, a viver sob um novo clima, passando por situações que tocam seus sentimentos mais profundos e íntimos e até mesmo suas raízes étnicas, envolvendo emocionalmente nesse contexto adotantes e pessoas do seu convívio cotidiano, o que gera resultados muitas vezes inesperados.

Essa é a razão porque, em se tratando de adoção internacional, é importante considerar dimensões coletivas sociais e culturais, realidades geopolíticas de países ricos e pobres, assim como outros fenômenos sociais que ocorrem, por suas consequências.

A cada dia, tais fenômenos se evidenciam de forma diferente. Com o advento da rede mundial de computadores, a criminalidade internacional ganha proporções preocupantes. Junto ao terrorismo e ao tráfico de pessoas e de órgãos, aparecem a transgressão e o apelo sexual exagerado, ressaltando-se a violência física contra menores e a prática de pedofilia explícita, através de redes sociais, entre os crimes mais noticiados pela imprensa nos últimos tempos.

Por outro lado, autoridades de países considerados ricos, como os da Europa e da América do Norte, vêm demonstrando grande preocupação com o problema da adoção, criando não somente leis especiais, mas também sistemas de informação, com o objetivo de alertar pessoas sobre o sofrimento de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Para tanto, os governos vêm criando campanhas a fim de sensibilizar o público através de meios de comunicação, evidenciando os problemas dos países pobres, transformando as adoções internacionais em fenômeno social de grande complexidade.

Muitos veem a adoção internacional como meio capaz de amenizar o problema do abandono da infância nos países pobres, associando a possibilidade de adoção com a baixa condição econômica desses países.

É certo que o problema econômico dos países do adotado se associa à questão demográfica, pois, contrariamente aos países que acolhem, os países de origem dos adotados são mais populosos, destacando-se entre esses China, Rússia, Guatemala, Coreia do Sul, Ucrânia, Colômbia, Etiópia, Haiti, Kasaquistão,

Brasil, Peru (TRÉVENNEC, 2008). Entretanto isso não é o que possibilita ou define uma adoção internacional.

A questão passa, necessariamente, pelas relações políticas e socioeconômicas entre países, mas se define pelas suas relações jurídicas internacionais, mormente pela hierarquia das leis que regem o instituto, começando por convenções e acordos internacionais, passando por sua recepção pelo ordenamento jurídico e pelas leis de países de origem dos que se submetem ao processo de adoção.

Em 29 de maio de 1993, na cidade holandesa de Haia, sob a égide das Nações Unidas, veio a lume a convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, com o objetivo de estabelecer garantias para as adoções internacionais, instaurar um sistema de cooperação entre países para prevenção de sequestro, venda ou tráfico de crianças e assegurar o reconhecimento das adoções entre os estados contratantes. Isso significou grande avanço na legislação internacional, ainda que, antes de sua edição, outras leis e acordos entre países favorecessem o exercício da adoção.

O Brasil acompanhou o avanço e tornou-se signatário da Convenção Internacional de Haia de 1993, embora não tenha participado da Convenção de 1961, que trouxe uma importante evolução no sistema de validação internacional de documentos públicos, de forma simples e célere.

No Brasil, as principais conquistas jurídicas, concernentes à adoção internacional, foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, começando pelas cartas constitucionais e evoluindo, principalmente, na sua atual Carta Magna, também denominada Constituição Cidadã, que inseriu no seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

A CF/88 prevê a adoção internacional, especificamente, no § 5º do artigo supracitado, dispondo que “a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.” (BRASIL, 1988).

Mas, segundo Granato (2010), o legislador brasileiro tem se preocupado com as regras que discutem a adoção internacional sob o prisma das normas da nacionalidade e do domicílio, ou seja, deve permanecer a lei da nacionalidade quando o adotando e adotado tiverem nacionalidades diferentes, como ocorre na Alemanha, Portugal, Grécia, Japão e Coreia.

A CF/88 e legislação infraconstitucional brasileira, capitaneada pelo CC/2002 e pelo Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942, mais conhecido como Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, cujo nome sofreu recente alteração para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, com redação dada pela Lei n. 12.376, de 2010, é que disciplinam o assunto.

A questão da nacionalidade é disciplinada pela Carta Magna vigente, no seu Título II, Capítulo III, que reconhece como brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; e os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. (Art. 12, inciso I, alíneas a, b e c, com Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007) (BRASIL, 1988).

O brasileiro, portanto, não deixa de ser nacional pela adoção por estrangeiros, sendo admitida, nesse caso, a dupla nacionalidade, e a perda da condição de brasileiro somente ocorre quando este adquirir outra nacionalidade, ressalvados os casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis, como prevê o § 4º do mesmo artigo (inciso II alíneas a e b) (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994) (BRASIL, 1988).

Quanto ao domicílio, o art. 7º Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro preceitua que: “a lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.” (BRASIL, 1942).

Embora o referido decreto seja de hierarquia inferior às regras do CC/2002 e do ECA, que são as leis federais que disciplinam especificamente o sistema de adoção no Brasil, por falta de legislação predominante sobre domicílio, aquele instrumento geral deve ser analisado prioritariamente às leis específicas.

Por esse motivo, ao decidir a adoção de um nacional por estrangeiro, o magistrado brasileiro deve levar em consideração, em primeiro plano, as leis que regem a nacionalidade do adotado e também a lei do domicílio do adotante, os efeitos e consequências jurídicas que isso pode gerar, sobretudo levando-se em conta a falta de eficácia e do cumprimento das leis que assegurem concretamente os direitos humanos no país do pretendente à adoção.

Ao fazer menção ao ECA, o CC/2002 delega a essa lei especial a maioria dos procedimentos que disciplinam a adoção no Brasil, mas continua regendo as questões referentes à capacidade civil e às relações parentais. O processo judicial, entretanto, ao lado das regras do ECA, continuam sob regência do Código de Processo Civil (CPC) pátrio (Lei n.5.869, de 11 de janeiro de 1973), guardadas as prioridades estabelecidas no estatuto específico.

Embora anterior à Convenção Internacional de 1993, o ECA datado de 1990, teve seu texto readaptado para recepcioná-la, sofrendo alterações para modernizar-se, tratando especificamente da adoção no seu Título II, Capítulo III, seção III, subseção IV, e, sobre o tema, dispõe no seu art. 51 (BRASIL, 1990). Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no Artigo 2 da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.087, de 21 de junho de 1999. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) (SENADO FEDERAL, 1999; BRASIL, 1999).

Dessa maneira, o problema é de complexa solução, pois não se resolve apenas na esfera econômica ou familiar, mas, principalmente, nas esferas política e jurídica, na evolução da legislação local e na ratificação e adesão à Convenção de Haia pelo país do adotante e do adotado.

2.3.1 Pesquisas sobre adoção no Brasil e nos Estados Unidos

Considerando o critério de proximidade com as questões sobre as quais reflito nesta tese, apresento, aqui, recortes de duas pesquisas: uma realizada no Brasil, por Weber (2002), sobre crianças brasileiras adotadas por brasileiros; e outra, realizada nos Estados Unidos, por McGinnis e outros (2009), sobre crianças asiáticas, africanas e latino-americanas, adotadas por norte-americanos.

Em sua obra, Weber (2002) pesquisou 400 sujeitos, entre pais adotivos, filhos adotivos (adolescentes até 16 anos) e filhos biológicos que têm irmãos adotivos, moradores de 17 estados e 105 cidades diferentes do Brasil. Mencionando dados de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a autora afirma que a grande maioria dos pais adotivos brasileiros é branca (96,2% mães e 85,5 % pais), com escolaridade elevada, renda acima da média e exercem profissões de nível superior. Como as crianças adotadas por essas famílias também são predominantemente brancas, são mais semelhantes aos seus pais adotivos.

Como a adoção de uma criança mestiça por adotantes brancos é considerada, no Brasil, como adoção inter-racial, houve 27,9% de adoções inter-raciais se for considerada a cor da pele da mãe e, 25,7%, se for considerada a cor da pele do pai; desse total de adoções inter-raciais, somente 4,1% foram de adotantes brancos e crianças negras. Entre os adotantes pesquisados houve somente 8,1% de casamentos inter-raciais, enquanto a média da população brasileira é de 22,6%. (WEBER, 2002).

Em relação à idade ao ser adotado, Weber (2002) estabelece três categorias: a) bebê, com até três meses de idade; b) precoce, com mais de três meses até dois anos; c) tardia, com mais de dois anos. Em sua pesquisa, mostra que a grande maioria de adotados (80%) é formada por bebês, ficando apenas um número pequeno de crianças adotadas nas duas outras categorias, sobretudo na fase por ela denominada como tardia.

Sobre os pais adotivos, a autora refere que 49,2% possuem filhos biológicos, sendo que o filho adotivo é mais novo que estes em 84,2 % dos casos, o que mostra que a maioria é experiente como pais, ao adotar. Sobre os motivos da adoção, 63% responderam por infertilidade e 37% alegaram motivações altruístas, a exemplo de ajudar a criança.

Os adotantes dizem que adotam por problemas de infertilidade e, por isso, querem um bebê parecido com sua família, 'porque existe muito preconceito dos outros', e que 'possa ser cuidado desde pequenininho para poder sentir tudo o que tenho direito, até noites sem dormir'. Também preferem crianças saudáveis porque 'não têm habilidade emocional, tempo ou dinheiro para cuidar de crianças com problemas'. Muitos daqueles que já possuíam filhos biológicos resolveram adotar por causa de infertilidade apresentada na segunda gestação ou novo casamento. (WEBER, 2002).

Apesar de adotarem para resolver um problema de infertilidade, o número de adoções altruístas, mais presente em países desenvolvidos, está em ascensão, de acordo com essa autora.

A segunda pesquisa que apresento é a de McGinnis e outros (2009). Os autores fizeram um estudo amplo sobre famílias multirraciais, investigando 468 adotados adultos, dentre os quais 156 nascidos nos Estados Unidos da América (EUA), adotados por famílias brancas, e 179 nascidos na Coreia do Sul, também adotados por famílias brancas. Os demais adotados são latino-americanos e africanos.

Preocupado com conflitos decorrentes de interações inter-raciais na adoção, o autor comenta que:

As consequências deste fenômeno histórico [fenômeno da adoção] foram profundas, tanto para as dezenas de milhões de americanos em cujas famílias essas crianças foram adotadas, bem como para uma sociedade em que nossa compreensão do que se parece com uma família é alterado todos os dias. Ainda sabemos muito pouco sobre o impacto dessa mudança - mais incisivamente sobre seus efeitos sobre os asiáticos, hispânicos e afro-americanos de meninos e meninas no núcleo do mesmo. Como desenvolvem um senso de identidade racial quando gerado por pais brancos, mais frequentes em predominantemente comunidades brancas? Como incorporam um entendimento de ambos sendo adotado e de ter os pais que são de uma raça ou etnia diferente da deles? Como eles aprendem a lidar com racismo e estereótipos? Que experiências são benéficas a eles no desenvolvimento de um sentido positivo de si mesmo? (McGINNI Set al, 2009, p. 3).

Seus questionamentos procedem, na medida em que se sabe que, desde os anos 70, só nos Estados Unidos, foram adotadas quase um milhão de crianças de outros países, a maioria deles de orfanatos na Ásia, América do Sul e, mais recentemente, África. Diante disso, ela aponta algumas questões que merecem ser pensadas em relação à adoção internacional, envolvendo crianças de países considerados subdesenvolvidos, por famílias de países considerados desenvolvidos.

A adoção se torna significativa para a identidade da pessoa do adotado, principalmente na vida adulta.

A identidade étnico-racial ganha importância para os adotados em contextos Inter étnicos e inter-culturais.

Lidar com a discriminação é um aspecto importante em relação à identidade racial/étnica para adotados de cor. [...] Um achado notável foi que 39 por cento dos inquiridos coreano relataram discriminação baseada na raça.

A discriminação com base na adoção é uma realidade, na qual os adotados brancos se sentem menos confortáveis com a própria identidade de adotados do que os adotados coreanos.

A maioria dos adotados inter-raciais se consideravam brancos ou queriam ser brancos quando crianças. [...] Com mais maturidade, com acesso a comunidades mais diversificadas e através de ligações com pessoas

também asiáticas eles aprenderam a reconsiderar suas identidades e chegar a um acordo com o ser asiático. [...] Uma minoria foi classificada como não reconciliada, mesmo sendo adultos, e deseja parecer com seus pais ou com membros da cultura da maioria.

[...] Muitos coreanos adotados buscavam ativamente soluções na busca de identidade relacionadas à raça/etnia, com 80% relatando que eles tentaram aprender mais sobre seu grupo étnico. A maioria tinha visitado a Coreia (61%) e participou de organizações relacionadas com a adoção ou grupos de Internet.

Os adotados brancos relataram o contato com parentes biológicos como uma das experiências mais importantes para a realização de uma identidade positiva adotiva. [...] 86% dos adotados brancos tinham tomado medidas para encontrar parentes biológicos, [...] dos quais 45% relataram que tiveram contato. (McGINNIS et al, 2009, p. 5-6).

Esse estudo procurou saber quais fatores geram maior conforto com a condição de adotado, sendo eles: a) gênero (as mulheres se sentem mais confortadas); b) estar satisfeito com a vida que leva; c) auto estima positiva. Como conclusão, os autores apontam que é necessário proporcionar o desenvolvimento positivo de identidade racial e como adotado, através de oportunidade para conhecer e aprender sobre sua origem. A pesquisa aponta, também, a necessidade de experiências que promovam conforto e identificação racial e cultural.

[...] alguns dos entrevistados também notaram que seus pais não sabem ou não entendem o impacto de ser uma pessoa de cor em uma comunidade predominantemente branca ou a importância de conectar as crianças com adultos do mesmo grupo étnico-racial, para servir como fontes de informação, apoio e referência. O mesmo pode ser dito para adoção, ou seja, é favorável à interação de filhos adotivos com outras crianças adotadas e com adultos que foram adotados. (McGINNIS et al, 2009, p. 6-9).

Além dessas duas pesquisas, considero importante refletir acerca de análises feitas por Schelgten (1985) em uma reportagem de um jornal em Luxemburgo – Telecran –, além de uma autora brasileira que pesquisou adoção internacional realizada no Brasil nos anos 80, período que é apontado pelos autores, em geral, como o de maior incidência de adoções no país.

O Telecran publicou, nos anos 80, algumas matérias sobre os problemas da pobreza no Brasil, a falta de agilidade dos processos de adoção, bem como sobre as motivações expressas como desejos e atitudes altruístas dos europeus, fazendo com que muitas crianças brasileiras fossem para outros países.

Schelgten (1985) aborda a questão dos adotados brasileiros, com destaque para as atividades de PE. O autor elogia os trabalhos difíceis na área social e o seu papel na adoção de crianças brasileiras por famílias europeias:

E isso é mais uma atividade de PE: intermediar crianças para adoção. Há três anos o governo brasileiro regulamentou as regras sobre adoção de crianças órfãs. PE iniciou o apoio à adoção e possibilitou para cerca 40 crianças encontrar novos pais. (SCHELGTEN, 1985, p. 14, tradução nossa).

Na compreensão de Schelgten (1985), as dificuldades burocráticas para resolver os problemas que impediam a concretização do processo da adoção retardavam o benefício que iria salvar a vida de uma criança que esperava ser atendida.

Hoje PE gasta cerca da metade do seu tempo com adoções. O tempo que ele investe para conseguir novos pais para uma única criança é totalmente desproporcional em relação ao número de crianças abandonadas em Salvador. Várias dezenas de milhares de crianças morrem na cidade de Salvador com 1,2 milhões de habitantes. Mas PE caminha até sangrar os pés e falar até ficar sem saliva para liberar crianças para a adoção. As entidades brasileiras trabalham em velocidade de tartaruga; apesar da pobreza e da miséria, a burocracia é ainda maior do que aqui. (SCHELGTEN, 1985, p. 14, tradução nossa).

A adoção é vista como uma solução para salvar crianças de uma situação sem chance, sem oportunidade de conquistar uma vida com dignidade. Muitas crianças eram entregues a PE pela própria mãe, e outras eram deixadas em hospitais ou abandonadas em orfanatos. Conforme Schelgten (1985, p. 14, tradução nossa):

PE não negocia crianças, pelo contrário, quando uma mãe o procura para lhe entregar seu filho, ele conversa com ela, ajuda com comida e manda ela para casa. Se assim mesmo ela quer entregar a criança, o PE visita para checar a sua situação de desespero e, somente assim, ele aceita receber a criança. Além disso, ele encontra crianças em hospitais, que foram deixadas e abandonadas. Também em orfanatos do estado ele busca órfãos, assumindo inclusive as despesas de documentação, de forma regular. O trabalho não se esgota por aí. Conforme a legislação brasileira, os pais adotivos precisam viajar da Europa para o Brasil, se apresentar perante o juiz da infância e juventude; com crianças maiores, ainda precisam ser feitas duas semanas de estágio, requerimento de autorização para deixar o país e emitir um passaporte.

Durante esse período as críticas ao Brasil no que tange às adoções internacionais crescem bastante. Percebe-se, assim, a adoção não mais como um mal necessário, mas como uma ameaça. Maux e Dutra (2010), em seus estudos sobre adoção no Brasil, mostram os sentimentos negativos relacionados à adoção internacional. Entretanto, no final dos anos 80, a adoção passa a ser vista como um negócio rentável para algumas pessoas.

Passa-se a falar da 'deportação' ou, com o surgimento de uma nova classe de advogados especializados nessa matéria, até de 'transação' de crianças na 'indústria de adoção internacional'. No bojo dessa retórica, para a

pergunta: que país é esse que permite que vendam seus filhos? (FONSECA, 2006, p. 55).

A ambivalência dos primeiros artigos – em que coexistiam a ideia de “salvação infantil” lado a lado com a da “ameaça estrangeira” – foi cedendo ao significado monolítico de “tráfico”. Em 1987, uma renomada jornalista cearense publica um artigo irado contra a imagem – em voga na imprensa internacional da época – do Brasil como o país de 30 milhões de crianças vagando esfomeadas pelas ruas.

Afirma que a adoção internacional, com sua ladainha salvacionista, ajuda os estrangeiros a se considerarem “os puros, os salvadores”, em relação aos brasileiros, “indigentes, marginais, assassinos, famintos, subdesenvolvidos”. Antes de admitir tal afronta à honra nacional, a jornalista declara, em referência às crianças adotadas por estrangeiros: “Digo mais: prefiro chorá-las mortas a me envergonhar delas vivas.” (FONSECA, 2006).

Conforme Fonseca (2006), o Brasil é um dos maiores “fornecedores” de crianças do mundo (atrás da Coreia, Índia e Colômbia), durante essa década. A emissão de passaporte para crianças adotadas na década de 80 oscilava entre 1500 a 2000 por ano, conforme a autora, com base nos dados da Polícia Federal.

Em sua obra, reflete sobre os motivos do crescimento de adoções inter-raciais nos países do “Primeiro Mundo”, no auge da prosperidade pós-guerra, relacionando-as, por um lado, à redução de crianças na Europa e de gestações não planejadas. Por outro lado, relaciona, ainda, à redução do estigma em torno da ilegitimidade, dentre outros fatores que obrigam mulheres a “abandonar” seus filhos, por se tratar de uma época onde o ideal da família nuclear estava em alta. As pessoas com problemas conceptivos passaram a se queixar da “falta” de crianças disponíveis para a adoção.

As leis europeias e norte-americanas dificultaram cada vez mais destituir qualquer pessoa de seu status paternal ou maternal contra sua vontade, gerando a busca de crianças além das fronteiras nacionais, em regiões mais pobres e onde ainda não tinham chegado inquietações sociais e políticas sobre a adoção.

Foi no bojo desse cenário, no final dos anos 1970 e, especialmente, na década de 1980, que ocorreu o “boom” de adoção internacional em países do Terceiro Mundo (FONSECA, 2006).

As pesquisas apresentadas confirmam a que realizo. Em relação à pesquisa de Weber (2002), guarda similaridade porque também enfoca a adoção de crianças brasileiras, diferindo, porém, na medida em que focalizo a adoção internacional e, esta autora, a adoção nacional.

Chama atenção, no recorte de seu estudo, alguns aspectos já mencionados neste trabalho, que são corroborados por autores diversos e/ou dialogam com dados de campo trazidos nas seções seguintes, sintetizados na tendência histórica da adoção nacional no Brasil para preferência de pais adotivos - geralmente brancos, de classe média e alta, nível superior - por crianças brancas, bebês, tendo como motivo principal a infertilidade dos pais, mas também o altruísmo, em segundo lugar.

No caso da adoção de crianças brasileiras por pais estrangeiros, é bastante representativo o número de crianças negras, com idade mais avançada, motivado por um impulso desses pais de se interessarem pelo exótico, diferente, coincidindo classe social, nível de escolaridade e motivações para a adoção.

No caso do estudo de McGinnis e outros (2009), são mostrados casos de famílias que passam a ser multirraciais, por causa da adoção internacional de crianças asiáticas, latino-americanas e africanas. Nesse contexto, focaliza conflitos identitários dos adotados, aproximando-se das mesmas questões que são foco no estudo que faço de adoção internacional de crianças brasileiras por famílias europeias.

Schelgten (1985) tematiza a adoção de brasileiros por famílias europeias, enfatizando seu caráter supostamente salvacionista, citando PE como “salvador” desses seres abandonados pelo Estado brasileiro, denunciado por sua ação morosa e burocrática, dificultando os processos de adoção.

3 ANCORAGENS E CONCEITOS EM TORNO DE IDENTIDADES

No presente estudo, ao problematizar os conflitos identitários de jovens adotados pelo processo de adoção internacional, com destaque para a pós-adoção, senti a necessidade de fazer uma reflexão acerca de temas relacionados a identidades, no intuito de tentar responder seus questionamentos sobre a busca pela sua família biológica e país de origem.

Afinal, sua adoção os colocou em situação de intercâmbio intercultural e transnacional, assim como envolvidos em relações assimétricas e inter-raciais, nos contextos sociais onde passaram a se inserir, em um país europeu porque, tendo sido adotado por uma família europeia, passou a viver em outro país que não o Brasil.

A questão da adoção internacional vem sendo tratada recorrentemente na mídia, em discussões nacionais e governamentais e em outros espaços, públicos e privados. Esta é uma temática que possui implicações várias e, especialmente, provoca impactos variados, dentre os quais destaco o impacto nas identidades dos jovens adotados, objeto de análise nesta tese.

As decisões a respeito da adoção, que envolvem o destino das pessoas, têm ocorrido quase sempre apenas sob o olhar jurídico, vinculado às leis e à justiça brasileira, desconsiderando aspectos socioafetivos, culturais, identitários, como abordado nesta tese. Hoje, a justiça relacionada à infância e à juventude, mesmo tendo como fonte primária a Lei, não se limita a questões no campo do direito; envolve, também, dimensões outras, sobretudo quando se trata de adoção internacional.

Logo, atuar no âmbito do direito de crianças e adolescentes requer uma intervenção multidisciplinar, que proporcione a abertura para profissionais de outras áreas, que possam auxiliar no encaminhamento dos problemas sociais e culturais enfrentados pelos envolvidos. Vale salientar, ainda, que no universo das relações jurídicas existem leis sobre o tema, mas elas necessitam ser atualizadas, sem falar que se trata de situações que implicam, sempre, questões de subjetividade, as quais não podem deixar de ser consideradas.

Entendendo que, em um processo que envolve relações sociais, culturais, políticas relacionadas a crianças e adolescentes, em âmbito internacional, considero importante me aproximar do tema numa perspectiva interdisciplinar, para além de discussões de leis que visam garantir a proteção dos adotados.

Estudiosos de várias áreas têm se dedicado a discutir dimensões culturais identitárias, a exemplo de memória, corpo, pertencimento, racismo e discriminação, as quais são fundamentais para a compreensão da problemática do pós-adoção internacional, no contexto de interações inter-raciais e interculturais, objeto deste estudo. Neste sentido, corpo, cultura, pertencimento, racismo e preconceito são conceitos que se interseccionam na consideração dos conflitos identitários vividos pelos jovens pesquisados e, por isso, serão abordados nesta seção.

Um autor importante nesta discussão é Hall (2006), o qual estuda as identidades culturais e os conflitos daí decorrentes, abordando relações de autonomia, crises e fragmentações próprias da pós-modernidade, situando a questão racial numa perspectiva de contestação acerca da hegemonia cultural na sociedade mediática e de consumo, relação entre os meios de comunicação e a cultura, dentre outros. Neste sentido, o autor, estabelecendo um diálogo crítico com correntes contemporâneas de pensamento sobre a cultura, analisa, também, a ideologia e sua articulação em práticas sociais.

Stuart Hall nasceu na Jamaica, em 1932, e, muito jovem, adquiriu consciência a respeito das contradições da cultura ocidental, de como resistir e sobreviver à experiência colonial, lidando com os conceitos de classe, gênero, raça, as influências que exercem sobre uma pessoa, sobre um grupo. Seu pensamento passa por convicções democráticas, muita capacidade de observação sobre a cena cultural contemporânea e projeto de estratégias culturais como forma de pressão social, através de políticas culturais.

Esta discussão é importante para pensar relações inter-raciais e interculturais vivenciadas por jovens brasileiros negros e pobres adotados que vivem na Europa. Por esse prisma, então, é possível dimensionar quais são e como têm sido suas vivências e conflitos identitários no país onde moram, trabalham, estudam, se relacionam com a família adotiva, amigos, colegas e outros.

Um aporte teórico importante sobre cultura é também Hall (2012), que aborda estudos culturais vinculados às relações sociais, formação de classe e divisões de

estrutura racial, na sua relação com o poder, o qual, diz o autor, produz assimetrias em relação às capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais.

A discussão, portanto, em torno das diferenças culturais, no entendimento da subjetividade dos brasileiros adotados por famílias europeias, relaciona-se aos deslocamentos e envolvimento com culturas distintas, em diversos aspectos, como se constata nas informações trazidas no texto da tese.

3.1 IDENTIDADES, CORPO E PERTENCIMENTO

Para efeito das análises e discussões desenvolvidas no presente estudo, a identidade precisa ser pensada e compreendida, também, a partir da sua relação com a cultura, associando-se à ideia de pertencer ou não pertencer a um lugar, país, região de onde se procede e/ou onde se vive, convive, como expressam os jovens pesquisados, no percurso da pesquisa.

Por outro lado, as identidades culturais se formam e se conformam na sociedade, emergindo de diversas formas no cotidiano, inclusive mediante apropriação de símbolos culturais pelos poderes dominantes, dentre eles a mídia. Segundo Hall (2006), tudo isso impacta as identidades culturais, que passam a ser instáveis, multifacetadas, móveis, fragmentadas, híbridas, diaspóricas.

Situando a discussão sobre o conceito na contemporaneidade, fica evidenciado o surgimento de novas identidades, a fragmentação do indivíduo e sua instabilidade, a descentralização e o colapso das identidades após a segunda metade da idade moderna, ou modernidade tardia. Nessa conjuntura, em todas as esferas da vida humana se observa a descentração do sujeito, instalando uma crise de identidade jamais registrada. Tudo isso leva à impossibilidade da fixação da identidade, pois ela se mostra inteiramente flexível às mutações que a influenciam.

A questão do pertencimento ao país em que os jovens pesquisados vivem pode ser analisada a partir do sentimento de serem, ao mesmo tempo, brasileiros e europeus: possuem dois passaportes, situam-se entre duas culturas nacionais, falam, geralmente, dois ou mais de dois idiomas; são, como dizem, “de lá”, mas também “daqui”.

Dessa maneira, a condição de jovem negro adotado passa pelo conceito de pertencimento, que está diretamente associado ao próprio conceito de identidade cultural. Segundo Hall (2006, p.8), as identidades culturais abrangem “aqueles

aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.” Podemos ler, então, que o sentimento de pertencimento dos jovens negros adotados ao país de origem é um dos fatores que forma suas identidades.

Quanto a pertencimento, dicionários registram vários significados para o verbo “pertencer”, dentre os quais interessa o significado “ser parte”. “Pertencimento”, ou o “sentimento de pertencimento”, seria a crença subjetiva numa origem comum que une indivíduos, os quais pensam em si mesmos como membros de uma coletividade. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais, raciais e religiosas (DAROS, 2011).

No chamado mundo pós-colonial, em que a tradição se estabelece em muitas populações e culturas, as identidades apelam para uma origem ligada a um passado histórico, mantendo uma referência, que tem a ver com os recursos da história, da linguagem e da cultura, resultando naquilo que se torna, e o que pode se tornar, o *devoir*, de modo que se pergunta, como pode se representar e como essa representação afeta a forma de como nós podemos representar a nós próprios. Isso tanto tem a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual nos obriga a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma.” (GILROY, 1994 apud HALL, 2012, p.108). Não se trata do assim chamado “retorno às raízes”, mas de uma negociação com nossas “rotas”.

No que tange à crise das sociedades modernas, o que motiva a retomada do sentido de pertencimento são as dimensões que ultrapassam seus sentidos de origem, considerando o fato de que entre o ser e o tornar-se, emergem experiências a partir das diversas transformações do tempo e do espaço, há rupturas e fragmentações.

Nessa discussão, alguns pontos são relevantes para compreender as perguntas que os jovens pesquisados se fazem a todo o tempo, a exemplo do pertencer a quê? E enraizar-se onde? Seu deslocamento foi feito, em alguns casos, sem deixar rastro, ou identificação com lugar ou pessoas que indiquem sinais de encontro, ligações a pessoas que façam parte de suas linhagens.

Segundo Santos (1999, p. 65 apud MOREIRA; HESPANHOL, [2007], p. 57), “o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos.” Desse modo, o

sentimento de pertencimento ao lugar está relacionado às formas de solidariedade, às atividades lúdico-religiosas, às relações de parentesco e vizinhança, ao local e ao país.

Assim, o jovem adotado sujeito deste estudo, que se encontra afastado dos familiares com os quais tem laços de sangue e do lugar onde nasceu, vivendo em famílias adotivas e em um país outro, sente a necessidade de voltar e tentar se redefinir no seu histórico de vida, inclusive na tentativa de compreender os motivos da sua retirada da sua família biológica e de seu país de nascimento. A esse fenômeno, Hall (2006) chama de re-identificação com as culturas de origem.

Essas perspectivas teóricas recolocam o problema da identidade em uma dimensão que retrata a vida na contemporaneidade, em um grau que interfere nos hábitos e costumes tradicionais, com impacto global e sobre o Estado de bem-estar social.

Giddens (2002) reflete acerca da modernidade e identidade, suas relações com a vida dos sujeitos. Em sua obra, discute a falta de sentido pessoal, os problemas da modernidade tardia, que levam o indivíduo ao isolamento social, fomentando uma separação entre o indivíduo e os recursos morais necessários para viver uma existência plena.

Para Giddens (2002), a autoidentidade é construída pela capacidade de criar um sentimento consistente de continuidade biográfica através de históricos identitários que procuram responder a questões do seu *self*. Em se tratando dos adotados, a construção histórica sofre constantes interrupções, como também uma nova construção, abalada em histórias contadas e recontadas, ocultas e omissas, traduzidas pelo olhar protetor de novos grupos sociais, com *status* e modelos econômicos diferentes da realidade antecessora.

Nessa perspectiva, os novos laços sociais estabelecidos na sociedade capitalista tardia criam barreiras e fronteiras para manter-se distâncias, contrastes e marginalizações globais. Essas discussões remetem ao fato de os jovens adotados vivenciarem sua identidade frente a uma situação de confronto, em países europeus, com uma economia estável e uma padronização de hábitos e costumes que divergem daqueles de seu país de origem, marcado pelo estigma da pobreza de imagens que reforçam sempre a superioridade social e econômica da Europa.

Bauman (2005) considera que a identidade tem provocado debates calorosos, ligados à perspectiva moderna de Estado-Nação. Tendo em vista as incertezas, as inseguranças da “modernidade líquida”, as identidades sociais, culturais, religiosas, profissionais, sexuais passam por transformação contínua, o que provoca fenômenos como a crise do multiculturalismo, o fundamentalismo islâmico ou as comunidades virtuais da internet, fato que merece uma reflexão sobre o transitório, que se impõe ao perene.

Já Castells (2010) demonstra como as tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje, pela globalização e identidade, pela revolução tecnológica da informação e reestruturação do capitalismo, produzem uma onda poderosa de expressões de identidade coletiva. Elas desafiam a globalização, em prol da singularidade cultural e do controle sobre a vida e o meio ambiente.

Voltando a Hall (2006), o autor afirma que a experiência diaspórica se tornou a experiência da pós-modernidade, na qual a vida das pessoas é cada vez mais migrante, um fato histórico mundial próprio da modernidade tardia. Isso permeado pela ideia de sofrimento e dominação de um povo visto como estrangeiro, que se sente distante da sua casa, sua terra, de um certo poder simbólico, considerando as esferas globais no uso do poder e do controle social de grupos explorados por outros.

Refletindo sobre a criança negra, pobre, abandonada ou retirada do seu seio familiar, do seu estado, do seu país, da sua língua materna na promessa de libertá-lo, levando-o para a “terra prometida”, podemos pensar em um processo de diáspora negra, que se manifesta através do desejo de retorno a um lugar imaginário chamado de terra natal. Entendida como:

Conceito de utilização estratégica, diáspora congrega os afrodescendentes espalhados nas várias partes do mundo, possibilitando a ampliação dos diálogos, intercâmbios culturais e também de agendas de combate à discriminação e ao racismo de que são vítimas. (SOUZA, 2005, p.165).

Esse conceito de diáspora negra, portanto, com base nesses autores, pode ser aplicado ao caso dos jovens brasileiros adotados por países europeus, pois contempla o seu desenraizamento cultural do Brasil, levados para viver na Europa, sem condições de escolha, com a justificativa de pobreza e/ou “abandono” familiar.

A questão da identidade está sendo discutida a partir do abalo das referências que ocorrem na sociedade, tomando formas e arranjos que direcionam as questões

culturais, religiosas, étnicas, raciais e as nacionalidades, nesse estado provisório de sensações de ser e não ser, de estar e não estar. Para Hall (2006, p. 71):

A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. A moldagem e remodelagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representações têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas.

A partir desse conceito, que engloba representações, busca-se vincular os conflitos vivenciados nas relações familiares e sociais a dimensões identitárias dos jovens adotados de origem brasileira, pesquisados nesta tese.

São esses aspectos culturais diferenciados, nos países que os adotaram, com línguas, relações interpessoais, modelos econômicos, sociais e políticos, propiciados pela cultura europeia, que exigem desses jovens adotados um comportamento seguindo a mesma lógica que norteia os valores exigidos por esta sociedade. Como nem sempre é possível se colocar no modelo esperado, surgem os conflitos.

Pode-se perceber que o surgimento de conflitos pode estar vinculado a uma busca por uma identidade, que se refere à nacionalidade, reservada ao lugar de nascimento, escrita na carteira de identidade, contendo o nome de família o país, ligados a um bairro a uma cidade, uma região ao nome.

3.2 CORPO E IDENTIDADE CULTURAL

Construir o perfil dos brasileiros adotados que fazem parte deste estudo, em sua maioria nordestinos e baianos, equivale a confirmar sua negritude, uma das características desses adotados brasileiros por famílias da Europa. Em qualquer circunstância, essas crianças foram percebidas e questionadas sobre suas origens, e a primeira percepção era a marca do ser diferente, essas diferenças estavam no corpo.

Do ponto de vista brasileiro, o corpo também se impõe como uma marca visível e se privilegia a aparência como condição primeira, que identifica e separa, a despeito de pretensões de cidadania do outro. Assim, as diferenças de ordem cultural, social e econômica entre europeus e brasileiros jovens, adotados por famílias europeias, são inscritas também no corpo, como expressa Santos (2000):

Há uma frequente indagação sobre como é ser negro em outros lugares, forma de perguntar, também, se isso é diferente de ser negro no Brasil. As peripécias da vida levaram-nos a viver em quatro continentes, Europa, Américas, África e Ásia, seja como quase transeunte isto é, conferencista, seja como orador, na qualidade de professor e pesquisador. Desse modo,

tivemos a experiência de ser negro em diversos países e de constatar algumas das manifestações dos choques culturais correspondentes.

As informações sobre o Brasil, transmitidas aos jovens quando adotados, podem representar um olhar “estrangeiro” para países subdesenvolvidos, muitas vezes retratando o pensamento do colonizador.

Eu tinha recebido uma visão que tudo é muito pobre; eu só tinha uma visão: preta ou branca; ou é muito pobre ou é muito rico. Mas percebi que existem coisas intermediárias. Mas o que é importante e bonito e o que eu mais gosto daqui é que eu sou igual a todos, não como na Alemanha, onde chamo atenção, sou diferente. Aqui sou automaticamente integrado na sociedade, e isso fortalece a autoconfiança. Na Alemanha, um problema muito grande para mim foi a cor da pele e o cabelo; isto aqui acabou e este problema aqui no Brasil acabou e isso depois de 27 anos. (PAPAGAIO, 2012)⁷.

A visão romântica de Papagaio talvez seja por seu olhar, também estrangeiro, pois não vivencia o cotidiano das relações sociais e raciais no Brasil, no trabalho, educação saúde, daí sua percepção de como vive a população negra e pobre no Brasil. Ser negro e morar na periferia, nas grandes cidades brasileiras, implica consequências graves demais, como o extermínio de jovens negros que aparecem mortos a cada dia nos bairros populares, uma informação que provavelmente não chega até esse jovem, na Europa.

Le Breton (2003), antropólogo francês e um especialista consagrado na área de estudos do corpo, traça um quadro rigoroso e inquietador de um corpo que se transforma. O corpo se tornou um acessório, uma prótese, um objeto imperfeito, contemplando um discurso biológico de um corpo velho, que pode ser transformado em novo e belo e que aponta o paradoxo de uma modernidade cujo discurso faz uma apologia ao corpo pelo corpo.

Em se tratando dos aspectos tratados por Breton o corpo é prova concreta da diferença que se tenta mascarar ou mesmo artificializar, como nos casos de branqueamento, a exemplo de alisamento dos cabelos, lentes de contato claras e outros, denunciando uma possível tentativa de assemelhar-se ao branco.

O corpo passa a ser uma espécie de escrita viva, no qual as forças imprimem “vibrações”, ressonância e cavam “caminhos”. O sentido nele se desdobra e nele se perde como num labirinto, onde o próprio corpo traça seus caminhos. Le Breton (2003) apresenta reflexões intrigantes acerca de questões sociais, pondo em xeque

⁷Papagaio, atualmente com 27 anos, foi adotado por uma família alemã com a idade de oito meses e está de volta ao Brasil, em busca de suas origens.

se teriam origem genética. Assim sendo, a solução seria retificar o corpo e proibir a procriação, modificando o indivíduo e tornando-o geneticamente correto, importando somente a “moral do gene”.

A crítica a essa lógica se volta para os outros modos de encontrar a solução dos problemas de ordem social, de redistribuição de renda, medidas educativas, políticas e outras. A questão perderia seus valores filosóficos e passaria às mãos do biólogo?

Para Le Breton (2003, p. 31), pensar o corpo é uma outra maneira de pensar o mundo e o vínculo social: qualquer confusão introduzida na configuração do corpo é uma confusão introduzida na coerência do mundo. “O corpo é hoje um motivo de apresentação de si. [...] É por seu corpo que você é julgado e classificado.”

Também na perspectiva da importância do corpo, Santos (2000) conta que, em um dos convites para entrevista, ele se desculpou por se recusar a participar “[...] de atos públicos e programas de mídia ao sentir que o objetivo do produtor de eventos era a utilização do meu corpo como negro -imagem fácil- e não as minhas aquisições intelectuais, após uma vida longa e produtiva.”

Sem dúvida, o homem é o seu corpo, a sua consciência, a sua socialidade, o que inclui sua cidadania. Mas a conquista, individual, da consciência não suprime a realidade social de seu corpo nem lhe amplia a efetividade da cidadania, como explica Santos (2000) a seguir.

A individualidade é uma conquista demorada e sofrida, formada de heranças e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de agir e de reagir, uma construção que, ao mesmo tempo, é social, emocional e intelectual, mas constitui um patrimônio privado, cujo valor intrínseco não muda a avaliação extrínseca, nem a valoração objetiva da pessoa, diante de outro olhar. No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade.

São falas que se traduzem em expressões que denunciam, mistificam e fazem apelo ao corpo negro. Ao mesmo tempo em que esse corpo é visto pelo outro como sensualidade, força, é símbolo também do que não é aceito pela cor e associado à violência, feiura e desajustes sociais. Um corpo negro é, no seu próprio silêncio, o incômodo e a representação da pobreza, da desconfiança, da ignorância.”

Com efeito, a alienação do negro tem se realizado pela inferiorização do seu corpo antes de atingir a mente, a história e a cultura.” (MUNANGA, 2009, p. 33-34).

Para Munanga (2009), a desvalorização e a alienação do negro estendem-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro, então, é uma degeneração.

3.3 CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL

Para Hall (2006), é importante conceituar esse sujeito pós-moderno frente à sua cultura como fonte de identidade nacional, uma vez que, no processo de globalização, ele se fragmenta, mas sente necessidade de pertencimento a uma pátria, nação, país ou, simplesmente, a um grupo social, como fonte de referência. Sendo assim, a cultura nacional faz parte da identidade do sujeito.

Acontece, porém, que a ideia de nação é uma ficção, uma comunidade imaginada, ideal de unicidade, de unidade. A simbologia que identifica uma nação é construída através de histórias contadas ao seu respeito, criando imagens que ligam seu passado ao presente. Nesse sentido, cada povo narra sua cultura nacional ao seu modo, e as nações divergem com base na forma como são imaginadas. Entre os modos de narração de uma cultura nacional destaca-se o que conecta vida cotidiana e destino nacional, criando um ritual de eventos, símbolos e imagens, enfatizando as experiências partilhadas e vinculando a existência presente, passada e futura do sujeito aos destinos do grupo.

3.4 INTOLERÂNCIAS, RACISMOS E DISCRIMINAÇÃO

Uma das dimensões fundamentais acerca da adoção de crianças brasileiras, negras e pobres, por famílias brancas de países da Europa, refere-se à discussão dos temas racismo e discriminação racial, aspectos que se apresentam, explícita ou implicitamente, nos relatos dos sujeitos da pesquisa. Com efeito, os relatos dos jovens pesquisados dão conta de terem sofrido, no cotidiano vivido nos países em que residem, discriminação por serem negros e, também, oriundos do Brasil.

O fato de os adotados brasileiros residentes na Europa serem discriminados pela sua cor/raça aponta para a continuidade de valorização de uma cultura hegemônica, em detrimento de outras referências, predominante não só em países europeus, que termina por segregar determinados grupos sociais. É o fenótipo a origem que demarca a linha das diferenças em relação a latinos, africanos e outros, atingidos pelo racismo, xenofobia e intolerâncias, em geral.

Essas práticas, direcionadas a determinadas raças/etnias, se formaram a partir de escalas de valores humanos desiguais e persistem nos dias atuais, se reformulam, sem perder sua essência, que é a dominação pela desigualdade e não respeito à diferença.

Para Hall (2008), o conceito de raça é uma construção política e social, o qual se organiza em um sistema de poder socioeconômico para exploração e exclusão de grupos. Assim, “raça” possui validade social, pois corresponde a uma ideologia que fundamenta o racismo existente na sociedade.

O racismo é um fator permanente na sociedade. Ele se torna no tempo resultado de uma longa elaboração histórica e está intimamente fixado nas estruturas civilizatórias dos povos especificamente euroasiáticos, cuja expansão migratória, invasões e conquistas foram fortemente violentas para com as populações fenotipicamente diferenciadas. Como afirma Munanga (2009, p. 33):

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinal, transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem paixão. Além da teoria existe a prática, para o colonialista, um homem de ação, que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente. Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos desde a primeira infância e valorização pela educação, o racismo colonial incorporou-se tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista.

Santos (2005, p. 145) diz que as questões do novo racismo europeu apontam que o tema dominante não é mais a superioridade do biológico, mas as insuperáveis diferenças culturais e a conduta racial, em vez de pertença racial.

O conceito de imigração substitui o de raça, dissolvendo a consciência de classe. Trata-se, pois, de um racismo de descolonização, diferente do racismo de colonização, esse, sim, definitivamente biológico. Em suma, trata-se de um fenômeno de etnicização da maioria, mais do que de etnicização das minorias.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998), a etnicidade é universal e está presente na modernidade, por ser um produto do desenvolvimento econômico e da

expansão industrial capitalista na formação dos Estados-nação, portanto uma era do nacionalismo ético e de um novo racismo que leva à discriminação e segregação de pessoas e grupos em processo de etnicização – do ponto de vista das exclusões que se direcionam a grupos que comungam determinadas culturas –, e racialização –, do ponto de vista das exclusões que se direcionam a povos que pertencem a determinadas raças consideradas minoritárias.

Os conceitos de etnicização e racialização trazem essa nova forma de olhar o racismo, em uma perspectiva apoiada na concepção e atmosfera de crise geral que cai sobre a sociedade, afetando a consciência dos indivíduos, provocando ansiedades, insegurança e violência.

Portanto, etnicização e racialização se equivalem, na medida em que se constituem em continuações de diversificadas formas de exclusão social, degradação dos lugares de residência, discriminação no mercado de trabalho, marginalidade cultural, exclusão econômica e ruptura de integração social.

Essa perpetuação racista no mundo é transmitida nas descrições históricas dos livros, dos filmes e contada pelos mais velhos, reproduzindo condições e exploração entre pessoas, grupos, países e continentes. A ideia de África, por exemplo, é de gente sem cabeça, chifres na testa, um olho só, com rosto faminto de animal, nas descrições feitas pelos portugueses, seguidos pelos franceses, ingleses, alemães e belgas, principalmente nos séculos XV, XVI, XVII.

Aspectos negativos, como feiura, nudez, preguiça, indolência, tema da ciência da época, projetam a imagem do negro e do índio como incapazes, lerdos, dementes, preguiçosos e outros derivados pejorativos, desclassificando esses grupos, pensamento reforçado por intelectuais como Gobineau, Darwin, Augusto Comte, Nina Rodrigues e Lombroso, segundo Schwarcz (1993).

A escravidão é o resultado dessa concepção discriminatória e desumana, nesse período. O mestiço brasileiro continua sendo relacionado a estereótipos que justificariam um atraso nacional, que impedem o desenvolvimento do Brasil. E o “mito” da democracia racial contribui para mascarar o racismo brasileiro.

Para a autora, nosso país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Passando por um processo acelerado de cruzamento e depurado mediante uma seleção natural, esse processo evoluiria de forma tal que um dia o Brasil seria branco. Essa ideia circulava nos circuitos internos

e externos, baseada na interpretação de vários naturalistas que passaram pelo Brasil no século XIX.

Graças ao racismo, a pior forma de desumanização e negação cultural, nos primeiros tempos da colonização, a África negra foi transformada em um deserto cultural. E, os habitantes, um elo entre o homem e o macaco (MUNANGA, 2009).

No entanto, discussões sobre racismo e processos discriminatórios vividos pelo povo pobre e negro desse país coexistem com iniciativas visando a sua desconstrução por meio de lutas e movimentos que estão sempre se organizando e mobilizando os poderes públicos contra as desigualdades sociais e raciais e todas as formas de exclusão.

Em se tratando de ações dessa natureza, atualmente começam a ser sinalizadas algumas transformações importantes, como a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, nos espaços de educação pública e privada. Resultante de políticas de promoção da igualdade racial, instituídas há dez anos no Brasil, a lei é pioneira, instaura um novo olhar da sociedade para as questões étnico-raciais e deverá, futuramente, impactar gerações (BRASIL, 2003).

3.5 UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

A discussão sobre família, nesta seção, decorre da sua relação direta com a adoção, constituindo-se como uma base importante para a identificação dos conflitos identitários dos jovens, sujeitos desta pesquisa. A família é a base fundamental e a mais antiga de todas as sociedades, podendo ser composta de membros, a exemplo de pai, mãe e filhos, oriundos ou não de matrimônio (CÁPUA, 2009).

O princípio da família antiga não está unicamente na geração. Há prova disso no fato de, dentro da família, a irmã não ter os mesmos direitos do irmão, de o filho emancipado ou a filha casada deixar por completo de fazer parte da família.

O arcabouço da família não era tampouco o afeto natural, visto que os direitos grego e romano não tomavam na menor conta esse sentimento. Poderia ele existir no íntimo dos corações, mas para o direito não representava nada (COULANGES, 2007).

O que unia os membros da família antiga era algo mais poderoso que o nascimento, o sentimento ou a força física: e esse poder se encontra na religião do

lar e dos antepassados. A família antiga seria, pois, uma associação religiosa, mais que associação natural (COULANGES, 2007).

Segundo o autor, não foi a religião que inventou a família, porém contribuiu para fixar suas regras. Mesmo antes de Cristo, pesquisas apontam a família como uma das instituições mais velhas do mundo, considerando seu estado evolutivo, as marcas de cada época e as adequações no tempo. Mas a família continua a ser pensada na contemporaneidade dentro dos moldes tradicionais e religiosos, muito embora esta se adeque ao desenvolvimento da sociedade e, nesse movimento, torna-se mais difícil compreendê-la em suas transformações do que defini-la.

A família no Brasil sofreu forte influência da Igreja, tendo no casamento a base para legitimá-la e, no Código do Direito Canônico, sua regulamentação. Em 1890, com a República, ocorre a dissociação dos poderes político e religioso, sendo instituído, em 24 de janeiro, no Decreto n. 181, o casamento civil.

Já em 1969, foi aprovada a Emenda Constitucional n. 9 da dissolubilidade do vínculo matrimonial no país. Esse instituto teve sua regulamentação em 26 de dezembro de 1977, pela Lei n. 6.515, passando a vigorar o divórcio no Brasil.

Dentre todas as Constituições, a de 1988 foi a que mais trouxe mudanças e ampliação no conceito de família, entendendo que qualquer dos pais ou descendentes pode compor uma família, no caso, monoparental, resultante de viuvez, divórcio, celibato, produção independente, adoção, inseminação artificial.

A família monoparental, então, admitida como legítima do ponto de vista do Direito Constitucional, é questão polêmica, com embates por reconhecimento de sua legitimidade do ponto de vista social e do Direito Civil. Os mesmos embates se travam no que diz respeito a outros arranjos, como família recomposta, homoparental, clonada, gerada artificialmente.

O último Censo, de 2010 identificou 19 laços de parentesco, contra 11 do Censo de 2000. E novos arranjos familiares representam metade dos lares do país (28.647 milhões). A família nuclear deixa de ser dominante e convive com outros modelos de família. São os casais sem filhos, pessoas morando sozinhas, três gerações morando sob o mesmo teto, casais gays, lésbicas, mães sozinhas com filhos, pais sozinhos com filhos, amigos morando juntos, netos com avós, irmãos e irmãs, famílias “mosaico”, aquela que se compõe dos filhos de cada um dos cônjuges e/ou do casal, logo formada por meus, seus e nossos filhos.

A família homoparental enfrenta dificuldades diversas para adquirir reconhecimento do ponto de vista jurídico, social, cultural, político, na defesa de seus direitos de “igualdade, dignidade da pessoa humana, sem discriminação por raça, sexo ou cor e livre planejamento familiar”, conforme Constituição Federal.

Concorreram para esses novos modelos de família, os novos papéis que homens e mulheres passaram a desempenhar na sociedade contemporânea. Tal sociedade, antes caracterizada como centralizadora, tinha o pai como um ser divino, dominador, controlador e senhor absoluto do clã familiar e religioso, portanto uma grande referência de poder absoluto, como informa Coulanges (2007).

Graças à religião doméstica, a família era um pequeno corpo organizado, pequena sociedade com o seu chefe e o seu governo. Na sociedade contemporânea, nada dá ideia desse poder paternal. Nesses primórdios, o pai não era apenas o homem forte que protegia os seus e que tinha também a autoridade de fazer-se obedecer: o pai era, além disso, o sacerdote, o herdeiro do lar, o continuador dos ancestrais, o trono dos descendentes, o depositário dos ritos misteriosos do culto e das fórmulas secretas da oração. Toda religião residia no pai.

Tal papel, reservado ao homem, desde séculos passados, ou mais precisamente no século XIX, na França, começou a ser abalado quando passam a vigorar as grandes leis sobre a decadência do poder patriarcal, dando lugar a novas construções de saber e poder capitaneados por novos atores sociais.

Nessa sociedade, o papel da mulher ganha força por conta das quebras de determinados tabus; evidencia-se a irrupção do feminino, percebe-se o avanço das críticas ao modelo patriarcal centralizador, condenam-se os hábitos de maus tratos praticados pelos pais, bem como o corpo da mulher deixa de ser deserotizado, voltado tão somente para a procriação.

Tais avanços desencadeiam novos comportamentos sociais, permitindo escolhas e modos de vida de forma mais libertária e autônoma que servem a novas construções familiares. Nesse sentido, a sociedade contemporânea presencia novas formas de relações e formações de novos núcleos familiares oriundos dos divórcios, famílias recompostas, celibatos, adoções, “produções independentes”, inseminação artificial e situações outras, por exemplo, resultantes de viuvez.

Em suas renovações, essas novas constituições de família trazem novos questionamentos e, ao mesmo tempo, outros paradigmas que ultrapassam velhos

preconceitos ou intolerâncias em prol de novas relações de afeto, novos comportamentos éticos e outras formas e possibilidades de convivência.

Esses novos desenhos familiares convivem com modelos familiares patriarcais, excludentes, enquanto o Direito conceitua e caracteriza o que é e o que não é família, conceito que não se fecha em si mesmo, depende das formas do tratamento e acolhimento, um local de afetividade, solidariedade, envolvendo não somente laços de consanguinidade.

A questão da família, em seus distintos arranjos e modelos, interessa à compreensão do fenômeno da adoção de crianças; outros aspectos, como abuso e violência sexual, insegurança na manutenção do emprego, falta de apoio à maternidade, também se associam ao fenômeno da adoção e não serão aqui desenvolvidos, na medida em que opto por explorar um pouco mais a questão da mulher no papel de mãe, esta chefiando a maioria das famílias no Brasil.

3.6 A MULHER NO PAPEL DE MÃE

Uma reflexão histórica sobre a mulher permite compreender, a partir de Simone de Beauvoir, o seu papel no decorrer do tempo, como na citação abaixo e também atos e comportamentos rejeitados por uma boa parte da sociedade, quando se trata do abandono de crianças em situações adversas do amparo e do afeto que toda criança merece.

Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na natureza e na mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino; os homens fazem os deuses, as mulheres adoram-nos, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. (BEAUVOIR, 1980, p.97).

Já na antiguidade a mulher teve seu papel relegado na sociedade; sem direito ou participação nas decisões da família, a mulher pouco representou socialmente. São ideias fortemente expressas na Lei de Manu, nas leis romanas, em diferentes circunstâncias e momentos na história. Esse olhar sobre a mulher se reflete ainda nos dias atuais, quando há desvalorização na sua atuação, e ainda é inferior ao

homem. Isso é visto na sociedade através da menor participação em papéis na vida profissional, política e social.

Apesar do descompasso, as mudanças estão pouco a pouco se construindo, como se constata pela aplicação de algumas leis de proteção à mulher e avanços significativos em conquistas sociais e pessoais, manifestações e reivindicações em prol de algumas garantias de direitos sociais, mesmo tendo ainda que pagar um preço alto pelo desrespeito por parte de alguns segmentos sociais e de autoridades legais. Isto se comprova com os cenários vistos na mídia, no cotidiano, em realidades próximas.

Além disso, os casos concretos de denúncias e casos registrados em delegacias, pesquisas e dados estatísticos são exemplos concretos da violência contra a mulher, negligência dos órgãos públicos, falta de atenção básica nas questões de saúde e injustiças na relação de trabalho; é também aviltante a referência cultural manifestada nas músicas brasileiras, em especial baianas.

O fato de a situação se apresentar em forma de melhorias não invalida outros fatores que compõem a história de suas vidas, como também reflete bem o passado e suas consequências na situação familiar.

Com este estudo, tento me aproximar desse horizonte que percorre a vida das famílias, em especial das mães e crianças que nascem em condições desfavoráveis, decorrentes dos altos índices de pobreza, gravidez na adolescência, falta de apoio dos familiares, falta de planejamento familiar, entre outras situações pertinentes à situação política econômica e social do país, que não oferece condições e apoio às mulheres que vivem nas condições descritas. A falta de possibilidades e de escolhas resulta em atos irreparáveis, relacionados aos abandonos e a outros crimes que afetam diretamente as crianças.

Assim sendo, observa-se que esse tratamento excludente de abandono social é fato recorrente, muitas vezes atribuído apenas à atitude da mãe, julgada por abandonar seus filhos em condições lamentáveis e desumanas, considerado sempre como atos de monstruosidade, como expressa Motta (2011), no texto abaixo.

Nossa moral social se indigna com o destino dado a esses inocentes e clama por punição para essas 'mães desnaturadas'. Bebês encontrados na lagoa, no metrô, na porta de um estranho, no lixo sempre causam enorme comoção, e muitos se declaram incapazes de entender um ato como esse.

Fatos como esses são relacionados apenas ao “mito do amor materno” sem, contudo, se examinar os fatos precedentes e as questões da realidade social, enfrentadas por essas mães, que em muitas situações tiveram uma gravidez fruto de atos violentos, abusivos, inexperientes e imaturos, sem condições materiais e emocionais de poder criar um filho.

Nesses casos, é evidente a ausência do pai, e também do Estado, sem cumprir o seu papel, sem implementar as políticas públicas que deem proteção, garantias, saúde e apoio social com condições de acolhimento às mulheres em situação de risco social, sobretudo as grávidas ou empós-parto, como nos relatos que analiso no tópico a seguir, os quais expressam os motivos para disponibilizarem seus filhos para adoção. Suas falas mostram as grandes dificuldades que enfrentam, criando os filhos sozinhas, sem condições para mantê-los.

Eu tenho dois, eu dei meus filhos... LS e CS. Eu dei por causa do meu sofrimento, passando fome, passando necessidade, eu dei foi por isso; passei muita privação, passei muita fome. Por sinal quis até me matar, meus filhos para mim era tudo, eu não quero tomar meus filhos. Não foi pra ficar livre dos meus filhos [...] Eu engravidei com 40 anos. Foi os primeiros filhos. Quando eu estava com meus dois filhotes, eu achei um trabalho de carteira assinada na Barra. Não achei ninguém para ajudar, eu pedi as pessoas. O serviço social disse que ia me ajudar; Tororoca, só mentira.

Sobre o pai de seus filhos, diz esta mãe, em tom de quase revolta:

O pai dos meninos, eu não vejo, não quero conta, por sinal já morreu, eu também estou vendo a hora de morrer. Ele perguntava, ele disse por que eu não falei com ele. Você não cuidou dos meus filhos, não ligou nem a mim, nem meus filhos. Pra que procurar, você não cuidou de mim... Quando engravidei, você me largou. Não procurei porque era tudo fraco. A família dele eu não procurei, quando veio saber eu disse que dei. Eles tomaram susto, tudo fraco. Fraco quer dizer que não podia. É a resposta que iam me dar [...] Foi na gravidez de Cristiane, que ele arranhou outra mulher, eu não gostei e me separei. Não tinha casa, fiquei sozinha, eu e Deus. Fiquei no quartinho, devendo, fui parar na delegacia [...] Passei muitas coisas horríveis.

Ela continua seu relato, agora falando da falta que sente e dos planos de voltar a ver os seus filhos, hoje adotados por família europeia, quem sabe, deixar algo pra eles... Em seguida, volta a falar dos motivos que a levaram a “dar” seus filhos, assim como da vontade de “tomar” os meninos de volta.

Eu sofri, depois quis tomar, mas procurei e PE disse que eles já estavam longe; aí foi de me arrasar. Eu tenho sonhado nem que eu veja e eu morra. Labutei com muito sacrifício, eu invadi uma casa de taipa [...]. Eu digo, essa casinha é de meus dois filhos, eles fazem o que eles quiserem. Meu sonho hoje maior é de ver meus filhos. Hoje que estou com 62 anos. Eu tenho gente de prova pelo que eu passei. Tem mãe que diz eu morro debaixo da ponte com meus filhos, mas não dou. O que eu quis, foi de bom pra meus filhos; depois, nunca achei ninguém pra me ajudar. Eu dei ele para eles

serem uma pessoa de nível. Dou graças a Deus que meus filhos hoje estão bem de vida, tá na aula de balé e de música, tão criado bem...Até hoje sofro. Criar eles pra ser mendigos ou com sujeiras no meio dos outros. PE foi com Dona N, a que mora em cima do central que, por sinal, quando ela estava entrando no carro eu tive vontade de tomar. Mas depois da situação que estava passando com meus filhos, lá eles vão ter outra coisa... Mas eu não vou poder dar o que eles merecem. Não tinha nem sabão, mim dava uma dor no coração, eu não tinha nem sabão, eu não achei ninguém pra me ajudar, mim dava uma dor no coração.

Acometida por atos de violência doméstica, a jovem mãe passa a viver nas ruas em situação de risco e abandono; nesse mesmo período ela engravida e, sem condições de criar o filho, deixa aos cuidados de sua avó. Quando podia, fazia visitas esporádicas e, em um dos dias que retornou para casa, não encontrou mais o filho.

Eu não tive pai nem mãe, morava com o avô. Aos 16 anos eu ainda era espancada pelo irmão mais velho. Para fugir da violência doméstica foi morar na rua e outra parte do tempo era assistida por um projeto social. Nesse mesmo período que vivi na rua engravidei. A alternativa foi deixar meu filho com o avô e continuar a viver na rua; de vez em quando vinha visitar meu filho. Em um desses dias de visita, não encontrei mais meu filho e não sabia onde ele estava e nem tinha mais notícias.

A lembrança e a saudade do filho fazem parte do cotidiano dessa mãe, mas ela agradece aos pais adotivos por terem acolhido seu filho em família e lhe dar acesso à educação.

Eu pensava no meu filho, tinha saudade, sentia falta, não tinha notícias dele. Encontrar com ele me deu muita alegria, sinto ao mesmo tempo agradecida aos pais adotivos, por ter lhe dado uma família, estudo, coisa que não tive e nem pude dar a ele.

A pobreza e o abandono do companheiro, falta de apoio da família são os motivos dessa mãe doar seu filho para adoção.

Eu fiz uma doação para outra família por motivo de falta de apoio da minha própria família. Eu já tinha um filho, engravidei rapidamente do outro. Engravidei aos 17 anos, aos 20 anos estava na segunda gravidez de outro pai. O pai do primeiro reconheceu a criança, mas o do segundo não quis reconhecer a criança, então eu me vi obrigada pela minha família, por não me dar apoio, a ter que fazer a doação, procurei alguém e esse alguém intermediou a doação da segunda criança.

Os sentimentos de tristeza e vazio são constatados nas falas das mães que tiveram que se afastar de seus filhos, entregando-os para adoção.

Na época eu senti um vazio, como se tirassem um pedaço de mim. No dia mesmo que dei a criança, cheguei para alguém e disse que estava tirando um pedaço de mim. Pedaço esse que não se consegue botar de volta, principalmente quando não se tem nenhum contato com o outro filho nem com a família do outro filho. E hoje, se fosse para fazer hoje, eu não faria, de forma nenhuma. Hoje eu tenho casa própria, tenho trabalho, tenho dois netos do segundo filho. E minha vida se resume assim: dei, não porque

quis; porque me vi obrigada pela situação pela qual estava passando, sem apoio, sem pai, sem trabalho.

A falta de contato com os filhos e a falta de informações sobre eles são um tormento na vida das mães, que refletem sobre a não condição de criá-los, tendo que entregá-los para adoção. Nos depoimentos, fica evidente que existe um certo arrependimento e dúvidas sobre a decisão que foi tomada e ainda hoje, a questão continua para elas, que se perguntam: foi realmente a melhor solução para os problemas vivenciados na época?

Ouvir algumas mães biológicas significou me apropriar de informações que ilustram os efeitos da exclusão e que estão na contramão de julgamentos preconceituosos sobre os comportamentos de mães e pais que doam seus filhos para adoção.

4 TRAVESSIAS E PERCURSOS DA PESQUISA

Há muitas possibilidades de abordar a temática da adoção, e a maioria das pesquisas encontradas no levantamento feito no banco de dados da Capes ([2012]) demonstra que, no Brasil, a incidência maior refere-se a estudos de adoção do ponto de vista jurídico. Na medida em que a adoção envolve o delicado aspecto da proteção à criança, é natural que as pesquisas focalizem essa dimensão, na perspectiva de visibilizar e analisar ações e medidas que preservem os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, garantidos em lei.

Meu objetivo, ao realizar o presente estudo, sem desconsiderar esses aspectos jurídicos referentes à adoção e, especificamente, à adoção internacional, consiste em contribuir na compreensão dos conflitos identitários vivenciados por crianças e jovens brasileiros pobres e negros, adotados por pais estrangeiros, no caso, europeus. Isto levando em conta meu envolvimento com este tema, sua relevância social e, também, que há uma lacuna nas pesquisas realizadas até então, no que tange a focalizar o ponto de vista do sujeito adotado, na fase pós-adoção.

Para compreender esse fenômeno da adoção internacional, envolvendo crianças brasileiras, procurei referências diversas. Nesse sentido, teóricos e juristas, como Granato e Cápua, foram autores que contribuíram com suas reflexões, pois trazem abordagens da adoção em contexto jurídico, incluindo a adoção internacional, diversos aspectos da adoção na história da humanidade e em sua evolução no Brasil, no CC/2002 e no ECA.

Continuando a aproximação com o objeto de estudo, senti a necessidade de fazer uma abordagem multidisciplinar, incorporando discussões com base em autores de outras áreas, a fim de compreender o fenômeno da adoção dos sujeitos da pesquisa em sua complexidade e dinâmica.

A partir de Hall (2006), procurei refletir a respeito dos múltiplos conceitos de identidade, as consequências para o meio social e como elas se interseccionam. Para o autor, as mudanças provocadas pela globalização criam novas identidades culturais; nesse contexto, o sujeito, pós-moderno, ao mesmo tempo em que se desloca e se fragmenta, também sente necessidade de pertencimento, aspecto bastante evidenciado nas falas dos jovens que pesquisei.

Outro aporte teórico, do geógrafo baiano Santos (2000), foi fundamental para a construção teórica deste trabalho. O autor, além de discutir as questões do corpo do negro e as consequências dessa representação na sociedade brasileira, evidencia também os ecos desse corpo em outras sociedades em que o homem negro é excluído. No bojo dessas questões, trata das identidades, além de apontar a importância das localidades e dos sujeitos desses espaços como atores de suas histórias.

Outras referências também foram utilizadas, a exemplo de Candau (2011), que aborda memória e identidade, discutindo aspectos da representação de símbolos familiares transmitidos entre as gerações, alimentando o sentimento de pertencimento e as associações desse com a memória.

A tese é uma tentativa de conhecer a problemática vivida por esses jovens, segundo a ótica de quem a vivencia e que se pergunta com insistência: “quem eu sou”? “De onde eu vim”? “E o que eu estou fazendo aqui”?

Para compreender os sentidos vinculados a essas perguntas que eles se faziam e me faziam, me fundamentei especialmente em Hall (2006), no que tange aos conceitos de identidades culturais, diáspora, ao tempo em que, para a pesquisa de campo, lancei mão de variados métodos e técnicas de pesquisa.

Outra contribuição importante foi a obra organizada por Bourdieu (2011), na qual autores diversos mostram, por meio de histórias de vida, diversas formas de exclusão social. Assim, cada autor participante da obra se lançou na atividade de traçar panoramas de vida de pessoas, em que homens e mulheres pudessem ser ouvidos de modo a denunciar, politicamente, as pequenas misérias do dia a dia, no tocante à escola, família, moradia, o “subproletariado”, o universo dos funcionários, o dos camponeses, dos artesãos e espaços onde acontecem conflitos.

A obra de Bourdieu (2011) apresenta histórias de pessoas que ocupam uma condição inferior no mundo social e sofrem com as dificuldades e a precariedade de sua situação. Por isso foi uma inspiração importante para meu estudo, sobretudo na seção cinco, na qual procurei trazer as histórias de vida dos adotados brasileiros por famílias europeias, mostrando sua trajetória de vida antes, durante e no pós-adoção.

Para desenvolver o estudo, mormente no que se refere às histórias de vida dos jovens, lancei mão de referências bibliográficas, dados de campo, mas utilizei também minha própria memória, pois fiz um esforço para relembrar situações, atos e

fatos nos quais esses jovens, de um modo ou de outro, mostraram um desejo e um apelo para encontrar a sua família biológica e até mesmo voltar a residir definitivamente no Brasil. A partir de variados métodos e técnicas escolhidas, a pesquisa envolveu jovens residentes em seis países, como mostrado adiante. Os caminhos envolvidos nesse percurso estão descritos a seguir, organizados em dois tópicos: a) caracterização do estudo; e b) procedimentos de pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa intitulada “Nasci aqui e cresci lá” se caracteriza como qualitativa, descritiva e de cunho etnográfico. Embora a abordagem seja qualitativa, utilizei também dados quantitativos, sobretudo na seção sete, quando trago informações acerca dos sujeitos, suas opiniões sobre a adoção e relações sociais e culturais no país onde moram.

A abordagem qualitativa aproxima o pesquisador da realidade que ele almeja conhecer, permite uma maior apreensão dessa realidade e favorece a expressão dos atores envolvidos, inclusive no contexto onde a cena acontece. Demo (2000, p. 152) dá uma visão bem ampla do que seria a pesquisa qualitativa e sua importância para trazer à tona questões que ficariam encobertas numa abordagem exclusivamente quantitativa.

São consideradas metodologias qualitativas, por exemplo, pesquisa participante, pesquisa-ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, análise de grupo, que, como vemos, abrigam horizontes bastante heterogêneos. Em parte, definem-se como metodologias alternativas, porque buscam salvaguardar o que a metodologia dura joga fora, por não caber no método, sendo isso por vezes o mais importante na realidade. Advindo geralmente esse gesto da parte das ciências sociais, existe o interesse em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes, também oriundos de pessoas simples.

Ntauma (2007) discute que alguns autores, compondo histórias de vida abordando a temática de crianças órfãs de pais mortos por HIV em Moçambique, atestam a importância da metodologia qualitativa quando o objetivo é estudar os fatos e interagir com as pessoas envolvidas no seu meio social, através da sua linguagem, sem distanciamento dos fatos.

Segundo esses autores, fatos observados, de natureza social e/ou cultural, devem privilegiar os sujeitos envolvidos, análise de suas ações nos seus contextos

históricos, considerando os significados e símbolos compreendidos, desde que a participação tenha um sentido que envolva com legitimidade o sujeito participante. Isto porque a análise terá como prerrogativa as informações e as interpretações a partir dessa construção entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador.

Lima (2008) afirma só ser possível imprimir significado aos fenômenos humanos com o apoio de exercícios de interpretação e compreensão, pautados na observação participante e na descrição densa - exercício de apreensão da realidade que subverte a separação epistêmica existente entre o sujeito que investiga e o objeto da investigação. Para isso, é necessário haver uma expressiva dedicação em tempo e reflexão. Dessa forma, as chances de esses fenômenos serem interpretados na perspectiva dos atores neles envolvidos e no contexto em que eles ocorrem se ampliam. Assim, os qualitativistas resumem os méritos desse tipo de abordagem em cinco pontos:

a) a importância do singular assumida na investigação dos fenômenos sociais acaba contribuindo no resgate da ideia de o homem ser reconhecido como o singular universal no processo investigativo;

b) valorização da ideia de intensidade em detrimento da ideia de quantidade;

c) a credibilidade das conclusões alcançadas é reflexo das multiperspectivas resultantes de diferentes fontes de consulta, exploradas no contexto dos métodos de cunho qualitativo;

d) a quantidade de tempo envolvida no processo de investigação e a intensidade dos contatos estabelecidos entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados correspondem a fatores que reduzem significativamente a fabricação de comportamentos “maquiados”, convenientes, de fachada;

e) a quantidade de tempo envolvido no processo de investigação e a multiplicidade de fontes de evidência são fatores que dificultam o pesquisador manter pré-conceitos frente ao objeto da investigação.

As pesquisas descritivas são preferidas pelos pesquisadores sociais, pois têm uma preocupação maior com a prática, são também mais apropriadas quando envolvem organizações, empresas, instituições educacionais e outros. Gil (2008) diz que esse tipo de pesquisa tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. A descrição tem a função de fazer com que o outro visualize de forma mental aquilo que o pesquisador

observou, percebeu e também apresentar metodologicamente os passos para realização da pesquisa e a aplicação das técnicas.

Os estudos etnográficos caracterizam-se, primeiramente, pelo envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação holística dos dados coletados, ou seja, no âmbito da totalidade das ações humanas (SILVA, 2010). Os dados coletados podem ser em forma de narrativas ou histórias de vida, mas sem jamais perder o ponto chave da etnografia, que é a descrição densa e contextualizada do fenômeno pesquisado.

A etnografia implica o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo, e a pesquisa deve ser planejada a partir das questões propostas pelos pesquisados e/ou pelas questões postas pelo processo da pesquisa.

A etnografia aqui é entendida como uma prática descritiva, cultural, sensível e aprendente. O olhar etnográfico é um exercício diário para o pesquisador que adota uma atitude descritiva, não só em termos teórico-metodológicos, mas éticos e políticos de aprender sobre os sentidos e significados da ontologia humana e da sua dinâmica cultural (MACEDO, 2012).

A abordagem quantitativa também foi utilizada neste estudo, visando não estabelecer generalizações, mas para melhor perceber a tendência de ideias, opiniões, desejos, frustrações existentes no grupo selecionado para o estudo. Assim, informações como caracterização do grupo, inserção social, perspectiva de futuro, desejo de voltar ao Brasil, relação com pais adotivos foram tratadas não só a partir dos relatos, mas também considerando o percentual de respostas aos questionários e entrevistas.

Enquanto gestora da ACC, convivo há 13 anos com o tema da adoção e com sujeitos adotados. Nesse período, transitei entre os diversos países de residência dos sujeitos participantes, não só ouvindo, vendo e me fazendo pesquisadora de seus conflitos, expressos por meio de dilemas, desejos, frustrações, mas também atenta a suas conquistas e satisfações.

Nesse trânsito, aconteceram descobertas acerca da construção e desconstrução de valores, estabelecidos pela sociedade onde vivem, de relações simbólicas, laços afetivos, familiares, tendo como possibilidade romper esses laços a

fim de reconstruí-los numa terra distante, imaginada, onde esperam reconectar fios que se romperam no momento em que foram adotados por pais estrangeiros.

Durante a pesquisa junto aos jovens, tive a oportunidade de recebê-los no Brasil, mantive contatos quando estavam na instituição em que trabalho, fiz viagens aos seus locais de residências, observei sua convivência com os familiares e amigos, portanto, em vários contextos sociais, o que favoreceu compreender como vivem nesses contextos.

O que querem, como se sentem, o que fazem hoje, os seus conflitos identitários podem ser lidos nas histórias que reconstruí de suas vidas, desde a infância, histórias que mostram sua itinerância, assim como a compreensão que têm de si, dos outros, do país em que moram, do país em que nasceram, da vida que levam e da vida que gostariam de ter.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Demo (2000), é importante levar em conta que o dado é, ele mesmo, já produto teórico, porque, sendo indicador da realidade, indica a parte da realidade considerada importante em sua coleta e tratamento. É com e sobre a realidade que se podem abstrair resultados e respostas sobre o que se pergunta. Estar frente ao objeto de estudo através de encontros, viagens, estando diretamente no campo de pesquisa é selecionar o que tem significado para formular proposições teóricas para compreender o fenômeno estudado.

Com a intenção de entender os muitos aspectos expressos no objeto de estudo e outros que viessem a se mostrar, resolvi ir a campo, realizando duas viagens internacionais do Brasil para a Europa – a primeira, de abril a agosto de 2011; a segunda, de julho a agosto de 2012. A pesquisa abarcou seis países: Brasil (Simões Filho/Bahia, Campina Grande/Paraíba, Recife/Pernambuco; Luxemburgo (Luxemburgo); Alemanha (Berlim, Gronau, Hemmer); França (Região da Dordogne, Toulon) e Bélgica (Liège); Suíça (Zurique).

4.2.1 Instrumentos utilizados

Nesta pesquisa, a coleta de dados foi feita através de questionários, entrevistas, fotos, dossiês e relatos. As entrevistas e questionários foram aplicados aos jovens adotados, às famílias adotivas e às biológicas. Também amigos próximos que acompanharam os processos de adoção relataram suas experiências, comentaram sobre diversas situações pertinentes à adoção.

O questionário foi dividido em três partes: identificação pessoal, hábitos sociais e observação, contendo perguntas fechadas e abertas (conforme os apêndices). Percebi que, nas perguntas fechadas, há várias vantagens, pois são respostas nas quais o público pesquisado apenas seleciona a opção entre as apresentadas que mais se adequa à sua opinião, portanto, há mais rapidez e facilidade de resposta.

Por outro lado, as perguntas fechadas podem trazer alguns inconvenientes, tais como limitar as opções de resposta, não dando chance ao pesquisado de expor a sua realidade específica, diminuindo as possibilidades mais originais e variadas de respostas. Como o pesquisado pode optar por uma resposta que se aproxima mais da sua opinião, em alguns casos, ela não é uma representação fiel da realidade.

Essa desvantagem foi atenuada com o uso de questões abertas e comentários pessoais e com o uso da opção “outros”, que aparece em algumas perguntas fechadas, possibilitando a construção da resposta com palavras próprias, com mais liberdade de expressão.

Nas entrevistas foram feitas duas perguntas: o que foi positivo e o que foi negativo na adoção. A ideia de fazer apenas duas perguntas foi deixar os pesquisados mais livres, de modo que as respostas pudessem fluir sem imposição de conteúdos determinados. A intenção foi que não houvesse da minha parte um direcionamento, condicionado pelo que eu já sabia respeito do tema a partir de minhas experiências anteriores com os jovens e com as questões que colocavam em ocasiões outras que não a da pesquisa. Para Bourdieu (2011, p.10)

Na transcrição da própria entrevista, que faz o discurso oral passar por uma transformação decisiva, o título e os subtítulos (sempre tomados das palavras dos entrevistados) e, sobretudo o texto que fazemos preceder ao diálogo, estão lá para direcionar o olhar do leitor para os traços pertinentes que a percepção distraída e desarmada deixa escapar.

As entrevistas, depois de transcritas em francês ou alemão, foram traduzidas para o português. Dessa maneira, foram ouvidos os sujeitos, realizadas as entrevistas, gravadas e foram aplicados os questionários em momentos pré-estabelecidos, observando-se as condições e as disponibilidades dos envolvidos, considerando os objetivos, a dinâmica e as possibilidades vislumbradas em cada um desses momentos. Na Tabela 1 a seguir constam os instrumentos utilizados e o número correspondente de sujeitos com quem foram aplicados.

Tabela 1 – Público pesquisado e instrumentos aplicados

Público pesquisado	Entrevista	Questionário	Visita/conversa informal
Jovem adotado	28	29	29
Mãe adotiva	10	11	14
Pai adotivo	8	8	10
Amigos de Pais adotivos	-	-	11
Mãe biológica	2	3	5
Pai biológico	-	1	1
Representante da justiça	2	-	-
Responsáveis por abrigos	1	-	-
Total	51	52	70

Fonte: elaboração própria.

4.2.2 Sujeitos pesquisados

A escolha dos participantes da pesquisa se deu mediante a aproximação já existente com alguns deles/as e convites por indicação dos grupos que são colaboradores da ACC e outros indicados por eles mesmos.

Os que responderam questionários e fizeram entrevistas são hoje jovens e adolescentes brasileiros, de várias partes do Brasil, negros e pardos, oriundos de famílias pobres, abandonados em abrigos, doados pela própria mãe ou retirados da mãe ou do pai por ordem judicial.

Como mostra a Tabela 1, vários sujeitos participaram da pesquisa: os jovens adotados; os pais e familiares; amigos dos familiares dos adotantes; pais e mães biológicos; representantes de instituições que abrigaram adotados; juiz da vara da infância e da juventude; secretaria da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, Bahia (CEJAI/BA).

No Brasil, foram feitas entrevistas com três mães e um pai biológico, e uma mãe biológica respondeu ao questionário. E na Europa foram feitas também entrevistas com pais adotivos.

Do universo da pesquisa, obtive 37 referências de jovens adotados na Europa, destes, 29 responderam ao questionário e fizeram a entrevista, e apenas um não respondeu ao questionário. Entre eles, cinco responderam o questionário e foram entrevistados no Brasil, pois estavam em visita aos familiares, antes de minha primeira viagem para a pesquisa.

Dos 37 jovens, alguns tiveram um fim trágico antes do primeiro contato, pois três se suicidaram, uma tentou suicídio, todos em Luxemburgo; dois estão presos, na Alemanha; um jovem vive em um centro de acolhimento para pessoas especiais, na França. Um jovem se recusou a participar da pesquisa, sem justificativa, em Luxemburgo, porém entrevistei o seu pai adotivo.

Algumas respostas obtidas no questionário foram quantificadas e extraídas as porcentagens, para caracterização da amostra de acordo com quatro variáveis: sexo, país de destino, idade ao ser adotado e idade em 2012. As Tabelas 2, 3, 4 e 5 mostram a distribuição dos sujeitos nessas variáveis.

Tabela 2 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por gênero

Masculino	Feminino	Total
13	16	29

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por país de destino

Alemanha	Bélgica	França	Luxemburgo	Suíça	Total
9	3	3	13	1	29

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por idade ao ser adotado

Menos de 1/2 ano	De 1/2 ano até 2 anos	De 2 anos até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
8	11	7	3	29

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 – Quantidade absoluta de sujeitos participantes – por idade – 2012

Menos de 20 anos	De 20 até 25 anos	De 25 até 30 anos	Mais de 30 anos	Total
3	5	15	6	29

Fonte: elaboração própria.

4.2.3 Procedimentos de coleta e de análise

Na Europa, organizei os encontros com os jovens adotados e seus familiares por proximidade entre os países em que residiam. O roteiro feito começou com a Alemanha, daí para a França, em seguida para a Suíça, depois Luxemburgo e, por fim, a Bélgica.

Durante quatro meses de pesquisa de campo nos cinco países escolhidos, as famílias me acolheram de maneira calorosa e receptiva, como também permitiram uma discussão mais ou menos aberta sobre as questões abordadas.

Nessas viagens eu encontrava com as famílias adotivas dos jovens e também com pessoas ligadas aos projetos da ACC, com ligação com o trabalho de PE, que era o centro e a ligação com a Alemanha e com Luxemburgo. Com as pessoas que eu o encontrava, traziam novos contatos, novas demandas. Eu comecei falando com os grupos colaboradores da ACC. Falei do trabalho e que gostaria de conhecer jovens que tinham sido adotados, do Brasil. A partir desse ponto eles foram me dando nomes, telefones e contatos.

Os contatos eram feitos por e-mail, cartas, telefonemas. Parece que quando se começa a entrar na pesquisa, as informações começam a emergir naturalmente. Assim, os jovens ligavam, mandavam cartas e correspondências querendo saber informações. Os próprios pais, também, começaram a relatar um pouco da história da vida dos filhos e de convivência com outros adotados que conheciam, oriundos do Brasil.

Os encontros foram planejados mediante negociação para escolha de local, data e horário, priorizando-se lugares que tivessem certa tranquilidade. Em alguns momentos houve choque de horário, pois alguns acabaram chegando antes do previsto.

Os jovens contatados eram seis de Simões Filho, dez de Salvador, cinco vieram da Paraíba, um do Ceará, um de Recife, uma de Minas Gerais, três do Rio

Grande do Sul e dois de São Paulo. Alguns jovens eu conheci porque eram de Simões Filho, outros por informações de pais que já tinham visitado Simões Filho.

Treze famílias adotantes foram visitadas entre 2011 e 2012: na Suíça, uma nuclear; na Bélgica, uma nuclear; na França, duas famílias monoparentais, compostas de mãe, sendo que uma dessas mães faleceu no ano passado; em Luxemburgo, sete famílias nucleares; e, na Alemanha, uma família nuclear e duas a em recente processo de divórcio.

Houve duas famílias que se negaram a participar da pesquisa: uma, na Alemanha, com quatro filhos adotivos, não aceitou a proposta de visita, rejeitou conversar sobre sua experiência com a adoção, não deu explicações sobre sua negação em me receber; a outra, em Luxemburgo, com apenas um filho adotivo, o qual se nega a falar de qualquer informação sobre o Brasil e sobre a sua mãe biológica, sendo que a mãe adotiva não quis, sequer, falar comigo.

Em Luxemburgo, um casal, My⁸ e Fy⁹, fundadores da Associação *Hand an Hand*, disponibilizaram sua residência como local para encontro com pessoas do seu círculo de amizades; em outros casos o encontro aconteceu na residência dos próprios pesquisados. Especialmente em Luxemburgo, acabei tendo algumas relações de amizade.

Na Bélgica um dos jovens brasileiros adotados intermediou a recepção junto a seus familiares; na França, fui recebida na casa dos familiares de jovens adotada; na Suíça, fui recebida na casa da família do adotado; na Alemanha, o contato foi através do FB, também colaborador da ACC¹⁰. Ainda na Alemanha, fui recebida também em casa de familiares e, em Berlim, o encontro foi em um Café; em dois casos fiz contatos por telefone e os questionários foram enviados via e-mail.

Para FB, criança brasileira deve viver no Brasil. Ele nunca concordou com as adoções; mas não se nega a atender, a ouvir, a estar com essas famílias. Ele busca algumas soluções estabelecendo contatos com ONGs brasileiras, para propostas de ações voluntárias que beneficiem esses jovens. Muitos deles vêm ao Brasil e ficam

⁸ Denominação para garantir o anonimato.

⁹ Denominação para garantir o anonimato.

¹⁰ FB não trabalhou diretamente com adoção, mas ficou sendo também um conselheiro, porque era amigo de PE, estudou e morou no Brasil, conhecia as famílias e os problemas brasileiros. As famílias e os amigos dos adotados, sabendo que ele morou no Brasil, que falava português e trabalhava com organizações sociais no Brasil, o procuravam para pedir conselhos, orientações.

na ACC hospedados, conhecendo um pouco da realidade à qual um dia eles pertenceram. FB me deu nomes e listas de contato com outros sujeitos da pesquisa.

Eu marcava horário com os jovens, ou com as famílias, a gente começava no café da manhã, entrava pela hora do jantar. Algumas famílias chegavam antes do horário marcado e esperavam eu terminar a conversa com quem tinha chegado anteriormente. Um dia recebi três famílias ao mesmo tempo, uma esperando a outra acabar. Então, esse foi, eu diria, um momento de mais emoção, durante a conversa

Com esses intercâmbios, a relação com os europeus foi se tornando mais sólida e confiável.

O estudo utiliza, como mencionado, dados coletados através de conversas informais, observação, entrevistas, questionários e documentos para estabelecer categorias que permitam analisar a relação dos sujeitos pesquisados com as realidades vividas e imaginadas por cada um. Segundo Gil (2008), nem sempre essas categorias terão logo suas definições, imediatas. É preciso ter uma boa apropriação de todo o material, considerar todo o conteúdo, sem perder de vista os conteúdos implícitos e as dimensões contraditórias e silenciadas.

Tive como objetivo, ao interagir com os sujeitos da pesquisa, buscar compreender se havia e quais eram os conflitos identitários vivenciados pelos jovens adotados por pais estrangeiros. Em alguns momentos as falas se tornaram desabafos, e uma das entrevistadas, inclusive, mencionou a vontade de escrever um livro sobre o tema, para diminuir seu desconforto/sofrimento no país em que vive.

Durante o trabalho de campo, a grande maioria das pessoas contatadas aceitou com tranquilidade dar os seus depoimentos, sem qualquer tipo de exigência. Como comportamento ético, cuidei de proteger os nomes dos adotados, mencionando-os no texto utilizando nomes de aves, por serem animais que voam.

Utilizei gráficos e tabelas para apresentar e analisar os dados obtidos a partir dos questionários e entrevistas, possibilitando a leitura e interpretação das informações obtidas, assim denominadas: ideia de nação, família, pobreza e identidade racial; processo de adoção: positivities e negatividades; inserção sociocultural dos jovens no país de adoção; imagens, desejos e frustrações em relação ao país de origem.

Com o objetivo de melhor trabalhar com essas informações, foi criado um banco de dados com base a tratados em um programa denominado

Statistical Package for Social Sciences (SPSS), conforme detalhado na seção seis. E, para tentar dar conta da complexidade e riqueza de dados, além dos gráficos, busquei apresentar um recorte das histórias de vida dos jovens, agrupadas da seguinte forma: a) os que desejam voltar para o Brasil; b) os que voltaram a morar no Brasil; e c) os que não revelaram o desejo de voltar.

Toda história contada tem início, meio e fim. Começo a contar a história dos jovens pela infância. Uma “infância roubada”. Além de uma infância roubada, ela tem algo que é muito comum, quase que em todas as histórias, que é a questão da aparência física. Essa aparência física, assunto destacado nesta tese, que fala principalmente de adotados negros, é a primeira coisa que chama a atenção, na infância, na escola, na relação com os colegas, com as crianças, com os professores, e com a própria sociedade, o fato de se ter uma origem negra, em contextos de maioria branca.

Então, começo fazendo a descrição física de cada um dos jovens, como eles se apresentam, porque é assim que são percebidos no país onde moram. Quando conheço parte da infância do jovem antes da adoção, eu o apresento no seu contexto familiar, econômico e social. Quando não conheço, localizo a origem, a cidade, o estado; alguns vieram da Bahia, Paraíba, Ceará, São Paulo e do Rio Grande do Sul. Situo se foi adotado em abrigo ou se foi doado por uma família. Depois trago a situação da família adotiva; quem são esses pais, a situação econômica e social, a formação profissional, estado civil, descrição pessoal. Esses dados são importantíssimos já que nesta tese (como foi dito desde a introdução) a situação familiar é determinante para entender o percurso do adotado. Algumas histórias são tristes, e tento trazer informações sobre o antes, durante e depois da adoção.

Enfim, o caminho metodológico que escolhi consolidou-se com a construção e análise das histórias de vida dos jovens, o que possibilitou vislumbrar melhor quem é cada um deles, como veem a si mesmos e aos outros, o que querem ser, onde querem estar, sua relação com o fato de ser brasileiro, negro, adotado por pais estrangeiros.

Estar próxima desse grupo facilitou minha interação com o local, a residência, a família de cada um e seus modos de ser. As informações, os diálogos, as entrevistas com membros das famílias, o acesso a dossiês de alguns

deles foi muito importante, pois permitiu conhecer um pouco mais de perto sentimentos, comportamentos e anseios.

As histórias mostram trajetórias, conflitos de identidade, conteúdos subjetivos e fatos, situações vividas ou relatadas por pais, amigos, colaboradores, autoridades. Nelas, ficam evidentes alguns aspectos, como: falta de informação sobre os pais biológicos; falta de informação acerca dos motivos da adoção; sentimento de não pertencimento; vínculos afetivos não convincentes ou negados não expressos por palavras, gestos ou ações; oportunidade de emprego apenas em profissões menores ou desemprego; alguns casos de suicídio, contravenções, crimes, prisões, distúrbios mentais e/ou comportamentais, com internações ou afastamento da família adotiva; negação da família ou mãe biológica; vivência de situações de discriminação étnico-racial, sobretudo na escola; casos de dificuldade de emprego.

Esses aspectos são sintetizados em três categorias, focalizadas na análise, incluindo algumas falas dos jovens e de seus pais adotivos e biológicos. São elas: sentimento de pertença; busca pelas origens; vivências de discriminação étnico-racial.

Para escrever as histórias, utilizei informações obtidas através desses instrumentos, mas também informações a que tive acesso nos anos de convivência com o tema da pesquisa. Assim, tenho na memória, imagens, emoções tantas vezes transmitidas, diálogos que recuperei dessa vivência com os jovens e suas famílias. Essas conversas permitiram maior contato, mais abertura para que realmente tivesse profundidade na fala de cada um, verdadeiro sentimento daquilo que eles passaram na infância, daquilo que eles viveram na adolescência.

4.3 CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Para construir as histórias de vida dos jovens pesquisados, procurei abordar sete aspectos que funcionaram como parâmetros para tentar contemplar aspectos comuns relativos a sua vida antes e após a adoção. Neste texto, busco sintetizar o que foi apresentado, considerando cada um dos aspectos mencionados.

4.3.1 Perfil de idade

Neste item, encontram-se referências corporais dos jovens, além de traços de personalidade observados nos contatos que foram feitos com os jovens, quando crianças, antes da adoção e também após serem adotados.

Entre os pesquisados há 16 moças e 13 rapazes de diferentes idades. Dos 29 apenas dois são brancos. Entre os que foram observados como negros 20 não se reconhecem enquanto tal e se dizem pardos.

Em relação ao gênero, o maior número de pesquisados é feminino, 16 mulheres, seguido do sexo masculino, 13 jovens. A maioria deles é negra, sendo que dois têm a pele mais clara, e outros que se declaram pardos não se reconhecem enquanto negros, apesar de terem a pele escura. Dois deles têm olhos claros e a grande maioria tem olhos negros e cabelos crespos; quatro deles têm cabelos lisos e pretos.

Outros aspectos das características físicas mostram que oito deles têm estatura muito baixa, uma delas com lábios leporinos, situações de obesidade, problemas com a visão, miopias, compleição física com braços e pernas curtos, cicatrizes de maus tratos físicos, etc. Quanto ao modo de ser, seis deles são tímidos, de aparência triste, sendo que um grupo expressivo demonstra ter ansiedade e alguns até mesmo depressão. Essa incidência dos traços citados provavelmente decorre de algumas sequelas da vida anterior à adoção, marcada por pobreza e abandono.

Cinco dos homens são fortes, altos e destemidos; apesar de terem esse diferencial físico, apresentam comportamentos diversos, alguns buscam afirmação no trabalho, questionam sua existência e outros vivem em desajustes econômicos emocionais. Característica também que diz respeito em especial a uma jovem adotada, que não consegue organizar sua vida do ponto de vista econômico e social, como mencionado na sua história de vida.

Nas histórias, vemos as contradições vividas no contexto familiar em que a quase totalidade das crianças adotadas foram inseridas, impactos que sofrem resultantes da presença de um corpo negro em uma sociedade predominantemente branca. Em relação às observações feitas sobre cor, a maioria dos estudos consideram a autodeclaração, mas chama atenção a predominância de jovens

fenotipicamente negros que se autodeclararam morenos, brancos, pardos, fato provavelmente associado a uma necessidade de branqueamento.

Descrevê-los em detalhes contribuiu para a composição das histórias contadas. Nelas, é possível perceber o universo familiar em que foram acolhidos e a dimensão dos graus de dificuldades nos processos de integração vivenciados por cada um nos diversos momentos de suas vidas. São jovens com marcas e traços físicos inconfundíveis naquilo que é próprio das suas origens.

No Brasil são os negros que fazem parte da classe mais pobre do país, marcados pelos sofrimentos e mazelas sociais. Desprovidos, quase sempre, de recursos e bens materiais, excluídos de condições dignas de sobrevivência, veem-se pessoas acometidas por doenças, maus tratos frutos do abandono, da desnutrição e das diversas formas de violência que podem ter passado na concepção, gestação e primeira infância.

Com relação à faixa etária, a maioria foi adotada com menos de três anos. Isso demonstra a predominância por crianças nas faixas etárias mais jovens. Tal fato pode estar relacionado a uma expectativa que assegurasse uma perfeita integração dessas crianças aos modos de vida europeus. Por terem idades menores, acreditava-se que poderiam ter menos problemas com aceitação no país em que viveriam.

4.3.2 Antes da adoção

A maioria dos jovens foi adotada quando crianças, em orfanatos ou à disposição do Juizado da Infância e Juventude, com indicativos para adoção. Nos casos de disponibilidade para serem adotadas, os processos parecem ter seguido os trâmites estabelecidos pela lei, mas nem todos. Dois dos pais revelaram que fizeram as adoções à brasileira¹¹. Assim como eles, outras adoções foram intermediadas entre os abrigos e família, juizado e família, abrigo e juizado, como também no modo *intuitu personae*¹².

Esses formatos em que ocorreram essas modalidades de adoções

¹¹ Quando se registra no cartório, alegando que a criança nasceu em casa um filho alheio como se fosse próprio (GRANATO, 2010).

¹² Forma de adoção em que existe um prévio acordo entre os pais biológicos e os pais adotantes, para que a criança seja dada para adoção em acordo entre os pais, normalmente com ajuda de um intermediário (GRANATO, 2010).

demonstram que naquela época o descompromisso e a fragilidade das estruturas do Estado eram bem presentes e que a atenção à criança e ao adolescente tinha pouca importância.

A maioria das crianças que foram disponibilizadas para adoção são crianças pobres e negras, originárias de famílias com mães jovens e com sérios problemas sociais. Houve um caso, por exemplo, em que três crianças vieram da mesma família, em situação de extrema pobreza, fruto de relações de abandono por parte do pai e do desamparo social. Nesses mesmos contextos, vinte cinco crianças vieram de abrigos.

Como viviam em abrigos, tiveram suas histórias de vida interrompidas dos laços biológicos, antes mesmo da adoção. A impossibilidade de obter informações sobre a família dessas crianças é considerado um ato legal, institucional nas organizações que atuam com crianças abandonadas em abrigos. Pouco se sabe sobre as regras e o funcionamento dessas instituições/abrigos. Alguns responsáveis por esses abrigos tinham vínculos com a Igreja, quando não eram dirigidos por padres e freiras.

Muitas crianças foram encontradas doentes nos abrigos e em hospitais públicos, outras saíram diretamente da casa de seus familiares para abrigos e não possuem memórias dos lugares onde viveram. A impressão é que esquecer os vínculos e o passado pode ser um meio de anular e tentar apagar todos os sinais de sua existência anterior, parte das suas histórias de vida.

Dessa maneira, nas histórias, vê-se que em relação a alguns jovens, quase não há informações sobre sua vida antes da adoção. Como eles não tinham essas informações, não foi possível trazê-las nas histórias.

4.3.3 A chegada no país de adoção

Nesse aspecto, foram relatados a chegada e o processo de acolhimento das crianças no país e nas novas famílias. É possível constatar que existem diferenças entre as crianças adotadas. Essas diferenças podem ser percebidas nas formas de acolhimento, no desenvolvimento da infância, na escola, nas relações de amizade, nas relações com os membros da nova família, nas descobertas socioculturais, afetivas, espaciais e linguísticas.

Em relação às famílias, vimos que são famílias de classe média alta, a maioria com formação de nível superior e até mesmo autoridades com cargos públicos. Apesar das crianças terem sido bem acolhidas ao chegarem no país de adoção, algumas situações foram marcantes e difíceis para algumas delas. Nesses casos, constata-se que, nos primeiros momentos, os pais adotivos tinham filhos biológicos e os tratavam sem distinção. Mas será que tratar sem distinção seria adequado? Que situações marcadas por diferenças podem ser também uma violência no processo de acolhimento? Pois eles são diferentes, e o fato de tratá-los sem distinção poderia mascarar a realidade. É provável que os modelos seguidos foram os de referência do meio social onde vivem os pais adotivos, o que pode significar um apagamento do universo da origem da criança adotada.

Na história de vida de João de Barro, vemos uma forte exigência de sua mãe, um estado permanente de alerta em relação aos padrões de higiene pessoal, no manter constante aparência de limpeza, que ele conserva até hoje, sempre impecável nos trajes, na aparência.

Os pais adotivos demonstram ter preocupação com o ingresso escolar dos filhos adotivos. Alguns chegaram ainda bebês, outros com mais idade. Os mais novos não tiveram problemas com série e idade nem com a alfabetização; os mais velhos, com idade acima de seis anos, tiveram mais dificuldade com a alfabetização.

Saem de uma condição em que falta tudo para uma condição em que se tem tudo materialmente. Assim foram os primeiros momentos na vida dessas crianças adotadas por processo de adoção internacional. O aprendizado da nova língua é prioridade. Para algumas crianças, a língua de origem foi totalmente esquecida, podendo caracterizar fuga de lembranças de sofrimento do passado. Além da aquisição de uma nova língua, outras lembranças e imagens permaneceram por algum tempo na memória de algumas delas; essas impressões se traduziam entre fantasia e realidade, entre espaços da Europa e Brasil.

Nesse tipo de adoção, é sempre preciso uma adaptação da criança a uma nova realidade. A diferença de idade pouco influenciou nas questões dos conflitos atuais apontadas pelos pesquisados. No entanto, as quatro crianças que conseguiram melhores resultados escolares chegaram ainda bebês.

Nos primeiros momentos da adoção, tanto a criança recém-chegada quanto a família adotiva realizaram suas experiências de cumplicidade; destaco que em

dezesseis delas a troca de afeto não foi tão efetiva, marcado para alguns como ausente na relação entre pais adotantes e filhos adotivos; a maioria reflete em seus relatos *une manque d'affectivité*, como também fatos que foram omitidos sobre a realidade da família biológica da criança adotada.

Quatro delas viveram experiências dolorosas de ter de viver em abrigos e até mesmo na rua; outros foram excluídos da escola e discriminados pela cor. As tentativas de buscar o lugar nesse novo mundo parecem ter sido bastante sofridas. À medida que a criança adotada vai crescendo e tentando se reconhecer nas diferenças, e na identificação social, aparecem os desencontros, silêncio, confronto e questionamento com sua vida construída.

Como em toda relação familiar, os divórcios/separação de casal provocaram desgastes emocionais na vida das crianças, assim como outras situações traumáticas, como perda da mãe por morte, contribuindo para novos sentimentos de abandono e solidão.

As formas de exclusão são presentes na vida de algumas crianças e jovens. Muitos foram vítimas da discriminação na escola, na comunidade em que viveram com amigos dos familiares, nos trabalhos de baixa qualificação, passando a conviver com agressões e maus tratos, a ponto de terem que abandonar os estudos.

Alguns pais se preocuparam em fortalecer seus filhos para enfrentar o racismo europeu, outros desconheceram ou ignoraram esse tipo de prática na sociedade em que vivem.

Após adoção significa, para alguns jovens, procuras, buscas; muitos deles quando se sentem mais fortes ou adquirem maioridade partem ao encontro de conhecer suas histórias, o país onde nasceram e seus familiares. Considero que as formas de separação de uma criança dos pais e do país de origem são alternativas para melhorar a vida de pessoas; no entanto essas possibilidades têm trazido consequências e crenças que merecem ser reavaliadas.

A pesquisa demonstrou que esse rompimento é doloroso para a criança que tem a necessidade de reconhecer e ter identidade étnico-racial incorporada e respeitada na condição de adotada, enquanto ser diferente no meio em que vive. Alguns ainda registram que a ausência dos pais biológicos faz dessa pessoa um ser incompleto, desconcentrado e de emoções oscilantes.

Esses conjuntos de incompletude abordados pelos jovens merecem ser revistos pelos poderes públicos responsáveis pelas leis que tratam das questões da adoção no país. Desconhecer esses aspectos da vida desses é negligenciar de forma desrespeitosa os direitos humanos.

Por outro lado, os pais adotivos tentam se proteger e garantir a presença do filho na sua vida. Medo de perder o afeto, medo de que o filho retorne para sua família de origem. Normalmente as histórias contadas pelos pais adotantes são pautadas na pobreza, na doença, na violência e no abandono dos pais e do país. Misturam-se a esses sentimentos processos de desconfiança, mentira, às vezes revolta e a obrigação da gratidão. Ter sido salvo da morte é uma situação que faz o jovem ter pelos pais adotivos sentimentos solidários, e heroicos.

4.3.4 Situação atual

Tive informações sobre a adoção de 37 jovens, dos quais 29 responderam o questionário. Sobre os outros oito jovens por outras pessoas (amigos e conhecidos de pais adotivos e pessoas ligados a PE). Uma família alemã adotiva de quatro filhos se recusava a falar comigo sobre os filhos, sendo que dois dos filhos estão presos. Três jovens adotados por duas famílias de Luxemburgo cometeram suicídio, sendo um na prisão e outro por overdose. Outro jovem adotado na França está internado em uma clínica psiquiátrica, com comportamentos violentos.

No grupo dos 29 adotados que responderam o questionário, 21 disseram não ter um problema grave, mas sobre cinco adotados foram relatados problemas com drogas e/ou álcool e um deles foi até morador de rua em consequência disso. Um teve tentativa de suicídio, outro apresenta distúrbios com surtos de violência e um outro teve envolvimento com furtos. Dessa forma, temos um universo de 16 jovens com problemas muito graves (suicídio, droga, violência e furtos), o que representa um total de 43,2%. Esse percentual situa-se muito acima da média, apontando para a possibilidade desses problemas estarem ligados à sua condição deles serem adotados em outro país.

Atualmente, dez jovens são casados, um é divorciado e 18 são solteiros. Dos casados, sete têm filhos. O divorciado atualmente tem um filho. Entre os dez casados, sete são mulheres e três são homens. Entre os 18 solteiros, oito são

mulheres e dez são homens. Isso mostra que eles optaram em ter filhos em situação da estabilidade que um casamento oferece em comparação com a vida de solteiro. Acompanhando as práticas da sociedade, em geral, tanto na Europa quanto no Brasil, as mulheres tendem a se casar mais cedo com idade média de 27,1 anos e os homens com 31,7 anos, ou seja, em média 4,6 anos mais velhos. A divorciada, hoje tem 33 anos; como os casados ainda são muito jovens, podem ocorrer divórcios mais tarde.

A relação com o Brasil, país de residência da maioria dos jovens, ainda é o mesmo país em que foram adotados; dos nove que foram para a Alemanha, oito permanecem lá e um voltou para o Brasil; e dos 13 que foram para Luxemburgo, 12 permanecem no país e um voltou para o Brasil. Os adotados na Bélgica, França e Suíça permanecem no país de sua adoção.

Considerando os 27 jovens que moram na Europa, percebe-se que existe uma tendência em ficar no lugar já conhecido apesar do desejo expresso de 18 deles em voltar a morar no Brasil; 5 não opinaram, um expressou dúvidas e três afirmam que não morariam no Brasil. Isso mostra uma insatisfação com a atual situação, mas a existência de fatos maiores do que o desejo de voltar faz com que eles permaneçam na Europa. Para os dois que retornaram ao Brasil, é possível que seu sofrimento fosse maior do que os laços que os prendiam à Europa e tomaram a decisão de sair, enquanto para outros a saída foi a droga, o suicídio e/ou a violência. Em geral, a maioria tem uma posição conformista com a vida na Europa, apesar do desejo de voltar e de gostar de morar no Brasil.

Onze dos adotados moram com o companheiro (a) sendo que 10 deles com o estado civil de casados; somente um solteiro declara morar com a companheira. Isso mostra que eles diferenciam ser casado e morar junto, diferente do Brasil, onde o morar junto significa o casamento. A idade média dos casados é de 28,7 anos. Seis ainda moram com a família.

Eles têm uma idade média de 22,5 anos. Dos 29 adotados, 11 moram sozinhos. A idade média deles é de 27,0 anos. Um jovem de 27 anos respondeu que mora em uma comunidade. Isso mostra que os jovens repetem um comportamento normal para a realidade da Europa. Os mais novos ainda moram com os pais, os mais velhos são casados com filhos, ou seja, vivem em uma relação estável.

Na idade intermediária de 27 anos, vivem sozinhos ou em uma comunidade, mostrando também que saem da casa dos pais para morar sozinho para depois se casar e que não saem da casa dos pais para se casar.

O nascimento de filhos está relacionado com o casamento, e a idade média dos adotados com filhos é de 30,1 anos, ou seja, eles mostram o mesmo perfil que os jovens europeus, sendo pais com mais idade.

Analisando a escolaridade dos 29 adotados, sete têm ensino fundamental, 18 fundamental médio, uma médio-profissionalizante e três têm nível superior. O nível fundamental médio significa a conclusão de 10 anos escolares; os que responderam que têm o ensino fundamental significa que não concluíram a sua formação escolar.

A maioria dos pais adotivos possui nível superior. Em geral, os filhos de pais com formação acadêmica tendem a ter também uma formação escolar superior e universitária. Os adotados brasileiros apresentam um nível escolar baixo, em relação a seus pais e irmãos adotivos, e trabalham em profissões de baixa qualificação. Somente três adotados cursaram universidade. Os outros trabalham como esteticista, cuidador de idoso, auxiliar de enfermagem, auxiliar administrativo, jardineiro, auxiliar de construção, carpinteiro, educador de criança, faxineira, policial, secretária ou se declaram sem profissão. Sete adotados não trabalham, enquanto 22 declararam que trabalham. Dos sete que não trabalham, três ainda estudam.

Esses dados demonstram a integração da maioria dos adotados na vida social e no trabalho no país em que vivem. Eles se casaram, têm filhos, conquistaram um espaço na sociedade, mesmo sendo abaixo do nível do de seus pais e dos irmãos, quando filhos biológicos.

4.3.5 Integração e participação social

A integração pode ser o efeito ou resultado das diversas convivências, como também faz parte de processo dinâmico de grupos sociais, culturais, religiosos que interajam com ações fundamentadas no respeito mútuo e superação de adversidades. Dessa forma, conquistar um lugar é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento pessoal e social, em condições que favoreçam ao conjunto de necessidades básicas. Essas necessidades compreendem trabalho, educação, inserção social, família, amigos cultura, religião e formas de comunicação, em processos de melhorias, para o bem viver.

Nesse sentido, ao verificar o nível da integração dos adotados nos países de suas novas famílias, ficou constatado haver boas relações com o trabalho, estudo, profissão, mesmo sendo de pouca qualificação.

No que tange ao meio familiar, foram criados espaços para acolhimento e garantia de alimentação, escola e proteção para as crianças adotadas. As atividades escolares indicam aspectos negativos, pois a maioria expressa desencanto com o modo como foi tratada e por não se sentir inserida nas atividades escolares, o que demonstra também haver uma inversão de valor no espaço que, por princípio, deveria ser acolhedor; ao contrário, este é sentido pelas crianças como um espaço excludente.

Mais da metade dos adotados não participam de grupos culturais ou sociais, evidenciando que sofrer discriminação por ser negro, portanto, compromete a sua integração social.

A maioria diz se sentir aceita nos grupos sociais situação positiva para uma convivência, o que infelizmente não acontece com todos. Um dos jovens relata que teve uma amiga, a mesma com quem ele se casou; outro jovem, quando esteve preso injustamente, foi rejeitado por todos que ele considerava amigos; outra jovem, após morte de sua mãe, tem sido rejeitada por todos a sua volta, subtraindo até mesmo os direitos de família. Os dois jovens que retornaram ao Brasil não se sentiam integrados ao país.

Espaços maiores e externos de menor convivência afetiva, que expõem o adotado a uma situação ou uma condição de ser diferente, são mais negativos quando se referem a pertencer ou a ocupar espaços ou grupos maiores na cidade, escola e Igreja.

4.3.6 Perspectivas de futuro

"Perspectiva de futuro" foi considerado um aspecto a ser trazido nas histórias, de modo a mostrar as possibilidades de os adotados mudarem de condição de vida, quando saíram de uma situação de pobreza grave.

Pensar que essa condição foi dada a essas crianças como uma chance e novas perspectivas de futuro, por isso abordar as etapas da vida e as circunstâncias em que esse propósito se deu, com maior ou menor êxito.

Os períodos de transição para a fase adulta são caracterizados por incertezas, inseguranças e indecisões que irão demarcar vários aspectos que compõem os dilemas e conflitos dessa fase da vida. Assim as palavras-chaves da ideia de perspectivas são destacadas abaixo como representativas e ditas pelos próprios jovens.

Confusões, revolta, busca pelo lugar de origem, encontro consigo mesmo, encontrar a família biológica, voltar a morar no Brasil, dar um novo sentido à vida, entender os problemas do abandono e da pobreza. Esses sentimentos são expressos pela maioria, e trago nas histórias. Para uma minoria existe ainda um conformismo e uma aceitação da condição de abandonado e sem esperança de refazer a vida junto à família biológica, mesmo que esse seja o grande desejo. Quatro jovens desejam trabalhar no Brasil com ações solidárias. Para um grupo pequeno, o Brasil é lugar de férias. A maioria trabalha e tem, no retorno ao Brasil, a perspectiva de futuro. Para um deles, o Brasil é apenas uma história, um sonho, já contado na sua história de vida. Dois deles sonham primeiro, com a liberdade, com sair da prisão.

5 HISTÓRIAS DE VIDA DOS JOVENS: ENTRE DESEJOS E FRUSTRAÇÕES

Parte deste trabalho consiste em relatos de experiências de jovens brasileiros negros e pobres que, na infância ou adolescência, foram adotados por famílias europeias, em contexto social e familiar confiável e amistoso. Esses relatos têm o intuito de conhecer aspectos dos modos de vida desses jovens e das famílias adotantes, de alguns dos seus familiares e amigos.

Durante o processo da pesquisa, ouvi relatos de pessoas jovens – filhas e filhos, mães e pais adotivos, amigos e parentes –, para reunir informações que pudessem compor este estudo. Nas visitas aos países onde moram, tomei conhecimento nas narrações registradas de desejos, sentimentos, desabafos, tentativa de buscar referências, dados para nortear caminhos, horizontes.

Preferimos algumas histórias, por serem ricas em sutilezas no seu contexto familiar e social. Assim, as vinte e seis histórias denotam preconceitos étnico-raciais, conflitos, gratidão, conquistas, ganhos e perdas afetivas. São depoimentos que denotam o caminho percorrido por crianças e adolescentes desde o seu nascimento e desligamento de sua origem até a adoção, formação de novos laços afetivos com a família adotiva, parentes e amigos na Europa. Nessa nova realidade vivenciam processos socioculturais nos grupos e famílias resultantes da adoção.

Alguns desses relatos contam a trajetória de pessoas que ganharam filhos pela adoção e que os viram retornar ao país de origem em busca de suas famílias biológicas e de filhos adotivos preocupados em encontrar uma referência de sua nacionalidade, uma resposta ou justificativa para seus comportamentos sócio familiares. Muitas vezes eles tomam surpreendentes decisões de trocar uma relativa segurança social, conforto e boas condições econômicas na Europa por modos de vida aventureiros no Brasil.

Mesmo encontrando nesses sujeitos adotados, aparentemente incluídos no contexto social, trajetórias de vida que poderiam ser consideradas exitosas, suas narrativas permitem observar que, subjetivamente, cada um carrega, no particular, uma espécie de vazio de afetividade íntimo, imperceptível. Ao que tudo indica, com o passar do tempo, esse vazio afeta o senso de pertencimento, levando a crises existenciais decorrentes de suas perdas e desencadeando no indivíduo um processo

de busca de sua completude, uma necessidade irresistível de preenchimento e integração pessoal.

Apesar de a adoção ser um tema antigo, as discussões entre fronteiras são muito recentes; isso pode significar futuramente novas lutas por direito ao reconhecimento de filiação biológica, revertendo casos de perda do pátrio poder dos pais biológicos como novos entendimentos jurídicos.

Pretendo que as histórias aqui registradas, por serem especiais e, ao mesmo tempo, comuns entre os adotados que foram entrevistados, possam, eventualmente, ajudar a orientar novos paradigmas de adoção internacional. Tendo em vista os desdobramentos da adoção na vida de crianças e adolescentes, desde o afastamento de sua família biológica até o acolhimento por uma família adotiva no estrangeiro, pode-se retirar das mesmas pistas que alimentem e/ou orientem os modos que sejam repensadas ou reformuladas, as leis e procedimentos de adoções.

As histórias estão contadas sob formas: síntese do que foi relatado feito pela pesquisadora e relatos de informantes, pais, mães tios, amigos e irmãos dos próprios adotados. Ainda no tocante às histórias, tramitei nas fronteiras entre pessoas e países que se relacionam não só entre si mas também com outros. Desse modo classifiquei as histórias de vida em três grupos distintos: os que desejam voltar para o Brasil; os que voltaram a morar no Brasil; os que não revelaram o desejo de voltar.

5.1 OS QUE DESEJAM VOLTAR PARA O BRASIL

Nesta seção, descrevo as histórias de vida de 17 jovens que, na pesquisa, expressaram o desejo de voltar para o Brasil. Dos pesquisados, esse grupo é o que reúne um maior número.

5.1.1 Cegonha: em busca de um lugar

Compleição forte, cabelos castanhos, crespos e assanhados, olhos claros, compunham a beleza sarará de Cegonha: criança meiga, tranquila, de poucas falas e aparência triste.

Cegonha nasceu na década de 80, na RMS, em Simões Filho, Bahia, Brasil, onde residia com a família. Aos sete anos foi colocada no orfanato ACC e, logo em seguida, passou a residir com sua família adotiva, em Thenon, na França.

Entrevistei Cegonha, aos seus 28 anos de idade, em 2011, na sua residência em St. Cernin de L'herm, na França, onde vive com o marido, duas filhas, de sete e nove anos, respectivamente. Já conhecia parte dos fatos de sua vida antes da adoção, que serão contados a seguir, junto com aqueles informados por ela e seus pais adotivos e parentes, biológicos e adotivos.

Antes de ser adotada, Cegonha vivia com sua mãe e duas tias, todas mães solteiras, um tio adolescente, quatro ou cinco primos e uma irmã, não sabe se mais nova ou mais velha que ela. Além desses familiares, tinha outros irmãos, provavelmente cinco ou seis, três dos quais já adotados. Quanto ao pai, as notícias que se tem é que não vivia com a família, nem se sabe onde morava ou vivia. Era mais uma dessas famílias que chegavam à cidade de Simões Filho à procura de sobrevivência, arriscando tudo, nutridos por um fio de esperança que mudasse suas vidas.

Nessa cidade, passaram a morar em situação de extrema pobreza, numa casa localizada no bairro chamado Corte, essencialmente composto de casas conjugadas, perto da linha do trem, quase no centro da cidade, local onde sempre residiram pobres, em casas pequenas, apertadas, sem luminosidade, sem quintal e com sistema de esgotamento sanitário precário. Trata-se de habitações comuns em quase toda a Simões Filho da época¹³.

N¹⁴, mãe biológica de Cegonha, tinha problemas mentais e era alcoólatra. Tudo isso concorreu para que a menina tivesse uma infância sofrida. Aos sete anos perambulava pelas ruas de Simões Filho com a mãe, e era submetida, às vezes, a trabalhos domésticos em casas de famílias simõesfilhenses.

Quando podiam, as duas tias ajudavam a cuidar de Cegonha, e também dos seus próprios filhos. Tempos depois, uma das tias faleceu. A outra tia trabalhava na

¹³ Nessa época, o município atraía pessoas de várias cidades do país, para o Centro Industrial de Aratu (CIA), local onde se instalou a implantação de várias indústrias, despertando sonhos de prosperidade e desenvolvimento. Era comum a existência de pessoas sem qualificação profissional, mas movidas pela esperança de encontrar trabalho. Assim sendo, famílias de migrantes desembarcaram na cidade com poucas chances, passando a sobreviver de subempregos, além de prestação de serviços em casas de família e em feiras livres.

¹⁴ Denominação para garantir o anonimato.

feira do mercado, e tinha dois ou três filhos pequenos que necessitavam ser sustentados.

Sabe-se que o estado de alcoolismo da mãe se agravou e, com isso, a responsabilidade e a assistência da criança foi legada à tia. Não se sabe se por seu estado de pobreza, sobrecarga de afazeres ou desinteresse afetivo, ela permitiu que a menina fosse entregue aos cuidados de um abrigo social de crianças em Simões Filho, a ACC.

Dos seus irmãos, sabe-se que dois deles foram adotados por uma família belga, a outra irmã foi adotada por uma família mineira, e os outros ficaram espalhados por aí.

A história de Cegonha na ACC durou um ano e funcionários daquela instituição relatam: Sentada em um canto qualquer de uma casa-lar,¹⁵ na ACC, orfanato para onde foi levada, tranquilamente, ela olhava as imagens do seu gibi. Cegonha não era ainda alfabetizada, mas passava horas com suas “leituras”. Vez ou outra recorria a suas bonecas, portanto tinha como companhia suas revistas de Tio Patinhas, Mônica, Cebolinha e bonecas.

Passado algum tempo, seu semblante em nada se modificou. Era sempre triste. Seu sorriso curto indicava o distanciamento de quem não sabia qual seria seu destino e seu futuro.

Aproximadamente entre 1989 e 1990, com pouco tempo de vivência no orfanato, Cegonha foi adotada por ES, uma mulher francesa, magra baixa, olhos azuis, atentos e cheios de esperança, cabelos castanho claro, meio grisalhos, um sorriso contido e ansioso, solteira, farmacêutica de profissão, de origem judia, residente em Thenon, França. Essa pequena cidade na França pode ser considerada um dos vilarejos com estilo tradicional de uma zona rural, ainda com produção de alimentos não industrializados.

ES trabalhava duro em sua farmácia, que também era sua primeira residência. Com a chegada do filho adotivo anterior a Cegonha, ES mudou-se para uma casa nova e grande. Educava seus filhos sozinha, tinha apoio de sua família em momentos difíceis, sabendo administrar a adoção dos filhos com dedicação. Apesar do carinho pelos filhos, não expressava seus sentimentos por gestos. Era

¹⁵Casa-lar; sistema de funcionamento do abrigo da ACC: a ideia de uma mãe social cuidar de em torno de dez crianças em cada casa-lar.

dada à prática do esporte, era dinâmica no seu dia a dia com o trabalho e motivações para o lazer com a família.

Pouco tempo depois que Cegonha foi levada para a Europa, sua mãe biológica brasileira, que era alcoólica, foi violentamente assassinada a pauladas, apareceu morta na rua, tendo como suspeita um homem com quem ela andava pela cidade, junto com outros alcoólatras.

Cegonha se distanciou do sol brasileiro, da família biológica de Simões Filho, esqueceu totalmente a língua portuguesa. Aprendeu rápido a língua francesa, apagando suas lembranças do passado. Ingressou na escola, teve um bom desempenho escolar, se integrou a sua nova vida. Sua nova residência era em vilarejo na *campagne* francesa, onde todos a conheciam e a tratavam com carinho e admiração.

Soube da morte da mãe biológica com, aproximadamente, dez anos de idade; não manifestou emoções, nem fez comentários. Sua família adotiva era composta por mais um irmão, chamado Curió, o primeiro a ser adotado por ES; depois veio Periquito, o terceiro a ser adotado. Essa família, portanto, compunha-se por três crianças adotadas, todas oriundas da Bahia.

Cegonha teve parte de sua infância e adolescência tranquila; tinha uma relação formal com sua mãe adotiva, poucos afetos, pequenos conflitos, mas a convivência era respeitosa. Com as tias e tios adotivos tinha bom relacionamento. Soube aproveitar bem as oportunidades; nos estudos, fez formação de Técnica em Secretariado.

Em viagem de férias, com idade em torno dos seus 21 anos, Cegonha esteve no Brasil acompanhada de sua mãe adotiva e do seu irmão Curió para visitar os familiares em Simões Filho, passear em Salvador e aproveitar o sol, as praias, enfim rever o seu país. Seu comportamento era de turista, que apreciava as belezas de Salvador.

Integrada socialmente na França, atualmente Cegonha trabalha em uma empresa privada, casou com um jovem francês simpático e muito gentil, com formação de marceneiro; tem duas filhas e aparentemente tem uma vida tranquila.

5.1.2 Curió St: o menino sorridente

Curió foi a primeira criança adotada pela família de ES, aos seis anos de idade, como constava no seu registro de nascimento. Curió lembra um pequeno índio, cabelos pretos, lisos, olhos amendoados, dentes pequenos, magro, um jeito alegre e moleque de ser.

Tenho poucas informações sobre a infância de Curió, que conheci quando ES veio ao Brasil para adotar uma criança, no caso Cegonha. Ele é oriundo de um orfanato em Salvador e teve seu processo de adoção intermediado por PE. Presenciei, apenas, sua saída de Salvador para a cidade de Thenon na França. Sorridente e brincalhão, ele não demonstrava ter noção das coisas que aconteciam a sua volta.

Entrevistei Curió no ano de 2011, aos 32 anos, em sua residência, na cidade de Thenon, onde vive com sua esposa e um filho de dois anos e a filha de sua esposa, de seis anos.

Quando Curió chegou à França e viu a neve pela primeira vez afirmou para sua mãe que já conhecia a neve. Tão convicto em sua afirmação, deixou ES, sua mãe adotiva, perplexa com seus comentários. O fato se justifica nas impressões de Curió por ter passado antes de viajar para Europa pelas dunas de Itapuã, em Salvador/Ba. Guardou na sua memória a paisagem das tardes em Itapuã, cujas dunas associou à neve.

Seu sorriso foi sua marca de alegria. A família de ES se rendia ao charme de Curió. Ele cresceu cercado de mimo e carinho. Jogava futebol com os amigos franceses, frequentou escola com idade compatível com a série, mas não alcançou os resultados esperados pela família, sendo um aluno de nível abaixo da média.

Já na juventude tentou várias profissões, mas não conseguiu se encontrar como profissional. Com mais ou menos 20 anos voltou ao Brasil em companhia da sua mãe. Era uma visita turística, não tinha referências familiares, sabia apenas que saiu de um orfanato em Salvador, não conhecia sua história, nada sabia sobre seus pais e não demonstrou interesse em conhecê-los.

Curió casou-se com uma francesa, “adotou” a filha de sua esposa, uma criança especial, com certa deformação física de nascença, ele teve um filho com

sua esposa. Atualmente, trabalha como carpinteiro e sustenta a família com seu trabalho.

Nos últimos anos, Curió não se relacionava bem com sua mãe adotiva. Dizia ter necessidade de se redescobrir. Curió se acha perdido e diz que gostaria de voltar ao Brasil, trazer a sua família atual junto com ele. O sorriso de Curió se perdeu no tempo.

Em julho de 2011, cheguei à Europa na época do verão europeu. A sensação que tive é que nesse período do ano as pessoas que moram nesse continente sofrem modificações no seu comportamento, demonstram viver momentos de mais descontração, disponibilidade para ouvir música ao ar livre, sentar nos restaurantes e cafés do lado de fora, passear nas ruas e parques; elas expressam comportamentos mais abertos e mais alegres com a presença do sol.

Nesse mesmo período, visitei as famílias adotantes de crianças brasileiras, para trabalho de pesquisa. Na França, visitei a família de ES e, apesar de estar hospedada em sua residência, tive a oportunidade de jantar fora de casa, ir a um restaurante-fazenda, nas proximidades da região, e partilhar esse encontro com alegria. Estiveram presentes ES, Cegonha, esposo e filhas, Curió, esposa e filhos. No dia seguinte, a família de ES se reuniu mais uma vez para o café da manhã. Falamos informalmente sobre as adoções, sobre a vida presente de cada um deles.

Senti que ES se sentia bem, os filhos já estavam adultos, independentes, casados, com filhos, vivendo em suas próprias casas. O ambiente era calmo e receptivo à minha presença. Eu fazia um pouco parte da família, naquele momento. No dia seguinte me despedi da família e continuei minha viagem.

5.1.3 Pica-Pau: onde fica minha casa?

Pica-Pau é o irmão mais velho de Cegonha. É sarará, como ela, tem olhos claros, estatura média, tem 33 anos, nasceu nos anos 80, em Simões Filho, Bahia, Brasil. Residia com sua família biológica até os cinco anos de idade. Desde sua adoção por uma família na Bélgica, ninguém da família tinha notícias sobre ele e Canário Belga, seu irmão adotado pela mesma família.

Ele fez muitos relatos da sua infância, fatos que marcaram sua vida na escola, na relação com sua mãe e com as pessoas no seu entorno. Teve poucos amigos, se sentiu enganado por sua mãe adotiva, por ela não ter contado a verdade

sobre sua condição e história de vida. É casado com uma belga, tem duas filhas, reside em Liège, na Bélgica, e trabalha na área administrativa, prestando serviços em empresas privadas.

O alento para os momentos tristes vividos por Pica-Pau era ter a companhia do irmão Canário Belga, que lhes garantia uma cumplicidade e ligações de afeto. Era nas brincadeiras de criança que eles encontravam o afeto, fortaleciam suas diferenças naquele mundo estranho.

Pica-Pau esteve duas vezes no Brasil, sendo que na segunda veio acompanhado da mulher e filhos. A terceira visita já está agendada para 2014, conforme ele prevê, junto à família e a outros amigos que ele pretende trazer. Suas vindas e idas parecem compensar o tempo distante. Ele tenta recontrar um espaço perdido em uma fase da sua vida. Nas suas voltas, percebo também que existe ainda uma distância entre o mundo que ele vive na Europa e a realidade de Simões Filho. Parece ainda estar confuso sobre a realidade de sua família, não fica claro quais são seus sonhos, ou suas possibilidades de sonhar. Sua vida na Bélgica não tem perspectivas objetivas. Eu não consegui sentir bem seus sentimentos, acho ele confuso e perdido no meio do caminho que ele não escolheu.

5.1.4 Saracura: das ruas tropicais para as frias e temperadas

Saracura tem 28 anos, nasceu em Salvador e foi adotada com dois anos e meio por uma família de Luxemburgo. Ela é negra, mas se declara morena, estatura média, magra e muito ansiosa. Fala de maneira compulsiva e aflita. Não se sabe de nenhuma notícia sobre seus pais biológicos, não fala português e nunca retornou ao Brasil depois de sua adoção.

Foi no mês de fevereiro de 2011, fim de tarde de domingo que, quando eu estava saindo de casa, o telefone tocou, corri, atendi o telefone e recebi uma ligação de Luxemburgo. Um rapaz com sotaque português se apresentou como companheiro de uma jovem que buscava informações sobre antigas adoções feitas por PE no Brasil. Interessei-me pela conversa e lhe comuniquei sobre minha viagem que aconteceria naquele mesmo ano para a Europa. Disse-lhe que buscava esses contatos para realizar minha pesquisa. Aproveitei para obter contato de telefone e um agendamento para nosso encontro.

Foi um contato casual que originou nosso compromisso firmado para nos encontrar em Luxemburgo. Chegando à Europa, no mês de junho, telefonei para Saracura e marcamos o nosso encontro. Após várias horas de conversa com ela tive acesso a um dossiê completo sobre sua adoção no Brasil, o contexto político e social da época. Ela juntou revistas, fotos, documentos, tudo o que aconteceu na sua infância antes de sair do Brasil. Contou detalhes sobre sua infância depois que chegou a Luxemburgo.

A relação com a sua mãe era boa até os 12 anos. Quando ela só tinha seis anos de idade, seus pais se divorciaram. Ela ficou muitos anos convivendo com a mãe. Para a tristeza de Saracura, pouco tempo depois a mãe encontrou um novo companheiro, causando mais vez um desgaste na relação entre as duas. Ela, não suportando a convivência, fugiu de casa para viver na rua. Ela diz que perdeu a confiança da mãe. Por estar vivendo na rua, foi encontrada pela polícia e levada a viver em um abrigo durante um ano. Depois ela retorna mais uma vez para casa da mãe.

Aos 18 anos, saiu de casa novamente, por viver novas brigas e novos conflitos com a mãe e com o companheiro desta. A partir daí ela começa a usar drogas; mais momentos de sofrimento e infelicidade.

Começam, na sua vida, sucessivas perdas; morre o companheiro da mãe; ela, de novo, se aproxima da mãe. Com o retorno surge uma nova tentativa de aproximação e afeto com a mãe, mas não foi ainda uma relação muito boa.

Em outubro de 2008 a sua mãe adotiva fica gravemente doente, com um tumor na cabeça. Durante sua doença, segundo a jovem, ela perdeu a memória e foi levada por amigos e vizinhos ao cartório para fazer o testamento, que a excluía da herança. Por ser assegurada por lei, ela terá 50% e perderá parte do seu patrimônio, que será dividido em favor dos amigos e vizinhos.

Saracura era filha única, portanto herdeira dos bens da sua mãe. Modificada a condição de herdeira única, ela alega que sua mãe fora induzida a fazer esse tipo de partilha. Seu pai adotivo também faleceu em fevereiro de 2011. Apesar de não ter mais nenhum contato com ele, lamenta e sente de não poder ter convivido um pouco mais. Mas, agora, é muito tarde.

Ela tenta provar na justiça que sua mãe foi acometida de uma grave doença, com crises que perturbavam sua capacidade de gerenciamento pessoal, autonomia

e decisões importantes, para a sua vida e a de Saracura. No momento, ela briga na justiça para reaver o que lhe é de direito. Saracura comenta, com muita tristeza e com a voz trêmula, seus sonhos e desejos.

5.1.5 Papagaio: nem brasileiro nem alemão

Papagaio nasceu na Paraíba e foi adotado por uma família alemã, com a idade de sete meses. Atualmente tem 27 anos, é baixinho, magro, pardo cabelos rastafári, usa óculos de grau, fala muito pouco português. Ele é solteiro e mora sozinho em uma espécie de albergue para jovens desempregados, na Alemanha. Fez poucos estudos e, até o momento, não tem nenhuma qualificação profissional.

Eu tenho poucas informações sobre a infância e o processo de adoção de Papagaio. Tive o primeiro encontro com ele, Papagaio, no mês de julho de 2011, no Convento dos Franciscanos, em Bardel, Noroeste da Alemanha, na presença de FB e do Sr. e Sra. Wil. Nessa ocasião, fui apresentada à família; achei bastante oportuno estar com eles ao mesmo tempo, pois poderia conversar com todos; minha expectativa era fazer as entrevistas e aplicar os questionários.

Esse contato de FB com essa família tem sido recorrente nos últimos anos. FB vem apoiando e, ao mesmo tempo, mediando os conflitos da família. O dilema gira em torno da revolta de Papagaio em relação aos pais. Nesse mesmo dia, tomei ciência e participei da conversa com a família, que tentava encontrar uma solução para os problemas que estão vivendo com Papagaio.

Os pais adotivos de Papagaio atualmente são divorciados; o pai é empresário e a mãe é dona de casa, Eles têm mais uma filha adotiva, que está em profunda crise de depressão. Papagaio não reside mais na casa dos pais, não trabalhava na empresa do pai, se negava a ter qualquer relação de afeto ou aproximação com eles.

No momento em que conheci Papagaio, ele estava vivendo um desequilíbrio emocional, seguido de depressão. Segundo FB, essas eram cenas frequentes na vida da família. Papagaio não tem formação profissional e não tem trabalho na Alemanha, um quadro de constante crise familiar que culminou na decisão da viagem de para o Brasil, na esperança de encontrar a sua família biológica na Paraíba.

A viagem para a Paraíba era a proposta inicial; o segundo passo era ficar na ACC. A primeira foi sem sucesso, ele não encontrou respostas para as suas procuras; meio que decidindo ir para Simões Filho, desembarcou na ACC com objetivo de aprender a falar português e trabalhar como voluntário.

Os pais de Papagaio se comprometeram em assumir as despesas pessoais, enviando mensalmente um salário mínimo para ele. Acometido por sucessivas crises existenciais ou outras situações desconhecidas, não consegue se integrar aos espaços nem às atividades da instituição. Papagaio desiste de tudo, e passa a criticar tudo e a todos. Vivia trancado no quarto, não tomava banho, passava a noite toda na internet, dormia durante o dia, não fez amigos e não trabalhava.

Diante dessa situação, foi dado um prazo e uma condição para sua permanência na ACC. Ele não aceitou as condições e preferiu morar na comunidade, alugar um quarto e terminar sua experiência de Brasil. Papagaio fez escolhas de isolamento social, não demonstrou interesse em uma vida social participativa, culpabilizou a todos que viviam a seu redor, sobretudo seus pais adotivos; ele afirmou ter sido adotado de forma irregular para outro país.

Sobre sua adoção, acredita que foi uma ação muito negativa na sua vida. Ele reclama da falta de informações sobre sua história de vida, o que fez dele um cidadão tipicamente alemão, um modelo de formação cultural totalmente terrível para ele. O fato de ter sido levado em criança para outro país, que não o seu de origem, foi escolha de outras pessoas e não dele próprio, e isso o fere profundamente.

Papagaio passou um ano no Brasil. Alugou um pequeno quarto em uma comunidade, em bairro da periferia de Simões Filho, viveu clandestinamente, sem documentos brasileiros, tinha apenas seus dois passaportes, um brasileiro e um alemão, sobreviveu com poucos recursos enviados por seu pai e teve poucos avanços no aprendizado da língua portuguesa. Retornou para a Alemanha em agosto de 2012.

5.1.6 Uirapuru: um dia vou encontrar minha família

Uirapuru é um jovem de sorriso largo, usa cabelos trançados. Consciente da sua negritude, mora em Berlim, na Alemanha; nasceu na Bahia e é oriundo de um Orfanato em Salvador. Não sabe sobre suas origens, portanto, não tenho informações sobre a sua família biológica. Em 2006, decidiu viver uma experiência como voluntário no Brasil, a fim de conhecer a cultura do seu país.

Ele é pedagogo, mora e trabalha em Berlim, vive com uma jovem brasileira, que ele conheceu em Simões Filho, quando morou por alguns meses. Entrevistei Uirapuru no ano de 2011, aos 28 anos de idade, em um fim de tarde, depois da sua saída do trabalho, em um típico café na cidade de Berlim.

O primeiro contato com Uirapuru foi na ACC; Existe um programa de intercâmbio entre algumas organizações da Europa, ACC e a creche AM, para jovens que desejam participar de ações voluntárias. Muitos jovens adotados se incluem nesse tipo de programa. Foi dessa forma que Uirapuru chegou até a ACC, junto com sua irmã adotiva Garrinchinha. Os dois viveram experiências e expectativas que giravam em torno de poder encontrar os pais biológicos.

Uirapuru aprendeu bem o português e se relacionou bem com a comunidade local. Nesse período, pôde realizar ações voluntárias em duas instituições sociais em Simões Filho, na ACC e na creche AM. Ele tinha um bom diálogo com as instituições, desempenhava bem suas tarefas, mas, ao mesmo tempo, conseguia ser irreverente e questionador. Ele se sentia superior às regras que lhes eram atribuídas.

Sobre a infância, não tenho informações, porque eles também não sabiam sobre seus históricos de vida. Por um período eles ficaram hospedados na ACC, depois foram morar em uma casa alugada na comunidade. Na mesma época, Falcão, outro jovem adotado, também morava na ACC. Com a chegada de Uirapuru e Garrinchinha, foi formada uma pequena comunidade de adotados que tinham os mesmos anseios, as mesmas procuras. Nessa oportunidade de estarem no Brasil, eles aprenderam português e conviveram um pouco com a cultura local e com pessoas da comunidade .

Por esses motivos, todos deixaram a ACC e passaram a viver de maneira mais independente das regras da instituição. Parece também que nesse mesmo

período houve um envolvimento afetivo entre Garrincha e Falcão que terminaram se envolvendo em brigas, escândalos, provocando muitos incômodos aos vizinhos, desagradando a todos no bairro em que eles moravam.

Garrincha e Uirapuru retornaram para a Alemanha, com vistas à continuação dos estudos. Ela pretendia fazer um curso de técnica em enfermagem, e retornar ao Brasil para estágio nessa área; Uirapuru, finalizar o curso de pedagogia social.

Em 2011, no reencontro com Uirapuru em Berlim, sentamos em um café, começamos a conversar; foi a primeira vez que ele estabelecia um contato mais próximo comigo. Diferente do comportamento que teve quando esteve no Brasil pela primeira vez, ele tinha um ar triste e ao mesmo tempo alegre, pelo fato de me encontrar. Era um sentimento confuso em relação ao seu futuro. Ele revelou que tinha uma certeza: trabalhar, ganhar dinheiro e voltar a morar no Brasil, comprar um sítio para viver definitivamente com a esposa que ele tinha vindo buscar em Simões Filho.

Na nossa conversa, Uirapuru falou com mais detalhes sobre sua vida, sentimentos, frustrações e seus sonhos. É forte na vida de Uirapuru a discriminação étnico-racial que sofre na Alemanha por ser negro. Faz parte também da sua personalidade saber enfrentar esse tipo de preconceito. Ele se refere ao apoio dos pais adotivos com orientação e reforço positivo para saber reagir com dignidade a ocorrências dessa natureza.

Apesar dos enfrentamentos políticos de resistência cultural, Uirapuru se sente feliz na Alemanha, e vê que a adoção teve um lado bastante positivo na sua vida. Ele sente falta de não ter sido criado na sua cultura e no seu país de origem e lamenta o fato de não saber bem sua língua e de ter perdido a experiência do afeto, da alegria, como forma de vida, entre os brasileiros, demonstração de solidariedade entre as pessoas nas comunidades empobrecidas, que ele vivenciou como pertencente àquele lugar. Uirapuru quer voltou para buscar seu amor no Brasil, levando para Alemanha sua namorada, o carinho, a alegria e a certeza de continuar perto de um coração brasileiro para, nos dias frios, completar a outra metade do seu coração berlinense.

“Sem lenço e sem documento,” Uirapuru foi entregue para a adoção. A ausência inunda seu coração; ele sentiu falta de sua família biológica. A tristeza dos

seus olhos traduziu muito bem a falta de um nome, de um sobrenome, de um lugar. Suas raízes ainda não encontram seu chão. A pergunta continua a mesma: sou alemão ou sou brasileiro? Sou daqui ou sou de lá?

O tempo não para; tem trabalho, família e sonhos, mas falta um pedaço de Brasil na vida de Uirapuru. Com fé e esperança, ele busca no seu passado as perspectivas de futuro.

5.1.7 João de Barro, policial negro de Luxemburgo

João de Barro nasceu em São Paulo; é negro, alto, forte e foi a primeira criança a ser adotada pela família Pht¹⁶, de Luxemburgo. Ele fez seus estudos de segundo grau e formação de policial, ocupa posto de funcionário do estado luxemburguês. João de Barro se orgulha do seu trabalho, exerce uma função de poder, gosta da farda branca que usa em ocasião especial e de desfilarem de moto, veículo que utiliza para fazer patrulha, quando está em serviço.

Depois da primeira visita a Simões Filho, a segunda ocasião em que me encontrei com João de Barro foi durante a cerimônia de sepultamento de PE, ele já com idade de 21 anos. Naquele momento ele reafirmou seu desejo de passar uma temporada como voluntário na ACC. Concordei com a ideia e combinamos a data de sua chegada ao Brasil. Ele pediu afastamento de um ano do trabalho para realizar seu projeto de ser voluntário no Brasil.

Assim começa minha amizade com João de Barro, alimentada por um período de um ano de convivência na ACC como voluntário. Foi uma experiência rica, tanto para ele como para mim. As noites eram longas, as conversas intermináveis. Ele tinha muitas curiosidades sobre o país, se interessava pela cultura, pela política, educação, queria estudar, ser político, para melhorar as condições de vida da cidade, enfim, muitos sonhos.

Ao mesmo tempo em que ele se envolvia no trabalho com as crianças, tinha conflitos culturais, com o jeito de ser da comunidade. Militava na política e fazia novos amigos, se apaixonava pelas mulheres negras da cidade. Foram momentos revolucionários na sua vida.

¹⁶ Denominação para garantir o anonimato.

Esse convívio intensificou muito suas afinidades e relações com o Brasil. No final de um ano de experiência, ele retornou e assumiu seu posto de policial, na função de guarda do Grand Duché de Luxemburgo. Certa feita, no momento da passagem do duque para acessar o palácio, João de Barro deveria estar a postos, ou seja, de pé; ao contrário, ele estava dormindo. Foi dispensado do posto sendo transferido para outro posto. As brincadeiras feitas pela família foram que esse comportamento fazia parte do ser brasileiro, é o jeito de ser do brasileiro.

A sua volta para Luxemburgo manteve acesa a chama de sua ligação com o Brasil, sempre com o mesmo objetivo: trabalhar para colaborar com as ações do projeto da ACC. Assim o fez. Criou a ONG *Hand an Hand Junior* – Associação “Mãos Dadas Junior” –, uma organização formada com grupos de jovens, inclusive outros adotados brasileiros e pessoas da comunidade local.

Um dos resultados dessa mobilização, através da sua ONG, foi a construção de 12 casas no município de Simões Filho, para serem doadas a jovens órfãos ou abandonados, egressos da ACC.

As relações de João de Barro com o Brasil não se esgotaram apenas nessas ações. Apesar de conhecer e ter convivido com os problemas da violência e de pobreza no país, ele descobriu particularidades do país. Sua descoberta fez dele um admirador do Brasil: a alegria, a felicidade do povo brasileiro tocaram profundamente seu coração, estabelecendo vínculos de amizade, criando novas perspectivas para sua vida.

Além da relação de poder que João de Barro exerce como policial, ele tem as garantias de um bom salário e a segurança, a estabilidade no trabalho por ser servidor público. Tudo isso reforçou a sua decisão de continuar morando em Luxemburgo. O sonho de viver no Brasil foi se diluindo depois de ter vivido no Brasil. Esse ideal parece estar adiado no momento.

João de Barro, então, inicia outros sonhos na sua vida. O Brasil passa a ser o lugar preferido para suas férias e lugar de realizações pessoais. Ele quer adquirir uma casa aqui e, futuramente, na sua aposentadoria, passar tempos ou morar no Brasil.

Atualmente, em plena maturidade dos seus 34 anos, consegue ver com clareza, perceber que, socialmente, ele nunca deixou de ser um estrangeiro no país em que reside como adotado e se refere ao Brasil como sua terra natal.

João de Barro não é o único que fala de seus sentimentos, conflitos identitários, sonhos, desejos e frustrações. Muitos outros jovens também revelaram, nas entrevistas e conversas, suas vivências como adotados por pais estrangeiro.

Esses sentimentos conflitados que vive João de Barro não afetam os laços de carinho nas suas relações afetivo-familiares. Ele reconhece seus pais e irmãos adotivos, vínculos construídos com respeito e amor entre eles.

5.1.8 Gaivota: diplomata, para trabalhar no Brasil

Gaivota tem 24 anos e nasceu em João Monlevade, Minas Gerais, é alta, negra, mas se declara morena. Uma beleza discreta, elegante e refinada, magra, tímida, um sorriso sutil acompanha sua leveza de gestos. Determinada no estudo e na vontade de vencer com destaque, anseia por uma profissão que lhe assegure um status de autoridade e reconhecimento. Fez estudos de literatura inglesa na universidade em Londres. Ela é solteira, e, atualmente, mora com a família em Luxemburgo.

Adotada com um mês de idade, Gaivota foi deixada na maternidade e, por alguns dias, ficou sendo cuidada por uma família substituta, até que uma assistente social intermediou seu processo de adoção e contato com uma família luxemburguesa. Foi bem acolhida pelo casal Mel¹⁷, que tem uma filha e um filho biológicos. A sua mãe adotiva é professora, o pai é prefeito de uma cidade de Luxemburgo. Os relatos são de uma família harmoniosa e afetiva que trata os três filhos sem distinção, nos cuidados e no afeto. Apenas uma situação, não passa despercebida: os momentos em que sofreu discriminação racial na sociedade em que vive.

Quando viveu em Londres, enquanto fazia seus estudos, conviveu com pessoas de diversos lugares do mundo. Isso lhe fez pensar algumas vezes em morar em Londres. A cidade é grande, multicultural, e o fato de ser negra, em uma cidade grande, diminui a atenção.

Visitar o Brasil, para Gaivota, significou uma importante experiência, oportunizando uma aproximação com suas origens. Depois de ter retornado, por mais duas vezes ao país de origem, ficou com uma sensação forte de ligação com o

¹⁷ Denominação para garantir o anonimato.

Brasil. Hoje, seu sonho é continuar seus estudos em áreas que lhe permitam um trabalho que aproxime Luxemburgo de relações culturais, políticas ou econômicas com o Brasil. Sua superação está na realização de ter um cargo que permita ser destaque em qualquer lugar do mundo, que ela possa ser reconhecida pelo talento e sua inteligência, imagem construída pela sua família adotiva.

5.1.9 Coruja: onde anda você?

Coruja é paraibana, parda, tem olhos verdes, cabelos escuros e lisos, estatura e peso médio. Tem uma personalidade forte, decidida, trabalha, estudou pedagogia social. Toma conta de seu filho, encarando os desafios da vida. Um sonho, um desejo: conhecer sua origem, compreender seu modo e jeito de ser.

Não conheço o histórico da sua infância após adoção, nem o orfanato de onde Coruja se originou. Parte da sua história de vida foi contada por ela em sua entrevista. Em breve conversa, Coruja fez comentários resumidos do seu momento atual de vida.

Coruja tem um filho com Tingo¹⁸, jovem brasileiro oriundo da ACC, lugar onde viveu desde a infância até a juventude, por ter sido também abandonado pela família. Coruja escolheu Tingo para ser pai do seu filho porque queria um filho genuinamente brasileiro.

Atualmente ela mora sozinha com seu filho na região noroeste da Alemanha, fronteira com Holanda. Em 2011, ainda em viagem para realização da minha pesquisa, marquei um encontro com Coruja, por intermédio do FB, para a realização da entrevista e preenchimento do questionário. Esse encontro aconteceu no Convento dos Franciscanos, que fica perto da casa de Coruja. Após ser convidada, Coruja veio encontrar comigo. Como é bem comum na Alemanha, à tarde toma-se café com bolo, creme e pedaços de morango ou pêssego; nesse dia, não foi diferente; FB¹⁹ ofereceu um espaço no convento e café antes de iniciarmos a entrevista e o questionário.

¹⁸ Denominação para garantir o anonimato.

¹⁹ FB é franciscano, atualmente mora na Alemanha e é presidente da Akti PB Ong alemã que atua há 40 anos na captação de recursos financeiros e apoio solidários em projetos sociais no Rio de Janeiro e Nordeste do Brasil. Ao tempo em que se tornou um conselheiro e apoiador a diversos pais e jovens adotivos provenientes do Brasil. FB morou e fez seus estudo teológico no Brasil adquirindo, portanto, uma vasta experiência e interação com os problemas sociais e com o povo brasileiro.

O encontro foi tranquilo e vibrante, ao mesmo tempo. Coruja tem uma energia pulsante, fez questão de falar português na entrevista, apesar de ter alguma dificuldade com essa língua, mesmo já tendo visitado muitas vezes o Brasil.

No trabalho de pesquisa de final de curso de Coruja, ela trabalhou sobre adoção dos jovens oriundos do Brasil na Alemanha. Ela destaca, na sua pesquisa, as questões de gênero, o vínculo maculado com a imagem da mãe, as questões de identidade, o preconceito racial e a condição de adotado na Alemanha.

Coruja apresenta em seus resultados de pesquisa com os brasileiros que a identidade de quem é adotada apresenta um problema; eles buscam conhecer suas origens, de maneira que quando essa informação é dificultada por alguma razão, a culpa recai sobre os pais adotivos, resultando em relação conflitante entre filhos e pais adotivos.

Para Coruja, o conflito que ela vive com os pais adotivos tem relação com a falta de informação sobre seus pais biológicos. Essa ausência deixa na vida dela um enorme vazio existencial, amenizado pela informação sobre sua nacionalidade. O sentimento por sua mãe biológica é de perdão, independente se as razões do abandono justificaram o ato. A pesquisa realizada por Coruja tem muito em comum com a minha pesquisa. Foi interessante ver o seu trabalho, pois confirma que a adoção internacional deixa muitas interrogações ou mesmo confirmações de que a retirada de crianças do seio da família biológica provoca um desencontro da pessoa consigo e com um mundo imaginário capaz de criar grandes transtornos para o equilíbrio de uma pessoa durante toda sua vida. A própria Coruja vive esse pesadelo de uma eterna busca.

Sem mágoas, mas simplesmente desejando conhecer a sua mãe, este continua sendo o grande sonho de Coruja. Procurar a mãe biológica é um desafio que persiste em sua vida. Para ela foram sempre momentos incansáveis de procura, que ultrapassaram as fronteiras do Atlântico em rápidos voos de imaginação. Sem perder as esperanças, mas talvez conformada com o insucesso das procuras, a cada ano no período de férias, Coruja repousa seus sonhos em solo brasileiro.

5.1.10 EMA: sonha retornar ao Brasil

Ema é parda, mas se declara branca; tem uma marca de cirurgia labial para correção de lábio leporino. Ela nasceu em Porto Alegre e viveu em um orfanato até 03 anos e meio de idade, quando foi adotada por um casal luxemburguês. Atualmente, tem 31 anos, vive em Luxemburgo com um companheiro e seus dois filhos.

Tive a oportunidade de conhecê-la porque ela foi convidada a participar da pesquisa, por indicação de Mon²⁰, mãe adotiva de João de Barro, Cardeal e Beija Flor. Ela afirma ser uma pessoa de sorte, por ter tido a chance de sair de uma instituição de crianças abandonadas (*Foyer*), de poder passar a viver com uma família. Teve a sorte de não viver na pobreza, que certamente teria enfrentado se não fosse adotada. Por outro lado, considera muito negativa a separação da família de origem, mesmo para os que não a conhecem.

As vantagens materiais, notoriamente reconhecidas como relevantes para a vida de Ema, não fazem dela uma pessoa feliz, uma pessoa que tem boas relações afetivas, ao contrário, não se relaciona bem com a mãe adotiva; com o pai tem uma relação razoável. Sobre a integração social, tem muitas queixas, pois sofre de discriminação racial e social. Acredita que os países devem se organizar para criar um centro de apoio para as situações de conflitos causados pela adoção; é difícil superar sozinha os problemas que se vive em um país estrangeiro. O seu sonho é retornar para o Brasil, adquirir um pequeno sítio, ajudar pais e filhos que tenham dificuldades sociais e educacionais. Ao mesmo tempo, deseja viver em paz e procurar sua família biológica, encontrar sua identidade.

5.1.11 Águia: um coração brasileiro

Águia tem 28 anos, estatura baixa, é negra com cabelos estilo rastafári, sensível, olhos tristes e às vezes perdidos.

Uma jovem baiana-luxemburguesa, foi adotada com nove meses de vida, em um orfanato em Salvador/Bahia por um casal de luxemburgueses de Esch Alzette.

²⁰ Denominação para garantir o anonimato.

Ela é militante política e predestinada a lutar por garantias de direitos sociais. Tem um namorado luxembouguês, que também milita na política em Luxemburgo.

Águia abre seu coração e fala. Sua entrevista feita em 2011, em Luxemburgo, na casa de Mon, é repleta de emoções, mas sem perder de vista uma análise crítica da sociedade luxemburguesa e as relações perversas da intolerância e discriminação étnico-racial que sofrem os negros e os imigrantes em Luxemburgo.

Ela descreve cenas do cotidiano de sua vida, sua infância e juventude. Guarda um enorme respeito pelos seus pais adotivos e absolve os pais biológicos de qualquer crítica por ter sido abandonada. A sua mística e a política ajudam a superar as dificuldades, as crises por ela vividas na sua condição de adotada, longe de suas raízes.

Hoje, questionada sobre a condição de adotada, ela valoriza a segurança econômica.

Por outro lado, percebem-se conflitos com a condição de adotada e de ser negra, com certas dificuldades de completar os estudos. Ela tem também necessidade de provar sua inteligência. Sente-se cobrada em agradecer sempre o gesto solidário da adoção. O amor dos pais adotivos existe, mas condicionado a provas e agradecimentos, perdendo a essência de um sentimento natural.

Ela sente o racismo e, a ausência dos pais biológicos, e falta de identidade, por ser uma pessoa incompleta, desconstruída, com emoções oscilantes.

Ela relata a busca de respostas por uma identidade própria para sua vida. Usou drogas, experimentou a tristeza, mas ganhou força percebendo a força brasileira, que está nela, como filha da nação brasileira, onde o conhecimento da língua, da cultura, da música e da história fazem parte de sua identidade que ela quer afirmar.

Águia se sente integrada na sociedade de Luxemburgo pelo fato de trabalhar, se comunicar e ter namorado luxemburguês, mas se sente uma pessoa dividida entre dois mundos. De um lado, sofre pela não aceitação, percebendo as diferenças entre ela e a sociedade de Luxemburgo, e, do outro lado, reflete sobre sua origem diferenciando várias formas de pobreza (de coração, material e emocional), compreendendo que a pobreza material causou a sua adoção, porém a pobreza emocional não é compreendida.

Quando relata sobre sua vida profissional e estudantil percebe-se que existe um conflito entre a sua falta de vontade de estudar e a vontade de provar que é capaz, que é inteligente. O estudo como porta para uma vida bem sucedida (não ser empregada doméstica) não foi fácil para Águia. Ela compreende a escola como uma forma de perder a inteligência emocional, vendo-se como uma pessoa com muita sensibilidade, escrevendo poemas e textos e incompreendida na sua essência.

Durante a entrevista, reflete sobre a sua origem, diz sentir a necessidade de compreender melhor o seu país de origem e reforça que existem muitas capacidades em pessoas pobres e de outros lugares. Nesse contexto, ela lembra a sua vida escolar, sofrendo por ser a única negra na escola e fisicamente mais madura do que as colegas, lembrando a rejeição por parte de professores. O sentimento de ser diferente exigia dela sempre um esforço maior, uma luta constante para ser aceita com sua diferença.

A aceitação de suas origens, bem mais do que a história inicial de criança abandonada e pobre, mas sim filha de uma nação grande e bonita, com história, cultura, alegria, vontade de viver superando as suas dificuldades, ajudou a se sentir com uma nova identidade, com aceitação da diversidade e da mistura de raças.

Em relação aos seus irmãos mais novos, que também são adotados, do Equador, ela descreve as crises de identidade deles. Reconhece que essa crise faz parte da vida de cada adotado, que precisa decidir se quer conhecer os seus pais biológicos.

Diante das crises dos irmãos mais novos, reconhece que é difícil conviver com a história do abandono. Quanto aos motivos dos seus pais adotivos quererem ter filhos, admira a perseverança deles, superando as dificuldades.

O que conta é o que a gente faz com nossa vida; cada um tem problemas de identidades; uns mais e outros menos.

5.1.12 Garrinchinha: morar na Alemanha e também no Brasil

Garrinchinha é negra, magra, cabelos crespos e usa óculos de grau forte, que camuflam a ansiedade do seu olhar. Ela é baiana, oriunda de um orfanato de Salvador. Não tem informações sobre seus pais biológicos, nem sobre sua história de vida. Ela é um tipo que indaga sobre vários assuntos, apressada, que corre à

procura de alguma coisa. Tem algumas dificuldades com a língua, mas se esforça para falar e compreender português.

No mesmo dia em que encontrei Uirapuru, seu irmão adotivo, marquei também com Garrinchinha. Estivemos juntos no mesmo café em Berlim. Ela chegou um pouco atrasada, e também apressada, com dificuldades de falar o português. Não demonstrou muito interesse em responder o questionário. Gravei, então, uma entrevista rápida, na qual ela falou muito pouco sobre sua vida. Fez uma breve apresentação sobre si e falou da oportunidade de encontrar um lar, de ter sido uma criança muito doente. Ressalta a importância de ter conhecido o Brasil e a forma como vive o povo brasileiro. Ela gostou de conhecer melhor o país e, com isso, as possibilidades de retornar.

5.1.13 Sabiá: uma nova história de vida

Sabiá tem 28 anos, é casada, tem dois filhos, reside na Bélgica. Ela relata em uma carta seu sofrimento quando criança, adolescente e uma parte de sua juventude.

Eu não estive com Sabiá, não a conheço; recebi pelo correio o questionário e uma carta. Quando ela soube que eu estava fazendo uma pesquisa, quis participar e mandou, de forma espontânea, um depoimento sobre sua vida.

Sabiá conta que teve uma pequena infância feliz, amada pela família, pelos amigos. Alguns membros da família comentavam entre si sobre seu grau de inteligência, não a achavam inteligente. Ao entrar na escola, foi todo o tempo insultada, ofendida, discriminada por ser negra. As cenas de provocações ofensivas se repetiam a cada dia no grupo que frequentava, e as palavras e os gestos preconceituosos pelas crianças da escola, resultavam em grande tristeza para sua vida. Ela era uma vítima perfeita, por não ser agressiva e, por ter um comportamento muito passivo, não reagia a esses insultos.

Na adolescência, vivendo outra fase da vida, no colégio, as atitudes de agressividade e violência pioravam, tornando cada vez mais difícil conviver com as situações de insultos. Nenhum rapaz queria ficar perto dela, pois também temia sofrer com ofensas de outros, causando-lhe muito constrangimento. Seu sofrimento aumentava cada vez mais; um sentimento de dor tomava sua alma, trancava seu coração, fragilizava suas emoções, provocando uma fuga para dentro de si mesma,

numa luta entre o bem e o mal, contra todos ao seu redor, inclusive a escola, que ela deixou de frequentar. O isolamento era uma forma de se proteger, para que as pessoas a deixassem em paz.

Essas atitudes estavam ligadas à escola, à vida social, que a envolviam em um mundo distante de boas relações sociais, deixando-a sem referências positivas. Esses momentos de conflitos a levavam a outras reflexões e à tentativa de superação, pois existiam pessoas próximas que reconheciam nela outros méritos enquanto pessoa.

Depois de algum tempo, já na juventude, ela encontrou um amigo e companheiro que se tornou seu esposo, com quem teve dois filhos. Ela diz que espera um dia poder encontrar seus pais biológicos e partilhar esse momento de felicidade através das fotos do seu casamento. Vencida essa etapa difícil, ela pretende retomar os estudos, construir uma vida nova. Infelizmente, a relação com sua mãe adotiva ainda não se estabilizou; os caminhos ainda não se encontraram.

Essa fase nova da vida de Sabiá está registrada em fotos, em vídeos, na esperança de um dia encontrar os seus pais biológicos e poder partilhar essa conquista como um novo momento na sua vida.

Dia 15 de outubro de 2011; Sabiá se orgulha dessa data em que ela realiza oficialmente um marco da formação de sua nova família, através do seu casamento, estabelecendo também um novo convívio com sua vida escolar.

5.1.14 Beija-Flor: uma jovem mãe

Conheci Beija-Flor na mesma caravana de Luxemburgo para Simões Filho, uma adolescente linda, de cor parda, cabelos ondulados, com forma e porte físico magro que carrega uma elegância de mulher brasileira. Com um jeito sorrateiro, encantava a todos com o seu sorriso e seus belos olhos verdes.

Já na adolescência, sua vida parecia um rio desviado do seu curso, que corre procurando o seu destino, sem direção. Eu diria que é como uma nascente sem origem.

Só reencontrei Beija-Flor, quando retomei o contato com sua família adotiva. Na sua casa não se fala sobre suas origens. Sei que ela nasceu na Bahia, mas desconheço a origem de sua família biológica.

O pai e mãe adotivos contam que a trajetória de sua vida foi sempre complicada, uma relação familiar conflituada, cheia de desencontros. Beija-Flor casou, teve um filho e separou; depois casou de novo, tornou a separar. Está desempregada, e recebe salário-benefício do governo luxemburguês.

Atualmente mora sozinha, em um apartamento alugado pelos pais. Ela não tem crédito bancário, por conta das grandes somas em dinheiro emprestado dos bancos de Luxemburgo. Seu apartamento fica perto da residência dos pais adotivos. Seu filho é criado pelos avós, ela visita constantemente o filho, e às vezes passa os fins de semana em sua companhia.

A história de BF é marcada por muitas idas e vindas para clínicas psiquiátricas, com longos internamentos para tratamento de graves depressão, e outros problemas de grandes desequilíbrios emocionais. Beija-Flor vivenciou várias tentativas de suicídio. Em 2012, a situação se tornou ainda mais grave, com a realização de um aborto, sob pressão do companheiro e família.

Sua instabilidade emocional não garante que ela tenha encontrado equilíbrio. Para a família, existe sempre a dúvida, a desconfiança, pois o jeito de ser e o desequilíbrio de Beija-Flor não inspiram segurança nem credibilidade em uma vida de autonomia social.

5.1.15 Arara: qual o nome que minha mãe me deu

Arara tem 29 anos, oriunda de Salvador-Bahia e foi adotada por um casal luxemburguês, com sete meses de idade. Ela é parda, cabelos longos e pretos, alta, magra, declarando-se de cor morena. É casada, tem dois filhos, frequentou a escola por 06 anos e fez formação de esteticista; mora com esposo e filhos na cidade de Luxemburgo.

Arara chegou de táxi na ACC. Eram mais ou menos três horas da tarde. Era uma jovem que buscava informação sobre sua história de vida. Nada tinha sido combinado, nada conhecia sobre Arara, nem família. Era um fato novo nas minhas histórias. Foi dessa forma que ela fez parte da pesquisa. O encontro não foi demorado, pois ela voltaria na mesma tarde para Salvador, viagem que ela decidiu fazer para ter um encontro com ela mesma e tentar descobrir alguma coisa sobre sua família de origem.

Ela quer muito resgatar seu nome de origem; sente, com isso, uma sensação de proximidade da sua mãe biológica. Subtraída pelos novos documentos, sente que apagaram a única memória que refletia um sentido de existir entre ela e a vida dada pela mãe biológica. Ela espera, talvez, encontrar sua mãe biológica. Trocaram seu nome na certidão de nascimento e, no passaporte, foi trocado o país, a língua como aquisição de outra nacionalidade. Arara guarda todos os papéis que fazem referência a sua história, na tentativa de encontrar seu passado ou reconstruir uma memória que possa lhe orientar em direção ao futuro. Para ela, talvez, assim, seja preenchido o vazio que ela busca em sua completeza perdida no processo da adoção.

5.1.16 Bem te vi: mãe e filho na Suíça

Bem Te Vi é negro, sério, mas tranquilo. Vivia de colo em colo de voluntários, funcionários da ACC. Ele nasceu em 03 de julho de 1997 e tinha um mês de nascido quando foi entregue na casa FT²¹, através do Juizado dos Menores. Era 07 de agosto de 1997, quando foi pedido às ISC²² para cuidar de Bem Ti Vi durante os próximos seis meses, enquanto a mãe trabalhava e arrumava condições para ficar com o filho; na época, ela só tinha 18 anos. Dez dias depois, Bem Ti Vi pegou uma infecção no sangue, grave, pois não aceitava nenhum tipo de leite na sua alimentação. Com um estado de saúde delicado, com risco de morte, ficou 11 dias no hospital Ernesto Simões; recuperou-se, mas em setembro teve o mesmo problema e ficou de novo hospitalizado. Depois disso, ficou bem e não teve mais problemas de saúde.

A mãe dele o visitou uma vez nos primeiros dias após afastamento, depois que foi entregue na casa FT. Algum tempo depois as irmãs souberam que Bem ti vi tinha uma avó, que na época morava em Candeias, mas que nunca procurou o neto. Quando criança, Bem ti vi viveu até seis meses de idade em uma instituição de freiras da Congregação ISC, situada em Simões Filho. Com o encerramento da atividade de abrigo temporário com crianças pequenas, Bem Ti Vi foi encaminhado e transferido para a ACC, enquanto tramitava o processo para sua adoção.

²¹ Denominação para garantir o anonimato.

²² Denominação para garantir o anonimato.

Com o novo desaparecimento da mãe, o juizado diz ter encontrado a avó que autorizou a adoção. Ele foi adotado com quatro anos de idade, sendo que eu não tenho outras notícias sobre seus familiares.

Bem Ti Vi foi adotado por uma mãe também negra, baiana, casada com um suíço. Assim que finalizou o processo da adoção, ele foi diretamente com a sua nova família para a Suíça, país de residência de sua família adotiva. Foi adotado, por CM²³ e passou a viver, definitivamente, com sua nova família. Sua mãe adotiva é casada com um suíço; funcionária de um banco suíço, nas horas vagas, ela é cantora. Tem quatro irmãs também casadas com suíços, têm filhos e moram no mesmo país. Outra parte de sua família reside em Salvador.

Bem Ti Vi atualmente tem 14 anos de idade. Além da escola formal, nono ano do ensino fundamental, estuda música, e, em horas livres, toca e canta com sua mãe, interagindo com ela nesse universo artístico através da música. Com seus poucos anos de vida, ele reflete sobre as possibilidades de manter contatos com o Brasil.

Aparentemente, ele é um jovem tranquilo, introspectivo. Apesar de ter amigos, prefere ficar sozinho em casa em período de férias ou em momentos livres. Tem bons rendimentos escolares, relaciona-se bem com os primos por parte de sua família materna; todos são negros e revelam talento para a música.

Ele fala do seu sentimento de ser brasileiro. Tem interesse de preservar relações com seu país de origem. Deseja ser voluntário na Bahia e fazer música para as crianças e jovens de Simões Filho. Nos seus sonhos de ligação com o Brasil, vê a música como meio de aproximação com a sua cultura de origem.

A família comenta que Bem Ti Vi demonstra vontade de ir aos EUA, mas ele revela desejos diferentes dos que comentaram seus pais. Como é muito jovem, suas ideias ainda não são muito elaboradas, com definição sobre seus projetos para o futuro.

5.2 OS QUE VOLTARAM A MORAR NO BRASIL

Dois dos jovens pesquisados neste estudo não só expressaram seu desejo de voltar, mas voltaram a morar no Brasil: Falcão, que atualmente mora na Bahia, e

²³ Denominação para garantir o anonimato.

Rouxinol, que hoje mora no Ceará, sendo deles as histórias de vida mostradas a seguir.

5.2.1 Falcão: poliglota vendedor de amendoim

Falcão é negro, estatura média, um jeito desconfiado e tímido que acompanha seu modo de ser e de andar. É sua primeira visita ao Brasil, depois de sua adoção, com um ano de idade. Quando chegou à ACC, Falcão usava seu cabelo *black* e não falava português. Parecia ter raiva do mundo. Tinha um ar indignado, com poucas palavras, transmitia fúria e temor. Por um bom tempo não mostrou seus perfeitos dentes brancos.

A história de Falcão será contada com base em uma entrevista concedida em 2012, na ACC, onde ele esteve presente, a meu convite, para contar a sua história de vida, as lembranças da infância, adolescência e juventude, na condição de adotado.

Trata-se de compreender a trajetória de Falcão na escolha de viver no Brasil, em condições precárias de moradia e trabalho, em situação de informalidade trabalhista, insegurança social, e ausência de documentos pessoais que garantam o reconhecimento de sua cidadania. Falcão conta sobre sua facilidade em falar várias línguas, seus sofrimentos e alegrias em um país europeu.

O desenraizamento do país de origem, somado às diversas formas de violência, principalmente discriminação étnico-racial vividos na escola, infância e adolescência, por Falcão tiveram um efeito devastador na sua vida.

Mesmo reconhecendo as dificuldades de se estabelecer com segurança e estabilidade social no Brasil, Falcão se sente motivado a morar no seu país de origem. Em tentativas de voltar a viver em Luxemburgo, Falcão percebe que esse país o deixa muito infeliz, provocando doenças emocionais do tipo depressão.

Ele sentiu necessidade de dar passos sozinho, construir uma vida nova, se sentir sujeito da sua história. A possibilidade de conquistas próprias dá outro sentido a sua vida. Ele se reconhece enquanto pessoa e descobre uma ligação afetiva com seus pais adotivos.

Eu me sinto feliz aqui, mas para eu me sentir realizado falta muita coisa ainda: um bom trabalho, uma casa, mas eu não espero isso dos pais; eu tenho que conseguir eu mesmo, e isso que é meu lado europeu que quer estabilidade

segurança, e isso eu quero correr atrás, ter minha família, quero me casar. As possibilidades de encontrar novos rumos na vida foram também assustadoras e arriscadas, mas esse desafio fez dele um novo homem.

5.2.2 Rouxinol: alemão cem por cento brasileiro

Rouxinol tem 28 anos, é pardo; de estatura baixa e apresenta um grau alto de obesidade. Fala o português com um forte sotaque de alemão cearense. Foi adotado por uma família alemã. Há 08 anos mora no Ceará, por decisão própria. Ele relata as razões da sua opção de deixar a Alemanha para viver no Brasil. Atualmente reside em ONG e trabalha com crianças e adolescentes.

Ele se apresenta e, assim, fala de suas características pessoais, grau de instrução, e aponta as razões de deixar a Alemanha, assumindo indiscutivelmente o Brasil como sua pátria, como sua terra natal. Ele conta suas mágoas, de ser discriminado por ser de uma etnia diferente e por ser diferente no país em que residia. Com segundo grau completo e descontente com diversas abordagens impregnadas de preconceitos, decide definitivamente voltar ao Brasil. Carrega consigo um desejo de atuar em ações solidárias em trabalhos sociais, e assim fez; decidiu fixar residência em Canindé, no Ceará, trabalhar em uma ONG com crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Rouxinol se refere a sua integração na comunidade onde vive, pela facilidade de poder se comunicar melhor com as pessoas, Ele se sente acolhido, espontâneo em abordar as pessoas na rua, em frequentar lugares públicos sem ser rejeitado. Ao tempo em que não se sente estranho em se aproximar de pessoas, também não sente ser discriminado por elas.

Retornar ao Brasil foi a solução encontrada por para ser feliz, apesar de ter certeza de que suas conquistas e crescimento pessoal passa pela educação recebida dos seus pais adotivos na Alemanha

Rouxinol continua morando no Ceará e garante sempre que ele é um brasileiro de verdade, e não um alemão. A decisão de deixar a família adotiva da Alemanha e passar a viver definitivamente no Brasil está atrelada à relação com a família, ao modo como seu pai adotivo, por exemplo, vê a mentalidade e a cultura de

peças como Rouxinol nascido no Brasil. Sr. Erc²⁴ atribui os insucessos às diferenças entre a mentalidade do brasileiro comparada com o grau de exigências do europeu.

Ele revela, em sua entrevista, suas impressões e conceitos sobre experiências pessoais de adoção e de outras de pessoas conhecidas, por ser advogado, atuar e acompanhar outras famílias que fizeram adoção internacional no Brasil. Ele se refere muito à expressão mentalidade e cultura. Durante sua entrevista, fica caracterizado uma diferença entre as culturas brasileira e alemã, como um conflito que impediu seu filho Rouxinol de continuar morando na Alemanha.

O Sr. Erc, em sua experiência de pai e advogado de outras famílias com filhos adotados, conta que existem diferenças entre as crianças brasileiras adotadas e as europeias. Para ele, parece que o ritmo, a expectativa, a capacidade de integrar nesse sistema exige respostas objetivas; fica muito difícil para os brasileiros adotados acompanhar e alcançar os mesmos resultados que os alemães ou os europeus, ficando, portanto, em níveis de desigualdade nos resultados escolares e nas profissões que exigem um maior grau de estudo.

Quanto à mãe adotiva, tem ideias parecidas com a de seu esposo, pois afirmou que adotou os brasileiros acreditando que a educação alemã resolveria os problemas de mentalidade supostamente apresentados pelos filhos brasileiros adotados por eles, mas, segundo ela, na prática, tudo foi diferente. O brasileiro não gosta de fazer esforço, assim não consegue aprender igual ao que acontece com os alemães.

Sr^a. CR²⁵ é esposa de Sr. Erc e mãe de Rouxinol; ela fala sobre sua experiência com a educação e com que ela acreditava que fosse o melhor para integração de Rouxinol na condição de filho adotado na vida social na Alemanha.

As afirmações da mãe de Rouxinol fazem referência aos filhos biológicos e aos dois adotados. Ela considera que ele é inteligente mas se comporta como brasileiro e a outra, que é também brasileira, mas sem inteligência, quanto aos biológicos são alemães e inteligentes e conquistam um alto nível de estudos. O que significa para a mãe de Rouxinol a afirmação de que ele se sente sempre como brasileiro.

²⁴ Denominação para garantir o anonimato.

²⁵ Denominação para garantir o anonimato.

Existe uma diferença entre ser inteligente e ser brasileiro? Será que os 90% que a Sr^a. CR atribuiu aos gens como característica do povo brasileiro é uma determinação para as incapacidades de integrar e acompanhar os pressupostos de uma sociedade que é direcionada para o êxito?

5.3 OS QUE NÃO REVELARAM O DESEJO DE VOLTAR

Os oito jovens cujas histórias são contadas a partir daqui são de jovens que, por razões diversas, não fazem planos de voltar ao Brasil, pelo menos por enquanto. Alguns até já tiveram esse desejo, mas no momento da pesquisa não assumiram esse querer e outros têm dúvidas.

5.3.1 Canário Belga: em busca do passado

Canário Belga, o irmão mais novo de Cegonha, tem 31 anos, é solteiro, mora em Liège, na Bélgica. Tem as mesmas características físicas do seu irmão, Pica-Pau. Fez formação técnica em área administrativa com informática, sobrevive de trabalhos temporários e, às vezes, braçais. Ele tem um bom porte físico, é alto e forte, negro, de pele clara e cabelos crepos.

Seus dramas e conflitos vividos na infância são semelhantes aos do seu irmão Pica-Pau, conforme ele descreve. Outros relatos são referentes a sua volta ao Brasil, quando ele se reencontra com Cegonha e a família biológica, em Simões Filho.

Destaca-se muito na sua fala o afeto na relação com sua mãe adotiva ; é na relação com o irmão que ele se completava, apesar das diferenças pessoais.

Superando as angústias da infância, Pica-Pau passa a viver sua juventude e os desafios da fase adulta. A pergunta se reformula em torno de sua identidade e aumenta sua curiosidade pela conquista de novos horizontes, que tem como foco a família biológica e suas implicações com seu país de origem. A indignação com sua mãe adotiva aumenta e ele intensifica suas buscas por informações sobre sua família no Brasil. Busca pessoas vinculadas ao Brasil, até que o destino lhe coloca diante de AM²⁶, pessoa que vem ao Brasil todos os anos, para acompanhar projetos sociais ligados ao PE, além desse contato comigo, frequentemente, por e-mail.

²⁶ Denominação para garantir o anonimato.

5.3.2 Andorinha: escola internacional, meio de integração

Andorinha é parda, tem cabelos crespos, olhos castanhos claros e tem 18 anos de idade. Foi adotada com 18 meses; sua origem é desconhecida, não fala português, viveu em um orfanato em Simões Filho. Atualmente mora em Toulon, uma cidade da França. Ela estuda em colégio interno próximo da cidade de sua residência e cursa o último ano do 2º grau. Vive com sua mãe adotiva, Drª. CB²⁷, psiquiatra e solteira.

Meu primeiro encontro com Andorinha foi em Simões Filho, em fevereiro de 2011. Ela chegou à ACC, acompanhada por sua mãe, Drª CB, procurando um orfanato, de onde ela tinha saído para adoção. O fato é que ela confundiu os nomes de ACC com Casa da Criança; as duas instituições tinham nomes parecidos e tinham os mesmos endereços, localizados no mesmo bairro.

Na realidade ela viveu num orfanato vizinho à ACC, que era administrado pelo Estado, a Casa da Criança. Eu as acompanhei até lá. Nós entramos e, ao chegar, a mãe reconheceu o lugar, visitaram os espaços, como quem busca lembranças. Fez perguntas que eu não soube responder. As pessoas que ocupavam aquele espaço naquele momento não poderiam dar informações. Infelizmente, a instituição foi cedida para a prefeitura e, no momento, funcionava como escola. O orfanato tinha sido desativado e mudado de endereço.

Naquela oportunidade agendei uma visita em Salvador, onde ela estava hospedada. O encontro foi cheio de desconfiança; não houve um contato com condições favoráveis; a mãe não nos deixou sozinhas. Sugeri um novo encontro em sua residência, na França.

Em junho de 2011, percorrendo os países conforme programado, organizei as viagens por disponibilidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa e por viabilidade de custos e acesso aos países entre fronteiras. Nessa lógica, peguei o trem, que saía da Alemanha, onde tinha residência fixa, para a França, na cidade de Toulon, local previsto para o encontro confirmado em Salvador, quando ela esteve pela primeira vez no retorno ao Brasil, mesmo ano da sua adoção.

A família de Andorinha foi a primeira a ser visitada na Europa, no período da pesquisa. O encontro se deu em sua residência, por esta apresentar uma ambiência

²⁷ Denominação para garantir o anonimato.

de mais confiança. Pude ter um momento com privacidade, sem a presença de sua mãe. Mesmo assim o diálogo não foi fluente: sua timidez impediu um diálogo mais aberto. Ela falou pouco, não demonstrou interesse pelo seu país de origem, mas revelou que pretendia voltar em outro momento.

Andorinha mora com sua mãe em uma grande casa, uma residência aparentemente nova, em recente mudança, que ainda estava em arrumação. Estuda em colégio americano, em um regime de internato e, nos finais de semana, retorna para casa. Ela teve uma experiência negativa na antiga escola. Sofreu discriminação racial, teve problemas com as colegas e optou por um colégio tipo internacional, misto, com pessoas de várias nacionalidades.

No retorno para o local onde eu estava hospedada, de carona de carro com CB, mãe de Andorinha, esta falou dos momentos difíceis vividos com a filha. Andorinha tinha comportamento transgressor, cometeu pequenos furtos junto com outras amigas; segundo a mãe, um momento conturbador. A situação foi contornada depois que a mãe reagiu com severas punições. Ela não me revelou os métodos usados para as punições aplicadas. Aparentemente, os desafetos foram superados. Finalizei propondo que respondesse ao questionário, para utilização das informações no meu estudo.

5.3.3 Cardeal: brasileiro quase europeu

Cardeal é irmão adotivo de João de Barro e também de Beija-Flor. Ele foi adotado com três dias de vida, em São Paulo. Não tenho muitas informações sobre sua infância vivida em Luxemburgo. Os pais adotivos informaram que sua vida é totalmente integrada à sociedade luxemburguesa. Cardeal é branco, alto, forte, e fez a escola de nível médio. Com formação para policial, trabalha nessa mesma área.

Cardeal é casado com uma jovem luxemburguesa e tem duas filhas. Ele afirma que se sente integrado socialmente, não quer conhecer sua família biológica no Brasil e se sente feliz no seu modo de vida. Tive pouco contato com ele, sempre muito reservado e distante. Diferente dos irmãos, a relação com sua mãe adotiva foi sempre sem conflitos.

Cardeal passou toda sua vida na crença de uma adoção perfeita, sem crise, sem problemas de origem e de nacionalidade, fato confirmado pela sua mãe adotiva. Ela acredita que a adoção de crianças muito novas resulta em uma boa integração e

aceitação da condição de adotado, um convívio social sem problemas. No ano de 2011, fui surpreendida com uma novidade sobre Cardeal: uma situação nova abalou sua saúde e, por orientação médica, ele deveria fazer uma experiência no Brasil. O médico diagnosticou problemas emocionais, atrelados a questões de ansiedade.

5.3.4 Pavão: com um carro novo tudo resolve

Pavão foi adotado em 1983, com mais ou menos um ano de idade, em um abrigo de Salvador. Estava com 28 anos no momento da entrevista. É negro, alto, sorridente, cheio de charme, adora roupas de grife e carros potentes. Pavão foi adotado por um casal de médicos luxemburgueses. Atualmente, mora sozinho, fez 12 anos de estudos, mas não tem ainda uma profissão definida. Tem muitos problemas com o pai, por não assumir com responsabilidade sua vida social e profissional. É um consumidor sem limites e faz muitas dívidas com os bancos, realizando compras de carros caros. Sem poder pagar as dívidas, transfere as contas para a família, motivo que levou o seu pai a ser rigoroso, afastando-o do convívio de casa, obrigando-o a morar sozinho. Por outro lado, sua mãe adotiva o trata com muito afeto, e o protege das situações embaraçosas e difíceis.

Pavão visitou o Brasil no início do ano 2000, comentou a situação de pobreza e beleza do país. Sentiu curiosidade em conhecer melhor seu país de origem, mas não tem interesse em conhecer seus pais biológicos. Destaca nos seus comentários a diferença que existe entre o seu modo de pensar a vida e os hábitos e costumes da sociedade luxemburguesa, ressaltando que as diferenças entre os grupos sociais que vivem lá se destacam e são marcadas pelo preconceito étnico-racial.

5.3.5 Garça: o tempo não para

Garça tem 27 anos, é oriunda de Salvador, Bahia, foi adotada por um casal luxemburguês com um mês e meio de idade; é negra, mas se declarou de cor *mocca*. Tem compleição física com pernas e braços curtos, estatura abaixo de 1,50 e andar apressado. Frequentou a escola por 12 anos e fez formação de vendedora; mora sozinha em Colmar-Berg, cidade de Luxemburgo.

Meu primeiro encontro com Garça foi em Luxemburgo, em 2011. Ela tinha muita ansiedade no modo de falar e gesticular, manifestando interesse em voltar ao

Brasil e fazer uma experiência como voluntária na ACC. Nesse encontro, ela falou sobre sua vida, suas expectativas para aprender português, conhecer melhor suas origens.

O segundo encontro foi em janeiro de 2012, quando ela chegou ao Brasil, com um plano de permanecer por três meses. Nesse mesmo período, ela encontrou com Papagaio, que também estava vivendo sua experiência de Brasil na ACC. Houve muito entrosamento entre os dois, encontros de descoberta entre eles. Ela realizou atividades voluntárias, fez visitas a Salvador e algumas amizades com as pessoas da instituição.

A convivência com Garça revelou pouco a pouco suas dificuldades pessoais, seus conflitos, o vício de álcool e a compulsividade como fumante. Ela tomava bebidas fortes, parava durante os intervalos das refeições para beber. Garça tinha um comportamento muito ansioso e angustiante, sua fala atropelava os pensamentos.

Garça parecia ter se fechado dentro de si mesma e não conseguia mais olhar o mundo a sua volta com tranquilidade. Tudo corria em direção a ela e ela em direção a um mundo que foi criado em torno dela. Eu não posso imaginar um futuro para essa menina; não vejo sonhos, nem alegrias, apenas sofrimento e desespero.

Três meses depois ela voltou para Luxemburgo, não deu nenhuma notícia. Ela tem a ajuda dos pais adotivos, trabalha na empresa do pai. Sua vida econômica, com certeza, estará assegurada; isso não será problema para sua sobrevivência.

5.3.6 Juriti: minha irmã é negra e eu sou branco

Juriti se declara branco, é jovem, tem 24 anos, alto, cabelos pretos. Foi adotado por uma família alemã; ele e a irmã vieram da Paraíba. Ele não demonstrou identificação com o país, era tímido e tinha dificuldades de se comunicar com as pessoas da ACC.

Ele chegou à ACC no ano 2006. Ficou entre três e quatro meses como voluntário. Tinha o propósito de aprender português, mas a sua prática de convivência contrariava esse desejo; ele preferiu isolar, passar o dia com o fone de ouvido e não conversar com as pessoas do lugar. Tempos depois, ele se aproximou de uma jovem da cidade de Simões Filho, com quem teve um envolvimento amoroso.

Tudo leva a crer que, aos 18 anos de idade, Juriti começou a refletir sobre sua condição de adotado. Assim, em plena crise de adolescência, resolveu conhecer o seu país de origem. Ainda sob proteção dos pais adotivos, sua mãe adotiva veio ao Brasil em 2006, provavelmente vê-lo e se certificar de que tudo estava bem com ele.

Depois de três meses, ele retornou para a Alemanha. Os pais de Juriti têm mais uma filha adotiva, que também visitou o Brasil e participou de uma ação voluntária na Paraíba, estado de onde ela e ele se originaram.

Atualmente Juriti estuda pedagogia e pretende trabalhar junto a crianças com dificuldades de aprendizagem. Não demonstrou interesse em retornar ao Brasil. Para encontrá-lo na Alemanha, fiz contato por telefone e por e-mail; depois de algumas tentativas, ele participou da pesquisa e enviou o questionário por e-mail.

5.3.7 Rolinha: uma tristeza no olhar

Rolinha é uma jovem com 18 anos de idade, cor parda, estatura média, jogadora de handebol, o esporte que dá alegria a sua vida. Ela trabalha em uma empresa privada, mora sozinha, fez formação técnica em eletrotécnica e trabalha na área de formação. Visitou o Brasil com sua mãe adotiva, na esperança de encontrar sua mãe biológica. Não teve sucesso na sua busca e voltou muito frustrada com a falta de informação sobre sua história.

A relação com a mãe não parecia ser das melhores. O afeto estava distante de fazer parte daquele elo; os sentimentos giravam mais em torno de revolta e culpa. A mãe de Rolinha tinha acabado de se divorciar, e resolveu passar um tempo na ACC. Descobrimos que ela era alcoólatra, talvez por isso a dificuldade em se relacionar melhor com a filha.

O meu encontro com Rolinha foi com a ajuda da sua mãe adotiva. Percebi que ela tinha uma tristeza no olhar. Perguntei a sua mãe como era a vida da filha. Ela relatou que desde menina ela sofria de uma profunda tristeza, seguida de depressão. No momento, ela tenta se recompor e dar um sentido novo a sua vida. O esporte faz parte desse desafio de procura para ser feliz.

5.3.8 Periquito: acolhimento na Europa

Negro, magro, olhar estrábico, portanto uma aparência comprometida, assim é Periquito, oriundo do orfanato de Irmã Dulce²⁸. Não se sabe muita coisa sobre o passado desse garoto. As informações sobre ele estão registradas nas marcas de violência no corpo, nos maus tratos psicológicos como um sinal presente na sua infância.

A adoção de Periquito foi difícil. Ele chegou à casa de ES com 11 ou 12 anos de idade; tinha muitas sequelas de maus tratos, provavelmente vítima de muita violência física, pois apresentava marcas e deformações no rosto e na cabeça, como consequências de queimaduras.

Ele era inquieto, e parecia violento com os irmãos e com a mãe. Cometeu vários furtos no vilarejo em que morava; não conseguia seguir regras sociais, fez várias tentativas de abusos sexuais na família. Não conseguindo conviver com o adolescente, ES recorreu às instâncias públicas de assistência social à criança e ao adolescente do governo francês, em busca de apoio, soluções para os problemas vividos com o adolescente, que era o seu terceiro filho adotado.

Por esses motivos ele foi afastado da família, transferido para uma casa de acolhimento específica para crianças com problemas dessa natureza. Ele tinha direito a fazer visita familiar, mas também tinha que obedecer aos regulamentos da instituição. Aprendeu a língua francesa, mas não conseguiu bons resultados escolares.

²⁸ O Centro Educacional Santo Antônio (CESA), que completou 45 anos de existência no dia 13 de junho de 2009 foi o núcleo de atendimento das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID) que passou por mudança. O centro nasceu em 1964 como um orfanato, no qual Irmã Dulce abrigava meninos sem referência familiar. O terreno onde a freira ergueu o abrigo foi doado pelo então governador Lomanto Júnior. Desde o início de suas peregrinações pelos bairros pobres de Salvador, nos idos da década de 40, Irmã Dulce recolhia crianças e jovens em situação de risco – na época, muitos dos meninos e meninas órfãos ou fugidos de casa tornavam-se ‘capitães de areia’, formando bandos que praticavam pequenos furtos e estavam expostos a todo tipo de violência e miséria. O local passou a chamar-se Centro de Recuperação de Menores Abandonados.

Com a nova estrutura, o centro foi crescendo devagar por conta das dificuldades financeiras, alterando depois sua denominação para Centro Educacional Santo Antônio. O Cesa passou a ser uma referência no amparo a órfãos, crianças abandonadas, filhos de pacientes internados no Hospital Santo Antônio que não tinham recursos para criá-los, que encontravam no local a instrução escolar, a doméstica, cursos profissionalizantes e muito carinho até os 18 anos, quando só saíam depois de terem a garantia de um abrigo e um emprego.

Atualmente deve ter em torno de 32 anos de idade e continua institucionalizado, sob a tutela do Estado francês. ES não escolheu Periquito para adotar. Ela relata que foi induzida por PE a fazer essa adoção.

Após construir as histórias de vida dos jovens pesquisados, nesta seção, procuro analisar as informações contidas nas respostas aos instrumentos aplicados no decorrer da pesquisa, concentrando aquelas referentes aos jovens, suas ideias, concepções e representações, no primeiro item, e, no segundo, discutindo os conflitos identitários por eles vivenciados e que estão expressos nas suas histórias de vida, depoimentos e também em suas ideias, concepções, representações sobre nação, família, identidade e discriminação étnico-racial e processo de adoção.

Esses aspectos estão sendo considerados, nesta tese, enquanto indicadores dos conflitos identitários de jovens brasileiros negros e pobres, adotados por pais estrangeiros e que, por esse motivo, passaram a viver em um outro país outro, em uma cultura outra, em uma família outra e desencadeando uma série de situações consideradas conflitivas.

6 ANALISANDO CATEGORIAS E VARIÁVEIS DA PESQUISA

Como meio de prosseguir as análises das informações coletadas através de questionários e entrevistas com os jovens e adultos adotados por famílias europeias busquei a colaboração de um especialista em pesquisa quantitativa, a fim de estruturar um banco de dados no programa SPSS e, assim, organizar e analisar as informações resultantes da aplicação dos instrumentos aos sujeitos do estudo.

Estruturado o banco de dados, foram formuladas três relações²⁹, buscando sintetizar as possíveis dimensões de respostas às interrogações postas pelo estudo e, em complemento, de maneira a viabilizar as análises de cada relação foi selecionado um conjunto de variáveis, com grau de caracterização semelhante ao sentido buscado.

Com essa disposição (banco de dados, relações e conjunto de variáveis) prossegui o estudo, buscando por entendimentos acerca dos diversos conflitos que permeiam a vida desses jovens e adultos e dar destaque à questão central da pesquisa - *por que esses jovens adotados desejam voltar ao país de origem?* visto que as adoções foram justificadas como alternativas para “salvá-los” da condição de pobreza em que se encontravam.

No Quadro 1 abaixo, apresento cada relação formulada e respectivo conjunto de variáveis:

Quadro 1 - Variáveis por relação

Relação		
Relação com os pais adotivos	Desejo de morar no Brasil	Discriminação por ser negro
Variáveis		
Ter conhecimento dos motivos que levaram a sua adoção	Escolaridade do adotado em 2012	Idade em 2012
Discriminação racial	Domínio da língua portuguesa	Já passou por algum constrangimento
Idade ao ser adotado em meses	Desejo de conhecer os pais biológicos	O adotado se sente integrado no país em que mora?
Idade em 2012	Discriminação racial	Escolaridade
Grau de escolaridade do adotado em 2012	Desejo de conhecer os pais biológicos	Aceitação na escola
-	-	Participação em grupos na cidade onde mora

Fonte: elaborada a partir de dados das entrevistas e questionários– 2011-2012.

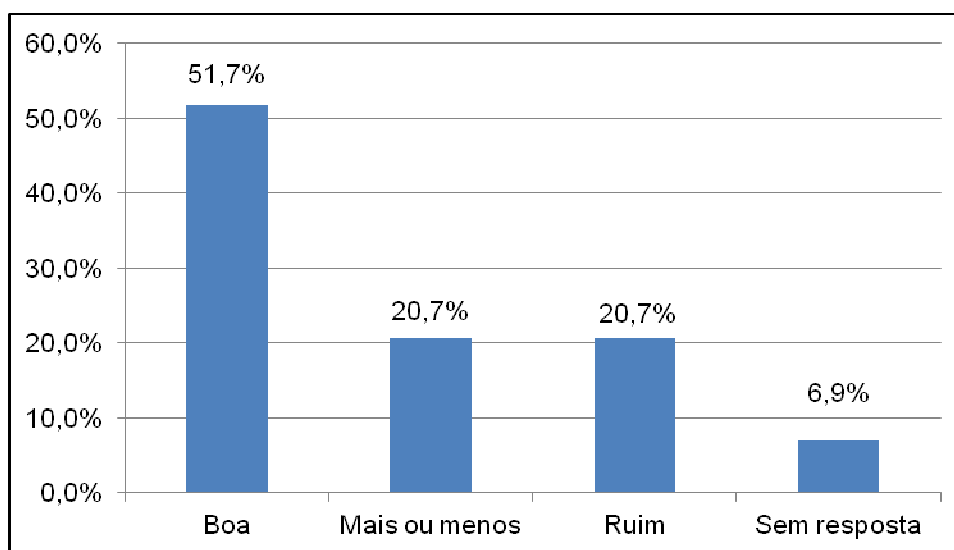
²⁹ Cada relação proposta é, também, uma variável considerada na estrutura do banco formulado no programa SPSS.

Como mencionado, optei por realizar esta pesquisa utilizando dados dos anos 1980 a 2000, período em que comecei a acompanhar os processos de adoção originários do município de Simões Filho, Estado da Bahia, Brasil, considerando também ser um período no qual a população brasileira se apresenta com grau de vulnerabilidade social³⁰ agravado pelas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas. A seguir, as análises de cada relação constante do Quadro 1.

6.1 RELAÇÃO COM OS PAIS ADOTIVOS

Sobre a relação com seus pais adotivos, os jovens tiveram como opção de resposta as categorias *boa*, *mais ou menos*, *ruim* e *sem resposta*. A relação foi considerada boa por 51,7% dos jovens pesquisados, contra 20,7% que consideraram sua relação regular, 20,7%, ruim, e 6,9% não responderam.

Figura 1 – Gráfico da distribuição da relação dos adotados com os pais adotivos – 2012



Fonte: elaborada a partir de dados das entrevistas e questionários – 2011-2012.

As categorias “boa”, “mais ou menos” e “ruim” foram selecionadas considerando o contexto afetivo da relação entre pais e filhos adotivos, conforme se vê nas falas dos jovens, a seguir:

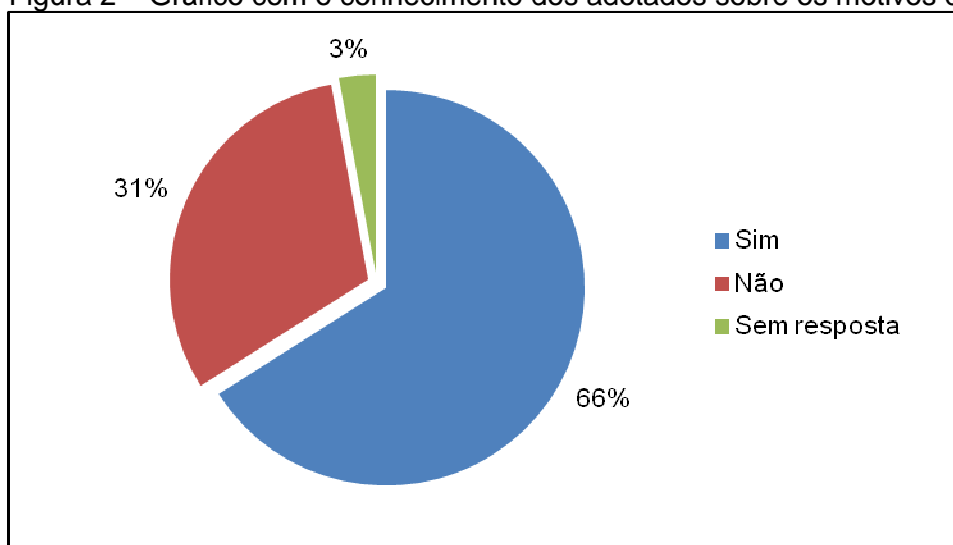
³⁰De acordo com Katzman (1999, 2001 apud MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007, p. 16), “[...] as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade de enfrentar determinadas situações de risco, referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.”

- a) boa – “aqui meus pais me criaram com muito amor”. (UIRAPURU);
- b) mais ou menos – “antes a gente discutia muito. Quando saí de casa, as relações ficaram melhores”. (CEGONHA);
- c) ruim – “Não conheço ninguém que não teve conflito com os pais. Tudo tem a ver com isso, pois ninguém nunca ajudou a eles [jovens]. Eles têm conflito com isso, e isso tem a ver com os pais adotivos.” (CORUJA).

Visto que as categorias citadas acima pouco ilustram as possíveis relações do adotado para com seus pais adotivos, entrecruzo tal relação com as variáveis ter conhecimentos dos motivos que levaram a sua adoção; discriminação racial; idade ao ser adotado em meses; idade em 2012 e grau de escolaridade do adotado em 2012.

A Figura 2 agrupa as respostas quanto a ter conhecimento dos motivos que levaram à adoção.

Figura 2 – Gráfico com o conhecimento dos adotados sobre os motivos da adoção



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A maioria dos adotados (65,5%) respondeu que tem conhecimento sobre os motivos de sua adoção; 31,0% disseram não saber os motivos; e 3,4% não opinaram. A seguir, um dos jovens lamenta o fato de não ter conhecimento sobre os motivos da sua adoção: “eu não tinha ninguém que me desse informação, e eu queria saber. Eu que perguntava sempre e queria saber mais. Minha mãe adotiva fazia um muro entre ela e meu nascimento em Simões Filho.” (PICA-PAU).

O primeiro entrecruzamento mostra que dentre os jovens que conhecem os motivos de sua adoção, a maioria tem relação "boa" com os pais (57,9%), 21,1%

uma relação "ruim", 15,8% "regular" e 5,3% não responderam. Dos que não conhecem os motivos, o maior percentual também incide sobre os que têm relação "boa", mas o percentual é inferior, comparado ao dos que conhecem os motivos por que foram adotados (44,4%); 22,2% têm relação "ruim" e 33,3% "regular".

Tabela 6 – Relação entre o conhecimento sobre os motivos que promoveram a adoção e o atual relacionamento com os pais adotivos

Tem conhecimento dos motivos que promoveram a sua adoção?	Qual a relação atual com seus pais adotivos?				Total
	Boa	Mais ou menos	Ruim	Sem resposta	
Não	44,4%	33,3%	22,2%	-	100%
Sem resposta	-	-	-	100,0%	100%
Sim	57,9%	15,8%	21,1%	5,3%	100%
Total	51,7%	20,7%	20,7%	6,9%	100%

Fonte: elaborada a partir de dados das entrevistas e questionários – 2011-2012.

Percebe-se, através dos dados da Tabela 6, que a relação com os pais adotivos é melhor quando há conhecimento dos motivos da adoção (57,9%). Porém, quando a relação com os pais adotivos é considerada *ruim*, ter ou não conhecimentos dos motivos da adoção não interfere (22, 2% e 21,1%). Quando a relação com os pais adotivos é "mais ou menos", há uma indicação de que não ter conhecimento dos motivos da adoção influencia em 33,3%, contra 15,8% que têm conhecimento dos motivos da adoção.

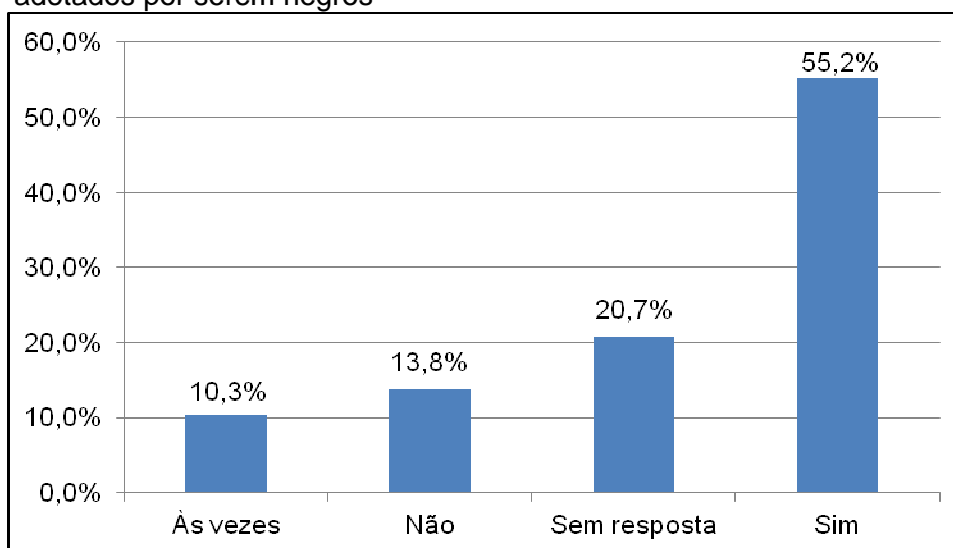
Estes resultados apontam que as famílias que oferecem mais informações sobre os motivos da adoção dos jovens podem vir a propiciar uma relação mais transparente, de mais confiança, com mais possibilidade de fazer um resgate da sua história de vida, podendo abrir espaço para construir vínculos afetivos e melhorar as relações entre pais e filhos adotivos.

O depoimento de PICA-PAU, destacado anteriormente, exemplifica o efeito da falta de informação sobre os motivos da adoção. O exemplo de Águia, a seguir, é representativo da importância de ter essa informação:

Não tenho sentimento negativo pela minha mãe, tento compreender o sistema do Brasil e a situação das pessoas que doam seus filhos para adoção. De um lado acho bom, de outro lado, a criança vai questionar sua identidade e vai querer saber por quê. Se os pais conseguem adotar filhos, for seguro de si mesmo, e aceitar isso, é possível e é também bom. (ÁGUIA).

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais... À parte submersa do iceberg correspondem, metaforicamente, os preconceitos não manifestados, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. (MUNANGA, 2009, p. 9).

Figura 3 – Gráfico sobre a existência de problemas de discriminação dos jovens adotados por serem negros



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A Figura 3 demonstra que 55,3% dos jovens adotados já sofreram problemas por serem negros, ou seja, foram vítimas de manifestações de discriminação racial; 13,8% responderam não; 10,3%, às vezes; e 20,7% preferiram não responder.

Ao relacionar a questão da *discriminação por ser negro* com a *relação atual com seus pais adotivos*, tem-se que dos adotados que sofreram discriminação, somente 31,3% têm uma *boa* relação com os pais adotivos; 37,5%, *mais ou menos*; 18,8%, *ruim*; e 12,5% *sem resposta*. Do grupo *sem resposta* sobre a discriminação, 66,7% caracterizaram a sua relação com os pais adotivos como *boa*, e 33,3% como *ruim*, enquanto todos os adotados que não sofreram discriminação consideraram a relação com os seus pais adotivos como *boa*. (Tabela 7)

Tabela 7 – Relação entre os problemas de discriminação por ser negro e a relação atual com os pais adotivos

Você teve problemas de discriminação por ser negro?	Qual a relação atual com seus pais adotivos?				Total
	Boa	Mais ou menos	Ruim	Sem resposta	
Às vezes	66,7%	-	33,3%	-	100,0%
Não	100,0%	-	-	-	100,0%
Sem resposta	66,7%	-	33,3%	-	100,0%
Sim	31,3%	37,5%	18,8%	12,5%	100,0%
Total	51,7%	20,7%	20,7%	6,9%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados das entrevistas e questionários – 2011-2012.

Os resultados acima sinalizam que, seja a relação com os pais adotivos “boa”; “mais ou menos”, “ruim” ou “sem resposta”, a marca da discriminação por ser negro se faz presente. As falas abaixo referenciam esta situação, destacando as consequências da discriminação na vida dos adotados:

No colégio a situação piorava, se tornando difícil conviver com essa situação de insultos. Nenhum rapaz se aproximava de mim. Isso provocou uma dor, eu me fechei em mim mesma e me tornei uma pessoa ruim, na tentativa de que me deixassem em paz. Por conta dessas situações, eu abandonei a escola, perdi o ano escolar. Eu me encontrava perdida em mim mesma e tinha a impressão de que jamais ia me encontrar como pessoa. (SABIÁ).

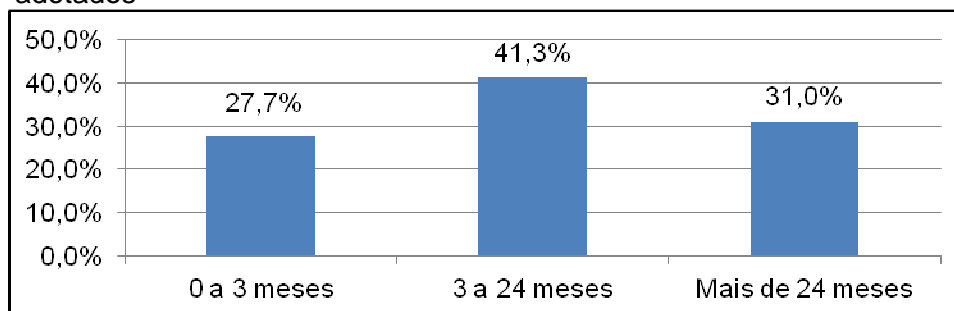
Os meninos sempre falam dos problemas que eles têm aqui na Alemanha com a cor da pele e discriminação racial. Eles têm medo durante quase toda a vida. A maioria tem grandes, muitos problemas de identidade. Eles não sabem de onde chegaram! Isso é problema aqui na Alemanha: se uma criança foi adotada sempre vai ser um problema conviver com as diferenças, Eles chegam de um mundo diferente de onde eles nasceram. (CORUJA).

Muitos pais adotivos têm preferência por crianças pequenas e dizem que quanto menor a idade melhor a sua adaptação na nova família. Weber (2001 apud PEITER, 2011, p. 93) diz o seguinte:

Além disso, essa pesquisa revela a existência de receios em relação a acolher crianças maiores, manifestados por medo das sequelas deixadas pelo abandono e pela institucionalização; das influências provocadas pelo ambiente de origem; das dificuldades de adaptação; da criança guardar ‘ressentimentos’; trazer ‘maus costumes’; e de que as lembranças da família de origem impeçam a criação de novos vínculos familiares.

Para facilitar a análise da idade em que os jovens foram adotados, agrupei as idades informadas em três faixas etárias: de 0 a 3 meses, de 3 a 24 meses e mais de 25 meses.³¹

Figura 4 – Gráfico sobre a faixa etária dos sujeitos pesquisados ao serem adotados



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Somente 27,6% dos jovens foram adotados com a idade de 0 a 3 meses; a maioria foi adotada com mais de três meses até 2 anos; e um número elevado com idade maior que dois anos (31%) - a maior idade encontrada foi de criança adotada com 8 anos.

A comparação entre a *idade ao ser adotado* e *relação atual com os pais adotivos* evidencia que 80% das crianças adotadas entre 0 e 24 meses mantêm uma relação atual boa com seus pais adotivos; por outro lado, 33,4 % dos adotados entre 0 e 24 meses e 66,7% dos adotados acima de 24 meses mantêm, atualmente, uma relação ruim com os pais adotivos, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Relação atual com os pais adotivos e faixa etária ao ser adotado

Faixa etária ao ser adotado	Qual a relação atual com seus pais adotivos?				Total
	Boa	Mais ou menos	Ruim	Sem resposta	
0 a 3 meses	33,3%	16,7%	16,7%	50,0%	27,6%
3 a 24 meses	46,7%	66,7%	16,7%	-	41,4%
Mais 25 meses	20,0%	16,7%	66,7%	50,0%	31,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

³¹Em relação à idade ao ser adotado, a pesquisa usou critério aleatório para classificar as idades de 0 a 03 meses; de 03 a 24 meses; e mais de 25 meses, diferentemente dos estudos de Weber (2002), que cita três categorias de idade: 1 - bebê com até três meses de idade, 2 - precoces com mais de três meses até dois anos e 3 - tardia, com mais de dois anos.

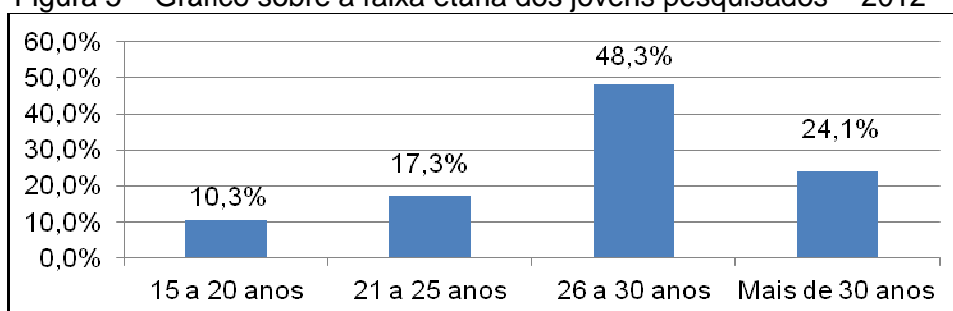
No entendimento de Peiter (2011, p. 2), o receio dos candidatos em adotar crianças maiores relaciona-se, fundamentalmente, com:

Dificuldades na educação. Segundo famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente aceitaria os padrões estabelecidos pelos pais, pois estaria com sua formação social iniciada. As pessoas, portanto, adotariam bebês para obterem uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma adequada socialização, onde as crianças fossem capazes de atender aos anseios da família.

O que percebi, nessa pesquisa, é que, apesar dos percentuais citados, a qualidade da relação do adotado - boa ou ruim - com os pais adotivos ultrapassa o fator idade ao ser adotado, indicando que a qualidade do convívio no seio familiar e comunitário pode influenciar a relação entre pais e filhos adotivos.

A idade média dos adotados em 2012 era de 26,8 anos, período em que ocorrem as dificuldades próprias da adolescência, por conta das mudanças hormonais, geralmente ainda não superadas.

Figura 5 – Gráfico sobre a faixa etária dos jovens pesquisados – 2012



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Os adotados no período 1980 a 2000 tinham, em 2012, idade entre 15 e 34 anos. Distribuídos em quatro faixas etárias, 10,3% dos jovens possuem, no ano mencionado, idade de 15 a 20 anos; 17,3%, 21 a 25 anos; 48,3%, 26 a 30 anos; e 24,1% mais de 31 anos.

A Tabela 9, que entrecruza a *relação atual com seus pais adotivos* versus *idades em faixa etária dos jovens adotados em 2012*, mostra que 80% dos adotados entre 21 e 30 anos, 13,3% entre 15 a 20 anos e 6,7% com idade acima de 31 anos mantêm uma relação atual *boa* com seus pais adotivos. Nas categorias *mais ou menos* e *ruim* a concentração se desloca para a faixa etária de 26 a 30 anos, com 66,7% e 50%, respectivamente. Ou seja, há uma indicação de que nas faixas etárias dos extremos a relação com os pais adotivos é conflituosa.

Tabela 9 – Relação atual com os pais adotivos e faixa etária dos jovens – 2012

Faixa etária	Relação atual com seus pais adotivos				Total
	Boa	Mais ou menos	Ruim	Sem resposta	
15 a 20 anos	13,3%	16,7%	-	-	10,3%
21 a 25 anos	33,3%	-	-	-	17,2%
26 a 30 anos	46,7%	66,7%	50,0%	50,0%	51,7%
Mais de 31 anos	6,7%	16,7%	50,0%	50,0%	20,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

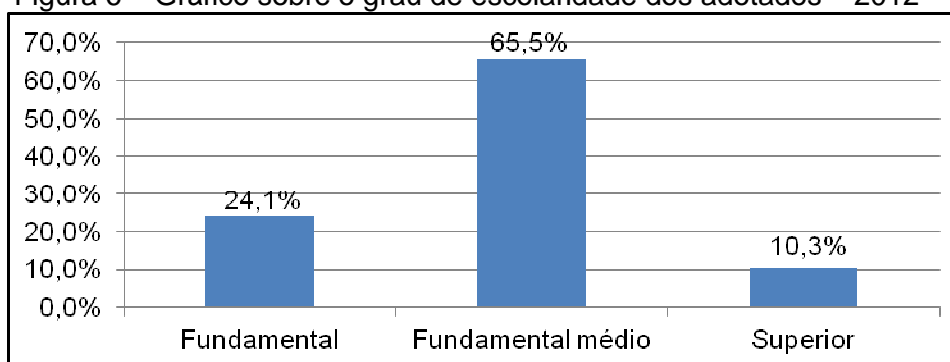
Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A construção da identidade é um desses fatores relacionado à dependência da cultura e da sociedade onde o indivíduo está inserido. Em alguns momentos observam-se certas crises de identidade; é o que acontece, por exemplo, com a maioria dos adolescentes nas sociedades atuais, que precisam resolver essas crises para solidificarem aspectos de sua identidade pessoal e social.

No caso, o estudo demonstra que pessoas adultas adotadas, que trilham na procura de sua identidade, a partir de processos de adoção internacional, transracional, ao adquirirem compreensão de como foram integrados na "adoção", sua raça/etnia e outros aspectos de si, formam uma consciência da sua condição e um olhar mais crítico sobre a relação de parentesco com a nova família.

Antes de comparar a escolaridade do adotado com a relação com pais adotivos, é preciso refletir um pouco sobre a situação de escolaridade dos jovens adotados, a partir dos dados a seguir.

Figura 6 – Gráfico sobre o grau de escolaridade dos adotados – 2012



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Nota: Grau de escolaridade relativo a anos de estudo na Alemanha, França e Luxemburgo: entre menos de 8 anos de estudos – fundamental; 10 anos de estudos – fundamental médio; e apto ao superior – 12 ou 13 anos de estudo

Tabela 10 – Grau de escolaridade do adotado por faixa etária – 2012

Faixa etária	Grau de escolaridade do adotado			Total
	Fundamental	Fundamental médio	Superior	
15 a 20 anos	1	2	-	3
21 a 25 anos	1	3	1	5
26 a 30anos	5	8	2	15
Mais de 31 anos	-	6	-	6
Total	7	19	3	29

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A distribuição do grau de escolaridade, apresentada na Figura 6, demonstra que a maioria, 65,5% dos adotados, terminou o equivalente a dez anos de estudo; uma parcela de 24,1% manteve-se na faixa de menos de oito anos de estudos e outra, bem menor, com 10,3% com 12 ou 13 anos de estudo.

Tomando como parâmetro uma criança iniciando sua vida escolar aos seis anos de idade e sem retenção escolar, depois de 12 anos de estudos, aos 18 anos, estaria apta a acessar o ensino superior. Tendo isso como equivalente, percebe-se, pela Tabela 10, que expressiva parte dos adotados encontra-se em defasagem na relação idade e anos de estudo.

Outro fator marcante para esses jovens diz respeito à limitação quanto a acesso ao mercado de trabalho, pois seu grau de escolaridade os capacita, somente, a competir por vagas em atividades técnicas, ou auxiliares na área de serviços.

Ao analisar se o grau de escolaridade interfere na relação do adotado com seus pais adotivos, 13,3% dos adotados com grau escolar superior têm uma relação boa com os pais, enquanto 33,3% caracterizaram a relação como regular. Dos que têm escolaridade fundamental média, 52,6% têm uma relação boa com os pais adotivos, 15,8% relação regular, 21,1% ruim e 10,5% não responderam. Dos que têm apenas o ensino fundamental, 42,9% disseram que têm uma relação boa, 28,6%, regular, e 28,6% disseram que a relação é ruim.

Tabela 11 – Relação atual com os pais adotivos versus o grau de escolaridade – 2012

Grau de escolaridade do adotado em 2012	Relação atual com seus pais adotivos?				Total
	Boa	Mais ou menos	Ruim	Sem resposta	
Fundamental	20,0%	33,3%	33,3%	-	24,1%
Fundamental médio	66,7%	50,0%	66,7%	100,0%	65,5%
Superior	13,3%	16,7%	-	-	10,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A Tabela 11 ilustra que, na faixa de escolaridade média, há maior concentração dos adotados que mantém uma *boa* relação com os pais adotivos; na relação *mais ou menos* e *ruim* 83,3% e 100%, respectivamente, encontram-se no ensino fundamental e fundamental médio.

Nota-se que, com o nível superior, o adotado se posiciona nas categorias *boa* e *mais ou menos* na relação com os pais adotivos, sugerindo que escolaridade superior possibilita mediações de possíveis conflitos.

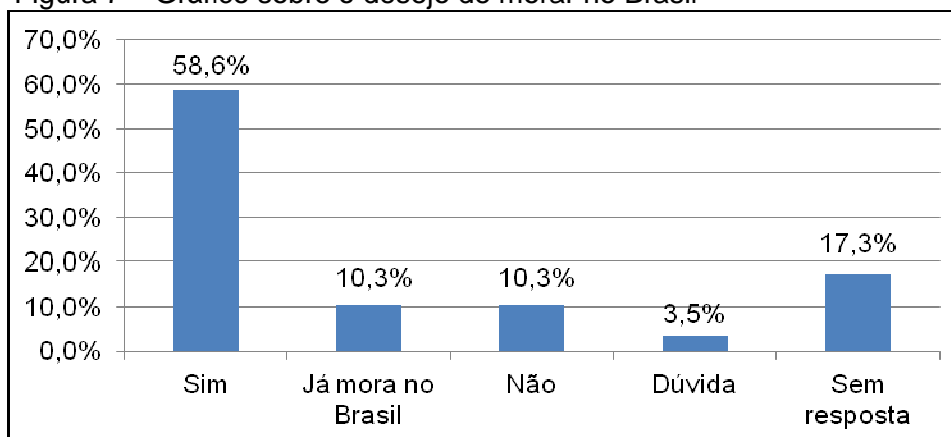
Quadro 2 – Variáveis e relação com pais adotivos

Variável	Relação com os pais adotivos
Ter conhecimentos dos motivos que levaram a sua adoção	A relação com os pais adotivos é considerada melhor quando se tem conhecimento dos motivos de sua adoção (57,9%).
Discriminação racial	Seja a relação com os pais adotivos “ <i>boa</i> ”, “ <i>mais ou menos</i> ”, “ <i>ruim</i> ” ou “ <i>sem resposta</i> ” a marca da discriminação por ser negro se faz presente
Idade ao ser adotado em meses	A qualidade da relação do adotado, boa ou ruim, com os pais adotivos ultrapassa o fator idade ao ser adotado, indicando que o convívio no seio familiar e comunitário pode influenciar as relações entre pais e filhos adotivos.
Idade em 2012	Nas faixas etárias dos extremos, a relação com os pais adotivos é conflituosa.
Grau de escolaridade do adotado em 2012	Com o nível superior, o adotado se posiciona nas categorias <i>boa</i> e <i>mais ou menos</i> na relação com os pais adotivos, sugerindo que escolaridade superior possibilita mediações de possíveis conflitos.
Escolaridade do adotado	Adotados encontram-se em defasagem na relação idade e anos de estudo.

Fonte: autoria própria.

6.2 DESEJO DE MORAR NO BRASIL

Figura 7 – Gráfico sobre o desejo de morar no Brasil



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

58,6% dos jovens brasileiros adotados que foram entrevistados manifestaram um desejo de morar no Brasil; com os 10,3% que já moram a taxa de desejo de residência no Brasil sobe para 68,9%. Apenas 10,3% responderam que não querem morar no Brasil, 3,4% manifestaram dúvida e 17,3% não opinaram.

O entrevistado identificado como Pica-Pau deixa transparecer esse desejo de morar no Brasil:

A Bélgica, um novo país, menor, mais frio. Eu não tenho nada a dizer. Eu sou como um rei aqui. Mas é aqui no Brasil que eu me sinto em casa. É meu país, é minha casa. Eu sempre falei de mim aqui. A Bélgica foi uma oportunidade, uma sorte, mas jamais neguei meu país; sempre falo do meu país. Me faço sempre perguntas. Eu queria saber de onde eu vinha. (PICA-PAU).

À procura de detalhar as colocações de desejo de morar no Brasil, comparei este desejo com o nível de escolaridade dos adotados em 2012, conforme a Tabela 12.

Tabela 12 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e o grau de escolaridade do adotado – 2012

Grau de escolaridade do adotado	Adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
	Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
Fundamental	-	66,7%	-	-	29,4%	24,1%
Fundamental médio	100,0%	33,3%	100,0%	100,0%	52,9%	65,5%
Superior	-	-	-	-	17,6%	10,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Percebe-se, pela Tabela 12, que 17,6% dos adotados entrevistados com ensino superior e 82,3% dos com ensino fundamental e ensino médio fundamental expressam desejo de morar no Brasil.

Tendo em vista a importância da relação com os pais adotivos, discutida por Yngvesson (2007), procurei comparar o *desejo de retornar ao Brasil* com o *grau de escolaridade do adotados em 2012* e com a *relação atual com os pais adotivos*. Sendo assim, entre os que têm uma relação *ruim* com os pais adotivos e possui grau de escolaridade *fundamental e fundamental médio*, 40% e 44,4%, respectivamente, desejam retornar ao Brasil, indicando, talvez, como meio de resolução dos conflitos no seio da família adotiva e no país, conforme a Tabela 13.

O maior percentual dos que desejam retornar ao país e mantêm relação *boa* com os pais adotivos recai na categoria *ensino superior*, apontando, possivelmente que o desejo de retornar ao país perdura, para além da qualidade das relações com os pais adotivos. Durante as entrevistas emergiram indicadores do tipo:

- a) o apelo vem da busca por conhecer a família de origem e de um desejo de construção de uma identidade e de um sentido de pertencimento;
- b) morar na Europa ou no Brasil não interfere na sua sustentabilidade, pela garantia de poder se estabelecer profissionalmente em qualquer país;
- c) a condição de ter acessado melhores conhecimentos lhes daria maior mobilidade de um país para outro, e;
- d) a condição de ter acessado melhores conhecimentos lhes permitiria maior acesso ao emprego/autonomia financeira e lhes daria maior mobilidade de um país para outro.

Os adotados que mantêm uma relação boa com os pais adotivos e possuem grau de escolaridade fundamental e fundamental médio, 40% e 44,4%, respectivamente, também desejam retornar ao país.

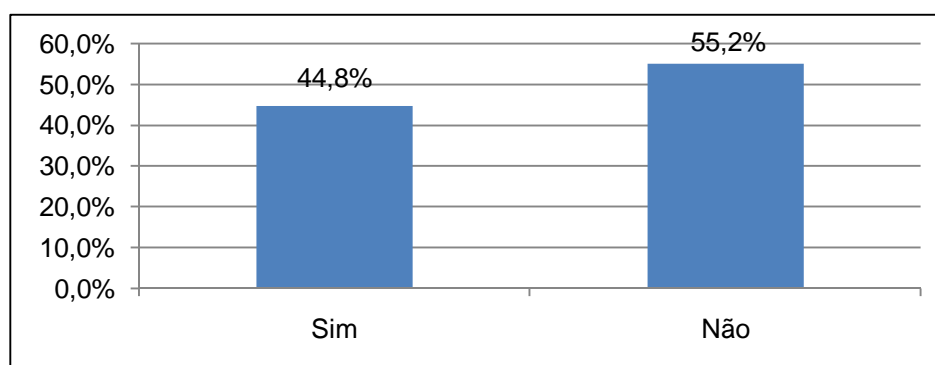
Essas taxas demonstram que há um apelo enorme de morar no Brasil, que não sofre influência do nível de escolaridade.

Tabela 13 – Desejo do adotado em morar no Brasil, de acordo com seu grau de escolaridade, versus a relação atual com os pais adotivos – 2012

Grau de escolaridade do adotado	Qual a relação atual com seus pais adotivos?	Adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
		Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
Fundamental	Boa	-	50,0%	-	-	40,0%	42,9%
	Mais ou menos	-	50,0%	-	-	20,0%	28,6%
	Ruim	-	-	-	-	40,0%	28,6%
	Total	-	100,0%	-	-	100,0%	100,0%
Fundamental médio	Boa	-	100,0%	66,70	60,0%	44,4%	52,6%
	Mais ou menos	-	-	33,3%	40,0%	-	15,8%
	Ruim	-	-	-	-	44,4%	21,1%
	Sem resposta	100,0%	-	-	-	11,1%	10,50%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Superior	Boa	-	-	-	-	66,7%	66,7%
	Mais ou menos	-	-	-	-	33,3%	33,3%
	Total	-	-	-	-	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Figura 8 – Gráfico sobre o domínio da língua portuguesa pelos jovens e adultos adotados



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

O aspecto domínio da língua portuguesa foi definido em duas categorias: fala português e não fala português. Dos jovens pesquisados, 55,2% não falam, e 44,5% falam.

Ao analisar se o desejo de morar no Brasil é influenciado pelo domínio da língua portuguesa, observa-se que, entre os pesquisados que falam a língua do país de origem, 53,8% responderam que gostariam de morar no Brasil e 23,1% já moram, totalizando 76,9% e 7,7% dos que não gostariam de morar no Brasil; 15,4% deste grupo não opinou e não houve resposta relativa a dúvida.

No grupo dos que não falam português, 62,5% responderam que gostariam de morar no Brasil; 18,8% não opinaram; 12,5% não gostariam de morar no Brasil; e 6,3% disseram estar em dúvida.

Tabela 14 – Desejo do adotado em morar no Brasil

Adotado fala a língua do seu país de origem	O adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
	Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
Não	6,3%	0,0%	12,5%	18,8%	62,5%	100,0%
Sim	0,0%	23,1%	7,7%	15,4%	53,8%	100,0%
Total	3,4%	10,3%	10,3%	17,2%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Esses dados possibilitam uma leitura de que o domínio da língua portuguesa favorece o desejo de morar no Brasil, porém o não domínio não inviabiliza esse desejo, conviver com a cultura e, provavelmente, conhecer a família biológica. A falta de domínio da língua portuguesa não se configurou como um impedimento para morar no Brasil, porém, os que falam português manifestam, com mais clareza, este desejo.

Antes de analisar os resultados das tabelas a seguir, referentes à *relação desejo de morar no Brasil versus discriminação racial*, discorro sobre o uso dos termos preconceito, discriminação e racismo e sobre as associações com adoção, como meio de evidenciar o significado de cada dado coletado nas entrevistas com os 29 sujeitos da pesquisa.

O termo “preconceito” significa uma opinião ou sentimento preconcebido, formado sem suficiente conhecimento (HOUAISS; VILLAR, 2001). Quando traduzido em ações, o preconceito pode influir para que determinados grupos fiquem à margem dos benefícios sociais de uma sociedade. Quando o preconceito se materializa em agressão, separação ou tratamento desfavorável pela pura concepção daqueles que têm raças ou grupos étnicos diferentes, se caracteriza como uma discriminação.

Guimarães (1998 apud RUFINO, 2002) coloca que a palavra racismo tem diversos significados. Pode ser referido como sendo uma doutrina, científica ou não, que prega a existência de raças humanas como diferentes em qualidades e habilidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. É também denominado como um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, no plano moral, estético, físico ou intelectual.

O autor destaca que a discriminação, por sua vez, pode ser exercida de maneira direta e indireta. A direta, diz respeito às atitudes e regras claras, expressas através de proibições, distinções e tratamento desigual. Já a indireta é manifestada não por meio de palavras ou atos; é conhecida como racismo cordial, que se percebe através de olhares e gestos “não intencionais”, ou, ainda, por atitudes que muitas vezes são vistas como “brincadeira”. São os atos sutis que, com aparente inexpressividade, são considerados “normais”.

No caso da sociedade brasileira, além das discriminações tecidas nas relações cotidianas encontram-se, também, como formas de racismo a subtração da população afrodescendente do seu potencial de desenvolvimento e ascensão na sociedade, espelhado, principalmente, pela falta de acesso às escolas e ao mercado de trabalho, a opressão, a segregação, cultural, política, social, econômica.

A reversão dessa situação aviltante exige que a questão do racismo seja assumida de maneira objetiva, com vistas a desconstruir o que Turra e outros (1995, p. 11 apud RUFINO, 2002, p. 81) colocam que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua maioria, preconceito contra negros.”

O preconceito, a discriminação e o racismo como dimensão, infelizmente, presente em nossa sociedade, muitas vezes tornam-se imperceptíveis, ancorados em fenômenos sociais aceitos por boa parte da população como expressão de solidariedade, através de práticas assistencialistas.

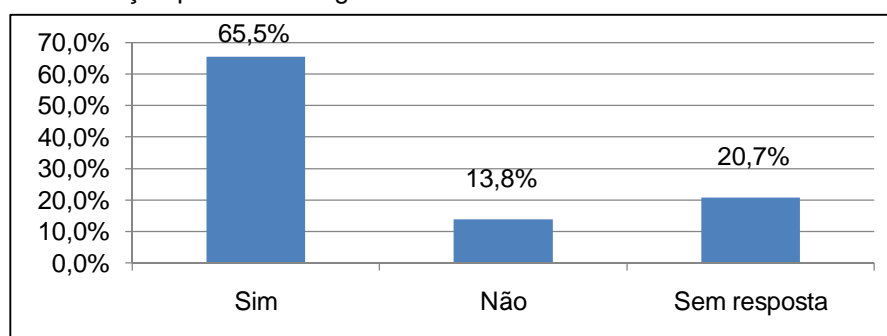
Essa prática tem sido evidenciada em estudos que discutem adoção em contextos inter-raciais. Schreiner (2000 apud RUFINO, 2002, p.40) discute que:

Desde a década de 1970 nos Estados Unidos, e mais recentemente na Inglaterra, grupos de trabalhadores sociais têm se oposto à adoção e ao acolhimento de crianças negras em famílias brancas. Em 1983 a Assistance Association to Black Workers Collegated Professionals³² apresentou evidências à Comitativa Seleta da Assembléia Legislativa em defesa da reivindicação a respeito de que as crianças negras deveriam ser outorgadas exclusivamente a famílias negras.

³² Associação de Assistência aos Trabalhadores Negros e Profissionais Coligados.

Entre as argumentações do estudo apresentado na *Assistance Association to Black Workers Collegated Professionals* se destaca, principalmente, que, no convívio com famílias brancas, as crianças negras não conseguem desenvolver uma identidade negra positiva; expressam o desejo de serem brancas; não desenvolvem capacidade para lidar com práticas racistas presentes na sociedade e apresentam dificuldades de se relacionarem com pessoas de sua própria etnia. A Figura 9 e tabelas abaixo entrecruzam-se dados referentes à relação “desejo de morar no Brasil” versus “você teve problemas de discriminação por ser negro?”

Figura 9 – Gráfico sobre o percentual de jovens e adultos adotados que sofreram discriminação por serem negros



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Dos adotados negros, 65,5% afirmaram que sofreram discriminação racial, contra 13,8% que não se sentiram discriminados e 20,7% que não responderam.

Entrecruzando os dados *desejo de morar no Brasil versus você teve problemas de discriminação por ser negro?* verifica-se que 57,9% dos que sofreram discriminação gostariam de morar no Brasil e 15,8% já residem no país, totalizando 73,7%. Um percentual de 5,3% desses jovens não gostaria de morar no Brasil, apesar de terem sofrido discriminação; 5,3% têm dúvidas e 15,8% não responderam.

Dos que não declararam ter sido discriminado, 50% gostariam de morar no Brasil contra 25% que não gostariam; 25% não responderam. Entre os jovens que não responderam, 66,7% desejam morar no Brasil e 16,7% não.

Tabela 15 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e a discriminação por ser negro

Você teve problemas de discriminação por ser negro?	O adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
	Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
Não	-	-	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
Sem resposta	-	-	16,7%	16,7%	66,7%	100,0%
Sim	5,3%	15,8%	5,3%	15,8%	57,9%	100,0%
Total	3,4%	10,3%	10,3%	17,2%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Em todas as categorias da variável “*você teve problemas de discriminação por ser negro?*” há manifestação do desejo de morar no Brasil, o que confere com o seguinte relato:

Mas existem muitas coisas que me deixam infeliz. Eu penso que minha vida está no Brasil. Eu não sei se talvez eu me engane. Isso me faz muita falta. Eu não conheço, mas isso me faz muita falta, de saber quem eu sou verdadeiramente. Às vezes eu sei e às vezes não. Existe algo em mim que eu não consigo encontrar a calma. Eu gostaria de encontrar, eu penso que isso só é possível se eu retorno ao Brasil. O Brasil me faz muita falta; eu não conheço, mas imagino que me falta isso. (SARACURA).

O relato pode estar simbolizando diversos aspectos, porém, um é bem claro : o retorno às origens e busca de pertencimento, que significa, conforme definição de Amaral [entre 2006 e 2014]:

Pertencimento, ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais.

As Tabelas 16 e 17 têm como objetivo comparar a autodeclaração referente a cor manifestada pelo entrevistado e a cor do entrevistado observada pelo pesquisador, de acordo com Longo e Campos (2006). Apesar de reconhecer possíveis vieses quanto à comparação dos dados, a categoria cor preta, presente na tabela *cor/raça pelo olhar do pesquisador*, é acrescida de 17,3% em comparação à tabela da autodeclaração do entrevistado. Essa diferença pode se associar a colocações do tipo “os meninos sempre falam dos problemas que eles têm aqui na Alemanha com a cor da pele e discriminação racial. Eles têm medo durante quase toda a vida. A maioria tem grandes, muitos problemas de identidade”, como afirma Coruja, ou confirmar o estudo da *Assistance Association to Black Workers Collegated Professionals* (EUA), citado anteriormente, onde se destaca que, no convívio com famílias brancas, as crianças negras não conseguem desenvolver uma identidade negra positiva.

Tabela 16 – Autodeclaração sobre a cor/raça/etnia do adotado

Cor/raça/etnia	Frequência	Percentual
Branca	2	6,9%
Parda	20	69,0%
Preta	7	24,1%
Total	29	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Tabela 17 – Cor/raça do adotado, de acordo com a análise do pesquisador

Cor/raça/etnia	Frequência	Percentual
Branca	1	3,4%
Parda	16	55,2%
Preta	12	41,4%
Total	29	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Considerando os dados das faixas etárias e redistribuindo com relação ao desejo de morar no Brasil, de acordo com a Tabela 18, temos:

Tabela 18 – Relação entre o desejo do adotado de morar no Brasil e a sua faixa etária – 2012

Faixa etária	O adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
	Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
15 a 20 anos	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	100,0%
21 a 25 anos	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
26 a 30 anos	0,0%	20,0%	0,0%	20,0%	60,0%	100,0%
Mais de 31 anos	16,7%	0,0%	0,0%	16,7%	66,7%	100,0%
Total	3,4%	10,3%	10,3%	17,2%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

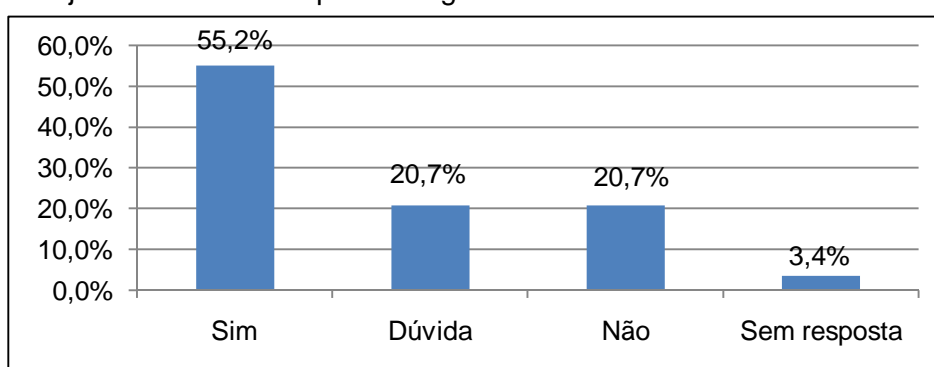
Entre os mais jovens, com idade entre *15 e 20 anos*, 33,3% querem voltar a morar no Brasil, contra 66,7% que não querem. Na faixa *21 e 25 anos*, 60% desejam morar no Brasil, contra 20% que não querem e 20% que não opinaram. Dos jovens entre *26 e 30 anos*, 60% querem morar no Brasil e 20% já realizaram este desejo, totalizando 80%; os outros 20% não opinaram. Os jovens com mais de 30 anos afirmaram o desejo de morar no Brasil em 66,7%; 16,7 mostraram ter dúvida e também 16,7% não responderam. Este grupo foi o único que demonstrou dúvida.

Estes dados indicam que o desejo de morar no Brasil cresce à medida que a faixa etária é mais elevada, ou seja, quanto maior a faixa etária dos adotados, maior a predisposição para morar no seu país de origem. O grupo com *mais de 30 anos* que sinaliza dúvida pode estar relativizando seu desejo de retornar ao Brasil

por quanta da relativa estabilidade econômica, constituição de suas próprias famílias e filhos etc. Em entrevista, Uirapuru (2011), de 28 anos, fala sobre esse sentimento de dúvida:

Eu comecei a trabalhar agora é um bom emprego, seguro, vou me mudar para outra casa com minha esposa, ela trabalha muito não é fácil para ela tem 2 empregos trabalha 2 turnos ela acorda as 4 horas da manhã, mas nos corremos atrás conseguimos uma vida juntos e vamos ter crianças um dia, mas primeiro ela quer se formar. Eu sou feliz aqui, mas falta um pedaço na minha história, que é minha família. Com fé em Deus um dia eu vou voltar e procurar melhor talvez alguém pode se lembrar, e um dia eu vou achar minha família.

Figura 10 – Gráfico da relação entre o desejo do adotado de morar no Brasil e seu desejo em conhecer os pais biológicos



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A maioria dos adotados, 55,2%, manifestou o desejo de conhecer os pais biológicos, contra 20,7% que disseram *não* querer conhecê-los; 20,7% expressaram *dúvidas* e 3,4% não opinaram sobre a questão.

Dos adotados que gostariam de conhecer os seus pais biológicos, 64,7% gostariam de morar no Brasil e 17,6% já moram, somando 82,3% deste grupo de jovens pesquisados; 5,9% gostariam de conhecer os seus pais biológicos, apesar da dúvida sobre morar no Brasil. Nenhum afirmou que não gostaria de morar no Brasil e 11,8% não opinaram, conforme a Tabela 19.

Os adotados que *não* gostariam de conhecer os seus pais biológicos, na sua maioria, 57%, também nutrem o desejo de morar no Brasil, contra 14,3 que *nem* *querem morar* no país e *não* *querem* conhecer os seus pais biológicos; 28,6% não opinaram. Entre os que escolheram a resposta *dúvida*, 50% *não* *querem* morar no Brasil e 25% *querem*; 25% *não* *opinaram*.

Tabela 19 – Relação entre o desejo do adotado de conhecer seus pais biológicos e o desejo de morar no Brasil

O adotado gostaria de conhecer seus pais biológicos?	O adotado gostaria de morar no Brasil?					Total
	Dúvida	Já mora	Não	Sem comentário	Sim	
Não	-	-	14,3%	28,6%	57,1%	100,0%
Não sei	-	-	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
Sem respostas	-	-	-	-	100,0%	100,0%
Sim	5,9%	17,6%	-	11,8%	64,7%	100,0%
Total	3,4%	10,3%	10,3%	17,2%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Estes dados revelam que o desejo de morar no Brasil é alimentado pelo desejo de conhecer os pais biológicos. O Quadro 3 sintetiza a relação *desejo de morar no Brasil* e seus entrecruzamentos com as variáveis selecionadas do banco de dados.

Quadro 3 – Relação entre o desejo de morar no Brasil e variáveis

Variáveis	Desejo de morar no Brasil
Idade em 2012	O desejo de morar no Brasil se eleva à medida que a faixa etária é mais elevada.
Escolaridade do adotado em 2012	Adotados entrevistados com ensino superior e a grande maioria dos com ensino fundamental e ensino médio fundamental expressam desejo de morar no Brasil.
Domínio da língua portuguesa	O domínio da língua portuguesa favorece o desejo de morar no Brasil, porém o não domínio não inviabiliza esse desejo de retornar a suas origens, conviver com a cultura e, provavelmente, conhecer a família biológica.
Desejo de conhecer os pais biológicos	O desejo de morar no Brasil é alimentado pelo desejo de conhecer os pais biológicos.
Discriminação racial	Em todas as categorias da variável “ <i>você teve problemas de discriminação por ser negro?</i> ”, há manifestação do desejo de morar no Brasil.
Relação com os pais adotivos	O desejo de retornar ao país perdura para além da qualidade das relações com os pais adotivos.

Fonte: elaboração própria.

6.3 DISCRIMINAÇÃO POR SER NEGRO/A

Não me sentia bem era a única preta na escola, e tive problemas de adaptação, não tive muitos colegas, eles cuspiam em mim... Tinha professores com muitos preconceitos, tinha sempre alguns sentimentos de não ser aceita. (ÁGUIA).

As tabelas e figuras abaixo procuram sinalizar consequências da discriminação, levando em consideração. De acordo com a Tabela 20, os adotados de 15 a 20 anos tiveram menos problemas com discriminação (33,3%); na faixa etária 21 a 25 anos estão 60% dos casos de problemas com discriminação; 66,7% na faixa de 26 a 30 anos e 83,3% dos com mais de 31 anos sofreram discriminação.

Tabela 20 – Relação entre os problemas de discriminação por ser negro e a faixa etária do adotado – 2012

Faixa etária	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
15 a 20 anos	-	66,7%	33,3%	100,0%
21 a 25 anos	20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
26 a 30 anos	20,0%	13,3%	66,7%	100,0%
Mais de 31 anos	-	16,7%	83,3%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

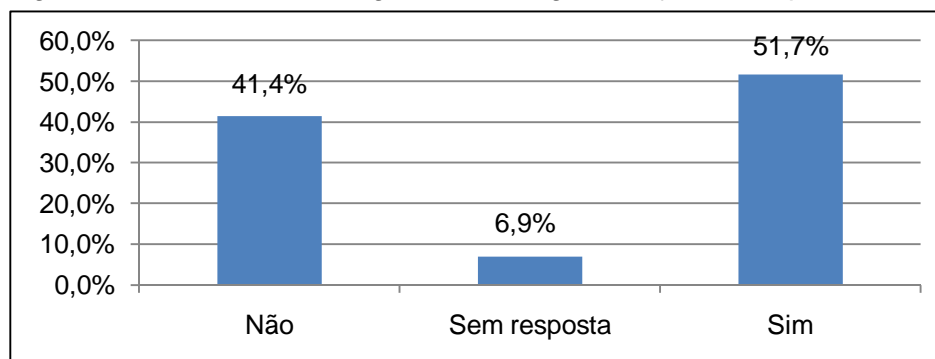
Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Observando a categoria *sim*, Tabela 20, nota-se que, na medida em que as faixas etárias elevam, a revelação de ter sofrido problemas com discriminação aumenta, indicando, talvez, amadurecimento de consciência de ser negro em uma sociedade europeia.

Em paralelo, pelo Quadro 3, percebem-se dois movimentos equivalentes: um pelo desejo de morar no Brasil e a elevação da faixa etária dos adotados; e outro, pela indicação de que em todas as categorias da variável “*você teve problemas de discriminação por ser negro?*” há manifestação do desejo de morar no Brasil. Esses “três” momentos permitem supor que a busca pela origem esteja sinalizando a necessidade de encontro com um espaço onde as relações do cotidiano, as relações de vizinhança, os encontros se espelhem em laços de identidades.

Agora eu tenho um passado, agora eu posso olhar para minha história, agora eu tenho uma história, não sou mais uma pessoa sem passado; onde antes não tinha nada, agora tenho algo. Na Alemanha eu tinha mais problemas psicológicos. E aqui [no Brasil] aprendo a conviver com a inquietação que eu tenho dentro de mim. (PAPAGAIO).

Figura 11 – Gráfico sobre algum constrangimento já sofrido pelo adotado



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Ao perguntar se os adotados passaram por constrangimentos na vida, 51,7% afirmaram que sim; 41,4%, não; 6,9% não responderam.

A Tabela 21 evidencia que entre os adotados que já passou por algum *constrangimento*, 86,7%, foram *discriminados por serem negros* e 13,3% não opinaram. Entre os que consideram que *não* passaram por constrangimento 33,3% foram discriminados por serem negros. Seja nas categorias não ou sim a Tabela indica que o constrangimento por ser negro torna-se uma tônica.

Tabela 21 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e a ocorrência de algum constrangimento

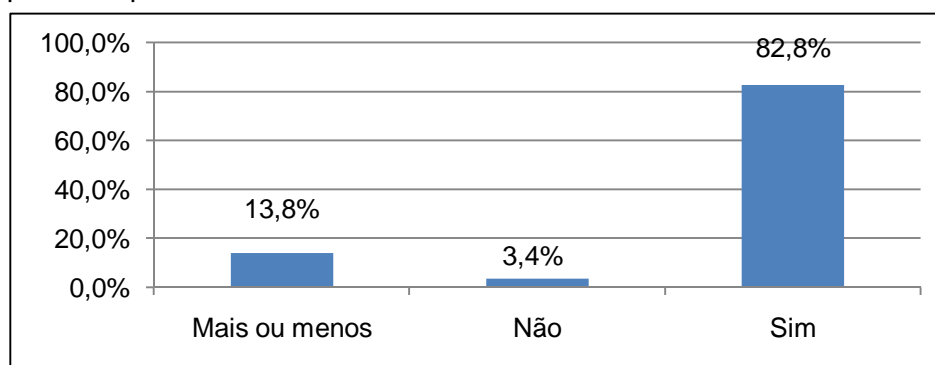
O adotado já passou por algum constrangimento	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
Não	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Sem resposta	-	-	100,0%	100,0%
Sim	-	13,3%	86,7%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

As colocações da entrevistada caracterizada como Sabiá, na fala a seguir, trazem essa dimensão das consequências da discriminação por ser negro.

Tive uma pequena infância feliz, fui amada pelas pessoas e pelos amigos. Alguns membros da família não me achavam inteligente. Ao entrar na escola as crianças me insultavam, ofendiam, e me discriminavam pela cor. Eu era uma vítima perfeita, não era agressiva. As ofensas me magoavam profundamente. (SABIÁ).

Figura 12 – Gráfico com o questionamento se o adotado se sente integrado no país em que mora



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A grande maioria dos jovens adotados - 82,8% - respondeu que se sente integrada no país onde mora, contra 13,8% que se sentem mais ou menos integrados e 3,4% que não.

Apesar desse expressivo indicador de integração revelado pela Figura 12, quando se relacionam esses sentimentos de integração com ter sido discriminado por ser negro (Tabela 22), daqueles adotados que *não* se sentem integrados, todos tiveram problemas com a discriminação; dos que se sentem *mais ou menos* integrados, 75% foram discriminados por serem negros; e 25% não opinaram. Do grupo que se sente integrado, 62,5% tiveram problemas com discriminação por serem negros, 16,7% dos integrados não sofreram discriminação e 20,8% não opinaram.

Tabela 22 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e se o adotado se sente integrado no país em que mora

O adotado se sente integrado no país que você mora ?	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
Mais ou menos	-	25,0%	75,0%	100,0%
Não	-	-	100,0%	100,0%
Sim	16,7%	20,8%	62,5%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Essa aparente divergência pode estar apontando que o sentimento de integração pode estar dependendo de outros fatores que não seja, somente, a discriminação por ser negro, pois, apesar da discriminação, eles afirmam ser integrados. Castells (2010, p. 22) considera a identidade como um processo de construção de significados pautados em “conjuntos de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”.

Sobre integração, um jovem adotado reflete da seguinte forma: “eu me sinto também um estrangeiro aqui no meu país (Luxemburgo). Acho que esse é o problema também das outras crianças adotadas, sejam elas de qualquer país.” (JOÃO DE BARRO, 2011).

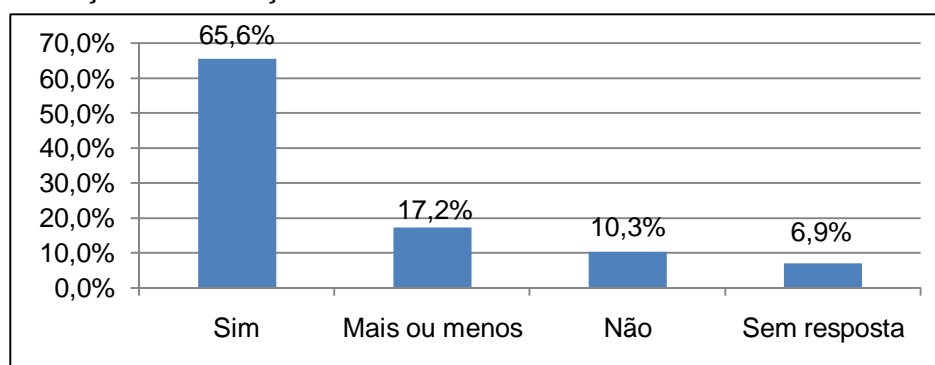
Tabela 23 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o grau de escolaridade do adotado – 2012

Grau de escolaridade do adotado em 2012	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
Fundamental	-	28,6%	71,4%	100,0%
Fundamental médio	21,1%	21,1%	57,9%	100,0%
Superior	-	-	100,0%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

A Tabela 23 deixa mais que evidente que o processo de discriminação por ser negro perpassa por todos os “graus de escolaridade do adotado em 2012”, aprofundaremos esse olhar no item seguinte.

Figura 13 – Gráfico com as respostas dos adotados sobre o seu sentimento de aceitação na instituição escola



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Tendo a escola a função de reproduzir e assegurar as relações sociais desiguais do modelo de sociedade, como afirma Sousa (2012), os adotados foram questionados sobre o sentimento de aceitação nessa instituição. Quando computados os resultados (Figura 13) a maioria (65,5%) informou que foram bem aceitos na escola; 17,2% se diziam *mais ou menos* aceitos; 10,3% *não* se sentiram aceitos; e 6,9% *não opinaram*.

Ao relacionar o *sentimento de aceitação na instituição escola* com a relação *Você teve problemas de discriminação por ser negro?* conforme a Tabela 24, 100% dos que responderam que *não* foram bem aceitos na escola afirmaram problemas com discriminação racial por ser negros; os aceitos "*mais ou menos*" 80% afirmaram que foram discriminados e; 20% assumiram não terem sido discriminados. Aqueles que afirmaram terem sido bem *aceitos*, 57,9%, relataram problemas com discriminação racial por serem negros. 15,9% disseram *não terem sido discriminados* e 26,3% *não opinaram*.

Tabela 24 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o seu sentimento de aceitação na instituição escola

O adotado sempre se sentiu bem aceito na escola?	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
Mais ou menos	20,0%	-	80,0%	100,0%
Não	-	-	100,0%	100,0%
Sem resposta	-	50,0%	50,0%	100,0%
Sim	15,8%	26,3%	57,9%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Assim como o sentimento de integração, o de aceitação pela escola apresenta aparente divergência quando visto pelos percentuais, o que leva a supor que esse sentimento, também, pode estar dependendo de outros fatores que não somente a discriminação por ser negro.

A seguir, colocações de Pica-Pau e Sabiá, duas das entrevistadas, quanto a sentimentos de discriminação na escola:

Para Pica-Pau, o processo de discriminação começou cedo na escola; assim, relata fatos que marcaram, profundamente, sua infância na escola: “na escola, nos trabalhos de equipe, ou mesmo para jogar futebol, escolhia primeiro as pessoas conhecidas, depois eles me colocavam de lado, porque eu não era como eles, eu não era branco.”

Ao entrar na escola as crianças lhe insultavam, ofendiam, discriminando-a pela cor, causando-lhe uma grande mágoa. No colégio a situação piorava, seu sofrimento aumentava cada vez mais, um sentimento de dor lhe provocava um fechamento em si mesma, tornando-a uma pessoa ruim.

Sousa (2012, p. 166) afirma que “as funções exercidas pelo sistema escolar respondem à exigência de reproduzir e de assegurar as relações sociais desiguais do modelo de sociedade em que vivemos.” Baratta (2002, p. 172), seguindo o mesmo sentido, coloca que:

O sistema escolar que vai da instrução elementar à média e à superior, reflete a estrutura vertical da sociedade e contribui para criá-la e para conservá-la, através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização.

Fonseca e Pimenta (2012 apud SOUSA, 2012, p. 164-165) sinalizam que:

[...] no Brasil, [...] o interior dos estabelecimentos de ensino reproduz incessantemente o quadro de desigualdades social. Uma maneira de

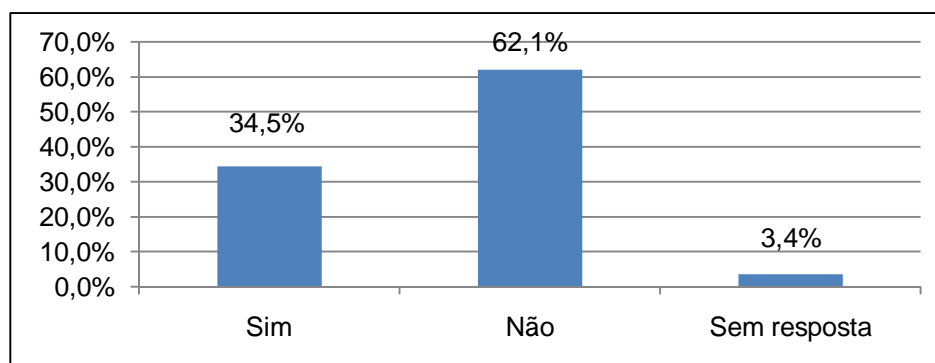
constatar esta desigualdade, principalmente por conta da discriminação do tipo racial e do preconceito existente seria acompanhar a evolução dos indicadores de alfabetização, anos escolaridade, permanência da população negra, por exemplo, que apresentam uma grande discrepância em relação aos brancos³³.

Augé (1994apud SOUSA, 2012, p. 167) nos diz que a dificuldade de acolher e conviver com as diversidades culturais apresentadas pelos estabelecimentos de ensino e pelos profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo escolar transforma a instituição escola em um lugar de não prazer que dificulta a criação de elo de identificação com o ambiente. Sendo assim, percebe-se que a trajetória de sucesso ou fracasso de crianças e adolescentes pertencentes aos estratos sociais estigmatizados e criminalizados depende, muitas das vezes, em muito do tipo de atitude dos profissionais, com relações a aceitá-las e a mantê-las na escola.

Polli (2008 apud SOUSA, 2012, p.167), ampliando as colocações, destaca que:

Esse processo, que aparenta ser uma forma muito peculiar de ajuste da origem social a determinados destinos sociais dos indivíduos, está atrelada a um modelo de controle social perverso, de contenção de populações consideradas 'perigosas', fato que não apenas seleciona e reproduz as estruturas sociais, mas que também legitima visões de mundo, condições sociais degradantes e representações sociais que criminalizam e punem indiscriminadamente o outro.

Figura 14 – Gráfico com a participação dos adotados em grupos nas cidades onde moram



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

³³Para Sousa (2012, p. 165), “o Relatório das Desigualdades Raciais no Brasil, produzido pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais (LAESER) do Instituto de Economia da UFRJ demonstra essa desigualdade escolar.” Ademais, para o IBGE (2010 apud SOUSA, 2012, p. 154), “quando se comparamos indicadores educacionais para brancos, pretos e pardos, também se percebe uma redução das desigualdades entre os grupos, mas, no que diz respeito à média de anos de estudo e à presença de jovens no ensino superior, em 2009 os pretos e pardos ainda não haviam atingido os indicadores que os brancos já apresentavam em 1999. Além disso, no ano passado, as taxas de analfabetismo para as pessoas de cor ou raça preta (13,3%) e parda (13,4%) eram mais que o dobro da taxa dos brancos (5,9%).”

Questionando sobre a integração dos jovens adotados na Europa, sua participação em grupos sociais na cidade de moradia, 62,1% responderam que *não* participam de grupos sociais; 34,5% participam; e 3,4% não opinaram.

Entrecruzando essas informações quanto à participação em grupos sociais com ser discriminado por ser negro, conforme a Tabela 25, dos adotados que não interagem com grupos sociais na sua cidade 16,7% não foram discriminados; 55,6% foram discriminados e 27,8% não opinaram. Os que interagem com algum grupo, 80,0%, assumiram que tiveram problemas com discriminação; 10,0% não e 10,0% não opinaram.

Tabela 25 – Relação entre a existência de problemas de discriminação por ser negro e o adotado pertencer a algum grupo na sua cidade

O adotado pertence a algum grupo na sua cidade?	Você teve problemas de discriminação por ser negro?			Total
	Não	Sem resposta	Sim	
Não	16,7%	27,8%	55,6%	100,0%
Sem resposta	-	-	100,0%	100,0%
Sim	10,0%	10,0%	80,0%	100,0%
Total	13,8%	20,7%	65,5%	100,0%

Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Os dados sugerem que ser discriminados por ser negro independe da categoria relativa a pertencer a algum grupo social da cidade de residência.

Como entender o sentimento de pertencer, de se sentir integrado e passar por altos índices de rejeição causada pela discriminação racial? Mais uma vez afirmo que assim como o sentimento de integração, o de aceitação e o de pertencimento a grupos sociais faz supor que esse sentimento, também, pode estar dependendo de outros fatores.

Os dados revelam a discriminação por ser negro como um núcleo duro que permanece na sociedade europeia. Neste sentido, Fanon (1980, p. 154) lembra que:

Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal... negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais.

Quadro 4 – Relação entre a discriminação por ser negro e variáveis

Variável	Relação – Discriminação por ser negro
Idade em 2012	Medida em que as faixas etárias elevam a revelação de ter sofrido problemas com discriminação aumenta, indicando talvez amadurecimento de consciência de ser negro em uma sociedade europeia.
Já passou por algum constrangimento	Independente das categorias da variável “ <i>Já passou por algum constrangimento</i> ” o fato de <i>discriminado por ser negro</i> torna-se uma tônica
O adotado se sente integrado no país em que mora?	Há uma aparente divergência que sinaliza para que o sentimento de integração pode estar dependendo de outros fatores que não seja, somente, a discriminação por ser negro.
Escolaridade	O processo de discriminação por ser negro perpassa por todos os “graus de escolaridade do adotado em 2012”,
Aceitação na escola	O Sentimento de aceitação pela escola apresenta, também, divergência quando visto pelos percentuais, o que nos leva a supor que o mesmo, também, pode estar dependendo de outros fatores que não seja, somente, a discriminação por ser negro.
Participação em grupos na cidade onde mora	Assim como os anteriores o sentimento de integração, o de aceitação e o de pertencimento a grupos sociais nos leva a supor que esse sentimento, também, pode estar dependendo de outros fatores que não seja, somente, a discriminação por ser negro.

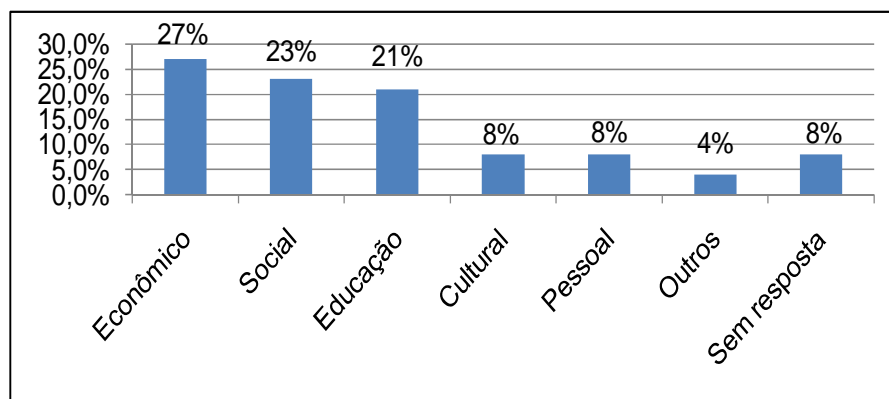
Fonte: autoria própria.

Instigada com relação à constatação de que o sentimento de integração, o de aceitação e o de pertencimento a grupos sociais pode estar dependendo de outros fatores que não a discriminação por ser negro³⁴, resolvi buscar, no banco de dados, referências para entendimento da colocação. Assim, recorro às variáveis 29 e 30, por conterem informações quanto a fatores, positivos ou negativos, do ponto de vista do jovem ou adulto adotado, por estarem ou não morando no Brasil.

As categorias – econômica, social, educação, cultural, pessoal, outros sem resposta – estão relacionadas às expressões de sentimento positivo de viver no país em que foi adotado, conforme a Figura 15.

³⁴ Ver Quadros 2, 3 e 4.

Figura 15 – Gráfico com as considerações positivas de estar em outro país que não é o Brasil



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Quanto aos fatores positivos³⁵ foram citadas as categorias, econômica, social, educação, cultural, pessoal, sem Resposta e outros. Sendo que 27% consideraram a situação econômica como fundamental seguida de situação social (23%) e da educação (21%) que somam 71% das respostas. Somente 8% das respostas consideram positivas as questões culturais e também 8% aspectos pessoais; 8% não opinaram e 4% deram outra resposta.

Os fatores segurança econômica, social e a educação, em conjunto, têm uma grande representatividade junto aos adotados. As categorias- identidade, mentalidade, clima, cultura/língua, pátria/nacionalidade, questões sociais, nada negativos e sem resposta estão relacionadas às expressões de sentimento negativos de viver no país em que foi adotado.

³⁵Econômica - Ter o direito de ser criança e ser jovem, poder ser verdadeiramente criança, sem problemas com dinheiro (ÁGUIA).

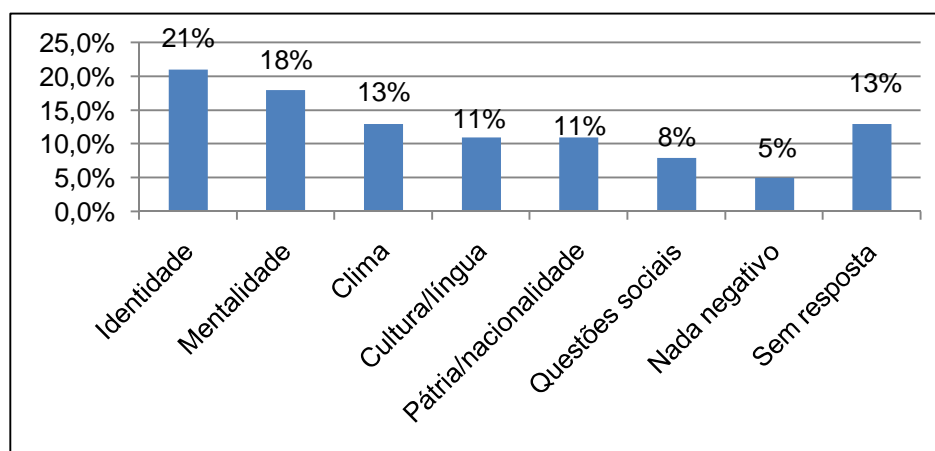
Social - Eu comecei a trabalhar agora, é um bom emprego, seguro, vou me mudar para outra casa com minha esposa (UIRAPURU).

Educação - Meus pais me deram a melhor educação. Eu não seria educado como eu sou hoje se não tivesse os meus pais que me adotaram (ROUXINOL).

Cultural - Tenho duas nacionalidades e duas culturas diferentes e às vezes me identifico mais com uma, às vezes mais com outra (GAIVOTA).

Pessoal - Aqui a situação é melhor para estudar, para morar (UIRAPURU).

Figura 16 – Gráfico com as considerações negativas de estar em outro país que não é o Brasil



Fonte: elaborada a partir de dados de entrevistas e questionários – 2011-2012.

Quanto aos fatores negativos³⁶ foram citadas as categorias identidade, mentalidade, clima, cultura/língua, pátria/nacionalidade, questões sociais, nada negativos e sem resposta. Sendo que quase 40% das respostas aponta o problemas com a identidade (21%) e com a mentalidade (18%) como negativos. O clima frio foi considerado com negativo por 13% das respostas. Aspectos ligados à cultura/língua e nacionalidade/pátria foram citados com 11% cada. 8% das respostas citaram questões sociais como negativo. 5% não encontravam nada negativo e um número relativamente alto (13%) não opinou.

Os fatores identidade e mentalidade têm peso entre os apontados como negativos. No geral, esses fatores citados, tanto os positivos como os negativos, podem estar influenciando a tomada de decisão dos adotados, e não só a discriminação por serem negros.

³⁶Identidade - De um lado acho bom, de outro lado, a criança vai questionar sua identidade e vai querer saber por quê (ÁGUIA).

Mentalidade - Tratando-se de adoção de crianças brasileiras na Europa é de fundamental importância que os pais adotivos compreendam a cultura e a mentalidade brasileira (PINHEIRO).

Clima - A Bélgica, um novo país, menor, mais frio (PICA-PAU).

Cultura/língua - Que não tem esclarecimentos, não conta histórias sobre Brasil, sobre a origem cultural. (PAPAGAIO).

Pátria/nacionalidade -Tenho duas nacionalidades e duas culturas diferentes e às vezes me identifico mais com uma, às vezes mais com outra (GAIVOTA).

Questões sociais - As crianças que têm dificuldades na escola causam muitas dificuldades na família também (HORTÊNSIA).

7 CONFLITOS IDENTITÁRIOS NA FALA DE JOVENS ADOTADOS

Para analisar os principais conflitos identitários que foram identificados como recorrentes durante o processo da pesquisa, trago falas dos pesquisados e as comento, organizados em três tópicos, a saber: relação com a adoção e com os pais adotivos; sentimento de pertença e busca das origens; vivências de discriminação étnico-racial.

7.1 RELAÇÃO COM A ADOÇÃO E COM OS PAIS ADOTIVOS

De modo geral, os jovens se posicionam de maneira favorável à adoção, ao tempo em que se sentem agradecidos aos pais adotivos e ao fato de terem sido adotados. Não deixam, porém, de pontuar seu desagrado quanto a desconhecer sua família biológica e/ou o país onde nasceram, como nesta fala de um deles: “Para mim a adoção tem mais lado positivo que negativo; a única coisa negativa é que eu não fui criado no país de onde eu vim” (UIRAPURU). E, embora admita conhecer pouca coisa sobre o Brasil, este mesmo jovem arrisca algumas impressões sobre o país e sobre os brasileiros, declarando:

Eu não pude aprender muito da cultura brasileira, eu só conheço um pouco, pois não fui criado com ela, de vez em quando eu acho uma pena que eu não cresci no Brasil, não aprendi a língua direito. As pessoas no Brasil têm uma forma de viver, que nos meus olhos são mais alegres, vivem o momento, passam muito tempo juntas, eu sinto falta disso, desse amor, desta maneira de viver, onde um ajuda o outro, o dividir mesmo quando as pessoas não têm muito. (UIRAPURU).

Agier (1999), em suas experiências e pesquisas realizadas na Bahia-Brasil, vê nas comunidades que pesquisou o mesmo espírito de solidariedade percebido por Uirapuru em relação ao Brasil. O autor ressalta que as relações sociais nas comunidades pobres, sofridas são de ajuda mútua, pois uns tomam conta dos filhos de outros, acompanham doentes nas idas ao médico, dividem espaços de residência com aqueles que precisam, partilham alimentos, além de festejarem juntos, trabalharem em mutirão, dentre outras práticas que revelam uma vida solidária.

Outros adotados também se referem a essa diferença entre o jeito de ser brasileiro, em relação ao europeu. Assim, Pavão e Rouxinol, jovens que decidiram voltar a viver no Brasil, trazem essa questão da interação social como fator que influenciou na sua escolha do país de moradia.

Eu acho que o que me faz prazer aqui no Brasil é o jeito de ser, quer dizer o jeito da alegria de viver, o jeito de gostar de brincadeira, o jeito de ser sempre alegre e o jeito de sempre gostar de conversar com pessoas, sempre conhecer outras pessoas. Isso faz a diferença entre nós brasileiros e qualquer outro país. (ROUXINOL).

No depoimento abaixo, Uirapuru continua falando sobre sua adoção e sobre o Brasil, começando por deixar bem claro que o fato de ter sido adotado significou muito para ele, uma “sorte”, sobretudo em termos de “chance na vida”.

Eu tenho muita sorte de ter sido adotado, porque eu não sei como seria a vida no Brasil; eu venho de um lugar muito pobre e não teria chance no Brasil. Aqui meus pais me criaram com muito amor, e também sempre deram o melhor de tudo para mim. Queriam que eu estudasse, tivesse um bom trabalho. Fui criado com cinco irmãos, quatro deles também são adotados. Os meus pais [adotivos] são boas pessoas que decidiram ajudar crianças que não tinham chance na vida. Eles fizeram isso no Brasil, e nós tivemos a sorte de vir para cá. O lado positivo da adoção é que aqui eu sou alguém que poderia chegar longe na vida, consegui muitas coisas boas, e essa chance eu não teria no Brasil, aqui a situação é melhor para estudar, para morar. (UIRAPURU).

Já Cegonha, quando fala da relação com sua mãe adotiva, deixa transparecer algum grau de conflito, com o qual já consegue conviver melhor, com o passar do tempo. Vejamos como ela define a relação com sua mãe adotiva, na fala a seguir:

É uma segunda mãe. Antes a gente discutia muito. Quando saí de casa, as relações ficaram melhores; a gente se fala melhor. Talvez porque me tornei mãe, ela avó. As relações não são mais as mesmas que antes; a gente conversa melhor e tem alegria em se encontrar. A gente não chega a falar dos nossos sentimentos. (CEGONHA).

Ela diz que, apesar do silêncio entre as duas, ama muito sua mãe, embora não consiga lhe dizer, com palavras. A mãe também, segundo Cegonha, tem muito amor, e não consegue dizer.

São relações em que não falar de amor filial, não falar do processo de adoção pode deixar alguma mágoa, manchando a relação entre pais e filhos adotivos.

Eu tenho muitas lembranças que não são muito boas. Eu senti logo que eu não era o mesmo. Eu senti quando cheguei, eu tinha 4 pra 5 anos. Senti logo; na cor da pele, não era a mesma coisa. E depois eles mentiram. [...] Eu tinha uma barreira. De verdade eu tinha um vazio. Quer dizer minha mãe não era uma mãe carinhosa, ela não dava beijos como todas as mães do mundo [...] Eu não tinha ninguém que me desse informação, e eu queria saber. Eu que perguntava sempre e queria saber mais. Minha mãe adotiva fazia um muro entre ela e meu nascimento em Simões Filho. (PICA-PAU).

A fala abaixo, de Canário Belga, traz uma justificativa das relações entre pais e filhos adotivos, pelo menos no caso dele, a qual seria por causa das diferenças existentes entre europeus e brasileiros. Assim, ele afirma que brasileiros e europeus têm jeito diferente de demonstrar seus sentimentos e emoções:

Ela fez o que ela pôde. Ela não era mãe feliz. Ela não é desse gênero. Eles não são como aqui, que as pessoas se abraçam todo tempo. A gente não mostra os nossos sentimentos. Às vezes a gente se divertia, mas nós somos muito diferentes; não temos os mesmos gostos, a gente não vê as pessoas da mesma maneira, a gente não se parece. (CANÁRIO BELGA).

No texto acima, o jovem Canário Belga coloca sua percepção a respeito das diferenças entre brasileiros e europeus, deixando transparecer o quanto se sente de “lá” e de “cá”, inclusive no uso de “eles” e “a gente” para dirigir-se aos alemães. Trata-se, portanto, de conflitos identitários velados/revelados que marcam e cuja demanda é virem a ser compreendidos por esses jovens, que anseiam ter mais explicações sobre seu passado, sua vida anterior à adoção, como revela Coruja, quando traz esse desabafo:

Não conheço ninguém que não teve conflito com os pais. Tudo tem a ver com isso, pois ninguém nunca ajudou a eles [jovens]. Eles têm conflito com isso, e isso tem a ver com os pais adotivos. Sobre a minha vontade de querer saber sobre minha situação eu sempre tive vontade, e isso tem a ver com os pais adotivos. Quase a minha vida toda eu quis sempre saber de onde eu sou, quem eu sou, quem é minha vida, eu me preparei para saber quem eu sou, quem é a minha mãe verdadeira; eu procurei, não encontrei; eu fui no Brasil. Dentro de mim eu estou em paz, fiz tudo para saber, eu não estou com raiva porque não conheci, não estou com raiva da minha mãe verdadeira, isso já é uma ajuda, saber quem eu sou, meu país. Eu posso viver com as duas culturas dentro de mim, aqui eu só tinha uma imagem, sem saber como era e tive oportunidade de conhecer [o Brasil]. Uma grande coisa é quando você olha um ponto, você sabe tudo, mas não consegue chegar, e tem sempre esta pergunta; vai ser sempre como uma porta que está fechada, mas falta uma chave para abrir esta porta. (CORUJA).

Entre acusar e defender (compreender) pais adotivos pelos conflitos dos jovens, Coruja termina esta fala acima trazendo uma imagem forte da ausência de informações sobre si, sua família, sobre o país em que nasceu: “[...] você olha um ponto, você sabe tudo, mas não consegue chegar... uma porta que está fechada, mas falta uma chave para abrir esta porta.” Discutindo a inter-relação entre memória e identidade, Candau (2011) diz que uma se nutre da outra e, quando a memória se perde, a identidade, individual e coletiva, entra em conflito. Isto a que o autor se refere pode ser observado nessa fala de Coruja, onde demonstra sua mágoa, até mesmo culpabilizando os pais adotivos, a quem, segundo ela, caberia oportunizar o acesso sobre informações acerca de parte significativa de sua história de vida. Ela também fala dessa falta de acesso a informações sobre si, sobre sua família, como se vê na seguinte fala:

A gente não tem identificação, isto é muito difícil na adolescência de se identificar, se não se tem uma boa relação com a família adotiva. Para mim é muito triste que eu não sei se tenho irmãos, qual é o tamanho de minha família. É muito negativo se os pais adotivos não oferecem a possibilidade de conhecer os pais biológicos. (EMA).

Quando Ema fala a respeito dessas questões, diz da sua dificuldade de relação com os pais, associando ao seu desejo de conhecer a família biológica, algo que lhe parece mais complicado na fase da adolescência e que dificulta sua própria identificação. Por outro lado, Águia vê mais positividade que negatividade na sua adoção, que lhe traz mais autonomia e maior segurança material, econômica, logo, despreocupação em relação ao seu futuro e ao de seus filhos.

A condição de adotada me deu mais futuro, mais liberdade material, mais possibilidade de estudo, ter voz e exprimir minhas ideias livremente, não ter medo que um dia eles vão me expulsar. Ter um futuro, ter filhos e poder financiar a vida das minhas crianças. Ter o direito de ser criança e ser jovem, poder ser verdadeiramente criança, sem problemas com dinheiro. (ÁGUIA).

Esta autonomia, adquirida no país de adoção, faz a jovem se indignar por ter de estar sempre demonstrando confiança e se mostrando agradecida, por estar em um lugar em que muitos outros na sua condição gostariam de ocupar. Compreende, neste sentido, o significado que ela tem na vida da mãe adotiva.

Posso mostrar que tenho educação luxemburguesa, mesmo tendo a cor preta, mas posso mostrar que tenho inteligência e também o amor pelos pais adotivos. Não é como a dos pais biológicos. A confiança deve ser sempre mostrada às pessoas da família, cada dia tem que provar e agradecer de estar aqui. Também se perguntam por que ela e não outra pessoa, e ver através das fotos muitas crianças sofrendo, porque elas e não outras estão aqui [...]. Meus pais queriam ter filhos e não podiam, antes era muito difícil, mas agora eu compreendo sua decisão. Eles sustentaram sempre nossas dificuldades e nunca nos abandonaram mesmo nas situações complicadas. Eu agradeço agora, pois não foi fácil, mas eles suportaram em todos os momentos, mesmo com problemas na escola, eles consideram aquilo que somos, nos fazendo acreditar que podemos sair das dificuldades, sempre ao lado da gente, dando força. (ÁGUIA).

O afastamento dos filhos de seus pais biológicos diante do abandono, fruto da ineficácia do Estado e ausência de políticas públicas, segundo Peiter (2011) deveria ser antecedido de alguns cuidados e proteção, a fim de evitar essas incompreensões, faltas por parte de quem é adotado, sobretudo nos casos de adoção internacional. A autora pondera que a adoção internacional traz mais dificuldades para o adotado, pelas distâncias geográficas, linguísticas, étnicas e

culturais que envolvem a mudança de país, causando estranheza e dificuldade de inserção (PEITER, 2011).

A compreensão de Águia dirige-se, igualmente, a sua família biológica, que teve que tomar a difícil decisão de renunciar a criá-la como filha, passando essa responsabilidade e prazer para outras pessoas, desconhecidas, distantes.

Eu aprendi a aceitar de ser abandonada como bebê. Acredito que se você ama alguém, e que pode melhorar a vida dessa pessoa, e a pobreza impede isso, o melhor para educar uma criança é entregar para adoção. Não tenho sentimento negativo pela minha mãe, tento compreender o sistema do Brasil e a situação das pessoas que doam seus filhos para adoção. De um lado acho bom, de outro lado, a criança vai questionar sua identidade e vai querer saber por quê. Se os pais conseguem adotar filhos, for seguro de si mesmo, e aceitar isso, é possível e é também bom. (ÁGUIA).

Para Rouxinol, a sua adoção foi e é muito importante, justificando assim seu posicionamento a respeito: “meus pais me deram a melhor educação. Eu não seria educado como eu sou hoje se não tivesse os meus pais que me adotaram.” (ROUXINOL).

Na fala a seguir, encontra-se a opinião de outro jovem, indicando aspectos positivos da adoção, relacionados à educação e ao trabalho, somando sua voz a de outros tantos que, como ele, desejam encontrar suas origens. De modo que ele conclui, com muita convicção, com uma fala muito parecida com a de outros pesquisados, pois afirma que “um dia eu vou achar minha família”.

Eu comecei a trabalhar agora, é um bom emprego, seguro, vou me mudar para outra casa com minha esposa, ela trabalha muito, não é fácil. Ela tem dois empregos, trabalha dois turnos, ela acorda às 4 horas da manhã, mas nós corremos atrás, conseguimos uma vida juntos e vamos ter crianças um dia, mas primeiro ela quer se formar. Eu sou feliz aqui, mas falta um pedaço na minha história, que é minha família. Com fé em Deus um dia eu vou voltar, e procurar melhor, talvez alguém pode se lembrar. Um dia eu vou achar minha família. (UIRAPURU).

Em suas falas, alguns jovens fazem referência às razões pelas quais foram adotados, do que sabem a respeito de sua família biológica; mencionam, ainda, o que acham da decisão de adotar filhos, como exemplificado nos dois relatos, ambos de Falcão, que seguem:

Os meus pais adotivos me falaram que minha mãe biológica não tinha condições financeiras de me criar, aí os meus pais adotivos já queriam adotar crianças. Eu tenho mais dois irmãos que também são adotados. O primeiro tempo eu fui ver minha mãe biológica na casa dela, mas depois não fui mais, eu nem sei dizer por qual motivo; na primeira vez eu estava bem desgostoso da vida, não sei se foi porque eu vivia em Luxemburgo. Tem pessoas que conseguem fazer essas mudanças, tem pessoas que não. Sinceramente, pelo que eu vivi, se alguém me perguntar se eu iria

adotar uma criança, eu diria que não, eu acho que é muita mudança para a criança. (FALCÃO).

Já Gaivota, para falar de sua própria adoção, de sua relação com a família adotiva, traz também questões que analiso nos tópicos seguintes, como, por exemplo, a questão da “dupla nacionalidade” e da discriminação; tudo isso demonstra o que significa, para ela, ser brasileira adotada por pais estrangeiros.

Quando olho para minha história de adoção, acho normal, pois o assunto em minha casa sempre foi tratado de forma aberta. Na escola e na vida social nem sempre foi compreendido pela diferença de cor da pele. Entre mim e a família adotiva, tudo é harmonioso, essa forma de convivência se tornou rica nessa relação multirracial. Tenho duas nacionalidades e duas culturas diferentes e às vezes me identifico mais com uma, às vezes mais com outra. Através da minha adoção ganhei uma perspectiva de vida. (GAIVOTA).

Garrinchinha parece equilibrar bem seus sentimentos, pois diz gostar de viver na Alemanha, mas também gosta do Brasil.

Ter sido adotada foi uma chance para mim, eu era uma criança muito doente. Para mim a minha família está aqui, na Alemanha, meus amigos estão aqui também, mas eu também gosto do Brasil, lá as pessoas são muito abertas, se eu tiver condições eu quero ir ao Brasil de novo. Eu sempre quis conhecer as pessoas do Brasil, mas não queria ir como turista; por isso fui trabalhar no projeto social, eu gosto de morar na Alemanha, mas também gosto de morar no Brasil; a vida é muito diferente, mas foi uma boa chance eu ter vindo morar aqui, ter sido adotada. Eu espero que muitas crianças tenham essa oportunidade também, eu penso que a adoção é boa, quando uma pessoa não tem pai, mãe ou outros parentes. (GARRINCHINHA).

Em sua entrevista, Falcão falou também do amor que sente por seus pais adotivos; ele que decidiu voltar e hoje mora no Brasil, mas não deixa de se sentir filho dos pais que o adotaram.

Teve um tempo que eu não tinha contato nenhum com meus pais adotivos, mas agora a gente está se aproximando aos poucos de novo; eu sinto saudades deles e gosto deles, muitas vezes quando eu estava com raiva eu não queria aceitar que gostava deles, mas agora eu percebo que eu gosto deles mesmo, eu fico muito feliz quando recebo mensagens deles, como no ano novo, que recebi mensagem. (FALCÃO).

Mas, nem sempre foi assim. Vejamos seu próximo relato:

Eu sentia raiva dos meus pais; uma vez que eu viajei para Alemanha e quando eu cheguei a porta estava trancada, eu me senti abandonado de novo, por causa disso tive depressão. Eu deixei boas amizades lá, mas eu sempre escrevo para eles para ouvir notícias deles. (FALCÃO).

Outras situações bem relevantes são os relatos de quem não convive bem com os pais adotivos, por terem sido enganados, por desconhecerem a verdade não dita sobre a sua história de vida, casos de omissão sobre a família biológica. Em um determinado momento na história da adoção, se negavam completamente as

possibilidades de ter informações sobre os pais biológicos, para evitar problemas como arrependimento desses pais e desejo de querer reaver o filho dado em adoção. “Eles mentiram para nós. Que nós não tínhamos mais irmãos, mais pais, nem família, que o Brasil tinha terminado para nós.” (PICA-PAU).

7.2 SENTIMENTO DE PERTENÇA E BUSCA DAS SUAS ORIGENS

Um aspecto que chama atenção neste estudo é a insatisfação dos jovens pesquisados em relação a seu pertencimento a um país - aquele onde nasceu -ou a outro - aquele onde passou a viver por força da adoção internacional. Igualmente, a maioria dos jovens demonstra insatisfação, também, pelo fato de não conhecerem seus pais biológicos. Dessa maneira, sua identidade nacional é permanentemente questionada, seja pelo próprio jovem que vivencia o conflito identitário, seja por seus outros: amigos, colegas, familiares, etc.

Os brasileiros se comportam diferente do que eu me comporto; eu sei que nasci aqui [no Brasil] e cresci na Alemanha, mas não me sinto livre, não me sinto nem brasileiro, nem alemão. Neste momento, se existisse uma palavra para isso seria um afro-alemão. Acho que isso combina comigo. (PAPAGAIO).

Querer saber quem são seus pais e irmãos biológicos emergiu sempre nos relatos durante a pesquisa, tornando-se algo muito expressivo nas informações prestadas por eles. O desejo de retornar ao Brasil, para encontrar seus familiares é, portanto, uma expectativa que eles revelaram nos encontros que mantivemos.

Quando fui adotado, quando cheguei na Bélgica, isso me traumatizou, mexeu muito comigo. Eu não sabia porque eu estava lá, porque tinham me levado de um país ensolarado para um país temperado. Eu tive muitas respostas: Para ter uma vida melhor. A Bélgica, um novo país, menor, mais frio. Eu não tenho nada a dizer. Eu sou como um rei aqui. Mas é aqui no Brasil que eu me sinto em casa. É meu país, é minha casa. Eu sempre falei de mim aqui. A Bélgica foi uma oportunidade, uma sorte, mas jamais neguei meu país; sempre falo do meu país. Me faço sempre perguntas. Eu queria saber de onde eu vinha. (PICA-PAU).

Uma consequência natural é sentir-se pertencendo a dois países diferentes – eu me sinto um alemão brasileiro, um afro-alemão, ou “sou brasileiro alemão” -, três coisas distintas, embora parecidas. Pela Constituição Federal do Brasil, o brasileiro adotado por estrangeiros possui dupla nacionalidade. (1988) Vejamos o que diz Uirapuru sobre seu pertencimento e sobre a busca das suas origens.

Eu me sinto um alemão brasileiro, os meus pais são de lá, eu gostaria de conhecer minha família, mas eu fui entregue sem nome, sem endereço, meus pais me deixaram na frente de um projeto, e eu sinto falta de saber quem são meus pais biológicos, quem são meus irmãos, esse é um lado muito triste; por outro lado, eu tenho minha família aqui, e é uma família ótima (UIRAPURU).

A questão da diferença acaba aparecendo, misturada a outras questões, destacando-se a do desejo de saber suas origens. O jovem adotado por pais estrangeiros, ao morar numa terra distante de seus pais biológicos, se dá conta de que, apesar de ter “tudo”, de se sentir um rei - “Eu sou como um rei aqui” - como diz Pica-Pau, falta-lhes algo; e isso incomoda, isso interfere em sua vida. Mas, o que lhes falta? Na opinião de Coruja e de Saracura,

Os meninos sempre falam dos problemas que eles têm aqui na Alemanha com a cor da pele e discriminação racial. Eles têm medo durante quase toda a vida. A maioria tem grandes, muitos problemas de identidade. Eles não sabem de onde chegaram! Isso é problema aqui na Alemanha: se uma criança foi adotada sempre vai ser um problema conviver com as diferenças, Eles chegam de um mundo diferente de onde eles nasceram; isso é um problema grande. Eu acho que independente dos que eles falam, querem, eles têm vontade de saber de onde eles chegaram, de onde eles vieram; isso ninguém pode mentir, sempre qualquer situação na vida vai chegar um ponto, que vai sempre pensar sobre isso de novo. (CORUJA).

Mas existe muitas coisas que me deixam infeliz. Eu penso que minha vida está no Brasil. Eu não sei se talvez eu me engano. Isso me faz muita falta. Eu não conheço, mas isso me faz muita falta, de saber quem eu sou verdadeiramente. Às vezes eu sei e às vezes não. Existe algo em mim que eu não consigo encontrar a calma. Eu gostaria de encontrar, eu penso que isso só é possível se eu retorno ao Brasil. O Brasil me faz muita falta; eu não conheço, mas imagino que me falta isso. (SARACURA).

Com o tema da adoção abordado na maioria das novelas de maior audiência no Brasil, esse dilema de não conhecer seu passado antes da adoção, de ter o fato negado pelos pais, sempre é fonte de sofrimento, de angústia, pra jovens adotados. Quando a adoção é internacional, parece que o problema aumenta, na medida em que se instala no seio das relações vivenciadas pelos jovens uma marca de cor, de corpo, de jeito de ser que não é comum no meio em que passa a conviver. Mon (mãe adotiva) defende a ideia de que é importante, quando adulto, restabelecer o contato com os pais biológicos:

Hoje eu defendo a ideia de que as crianças, a partir dos 18 anos ou 20 anos, deveriam se encontrar uma vez com os seus pais biológicos, se possível. Eu vejo que muitos deles estão buscando suas raízes e isso é muito importante para eles. Por isso nós temos uma organização que luta contra o parto anônimo, pois achamos que toda criança tem o direito de encontrar os pais biológicos quando estiverem adultos. ((MON mãe de João de Barro, Beija flor e Cardeal).

Quando encontram os pais biológicos, os adotados conseguem realizar um sonho bastante antigo, e consideram isso uma grande sorte, que outros ainda não tiveram: “de ter vindo aqui é uma grande sorte. De ter descoberto minha família, de descobrir onde e como eles vivem e como, e onde eu mesmo tinha vivido. Eu tinha uma apreensão.” (PICA-PAU).

Sentindo a falta de informações sobre si próprio, sem passado, procuram um culpado por sua desdita, sentem-se excluídos da decisão sobre seu destino, sobre seu futuro. Quando uma criança deve ser adotada por pais estrangeiros que a levarão para longe e para sempre, deve-se deixá-la conviver algum tempo no país de origem, em sua terra natal. Para os que conseguem retornar, retomar esse passado, trata-se de algo muito significativo, segundo Papagaio, que teve a oportunidade que tantos desejam, mas só poucos conseguem.

Eu não tenho informações, não fui criado desta forma; sou tipicamente alemão, o que é horrível. Vida da criança, que ela podia, deveria ter vivido a saiu desta vida para viver outra vida. Que não podia nem pode participar da decisão, o que é lógico. Que não tem esclarecimentos, não conta histórias sobre Brasil, sobre a origem, cultural, tudo; acho também se pais adotam crianças, levam para outro país, acho isso muito negativo. Eu pessoalmente adotaria uma criança, mas ficaria 100% no país, tentaria ficar e viver os primeiros anos, para que a criança tenha uma base cultural. Eu deveria mesmo saber em que condições eu (a gente) poderia ter sido criado. Significa muito para mim conhecer o Brasil, porque então não tinha ideia de onde eu vim. (PAPAGAIO).

O retorno ao Brasil é comentado pelos jovens que a sorte favoreceu e retornaram, passando a morar nos pais em que nasceram.

Agora eu tenho um passado, agora eu posso olhar para minha história, agora eu tenho uma história, não sou mais uma pessoa sem passado; onde antes não tinha nada, agora tenho algo. Na Alemanha eu tinha mais problemas psicológicos. E aqui [no Brasil] aprende-se a conviver com a inquietação que eu tenho dentro de mim. Me sinto mais calmo mesmo, nas últimas semanas me senti para baixo ainda, mas estou com sentimentos positivos. Felizmente me informei sobre o Brasil antes de vir, então o que eu imaginei também é verdade. Eu sabia como o Brasil é, mas o que não imaginei é como as pessoas do Brasil são. As pessoas são muito diferentes do que eu imaginei. Eu tinha recebido uma visão que tudo é muito pobre, eu só tinha uma visão preta e branca, ou é muito pobre ou é muito rico. Mas percebi que existem coisas intermediárias. (PAPAGAIO).

Com seu olhar estrangeiro, falam como são os brasileiros, como são as relações sociais e relações interpessoais no Brasil, como as pessoas os veem, em sua aparência física, as impressões que provocam quando passam pelas pessoas, os impactos que causam quando chegam em algum lugar, de lá e daqui.

E, por que voltar a viver onde nasceu é tão importante para eles? Falcão voltou e fala do seu retorno, de forma bem positiva, apesar de enfrentar, hoje, problemas com a sua sobrevivência, sem trabalho, sem documentos, sem boas perspectivas de futuro. Porque voltaram a viver no Brasil, sentem-se mais fortes, mais seguros, dizem eles:

Quando a gente mora muito tempo em um lugar, para sair não é fácil. Eu saí de vez; dei um pulo na água gelada e sem saber o que me esperava. Minha avó [adotiva] acha que isso que eu fiz não foi errado não, mas ela acha que eu deveria ter me programado melhor. Eu voltei para procurar mais pessoas e ter mais informação também, hoje eu estou vendo as consequências dos meus erros. Hoje minha vida é especial eu fiquei mais forte, mais seguro de mim mesmo, depois que voltei para o Brasil. Eu posso afirmar que o Brasil é meu país. (FALCÃO).

Ele continua falando, como se vê abaixo, do que já conseguiu e do que ainda precisa conseguir pra se estabilizar aqui no país.

Eu quero ficar aqui no Brasil porque eu tenho muitas coisas daqui, eu me sinto melhor aqui; eu não vou mentir, aqui tenho muitas dificuldades, tem coisas que pra se conseguir aqui é difícil, lá seria mais fácil aqui tenho que trabalhar mesmo, mas eu estou bem motivado de conseguir minhas coisas. Eu tenho três anos aqui, só tenho carteira de identidade, preciso fazer outros documentos. (FALCÃO).

Para Rouxinol, que hoje mora no Brasil, essa volta foi determinada pelo racismo, que apesar de não aparecer na escola, sempre o acompanhava nas ruas por onde andava. Então, pode-se dizer que ele não voltou, ele teve que voltar, pois já não mais suportava as manifestações de intolerância, de discriminação no seu cotidiano.

Meu nome é Rouxinol, tenho 28 anos, sou adotado e venho da Alemanha; moro hoje em Canindé, sertão do Ceará. Está com oito anos que eu voltei para meu país. Estudei na Alemanha, tenho escolaridade até o segundo grau completo. Não estudei mais porque sempre tive a vontade de voltar para meu país, minha terra natal para ajudar, eu acho e eu tenho feito uma pequena parte, para fazer diferenciar, para fazer o nosso país melhor. Voltei para o Brasil porque infelizmente tive muitos problemas de racismo na minha cidade e isso deixou me sentir sempre um pouco diferente dos outros, o jeito que o povo olhava para mim. Na minha escola, graças a Deus, não foi assim; graças a Deus fiz muitos amigos na escola, eles me respeitavam, me conheciam melhor e por isso me respeitavam mais do que as pessoas que não me conheciam e sempre achavam 'ah, é um baixinho, moreno. Nós não podemos confiar nele.' Na Alemanha com toda certeza eu percebia isso. Sempre quando eu chegava perto de pessoas para conversar e eles não me conheciam eles estranhavam a minha presença, não entendiam que eu só queria conversar com eles, porque nunca tinha antes conversado com eles. Aí eles não gostavam. Aí foi uma das razões porque eu voltei para o Brasil. Aqui, nós no Brasil, graças a Deus, não temos estes problemas de comunicação [...] Com certeza foi uma das melhores decisões que eu tomei, de voltar ao meu país de origem, porque aqui nem todo mundo olha para mim porque eu sou baixinho, moreno, porque aqui todo

mundo já é moreno, baixinho, todo mundo gosta de brincadeira; eu me sinto, com certeza, mais feliz com isso. (ROUXINOL).

Os que ainda não voltaram relatam as razões que os impedem de tomar a grande decisão que mudaria sua vida. Águia, por exemplo, receia que a decisão de voltar abale sua estabilidade econômica, a relação que mantém com sua família adotiva e, assim, não se diz forte o suficiente para enfrentar as consequências que o retorno definitivo provocaria em na vida que tem hoje.

Ainda me sinto jovem e não estou preparada para ir ao Brasil. Tenho sentimento de que eu ainda tenho uma missão aqui, não quero abandonar ainda Luxemburgo. Tenho medo de que se eu vou ao Brasil vai mudar a relação com os meus pais; isso pode mudar minha vida, minha estabilidade, não sou ainda forte para me questionar sobre minha existência. Talvez quando eu tiver filho. (ÁGUIA).

7.3 VIVÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A identidade racial se destaca como mais um aspecto que distingue os jovens pesquisados de colegas, amigos, familiares, no país da Europa onde moram com seus pais adotivos; a exceção ocorre quando a família adota mais outro filho ou filhos brasileiros. Sendo assim, quase sempre, o jovem adotado é o único negro na família que o adotou, na turma de Colégio e em grupos sociais onde se insere, trazendo o que é sintetizado da seguinte forma por Papagaio: “na Alemanha, um problema muito grande para mim foi a cor da pele e o cabelo”.

A pesquisa demonstra que, nessas relações inter-raciais, a escola serviu de modelo de exclusão para muitas crianças, e a sua formação escolar é menos qualificada que a de filhos biológicos das famílias que os adotaram, provocando uma série de problemas, inclusive de encontrar equilíbrio emocional e social. Uma mãe adotiva confirma essas dificuldades, sobretudo na escola, dizendo o seguinte:

As crianças que têm dificuldades na escola causam muitas dificuldades na família também, por isso eu penso que, nos anos que nós adotamos não tinha nenhuma preparação para adotar uma criança. Hoje eu acho muito importante informar à família o que eles devem esperar, e informar que talvez esta criança tenha sequelas, que ela traz desde que estava na barriga da mãe, e que pode ser que ela não seja como uma criança que vem de uma família normal. (MON).

Referindo-se a racismo, a intolerância, mas começando pela discriminação por ser adotada, por ter nacionalidade nem brasileira nem luxemburguesa, Águia conclui o relato a seguir, mencionando quanto é difícil ser a única não branca, entre brancos, e o que faz para amenizar sua situação.

O racismo e a intolerância das pessoas porque não tenho pais biológicos. As pessoas sempre colocam que eu não tenho identidade verdadeira, sentimento, sem passado. Perguntam sempre por que os meus pais me abandonaram e de não ser nem brasileiro nem luxemburguês, ter a pele morena. Não ter a mentalidade de um branco é muito difícil. Mesmo se falo luxemburguês, a intolerância é uma coisa muito complexa. O caminho que eu fiz até aqui foi para que possa ter mais afirmação. (ÁGUIA).

No relato abaixo, ela faz referência ao racismo, discriminação, especificamente na escola.

Não me sentia bem era a única preta na escola, e tive problemas de adaptação, não tive muitos colegas, eles cuspiam em mim. Estava fisicamente muito desenvolvida, tinha corpo de mulher e sempre tinha muita maturidade. Tinha professores com muitos preconceitos, tinha sempre alguns sentimentos de não ser aceita, mas a educação era muito severa, isso me deu muita força para superar algumas coisas e vencer essas dificuldades, não deixava me abater. (ÁGUIA).

Ela não teve forças para combater as injúrias, ofensas verbais, ser cuspidinha no rosto pelos coleguinhas na escola e desqualificada por pessoas da própria família. A escola foi para ela um lugar de tortura. Não suportando passar por humilhações racistas, abandonou a escola e teve pouco êxito nesse período. As ofensas continuaram durante toda a adolescência e, mais uma vez, ela não teve ânimo para continuar estudando, resultando em muitos prejuízos para sua vida. As possibilidades de trabalho também foram comprometidas, se submetendo a empregos de baixa qualificação.

Segundo Munanga (2009), a discriminação foi e é uma experiência do cotidiano para os jovens adotados, a desvalorização do negro está além do racismo doutrinário, das ideias; ela está na prática de vida e na ação do colonialista, que tem em seu conjunto de condutas adquiridos na infância, na educação, a estrutura sólida da personalidade colonialista, incorporada nos gestos e nas palavras.

Os jovens, como a seguir, falam de suas vivências com a discriminação étnico-racial, focalizando a que ocorre no espaço escolar.

Na escola só tinha eu e mais um menino negro, as pessoas não sabiam como viver com isso, aí se construiu o preconceito. Eu conheci alguns adotados que também tiveram situações parecidas, mas tem pessoas que se sentem bem lá, e nem querem saber de onde vêm. (FALCÃO).

Canário Belga e Pica-Pau são irmãos biológicos e foram adotados pela mesma família de belgas. Eles descreveram algumas experiências da infância que lhes marcaram, dentre elas situações de discriminação racial sofrida na escola, por colegas e professores, em função de serem diferentes. “Na escola, nos trabalhos de

equipe, ou mesmo para jogar futebol, se escolhia primeiro as pessoas conhecidas; depois, eles me colocavam de lado porque eu não era como eles e eu não era branco.” (PICA-PAU).

Ele relata que sentiu diferença no tratamento dado a ele e às crianças belgas. Na escola alguns professores não se preocupavam com ele. Na hora do recreio os colegas não queriam jogar com ele porque era diferente, tinha outra cor de pele.

A gente vê logo que não é do país, a primeira vista pela cor. E depois tem todas as outras questões. De onde você vem? Seus pais são daqui? Sua mãe é branca? Seu pai é mestiço? Por exemplo, em uma boate é permitido entrada com paletó e alguém vem com traje esportivo. Ele é excluído, é uma espécie de lei, existem certos critérios para ter acesso à entrada. Então, aqui, ninguém vai perguntar de onde eu venho. (CANÁRIO BELGA).

Em uma carta, SABIÁ relata seu sofrimento quando criança, adolescente e uma parte de sua juventude; ela diz o seguinte:

Tive uma pequena infância feliz, fui amada pelas pessoas e pelos amigos. Alguns membros da família não me achavam inteligente. Ao entrar na escola as crianças me insultavam, ofendiam, e me discriminavam pela cor. Eu era uma vítima perfeita, não era agressiva. As ofensas me magoavam profundamente. Tinha alguns colegas que defendiam e outros me agrediam. No colégio a situação piorava, se tornando difícil conviver com essa situação de insultos. Nenhum rapaz se aproximava de mim. Isso provocou uma dor, eu me fechei em mim mesma e me tornei uma pessoa ruim, na tentativa de que me deixassem em paz. Por conta dessas situações, eu abandonei a escola, perdi o ano escolar. Eu me encontrava perdida em mim mesma e tinha a impressão de que jamais ia me encontrar como pessoa. (SABIÁ).

Os fatos relatados por Canário Belga, Pica-Pau e por Sabiá contam histórias de discriminação étnico-racial com repercussões negativas nas suas vidas, como fica bem evidenciado no relato feito por Sabiá.

Nos relatos a seguir, trato do ocorrido com Rouxinol, um jovem que voltou a morar no Brasil. Rouxinol apresentou dificuldades de aprendizado na escola, e sua família adotiva contou no encontro que tive com eles, sua justificativa para o que chamaram de fracasso, por parte de Rouxinol, por não alcançar os resultados esperados na vida escolar, comparado com os filhos biológicos do casal.

O pai adotivo, então, atribui esses insucessos às diferenças entre a mentalidade do brasileiro e do alemão e refere-se ao grau de exigência, de expectativa dos pais adotivos que não podem ser muito altas, por causa das supostas diferenças de mentalidade.

Tratando-se de adoção de crianças brasileiras na Europa, é de fundamental importância que os pais adotivos compreendam a cultura e a mentalidade brasileira; eles devem ter conhecimento, 'background' sobre o Brasil, e devem saber qual é a origem e o meio social das crianças brasileiras. Além disso, é importante que os pais alemães ou europeus não tenham expectativas altas demais; não podem pressupor que as crianças podem ser educadas conforme normas alemães e terem a sua formação. (ERC, pai de ROUXINOL).

Em seguida, ele explica como lidar com a inferioridade cultural, menor inteligência dos brasileiros, em relação aos europeus.

Diferentes culturas se encontram, diferentes mentalidades, e é necessário construir nesta situação o melhor que se pode. Isso é muito importante. Além disso, as crianças não devem ser sobrecarregadas. Especialmente foi observado e constatado, depois que eu adotei as crianças e acompanhei a vida deles, que podem surgir diversos problemas. Tenho experiência com vários casos de adoção e sei que a maioria das crianças brasileiras na Alemanha foram sobrecarregadas na escola. A maioria teve a formação escolar básica simples, a formação de maior qualificação escolar era muito raro para as crianças brasileiras na Alemanha. Isso porque simplesmente a inteligência, nas exigências da profissão, eh...deve constatar que muito poucas crianças ingressaram em profissões mais altas, acadêmicas, se eles conseguiram encontrar uma profissão conforme seus interesses, conseguiram trabalhar bem e serem felizes. (ERC, pai de ROUXINOL).

Ele continua a defender sua tese em relação à suposta falta de preparo inato do brasileiro para o sucesso, em comparação com o europeu, especialmente o alemão. Suas afirmações guardam algo de superioridade racial e de raça pura, em contraposição a raças inferiores e degeneradas, conforme o darwinismo do século XIX.

O que chamou atenção é que as diferenças na mentalidade, as diferenças na cultura se mostraram como maior dificuldade. E eu aprendi que o europeu ou o alemão muito direcionado para o trabalho, o sucesso (Leistungsorientiert), quer organizar tudo de forma boa, com perfeição, e os brasileiros e sua mentalidade não têm esta preferência. Eles reagem conforme a situação, eles buscam a solução no dia (onde o problema aparece) e não pensam, como nós alemães, muito sobre o futuro. Estas são grandes diferenças e numa sociedade de exigências e sucesso; criam-se problemas na Alemanha quando se tem estas características e não se atende esta expectativa no seu perfil. Na minha experiência isso foi o maior problema. (ERC, pai de ROUXINOL).

A mãe de Rouxinol também trouxe alguns relatos, para provar a diferença entre o filho adotivo e o filho biológico. Seu relato, de modo geral, segue a mesma linha defendida pelo marido.

Existe muita diferença entre os filhos biológicos e os filhos adotados. Eu penso que, no mínimo, 90%; e 10% a gente faz com a educação. O rapaz, por exemplo, nunca quis fazer esforço para ter bons resultados na escola, ou na sua profissão, apesar de ser inteligente. Ele se sente sempre como

um brasileiro. Enfim ele decidiu viver no Brasil. Ele diz que é sua pátria e não quer mais voltar. Ele diz que ele é brasileiro. A filha adotiva se esforça muito para ter êxito na escola. Mas foi difícil porque ela não é muito inteligente [...] Ela também já foi ao Brasil. Ela disse que o Brasil lhe agrada muito, mas não quer morar no Brasil. Ela quer viver na Alemanha, é melhor para ela. Entre os irmãos e as irmãs tudo vai bem, apesar de ser um pouco complicado; os outros filhos biológicos têm um alto nível de educação. Apesar de tudo foi uma oportunidade para os outros que vivem na nossa casa, eu penso. De um modo diferente, todos os dois se tornaram felizes. (CR, mãe de ROUXINOL).

Também nas relações afetivas, conta Águia, que viveu o preconceito, e tentou superar, como diz:

Tive namorados brancos, mas os pais deles não aceitavam, pois eu era preta, preconceitos dos pais, mas sempre fui segura de mim mesma, sempre gostei de ter contanto com muitas pessoas e viver minha juventude. E isso me fez bem. (ÁGUIA).

Segundo ela, na Europa, sofreu bastante com o preconceito, mas conseguiu construir uma defesa, procurou levar na brincadeira, não tomar as ofensas como racismo ou discriminação: “eu sou uma pessoa que não gosto de ficar com raiva, de me estressar, então, certas coisas eu levo na brincadeira.” (ÁGUIA)

Uirapuru é mais um jovem que enfrentou a discriminação e, hoje, segundo ele, não tem mais problemas quanto a isso:

Quanto à questão da segurança, eu sou negro, e aqui na Alemanha tem pessoas que não aceitam e dizem que você é estrangeiro, mas os meus pais me criaram com uma personalidade muito forte, para enfrentar estes problemas com força. Agora eu não tenho mais problemas em ser diferente, ou problemas com a minha cor, eu tenho muitos amigos aqui. Eu me casei com uma brasileira que conheci lá no Brasil durante o tempo que eu fiz o serviço social, eu tenho uma vida muito feliz aqui. (UIRAPURU).

No grupo dos jovens que decidiram morar no Brasil, a pesquisa mostrou que existe uma insatisfação muito grande por parte desses jovens para continuar morando na Europa, e o que chamou mais atenção nos dois casos dos que retornaram ao país onde nasceram foi a discriminação étnico-racial. Em várias falas foi dito que houve sempre estranheza das pessoas na rua e agressões verbais direcionadas a eles, caracterizando um preconceito de cor. “O preconceito de cor se caracteriza na raiva irracional” de uma raça por outra. É pela cor que os homens são julgados, desprezados, ao tempo em que se afirmam na superioridade de uma e na inferioridade de outra (FANON, 2008).

Assumir a própria identidade, passando a ter mais consciência a respeito de si e dos outros, sem precisar se auto negar ou fugir dos seus atributos físicos em um país de brancos, significa se conscientizar também das diferenças e das distinções

atribuídas no âmbito da identidade étnico-racial. Os casos relatados pelos jovens falam de uma inferioridade e baixa estima, de preconceito de cor em situações que foram marcantes na sua vida.

Tudo isso traz consequências negativas e no caso de Rouxinol e Falcão, corroborou na sua decisão de voltar a viver no país de origem, na crença de reconstruir sua identidade e não sofrer discriminação e segregação racial entre os negros no Brasil.

Ficou evidenciado que, analisando as relações raciais no Brasil, a partir de seu olhar estrangeiro, alguns jovens afirmam que aqui todos são iguais, não há racismo, voltando a viver aqui, eles não serão vistos como diferentes.

Mas o que é importante e bonito, o que eu mais gosto daqui é que eu sou igual a todos, não como na Alemanha, onde chamo atenção, sou diferente. Assim sou automaticamente integrado na sociedade, fortalece a autoconfiança. (PAPAGAIO).

São falas que expressam mais um desejo de vivência no país; sem ter enfrentado tensões e conflitos de racismo no Brasil, eles cometem esse equívoco, influenciados pelo mito da democracia racial, pelas ideias de paraíso racial amplamente divulgado, inclusive fora do Brasil. Aqui, o racismo persiste como um fenômeno social, não pela justificativa dos fundamentos biológicos, mas vinculado às desigualdades sociais (SCHWARCZ, 1993).

7.4 CONFLITOS IDENTITÁRIOS E SUAS CONFIGURAÇÕES

Nos relatos dos jovens, portanto, há evidências de conflitos por eles serem negros, embora a maioria não se auto declare como tal, assim como por serem adotados e por terem nacionalidade europeia, mesmo tendo nascido no Brasil. De modo geral, os conflitos de nacionalidade, e também de natureza étnico-racial, não os impedem de enxergar os benefícios decorrentes da adoção para a sua vida, mencionando: oportunidade de estudar, trabalhar, estar assegurados enquanto cidadãos, possuírem certa estabilidade econômica, etc.

Por outro lado, como visto, sua condição os faz conviver com situações de constrangimento, de discriminação, de segregação, preconceito, no meio social em que vivem. Os jovens se queixam, ainda, de falta de alegria e de solidariedade nas relações, algo que acham que existe no Brasil.

A maioria deles possui situação econômica estável, vive em casa do familiar, casa própria ou alugada, tem certa segurança de trabalho (apenas dois fazem trabalhos temporários) e vêm muitas vezes ou até mesmo todos os anos ao Brasil. Nessas viagens, geralmente, procuram vivenciar e entender mais a cultura, buscar informações sobre a sua família biológica e sobre as possibilidades de voltar a morar definitivamente no Brasil.

Dos relatos dos jovens e das reflexões sobre esses relatos, é importante ressaltar que a escola deve ser um espaço de acolhimento social e tem como função a socialização, interação e formação integral do sujeito. É um espaço propício, ainda, ao aprendizado do respeito às diferenças e à diversidade sociocultural. No caso dos jovens pesquisados, ao contrário, a escola foi uma experiência de exclusão e discriminação. Muitos deles foram vítimas de discriminação étnico-racial na escola, foram constrangidos por professores e excluídos de atividades de grupo pelos colegas, algo que ocorre, frequentemente, também no Brasil.

Espaços como a escola, citados pelos jovens são, de certa forma, lugares de segregação, onde crianças brasileiras, negras e pobres, foram tratadas como inferiores, ignoradas no grupo, pelo fato de serem negras. Nas histórias de vida apresentadas na seção anterior, percebe-se que o racismo foi uma experiência dolorosa na vida da maioria dos jovens, que sentem na pele os efeitos das ofensas, traumas, provocando sentimentos contraditórios em relação a sua experiência de adoção por uma família diferente daquela na qual nasceu, levado para viver em um país distante e, muitas vezes, hostil. Assim, se viver no Brasil representava uma condenação de infelicidade, para alguns, não foi diferente na Europa, onde vivem após sua adoção.

As revelações feitas pelos jovens adotados sujeitos desse estudo não podem ser analisadas somente do ponto de vista pessoal, mas em dimensões humanas, sociais e culturais, do ponto de vista das desigualdades, das consequências do abandono.

Pude perceber, no decorrer da pesquisa de campo, que muitos jovens não se declaram negros, ou negam essa identidade étnico-racial; o fato de ter crescido em famílias brancas, em um país europeu, pode ter gerado um sentimento de inferioridade por ser negro, latino-americano, levando-os a negar sua cor/raça, a não assumir a sua negritude, no plano verbal. Para eles, pode haver a sensação,

consciente ou não, de não querer ver as diferenças, os preconceitos, provavelmente para não se ver no lugar de inferior, de subdesenvolvido.

A necessidade de parecer ter e adquirir um corpo aceitável faz muitos encontrarem a perfeição do corpo e se apresentarem naquilo que foi transformado, e não mais diferente. Segundo Santos (2000), Fanon (2008) e outros autores, é nesse corpo negro que esses jovens são humilhados, constrangidos por serem diferentes e inferiores, originários de um país miserável que descarta suas crianças, enviando-as para o estrangeiro, como solução dos problemas sociais do país.

Essa impossibilidade de se colocar frente ao outro torna as situações de convivência entre os grupos sociais um problema, segundo o qual os indivíduos são incapazes de compreender-se entre si, pois só se veem na alteridade e não na identidade. Isso que dizer que uma sociedade cheia de intolerâncias e racismo coloca os jovens negros adotados em constante evidência, exposição social, submetidos a uma constante especulação de ordens nacionalistas, obrigando a todo instante que sejam demonstradas suas referências de nacionalidade, quando os mesmos estão inscritos e documentados como sendo pertencentes ao local onde vivem (MORIN, 2005).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei compreender os conflitos identitários vividos por jovens brasileiros pobres e negros adotados por pais estrangeiros. Iniciei o estudo procurando me aprofundar no tema, a partir da leitura de obras que tratam da adoção e da adoção internacional. Isto porque, nos contatos mantidos com os jovens, apesar de considerarem sua adoção um fato positivo, deixavam transparecer uma grande insatisfação pelo fato de viverem apartados de sua terra natal e de seus pais biológicos.

Nesta primeira fase, também examinei o que a legislação brasileira dizia sobre o tema, entrevistei autoridades, mães biológicas e também alguns jovens, em visita ao Brasil, como fazem sempre que podem.

Embasada nas referências sobre adoção, e com esse envolvimento com o tema, acreditei que acolher uma criança em situação de pobreza, através da adoção, poderia ressignificar sua vida, amparar, oportunizar mais estudo e segurança no trabalho, confortá-la materialmente, enfim, uma possibilidade de vida melhor. Mas eles, sempre, traziam os incômodos da sua situação. Intrigava-me o dilema que eles diziam viver, querendo saber por que foram adotados e por que foram levados para tão longe, e para países com culturas tão diferentes das do Brasil.

Assim, senti necessidade de buscar referências que permitissem entender mais o ponto de vista dos sujeitos pesquisados no pós-adoção, suas crises de identidade por terem nacionalidade europeia, tendo nascido no Brasil, por serem diferentes dos brasileiros que vivem no Brasil. Esta abordagem, encontrei, sobretudo, em autores vinculados aos Estudos Culturais, que discutiam concepções de corpo, identidades, memória, referências teóricas também importantes para este estudo.

Minha identificação com esta pesquisa sobre os conflitos vividos pelos jovens brasileiros adotados por pais estrangeiros foi possível porque estou, ao longo de 13 anos, em convivência com estes jovens e me sensibilizei por ter as mesmas origens referentes ao país de onde vieram, estar na mesma sintonia do tema e poder mergulhar com a minha própria experiência e emoções implicadas no fenômeno da adoção.

Realizar esta pesquisa implicou duas idas ao exterior, em cinco países da Europa, retomar os contatos com os colaboradores da ACC e membros das organizações dos pais das crianças adotadas, com a finalidade de conversar com diferentes sujeitos envolvidos na adoção dos 29 jovens pesquisados. Neste processo, sempre prevaleceu a escuta, a observação, ao lado da aplicação de questionários, entrevistas, registros fotográficos, documentos, conversas informais, relatos de histórias vividas ou testemunhadas.

Foi muito importante entrevistar os jovens, pais, amigos, lá no país onde moram, conhecer a versão de pessoas com quem convivem, ver como vivem, o que fazem. As informações do campo transformei em histórias, um texto com lacunas, as mesmas que eles têm, especialmente sobre sua infância, antes de serem adotados.

As histórias mostram como se veem, o que pensam sobre si, sobre os familiares, sobre a adoção, seus sonhos e desejos, dificuldades... Eu própria, para compor essas histórias de vida, precisei rememorar o passado, trazer à tona lembranças associadas a seus conflitos, muitos deles omissos, escondidos, não revelados, tudo isso em conexão com a pobreza, abandono, discriminação, sofrimentos de várias ordens.

A pesquisa é uma tentativa de trazer à tona os dramas desses jovens e busca mostrar, também, algumas contradições envolvidas no fenômeno da adoção no país. De um lado, o Brasil pobre, subdesenvolvido dos anos 80, que encontrou na adoção uma forma de resolver os problemas sociais de crianças abandonadas; de outro lado, mulheres, geralmente inférteis, que buscavam crianças em várias partes do mundo para compor uma família, e que, levadas por motivos de impossibilidades biológicas e gestos solidários e altruístas, pretenderam, com a adoção, livrar-se de seus problemas e, ao mesmo tempo, salvar crianças abandonadas da morte, da fome e de outros males que acometem crianças na rua ou em abrigos, sem direitos fundamentais garantidos.

Levei em conta, para análise das informações obtidas durante o processo desta pesquisa, qualitativa, descritiva e etnográfica, três conflitos identitários, que sintetizam as principais questões a que os jovens fazem referência nos encontros que mantivemos: a relação com a adoção e com os pais adotivos; sentimento de pertença e busca das suas origens; e as vivências de discriminação étnico-racial.

O estudo mostrou que, de modo geral, os jovens se posicionam de maneira favorável à adoção, ao tempo em que se sentem agradecidos aos pais adotivos e ao fato de terem sido adotados. Não deixam, porém, de pontuar seu desagrado quanto a desconhecer totalmente sua família biológica e o lugar onde nasceram.

Sobre o sentimento de pertença e busca das origens, chama atenção o fato de esses jovens sem sentirem pertencendo a um país – aquele onde nasceu –, e também a outro – aquele onde passou a viver por força da adoção internacional. Dessa maneira, sua identidade nacional é permanentemente questionada, seja pelo próprio jovem que vivencia o conflito identitário, seja por seus outros: amigos, colegas, familiares, etc.

O sentimento, no caso, é de uma experiência diaspórica, que os deixa sem saber e sem entender como se deu essa transmigração e levando-os a se perguntarem e, quando nos encontramos, passam também a me perguntar: "sou daqui, ou sou de lá"?

Quanto a vivências de discriminação étnico-racial, são constantes na vida dos jovens brasileiros, negros e pobres sujeitos desta pesquisa, considerados diferentes em relação a colegas, amigos, familiares, no país da Europa onde moram com seus pais adotivos. Afinal, ele é o único negro na família que o adotou, na turma de Colégio e em outros grupos sociais onde se insere. Como exceção, temos casos em que a família adota mais outro brasileiro; já não se tem um, mas duas pessoas negras, na mesma situação.

Durante o processo, eles revelam como veem o Brasil, inclusive no que tange a preconceito, discriminação racial: "Aqui (no Brasil) ninguém me olha estranho". Em sua opinião, sua presença no Brasil não causa tanto estranhamento, "passam despercebidos", em meio à população com grande contingente de negros. Lá, no entanto, são sempre notados, estranhados. Aqui, sentem-se iguais; lá, se sentem diferentes.

Nos relatos dos jovens, portanto, há evidências de conflitos por serem negros, embora a maioria não se autodeclare como tal, assim como por serem adotados e por terem nacionalidade europeia, tendo nascido no Brasil. De modo geral, os conflitos de nacionalidade, e também de natureza étnico-racial, não os impedem de enxergar os benefícios decorrentes da adoção para a sua vida, mencionando:

oportunidade de estudar, trabalhar, estar assegurados enquanto cidadãos, possuírem certa estabilidade econômica, etc.

Por outro lado, sua condição os faz conviver com situações de constrangimento, de discriminação, de segregação, preconceito, no meio social em que vivem. Os jovens se queixam, ainda, de falta de alegria e de solidariedade nas relações, algo que acham que existe e é marcante entre brasileiros e no Brasil.

Dos relatos dos jovens e das reflexões sobre esses relatos, é importante ressaltar que a escola deve ser um espaço de acolhimento social e tem como função a socialização, interação e formação integral do sujeito. É um espaço propício, ainda, ao aprendizado do respeito às diferenças e à diversidade sociocultural. No caso de alguns jovens pesquisados declaram, ao contrário, a escola foi uma experiência de exclusão e discriminação. Muitos deles foram vítimas de discriminação étnico-racial na escola, foram constrangidos por professores e excluídos de atividades de grupo pelos colegas, algo que ocorre, também no Brasil. A pobreza tem sido o critério para as escolhas feitas por algumas autoridades Brasileiras, como opção, caminho mais fácil a seguir, nos casos das adoções. A Pobreza não deve ser o motivo para mães doarem seus filhos.

Os países desenvolvidos trabalham com famílias substitutas, o governo se responsabiliza pelas ajudas financeira, para aqueles que acolhem e ajuda cuidar e proteger as crianças que, porventura, estejam vivendo em situação de risco na companhia dos pais biológicos.

Na adoção internacional a transferência se faz em única direção de país pobre para país rico, ultrapassar essa barreira da intolerância seria poder olhar esse fenômeno como uma possibilidade de olhar a criança como um progresso da sociedade em que o caminho da adoção seria um evento de uma nova era, de crianças respeitadas, aceitas na fraternidade internacionalmente multicolor.

Os países ricos não oferecem seus filhos para adoção. Não existe movimento contrário de crianças europeias serem adotados por famílias brasileiras, Os países que respeita seu povo cria creches, escolas integral, espaços diferenciados para acolhimento de crianças.

Concluída a pesquisa, tenho consciência de que disponho de um banco de dados importante e que pretendo explorar mais adiante, compartilhar na vivência

com os jovens e suas famílias adotivas e biológicas, assim como organizações do Brasil e da Europa que atuam junto a esse público.

Para além do que foi realizado no âmbito desta tese, há muito para ser feito, para que se avance na mudança de paradigma e nas discussões sobre a adoção, inclusive, internacional. Nesta perspectiva, é possível vislumbrar a necessidade de realização de algumas ações, a saber:

a) formulação de políticas públicas, para que as famílias possam sobreviver dignamente, garantindo-lhes moradia, alimentação, saúde, educação, segurança e lazer;

b) fomento e apoio financeiro a famílias brasileiras substitutas, com qualquer grau de parentesco ou não, que queiram receber crianças em situação de risco social, segundo a Justiça da Infância e da Juventude, e;

c) acompanhamento de crianças e jovens brasileiros adotados em qualquer lugar do mundo, facilitando o acesso a documentos sobre seu histórico de vida, e sistema de atendimento para obtenção de informações e continuidade de vínculos com a família biológica.

Finalizo, na esperança de que cada vez mais se reconheça que uma criança é e será sempre um bem precioso para qualquer país que se lança para o futuro com projetos de inclusão social, aposta no crescimento e desenvolvimento em prol de sua população, tendo como horizonte maior o investimento em suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **L'invention de La ville**: banlieu, townships, invasions et favela. [Paris]: Archives Contemporaines, 1999.

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento**. [S.l.]: Dicionário de Direitos Humanos, [entre 2006 e 2014]. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 7. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999**. Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993. Brasília, DF, [1999]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 09 set. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75584>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CÁPUA, Valdeci Ataíde. **Adoção internacional: procedimentos legais**. Curitiba: Juruá, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 2.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Banco de teses**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CORREIA, Tássia. Perfil buscado por casais dificulta adoção de crianças. **Jornal A Tarde**, Salvador, p. A9, 12 out. 2011.

COTRIM, Gilberto. **História para ensino médio – Brasil e geral: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2002.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2007.

DAROS, Marília. Pertencimento: a memória material e imaterial que permanece em nós. **Gramma do Site**, [S.l.], 30 set. 2011. Disponível em: <<http://www.grammasite.com.br/cultura/historia/mariliadaros/id:31750>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FALCÃO, Hilcélia. Russos marcham contra a adoção. **Jornal A Tarde**, Salvador, 3 mar. 2013. Caderno Mundo, p. B11.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FONSECA, Claudia. Uma virada imprevista: o “fim” da adoção internacional no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 41-66, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção – doutrina e prática**: com comentários à nova Lei da Adoção Lei 12.010/09. Curitiba: Juruá, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 103-130.

_____. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção Acadêmica. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros; CAMPOS, Marden Barbosa. Auto ou alter-declaração? Uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_375.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa implicada**: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.) **Uma história do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: século XVIII-XX. São Paulo: Alameda; PUC Minas, 2010. p. 13-37.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, p. 356-372, 2. quad. 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

McGINNIS, Hollee et al. **Beyond culture camp**: promoting healthy identity formation in adoption. New York: Donaldson Adoption Institute, 2009. Disponível em: <<http://adoptioninstitute.org/publications/beyond-culture-camp-promoting-healthy-identity-formation-in-adoption/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MÉDICOS ILUSTRES DA BAHIA E DE SERGIPE. **Álvaro Pontes Bahia**. [S.l.], 14 jan. 2011. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/01/alvaro-pontes-bahia.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Direitos da criança e adoção internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de; NAVES, Rubens. Como tirar do papel os direitos das crianças “sem lar”. **Notícias**, Natal, 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.projetoacalantonatal.com.br/multimedia/noticias/268>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, [Presidente Prudente], v. 2, n. 14, p. 48-60, [2007]. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevista.fct.unesp.br%2Findex.php%2Fformacao%2Farticle%2Fdownload%2F645%2F659&ei=-7XbU_3RDqvLsATYooDwAg&usg=AFQjCNGBKnrjgH1cwbL1uq1waxvrwZYT-A>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MORIN, Edgar. **O método 5 – a humanidade da humanidade**: a identidade humana. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Mães que abandonam e mães abandonadas. **Além da adoção**, [S.l.], p. 4-5, out. 2011. Encarte Especial. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000958877d755a676a9f8>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

NEIDE, Margarida. Perfil buscado por casais dificulta adoção de crianças. **Jornal A Tarde**, Salvador, p. A9, 12 out. 2011.

NTAUMA, Agatha Manuel Teodoro. **Mecanismos “tradicionais” de proteção da criança órfã e vulnerável no contexto de HIV/SIDA**: caso do distrito de

Sussundenga. 86 f. 2007. Dissertação (Mestrado em População e Desenvolvimento) – Universidade EudurdoMondlane, Maputo, 2007.

OSÓRIO, Lícia Maria Teixeira; CANDIDO, Nathalie Carvalho. O parto anônimo e a nova lei de adoção: um estudo da filiação à luz da dignidade da pessoa humana. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 18., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONPEDI, 2009. p. 5221-5533. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2694.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PEITER, Cynthia. **Adoção – vínculos e rupturas**: do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni, 2011.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília, DF: IPEA; SPM; UNIFEM, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/terceiraedicao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Unesp, 1998. (Biblioteca Básica).

RUFINO, Silvana. Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial. **Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5873/0>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 maio 2000. Caderno Mais. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acesso em: 26 maio 2013.

SCHELGTEN, Carel. Manager Imdienst der armen. **Telecran**, Luxemburgo, p. 12-14, 9 nov. 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENADO FEDERAL. Decreto Legislativo n. 1, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. **Diário [do] Senado Federal**, Brasília, DF, 14 jan. 1999. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=129633&norma=151335>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SILVA, Maria Oneide Lino da et al. Etnografia e pesquisa qualitativa: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação. In: ENCONTRO, 2010, **Anais...** [S.l.]: UFPI, 2010. Disponível em:

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_15.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

SOUSA, José Nilton de. **DPCA**: tensões e contradições na política da criança e adolescente em Niterói. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em:

<http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/22/TDE-2013-03-11T072606Z-3569/Publico/JoseNiltonDeSouzaok.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

SOUZA, Florentina Silva. **Contra-correntes**: afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TRÉVENNEC, D'Geneviève André. **L'adoption internationale**: s'adapter ou renoncer? Suisse: L'Hèbe, 2008.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Pais e filhos por adoção: um amor conquistado. **Doutrina**, Porto Alegre, set. 2002. Disponível em:

<<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id190.htm>>. Acesso em: 10 maio 2014.

YNGVESSON, Barbara. Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. **Cadernos Pagu**, [S.l.], n. 29, p. 111-138, jul./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a06n29.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

APÊNDICE A – Questionário para os jovens adotados (língua francesa)

Questionnaire pour l'entrevue faite avec des jeunes adoptés par des familles européennes

- 1) Nom complet, adress, date de naissance et tel.: email
- 2) Age
- 3) Ville de résidence
- 4) Nom des parentes adoptifs
- 5) Ta couleur de La peau
- 6) Degré de scolarité:() primaire ()secondaire ()supérieur
- 7) Avec quihabitez-vous? () famille ()seul ()ami ()partenaire
- 8) Depuis combien de temps
- 9) Avez-vous dès informations sur vos parentes biologiques? oui () um peu ()non ()
- 10) A quel age avez-vous été adopté?
- 11) L'avez-vous su dès Le début? () oui () non
- 12) Comment vivez-vous votre situation d'adopté: () bien () mal () discriminé ()
- 13) Avez-vous déjà eu dès situations embarrassantes qui vous ont crée dès problèmes dans La vie?() Oui () non
- 14) D'où viennent ces situations embarrassantes?
- 15) Parlez-vous la langue de votre pays d'origine?() oui () um peu () non
- 16) Quels sont vos résultats scolaires? () bon () normal () mauvais
- 17) Connaissez vous Le Brésil? () oui () non
- 18) Quel était l'image que vous aviez Du Brésil avant d'y aller?
- 19) Quell'en estl'image maintenant?
- 20) Connaissezvous d'autres adoptés? () non () oui
- 21) Quels sont lês sentiments que vous sentez em elles/eux? () satisfaits () insatisfaits ()
- 22) Adopteriez-vous un enfant? () Brésil () Amérique Latine () France () Allemagne () Afrique () Luxembourg

HABITUDES SOCIALES

- 1) Qu'est CE qui vous semble positif dans le fait d'habiter un autre pays que Le Brésil ?
- 2) Qu'est ce qui vous paraît négative dans la même situation ?
- 3) Comment vous sentez-vous dans Le pays où vous habitez ? () bien () plus ou moins () mal
- 4) Vous avez eu des problèmes de discrimination pour être noir ? () oui () quelque fois () non ()
- 5) Vous sentez-vous intégré dans Le pays où vous habitez ? () oui () plus ou moins () non
- 6) Participez-vous à des activités dans Le cadre scolaire ? () oui () parfois () non
- 7) Vous êtes-vous toujours senti bien accepté à l'école () oui () plus ou moins () non
- 8) Faites-vous partie d'un groupe culturel ou social ? () oui () parfois () non
- 9) Vous êtes-vous toujours senti bien accepté dans les groupes sociaux que vous fréquentez ou que vous avez fréquentés ? () oui () plus ou moins () non
- 10) Participez-vous à une activité sportive dans Le cadre scolaire () oui () parfois () non
- 11) Participez-vous à des fêtes de famille, anniversaire des collègues, d'amis, de voisins ? () oui () parfois () non
- 12) Comment vous y êtes-vous senti () bien () normal () pas très bien
- 13) Avez-vous participé à une activité dans l'Eglise ? () oui () non
- 14) Fréquentez-vous un groupe dans votre ville ? () oui () non
- 15) Lequel ?
- 16) Faites-vous partie d'un réseau social sur internet ? () oui () non
- 17) Avez-vous d'autres frères ou sœurs adoptés ? () oui () non
- 18) Combien ?
- 19) De quels pays viennent-ils ?

- 20) Avez-vous ressenti une différence entre vous et vos autres frères ou sœurs adoptés ? Expliquez.
- 21) Connaissez-vous les motifs qui sont à l'origine de votre adoption ?
- 22) Quelle est votre relation aujourd'hui avec vos parents adoptifs ? () bonne () plus ou moins () mauvaise
- 23) Aimerez-vous connaître votre pays d'origine ? () oui () non
- 24) Quelles sont les informations que vous avez sur votre pays d'origine ?
- 25) Qu'est-ce que La pauvreté pour vous ?
- 26) Sachant qu'il y a de La pauvreté au Brésil vous y retourneriez ? Pourquoi ?
- 27) Qu'est-ce qui changerait en vous si vous retourniez dans votre pays d'origine ?
- 28) Quelles sont vos motivations pour connaître votre pays d'origine ?
- 29) Aimerez-vous connaître vos parentes biologiques?
- 30) Tu travail actuellement oui () non ()
- 31) Dans quelle fonction?

APÊNDICE B – Questionário para os jovens adotados (língua alemã)

FRAGEBOGEN 1 – für die adoptierten Jugendlichen

- 1) Vollständiger Name, Anschrift, Geburtstag u. Tel.: / e-mail
- 2) Alter
- 3) Wohnort
- 4) Name der Adoptiveltern
- 5) Hautfarbe
- 6) Schulbildung () Grundschule () Mittelschule () höhere Schule
- 7) Mit wem wohnst du? () Familie () allein () mit Freunden () mit einer Freundin
- 8) Seit wann?
- 9) Bekommst Du Nachrichten von Deinen biologischen Eltern?
- 10) In welchem Alter wurdest Du adoptiert?
- 11) Hast Du von der Adoption von Anfang an gewusst? () ja () nein
- 12) Wie fühlst Du Dich als Adoptierter () gut () normal () ausgesondert
- 13) Warst Du schon in Verlegenheit, die Dir Probleme brachte in Deinem Leben?
() ja () nein
- 14) Woher kamen diese Verlegenheiten / Peinlichkeiten?
- 15) Sprichst Du die Sprache von Deinem Ursprungsland? () ja () ein wenig
() nein
- 16) Wie ist Dein Profil in der Schule? () gut () normal () schlecht
- 17) Kennst Du Brasilien? () ja () nein
- 18) Welche Ansichten hattest Du bevor du Brasilien kanntest? (wenn Du schon wieder dort warst)
- 19) Und welche Ansichten hast Du jetzt?
- 20) Kennst Du andere Adoptierte? () nein () ja
- 21) Welche Gefühle spürst Du bei ihnen? () befriedigte () unbefriedigte
- 22) Würdest Du ein Kind adoptieren? () in Brasilien () Lateinamerika
() Frankreich () Deutschland () Afrika () Luxembourg

SOZIALE GEWOHNHEITEN

- 1) Was sehen Sie als positiv in einem andern Land zu sein als in Brasilien?
- 2) Was sehen Sie als negativ in dieser gleichen Situation?
- 3) Wie fühlen Sie sich in dem Land in dem Sie wohnen? () gut () mehr oder weniger () schlecht
- 4) Fühlen Sie sich integriert im Lande in dem Sie wohnen? () sim () mehr oder weniger () nein
- 5) Beteiligen Sie sich an einer Tätigkeit in der Schule? () ja () manchmal () nein
- 6) Fühlen Sie sich immer gut angenommen in der Schule? () ja () mehr oder weniger () nein
- 7) Beteiligen Sie sich an einer kulturellen oder sozialen Gruppe? () ja () manchmal () nein
- 8) Fühlen Sie sich gut angenommen in diesen sozialen Gruppen bei denen Sie mitmachen? () ja () mehr oder weniger () nein
- 9) Beteiligen Sie sich an einer Sportgruppe in der Schule? () ja () manchmal () nein
- 10) Beteiligen Sie sich an den Familienfesten, Geburtstagen der Kollegen, Freunde, Nachbarn () ja () manchmal () nein
- 11) Wie fühlen Sie sich dabei? () gut () normal () nicht sehr gut
- 12) Haben Sie eine Aufgabe in der Kirche? () ja () nein
- 13) Gehören Sie zu irgend einer Gruppe in Ihrer Stadt? () ja () nein
- 14) Zu welcher?
- 15) Beteiligen Sie sich an einem sozialen Netz durch das Internet? () ja () nein
- 16) Haben Sie andere Adoptivgeschwister? () ja () nein
- 17) Wie viele?
- 18) Aus welchem Land kommen sie?
- 19) Empfinden Sie einen Unterschied zwischen Ihnen und Ihren andern Geschwistern? Gib dazu eine Erklärung.
- 20) Kennen Sie die Gründe die zu Ihrer Adoption führten?

- 21) Wie ist Ihre Beziehung heute zu Ihren Adoptiveltern? () gut () mehr oder weniger () schlecht
- 22) Würden Sie Ihre leiblichen Eltern kennen lernen wollen? () ja () nein
- 23) Welche Informationen haben Sie über sie?
- 24) Was sehen Sie als Armut an?
- 25) Würden Sie nach Brasilien zurückkehren auch wenn Sie wüßten, daß es dort Armut gibt, warum?
- 26) Was würde sich bei Ihnen ändern, wenn Sie in Ihr ursprüngliches Heimatland zurück gehen würden?
- 27) Was würde Sie bewegen Ihr ursprüngliches Heimatland kennen zu lernen?
- 28) Würden Sie Ihre biologischen Eltern gerne kennen lernen?
- 29) Haben Sie einen Beruf erlernt?
- 30) Gehen Sie einer regelmäßigen Arbeit nach?

APÊNDICE C – Questionário para os jovens adotados (língua portuguesa)

- 1) Nome completo
- 2) Idade
- 3) Cidade onde mora
- 4) Nome dos pais adotivos
- 5) Grau de escolaridade () fundamental () médio () superior
- 6) Com quem você mora? () família () sozinho () amigos
() companheira
- 7) Desde quando?
- 8) Você tem informações dos seus pais biológicos?
- 9) Qual idade foi adotado?
- 10) Soube desde início? () sim () não
- 11) Como se sente na condição de adotado?() bem () normal
() discriminado
- 12) Já teve algum constrangimento que te criou algum problema em sua vida?
() sim () não
- 13) Tais constrangimentos vieram de onde?
- 14) Você fala a língua do seu país de origem? () sim () um pouco () não
- 15) Qual o seu perfil escolar? () bom () normal () ruim
- 16) Você conhece o Brasil? () sim () não
- 17) Que imagens você tinha antes de conhecer o Brasil?
- 18) E qual imagem tem agora?
- 19) Você conhece outros adotados?() não () sim
- 20) Quais os sentimentos você percebe nelas? () satisfeito () insatisfeito
- 21) Você adotaria uma criança?
- 22) () Brasil () América Latina () França () Alemanha
- 23) () África () Luxemburgo

HÁBITOS SOCIAIS

- 1) O que você considera positivo de estar em outro país que não o Brasil?
- 2) O que você considera negativo resultante desta mesma situação?
- 3) Como você se sente no país em que mora? () bem () mais ou menos () mal
- 4) Você se sente integrado no país em que você mora? () sim () mais ou menos () não
- 5) Faz parte de alguma atividade na escola? () sim () às vezes () não
- 6) Você sempre se sente bem aceito na escola? () sim () mais ou menos () não
- 7) Faz parte de algum grupo cultural ou social? () sim () às vezes () não
- 8) Você se sente bem aceito nos grupos sociais que frequentou ou frequenta? () sim () mais ou menos () não
- 9) Participava de algum grupo de esporte na escola?() sim () às vezes () não
- 10) Participava das festas de família, aniversários de colegas, amigos, vizinhos () sim () às vezes () não
- 11) Se sentia como se sentia?() bem () normal () não muito bem
- 12) Ocupou ou ocupa algum espaço na Igreja? () sim () não
- 13) Pertence a algum grupo na sua cidade? () sim () não
- 14) Qual?
- 15) Faz parte de alguma rede social por meio de internet? () sim () não
- 16) Tem outros irmãos adotados? () sim () não
- 17) Quantos?
- 18) Vem de que país?
- 19) Verifique alguma diferença entre você e seus outros irmãos? Explique.
- 20) Tem conhecimento dos motivos que os levaram a sua adoção?
- 21) Qual a sua relação hoje com seus pais adotivos? () boa () mais ou menos () ruim
- 22) Você gostaria de conhecer seu país de origem? () sim () não
- 23) Quais as informações você sabe sobre o seu país de origem?

- 24) O que você considera como pobreza?
- 25) Sabendo que no Brasil existe pobreza, mesmo assim você voltaria para cá?
Por quê?
- 26) O que modificou modificaram você quando de retorno ao seu país de origem?
- 27) O que te mobiliza a conhecer o seu país de origem?
- 28) Gostaria de conhecer seus pais biológicos?

APÊNDICE D – Questionário para os pais adotivos (língua francesa)

Entrevue pour les parentes étrangers

- 1) Nom complet
- 2) Nationalité
- 3) Etat civil () celibataire () marié () veuve
- 4) Formations professionnel
- 5) L' adresse
- 6) Depuis combien de temps êtes vous domicilié à cette adresse ?() 02 ans
() plus de 10 ans () plus de 20 ans
- 7) Combien d'enfants avez-vous
- 8) Combien d'entre eux sont adoptés ?
- 9) Pourquoi avez décidé d'adopter des enfants brésiliens ?() incapacité
() biologique () desir personel () solidarité
- 10) Avez-vous rencontré dès difficultés pendant les démarches d'adoption ?
() nom () un peu () beaucoup
- 11) Avez-vous dit La vérité sur l'histoire de l'enfant () nom () oui
- 12) Lesquelles ?
- 13) Avez-vous été soutenu par vos amis ?() oui () un peu () nom
- 14) Par une institution d'Etat, ou autre ?() oui () un peu () nom
- 15) Avez-vous senti une quelconque résistance parmi vos amis et voisins ?
() oui () un peu () nom
- 16) Quelles sont les joies d'une adoption ?
- 17) Quelles en sont les tristesses ?
- 18) Avez-vous parfois regrette d'avoir adopté un enfant ?() oui() parfois
() nom
- 19) Vous recommenceriez tout à nouveau ?() oui () nom (peut- être)
- 20) Avez-vous dit La vérité sur l'histoire de l'enfant? () oui () un peu() nom
- 21) Sentez-vous une différence entre vos enfants biologique et vos enfants adoptés ? () oui () un peu () nom

APÊNDICE E – Questionário para os pais adotivos (língua alemã)**FRAGEBOGEN 2**

- 1) Kompletter Name und Geburtstag u. Adresse u. Tel/e-Mail
- 2) Nationalität
- 3) Familienstand
- 4) Beruf
- 5) Seit wann wohnen Sie hier
- 6) Wie viele Kinder haben Sie?
- 7) Wie viele Ihrer Kinder sind adoptiert?
- 8) Warum haben Sie sich entschlossen brasilianische Kinder zu adoptieren?
- 9) Hatten Sie Schwierigkeiten im Adoptionsprozess?
- 10) Welche?
- 11) Hatten Sie Unterstützung von Freunden, staatlichen Institutionen oder andern?
- 12) Haben Sie irgend eine Art Widerstand von Freunden und Nachbarn gespürt?
- 13) Was sind die Freuden einer Adoption?
- 14) Was sind die Schwierigkeiten einer Adoption?
- 15) Haben Sie es bereut ein Kind adoptiert zu haben?
- 16) Würden Sie es wieder machen?
- 17) Haben Sie dem Kind die Wahrheit gesagt?
- 18) Bemerkten Sie Unterschiede zwischen Ihren eigenen und den adoptierten Kindern?
- 19) Ist Ihr Kind gut integriert in der Gesellschaft?
- 20) Hatte Ihr Kind in seiner Kindheit Schwierigkeiten mit seinen andern Kameraden?
- 21) Gab es viele Schwierigkeiten in der Pubertät?
- 22) Hat Ihr Kind Erfolg im Berufsleben?
- 23) Wenn nicht, welches waren die Gründe?
- 24) Haben Sie Interesse gezeigt die Geschichte ihres Kindes / Ihrer Kinder kennen zu lernen?
- 25) Haben Sie Ihr Kind ermuntert seine Familie in Brasilien zu suchen?
- 26) Ist Ihr Kind glücklich adoptiert zu sein?

27) Wie zeigt sich das?

APÊNDICE F – Questionário para os pais adotivos (língua portuguesa)

- 1) Nome completo
- 2) Nacionalidade
- 3) Situação civil
- 4) Há quanto reside neste endereço?
- 5) Quantos filhos têm?
- 6) Quantos filhos têm?
- 7) Por que decidiu adotar crianças brasileiras?
- 8) Enfrentou alguma dificuldade no processo de adoção?
- 9) Quais?
- 10) Teve algum apoio por parte dos amigos?
- 11) Instituição do estado, ou outros?
- 12) Sentiu algum tipo de resistência com os amigos e vizinhos?
- 13) Quais as alegrias de uma adoção?
- 14) Quais as tristezas?
- 15) Teve algum tipo de arrependimento por adotar uma criança?
- 16) Faria tudo de novo?
- 17) Falou a verdade sobre a história da criança?
- 18) Percebe diferenças entre os filhos biológicos e os adotados?
- 19) Seu filho é bem integrado na sociedade?
- 20) Teve dificuldades com os colegas na infância?
- 21) Teve muitos problemas na adolescência?
- 22) Teve êxito na vida profissional?
- 23) Se não, quais os motivos?
- 24) Manifestou desejo de conhecer sua história?
- 25) Incentivou alguma vez a procurar sua família no Brasil?
- 26) Seu filho é feliz na condição de adotado?
- 27) Quais as manifestações que comprovam?

APÊNDICE G – Questionário para os pais biológicos (língua portuguesa)

- 1) Nome completo
- 2) Nacionalidade
- 3) Situação civil
- 4) Data de nascimento
- 5) Endereço
- 6) Há quanto tempo reside neste endereço?
- 7) Qual a sua idade quando engravidou?
- 8) Conviveu com o pai da criança? () Sim () não () ou com a ou da mãe
- 9) Quantos filhos têm?
- 10) Quantos foram adotados?
- 11) Em que ano ele (a) foi adotada
- 12) Quantos anos tinha no momento da adoção
- 13) Por que decidiu doar seu filho (a) para adoção? () imaturidade () pobreza () falta de apoio () falta de moradia () abandono do pai
- 14) Qual foi seu sentimento no momento da entrega? () tristeza () solidão () alívio () chance de vida melhor para a criança
- 15) Teve algum apoio por parte dos amigos durante e após parto? () sim () não
- 16) Teve algum apoio do estado, ajudou em algum momento sua vida? () sim () não
- 17) Em algum momento se arrependeu de doado seu filho (a) () sim () não () às vezes
- 18) Alguém criticou seu ato de doar? () sim () não () um pouco
- 19) Tem notícia do pai ou da mãe criança? () sim () não () às vezes
- 20) O que aconteceu com o pai ou mãe/ () abandonou o lar () faleceu () não foi informado(a) sobre a existência da criança () não quis saber da criança
- 21) Em algum momento ele tomou ciência que você iria dar a criança para adoção? () sim () não
- 22) A família do pai ou da mãe soube que a criança estava indo para Europa? () sim () não
- 23) Qual o seu sentimento hoje? () arrependimento () saudade () tristeza () vazio () nenhum () fiz a melhor coisa () culpa

- 24) Tem algum contato ou notícia do seu filho/a () sim () não () às vezes
- 25) Se fosse hoje você faria da mesma maneira? () sim () não () iria pensar melhor

Comentário livre

APÊNDICE H – Roteiro da entrevista aos jovens

- 1) O que foi positivo na sua adoção
- 2) O que foi negativo na sua adoção

APÊNDICE I – Roteiro da entrevista aos pais estrangeiros (língua portuguesa)

- 1) Nome completo
- 2) Nacionalidade
- 3) Situação civil
- 4) Há quanto reside neste endereço?
- 5) Quantos filhos têm?
- 6) Quantos filhos têm?
- 7) Por que decidiu adotar crianças brasileiras?
- 8) Enfrentou alguma dificuldade no processo de adoção?
- 9) Quais?
- 10) Teve algum apoio por parte dos amigos?
- 11) Instituição do estado ou outros?
- 12) Sentiu algum tipo de resistência com os amigos e vizinhos?
- 13) Quais as alegrias de uma adoção?
- 14) Quais as tristezas?
- 15) Teve algum tipo de arrependimento por adotar uma criança?
- 16) Faria tudo de novo?
- 17) Falou a verdade sobre a história da criança?
- 18) Percebe diferenças entre os filhos biológicos e os adotados?
- 19) Seu filho é bem integrado na sociedade?
- 20) Teve dificuldades com os colegas na infância?
- 21) Teve muitos problemas na adolescência?
- 22) Teve êxito na vida profissional?
- 23) Se não quais os motivos?
- 24) Manifestou desejo de conhecer sua história?
- 25) Incentivou alguma vez a procurar sua família no Brasil?
- 26) Seu filho é feliz na condição de adotado?
- 27) Quais as manifestações que comprovam?

APÊNDICE J – Roteiro da entrevista ao juiz

- 1) Qual o papel do juiz no processo de adoção?
- 2) Senhor tem informações, documentos sobre a situação atual de adotados de crianças baianas adotadas por estrangeiros?
- 3) Pode disponibilizar?
- 4) O Senhor tem estatísticas (nº de crianças do período de 1980 a 2012 quem foram adotados por alemães, luxemburgueses, belgas e franceses)?
- 5) Que exigências foram feitas neste período referente à adoção?
- 6) O Senhor sabe que alguns deles têm voltado aqui em busca de informações sobre a família de origem? E que dados eles dispõem caso de ser solicitado da vara da criança ou de família?
- 7) Em caso positivo que informações dispõem caso queira encontrar as famílias de origem, se há um corpo de técnico que cuida dessas adoções no passado, se posso entrevistá-los, no sentido de saber como se procede?
- 8) O que o Senhor propõe para aprimorar este processo de adoção?
- 9) No caso da volta dos adotados, querendo se reinserir no seu país de origem, existe alguma estância do estado para recebê-los e orientá-los?
- 10) Numa escala de 0 a 10 quanto o Senhor acha que corresponde ao grau de satisfação quanto ao processo de adoção?

ANEXO A – Matérias de jornal sobre adoção internacional em Luxemburgo

Gerente a serviços dos pobres

Há 19 anos vive o merlenese Emile Wagner em Simões Filho, município brasileiro de 250 km² com 60.000 habitantes. O luxemburguês é padre, arquiteto, empresário de construção e assistente social ao mesmo tempo: Um gerente a serviços dos Pobres.

Texto e Fotos
CarelScheltgen

Quando Emile Wagner chegou em 1966 no recém-criado município Simões Filho, que tem para nossas compreensão um extensão gigante, existiam poucas empresas industriais, poucas casas e bairros. Mas Eugenio Araújo Sales, bispo da metrópole Salvador e hoje cardeal no Rio, previa o crescimento futuro e procurou padres missionários na Europa que podiam assumir a paróquia nova.

O papa Paulo VI tinha acabado de ordenar vários concludentes do seminário missionário de Löwen, entre eles Emile Wagner de Merl. Inicialmente era previsto que o Missionário de 32 anos iria trabalhar em São Paulo, mas logo aceitou de trabalhar numa paróquia ao lado da capital baiana Salvador.

Os primeiros 4 anos ele vivia de suas economias do tempo de engenheiro elétrico. Depois chegou pela primeira vez em Merl, onde ele apresentou seus projetos de construção. Foi criado uma associação com o Nome de “Les Amis de Pirajá”, que apoiaram o seu “Missionário” com remessa regulares de dinheiro.

Através de brechós, contribuições dos associados e doações (ex. enterros) garantem ao padre Emilio como ele é chamado no Brasil uma renda de 900,00 US dólares (cerca de 50.000 francos) mensalmente. Com isso ele paga uma domestica, uma ajudante para o serviços social, uma faxineira e uma catequista com meio expediente.

Isso é pouco para realizar os projetos de construção e Padre Emilio precisa outras doações, que possam suprir esta necessidade. Através da ação “Bridderlichdelen” ou “Misereor” ele consegue uma parte do dinheiro, a outra vem do fundo de desenvolvimento da União Europeia.

Tudo em autoria própria

Quando Emilio constrói, é feito um trabalho completo. Para economizar dinheiro ele treinou cinco trabalhadores. Assim como ele cria as plantas da construção ele também cuida da compra do material. Até agora ele construiu na sua paróquia duas igrejas e seis escolas.

O crescimento da população aumenta a necessidade de opções para formação. Padre Emilio tem um novo projeto: um centro social com salas de aula, cozinha, escritório e banheiros e um “dispensaire” onde devem ser tratadas crianças doentes. Uma medica jovem, que recebeu ajuda do Padre para sua formação, cuida da assistência medica gratuitamente. Como em outros centros escolares devem ser ministrados além dos cursos de Pré- escola e Primário, também curso para adultos e jovens sobre Higiene, Cozinha, Costura, Leitura, Redação, Preparação para casamento, Acompanhamento de mulheres grávidas e cuidados para crianças.

O projeto de 150.000 US Dólares está ainda parada por causa de fortes chuvas, que encharcaram o solo com água impedindo trabalhos de fundação.

Mas a Microempresa de Emilio não está parada. Enquanto não começam os trabalhos do centro social, eles estão ajudando no orfanato, cobrindo o dormitório para o parceiro alemão Frei Arnold Stock, que é responsável por uma espécie de casa de crianças com doze casas. Nesta casa irão morar crianças que estão fora de idade para adoção.

E isso é mais uma atividade de Padre Emilio, intermediar crianças para adoção. Há três anos o governo brasileiro regulamentou as regras sobre adoção de crianças órfã. Emile Wagner iniciou o apoio à adoção e possibilitou para cerca 40 crianças de encontrar novos pais.

Hoje Emilio gasta cerca a metade do seu tempo com adoções. O tempo que ele investe para conseguir novos pais para uma única criança é totalmente desproporcional em relação ao número de crianças abandonadas em Salvador. Varias dezenas de milhares crianças morrem na cidade de Salvador com 1,2 Milhões de habitantes. Mas Padre Emilio caminha até sangrar os pés e falar até ficar sem saliva para liberar crianças para a adoção. As entidades brasileiras trabalham em velocidade de tartaruga apesar da pobreza e da miséria, a burocracia é ainda maior do que aqui.

Padre Emilio não negocia crianças, pelo contrário, quando uma mãe o procura para lhe entregar seu filho, ele conversa com ela, ajuda com comida e manda ela para casa. Se assim mesmo ela quer entregar a criança, o padre Emilio a visita para checar a sua situação desesperada e somente assim ele aceita receber a criança. Além disso ele encontra crianças em hospitais, que foram deixados e abandonados. Também de orfanatos do Estado ele busca órfã nas, que ele interna às custas dele em orfanatos particulares, até os documentos de adoção estão regulados. Mas com isso o trabalho não termina. Conforme a legislação brasileira, os pais adotivos precisam viajar da Europa para o Brasil, se apresentar perante o juiz da infância e juventude, com crianças maiores ainda precisam ser feitos duas semanas de estágio, depois fazer o requerimento para autorização para deixar o país, emitir um passaporte para etc.

Força em todas as frentes

Em principio a preocupação com as formalidades seria tarefa de um advogado, mas se o Padre Emilio não cuidasse com toda vigilância sobre os futuros pais adotivos, muitos deles iriam voltar sem crianças. Os advogados não são confiáveis, os funcionários dos juizados corruptos e os juizes preocupados com a imagem do Brasil por causas das inúmeras adoções.

E quando no juizado tudo está certo, pode acontecer que o orfanato troca a criança, ou deixa a criança adoecer, então tudo começa novamente com discussões intermináveis.

Aparentemente o missionário incansável não conhece nervosismo. Ele se adaptou ao estilo de vida dos brasileiros e aprendeu esperar. Mas sabe também como prosseguir quando não se tem tempo para esperar. Neste caso o padre Emilio consegue arranjar os papeis em poucos minutos, que outros só conseguem em muitos dias. Sem pagar propinas! Os órgãos sabem muito bem qual é o trabalho precioso que o Padre Emilio prestou para o seu país. Mesmo se eles não seguem o seu exemplo.

No dia 10 de Novembro vai haver brechó anual no Home St-Gengoul em frente da Igreja de Merl. O resultado do evento será a favor de Padre Emilio no Brasil. Doações são bem vindos!